

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História da Arte

Tese de Doutoramento

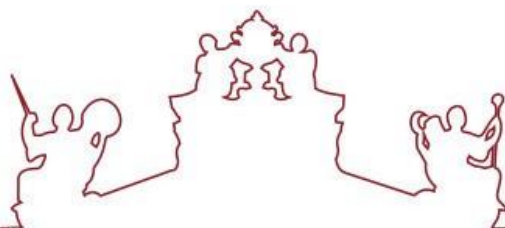
Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo-Verde: Os casos de São Filipe - Fogo e Ribeira Grande - Santiago.

Claudino Borges

Orientador(es) / Filipe Manuel Miranda Themudo Barata
Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues

Évora 2020





Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História da Arte

Tese de Doutoramento

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo-Verde: Os casos de São Filipe - Fogo e Ribeira Grande - Santiago.

Claudino Borges

Orientador(es) / Filipe Manuel Miranda Themudo Barata
Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues

Évora 2020

A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente / João Carlos Pires Brigola (Universidade de Évora)

Vogais / Eduardo Manuel Alves Duarte (Universidade de Lisboa - Faculdade de Bellas-Artes)
João Carlos Pires Brigola (Universidade de Évora)
Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara (Universidade Aberta)
Paula Cristina André dos Ramos Pinto (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)
Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues (Universidade de Évora)
(Orientador)

Índice

Índice de tabela	I
Índice de figuras.....	I
Dedicatória.....	V
Agradecimentos	VI
Resumo	VII
Abstract.....	I
Quadro das siglas e abreviaturas referidas no texto.....	II
Introdução	1
CAPÍTULO I	13
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1.1. O Património e a arte – um casamento perfeito em prol da edificação, gestão e preservação dos centros históricos	13
1.2. O Património em Cabo Verde e a implementação de algumas iniciativas de gestão conservação	15
1.3. O Estudo e a Valorização do Património Imaterial em Cabo Verde - O grito de Ipiranga.....	19
1.4. O Centro Histórico e o Despertar da Consciência Internacional	26
1.4.1. Entre o Conceito e a evolução como vetor da mudança	26

1.5. Centros Históricos como Vetor de Identidade e Memória.....	32
1.6. A Paisagem Urbana e a Arquitetura enquanto objeto estruturador dos centros históricos	36
CAPÍTULO II.....	39
2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	39
2.1. De Cabo Verde.....	39
2.2. Condições naturais das ilhas de Cabo Verde	41
2.3. Enquadramento Histórico.....	44
2.3.1. Descoberta e povoamento das ilhas	44
2.3.2. Dados demográficos e as condições sociais em Cabo Verde	45
2.3.3. Indicadores económicos.....	49
2.4. Categorias dos Centros Históricos em Cabo Verde – Que modelos para os centros históricos em Cabo Verde?.....	50
2.5. Os centros históricos que desempenham a função de Centro das Ilhas – os denominados de cidade do meio urbano.	51
2.6. Os centros históricos que desempenham as funções do centro da cidade do meio rural	52
2.7. Os centros históricos de Cabo Verde e sua caracterização habitacional - da época colonial à independência.....	55
2.7.1. O Período Colonial	56
2.7.2. O período pós-colonial.....	64
2.8. Os problemas e os desafios dos centros históricos em Cabo Verde	65
2.8.1. O êxodo da população jovem para as periferias	66
2.8.2. A problemática do sistema de saneamento do meio, abastecimento da água e rede de esgotos.....	67

2.8.3.	Falta de sanitários públicos	67
2.8.4.	Problemas de vias de circulação de carros, pessoas e bens e de um sistema de estacionamento automóvel.....	68
2.8.5.	Falta de um plano de prevenção para possíveis catástrofes naturais	69
2.8.6.	Sistema de fiscalização deficitária para combater as construções e remodelações clandestinas.....	70
2.8.7.	Especulação Imobiliária / Venda ou aluguer de edifícios históricos para fins comerciais	71
2.9.	Os critérios de classificação dos centros históricos de Cabo Verde – Uma análise crítica.....	72
CAPÍTULO III.....		75
3.	ESTUDO DO CASO – O CENTRO HISTÓRICO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO...	75
3.1.	História.....	75
3.2.	Da edificação do centro histórico ao período áureo, à decadência da cidade de Ribeira Grande de Santiago	76
3.3.	O centro Histórico e sua caracterização arquitetónica e urbana, sua valorização e classificação patrimonial - introdução dos elementos que estão na base da classificação.....	79
3.3.1.	Os monumentos de Defesa e Proteção.....	81
3.3.2.	Os Monumentos Religiosos	83
3.3.3.	Arquitetura civil - as habitações senhoriais / familiares do CHRGS.....	96
3.4.	Identificação e caracterização dos valores e práticas culturais imateriais no centro histórico de Ribeira Grande – Santiago.....	102
3.5.	O batuque como identidade do povo da Ribeira Grande – Da origem no berço da cabo-verdianidade à formação dos grupos musica, às especificidades e descrições artístico-patrimoniais das músicas.....	103

3.5.1. Os grupos de batuque Nôs Herança e Fortaleza na valorização do património cultural imaterial da RGS – Uma cidade, um PCI e dois ritmos.	107
3.5.2. Influências, diferenças e descrição a nível artístico-musical entre os dois grupos de batuque	108
3.5.3. Do grupo da Associação Nôs Herança de Batucadeiras da Cidade Velha	108
3.5.4. Do Grupo de Batucadeiras Fortaleza	112
3.6. As festividades de São Roque como uma das matrizes culturais do povo da RGS – o encontro entre o sagrado e o profano	115
3.6.1. Do simples homem comum ao Santo.....	117
3.7. A descrição etnográfica da festa de “Nhô” São Roque	118
CAPÍTULO IV.....	127
4. ESTUDO DO CASO	127
4.1. O centro histórico de São Filipe do século XV ao XX – A história e a evolução	127
4.2. A História, a descrição Morfológica e Orográfica do Centro histórico de São Filipe – O sistema de Declive como valor simbólico.....	128
4.3. O centro Histórico e sua caracterização arquitetónica, urbana e paisagística – sua valorização e classificação patrimonial (introdução dos elementos que estão na base da classificação).....	130
4.4. Entre o Neoclassicismo, o Romantismo e o estilo colonial – Os sobrados de São Filipe.....	132
4.5. A Igreja da Senhora da Conceição	134
4.6. O “Cemitério dos Brancos e Ricos” e o “Cemitério dos Pobres” à mítica sepultura fora do muro 135	
4.7. Do cemitério de cima ou “dos pobres”.....	139

4.8. Identificação e caracterização dos valores e práticas culturais imateriais no centro histórico de São Filipe – Fogo.....	140
4.9. As festas de Romaria no Contexto Cabo-verdiano	141
4.9.1. São João – Do apóstolo Santo.....	143
4.9.2. Do significado da Fogueira nas noites de São João às crenças do povo Cabo-verdiano – um caso típico da ilha de Santiago	144
4.9.3. Do encontro entre o sagrado e o profano à descrição etnográfica – um simbolismo histórico e cultural do povo sanfilipense	147
4.10. A Festa como Transmissão de Memória e Identidade – o seu Valor Patrimonial	152
CAPÍTULO V	154
5. EM BUSCA DE PARADIGMAS DE BOAS PRÁTICAS - ESTUDOS COMPARATIVOS....	154
5.1. A Ilha de Gorée	154
5.2. Do Centro Histórico de Évora – Um percurso várias etapas com vista à sua elevação à categoria de Património Mundial	155
CAPÍTULO VI.....	159
6. UM NOVO PARADIGMA PARA OS CENTROS HISTÓRICOS EM CABO VERDE	159
6.1. Implementação de um novo de modelo de gestão nos centros históricos classificados	159
6.2. Em busca de um novo modelo de gestão para os centros históricos classificados em Cabo Verde	161
6.2.1. Definir os critérios de classificação do património imaterial através da criação e institucionalização dos normativos legais para a sua valorização de modo a promover práticas de valorização e preservação	162

6.2.2. Fomentar ações de preservação e valorização do património cultural que visa o empoderamento das famílias através das associações comunitárias	164
6.2.3. Incentivo à criação e implementação do projeto Jovens Embaixadores do CHRGS e do CHSFF em defesa do património cultural	165
6.3. Instrumentos de Monitorização	165
6.3.1. Definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico da Ribeira Grande – Santiago.....	168
6.3.2. Definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico de São Filipe Fogo.....	172
6.3.3. Ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico da Ribeira Grande – Santiago.....	178
6.3.4. Ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico de São Filipe – Fogo.....	179
CONCLUSÃO	181
BIBLIOGRAFIA GERAL	185
Apêndice I: Lista Geral de Entrevistados	194
Apêndice II: Ficha de Consentimento sobre Direitos sobre Depoimento/ Entrevista oral e Imagens	195
Apêndice III: Inventário dos oito túmulos existentes na igreja Nossa Senhora da Conceição ...	196
Apêndice IV: Ficha de Análise Específica aplicada aos Monumentos Históricos.....	200
Guião de entrevista para as Camaras Municipais	204
Guião de Entrevista aos Moradores.....	206
ANEXOS	225
Anexo I - Extratos do inventário da igreja de Nossa Senhora do Rosário elaborado pelo Arquiteto Luis Benavente	225

Anexo II - Metodologia de identificação e catalogação dos azulejos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	226
Anexo III- Planta arquitetónica da capela de São Roque elaborada pelo Arquiteto Luís Benavente no âmbito dos trabalhos de restauro	228
Anexo iv - Relatório das escavações na Cidade Velha	229

Índice de tabela

Tabela 1- Resumo da implementação das iniciativas da gestão e conservação nos Centros Históricos de Cabo Verde, (Claudino Borges, 2018).	17
Tabela 2-Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu -Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946 (fonte: INE.CV).	40
Tabela 3-Taxa Anual de Crescimento (TAC), Taxa de Crescimento médio Anual (TCMA) e Esperança de Vida à Nascimento (2012-2016) - Fonte: INE, Projeções Demográficas, 2010-2030	47
Tabela 4-Proporção da população empregada, por ramo de atividade, segundo o sexo e meio de residência (2012-2016). Fonte: INE.CV	49
Tabela 5-As potencialidades patrimoniais dos centros históricos que desempenham a função de centro das ilhas, (Claudino Borges, 2018).	52
Tabela 6-As potencialidades patrimoniais dos centros históricos que desempenham a função de centro das cidades do meio rural. (Claudino Borges 2018).	54
Tabela 7- Preces de São João em Cabo Verde – Ilha de Santiago.....	145
Tabela 7-Quadro referente a definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico da Ribeira Grande – Santiago	169
Tabela 8-Quadro referente a definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico de São Filipe Fogo	173
Tabela 9-Quadro de ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico da Ribeira Grande – Santiago	178
Tabela 10-Quadro de ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico de São Filipe - Fogo	179

Índice de figuras

Figura 1-Enquadramento geral de Cabo Verde – fonte: In dossier de candidatura de Cidade Velha ao património mundial da humanidade 2008.....	39
Figura 2-Exemplar de sobrado na Cidade Velha na Rua de Banana (Claudino Borges, 2017).	58
Figura 3- Planta arquitetónica do sobrado - piso térreo e a direita 1 andar (Claudino Borges, 2018).....	58
Figura 4-Alçado ou vista do sobrado em Cidade Velha (Claudino Borges, 2018).	59
Figura 5-Sobrado da família Macedo no centro histórico de São Filipe – ilha do Fogo (Fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006).	59
Figura 6-Planta reconstituída do 1º Piso do sobrado urbano da família. (Fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006).....	60
Figura 7-Exemplo de casa grande centro cultural Norberto Tavares - Assomada (Fonte: Luís Leite, imagem cedida pela Direção do Centro Cultural 2016).....	61
Figura 8-Exemplar de casa grande mais simples no centro histórico de São Salvador do Mundo - Picos (Claudino Borges, 2018).....	62
Figura 9-Exemplar de casas ou vernaculares no centro histórico de São Salvador do Mundo – Picos (Claudino Borges, 2018).....	63
Figura 10-Esboço da Técnica da casa da arquitetura popular cabo-verdiana (Claudino Borges, 2018).....	63
Figura 11-Alterações do sistema arquitetónico alargamento e asfaltagem das ruas no centro histórico da Praia (Claudino Borges, 2018).....	64
Figura 12-As técnicas da requalificação urbana do período pós colonial (Claudino Borges, 2018 e IPC 2015).....	65
Figura 13-A degradação do património edificado e a consequente utilização como W.C (Claudino Borges: 2018).	68
Figura 14-A problemática da circulação de pessoas e bens e do parque automóvel no centro histórico da Praia (Claudino Borges, 2018).....	69
Figura 15-Subida do nível da água do mar e a devastação de muitos empreendimentos turísticos que ficam localizados no coração do centro histórico (Claudino Borges, 2018).....	70
Figura 16- A edificação dos edifícios do 1º piso no centro histórico da RGS (IPC 2012).....	70
Figura 17- Habitações classificadas de alto valor patrimonial que foram modificadas para funcionarem como espaços comerciais. (Claudino Borges, 2018).....	72

Figura 18-Mapa da localização geográfica do centro Histórico da RGS (Claudino Borges, 2018).....	75
Figura 19-Mapa que delimita o centro histórico da Ribeira Grande Santiago (IPC, 2008)	77
Figura 20- Planta da Cidade Velha. Autor António Carlos Andréa 1778. (Acervo do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde 2016).	78
Figura 21-Imagem panorâmica do CHRGS apresentando a vegetação no vale e a aridez no Bairro de São Sebastião (IPC 2016).	80
Figura 22- Plantas dos primeiros assentamentos habitacionais e do alargamento do Centro Histórico da RGS,(Dossier da Candidatura da RG a Património Mundial, 2009 e do Arq. Sérgio Blanco, AECl, 2006).....	80
Figura 23 - Mapa do CHRGS com legendagem da localização geográfica dos monumentos de defesa e proteção	83
Figura 24- Planta baixa da Sé Catedral (fonte: Dissertação “Reflexo da Cidade Velha”,	84
Figura 25 - Estado atual da Sé Catedral (Claudino Borges,2018).	86
Figura 26 - À esquerda estado atual da fachada sul, e à direita o interior do convento de São francisco.....	87
Figura 27- Planta baixa do convento de São Francisco (fonte: Tese “Inventário de arqueologia de Cabo Verde legenda Claudino Borges, 2018).	87
Figura 28 - A decoração original com azulejo de padrão 9 - Extratos do inventário da igreja de Nossa Senhora do Rosário elaborado pelo Arquiteto Luis Benavente 1960 (Fonte: Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde).	89
Figura 29 - A primeira e segunda fase da decoração com os azulejos de padrão 4 (restauração de 1970) e padrão 9 (restauração de 2020) (Claudino Borges 2020).	90
Figura 30- A capela gótica e a fachada principal da Igreja Nossa Senhora do Rosário	90
Figura 31- Planta baixa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (fonte: Dissertação “Reflexo da Cidade Velha, Tatiana Paviliuc – legenda : Claudino Borges 2018).....	91
Figura 32 - Planta baixa da igreja (fonte IPC, 2014)	92
Figura 33 - Processo de escavação e descoberta da Igreja e murro de delimitação de área de escavação (fonte: IPC e Claudino Borges, 2018).	94
Figura 34 - Processo de aplicação das mantas geotêxtis (Claudino Borges, 2018).....	95
Figura 35 - Vista frontal, e interior, e planta baixa da Capela de São Roque (Claudino Borges, 2018).....	96

Figura 36 - Construção com duas frentes de rua (fonte: Manual de Cidade Velha Guia de normas urbanísticas e fotografia: Claudino Borges, 2018)	97
Figura 37- Alinhamento das casas em relação às ruas (Claudino Borges, 2018).....	98
Figura 38- Configuração do espaço interior das habitações (Claudino Borges, 2018).	98
Figura 39- Tipologias das habitações contemporâneas na Cidade Velha de modo a responder as necessidades atuais (Claudino Borges, 2018).	99
Figura 40 - Composição do espaço exterior (Claudino Borges, 2018).....	100
Figura 41- Quintal da casa (Claudino Borges, 2018).	100
Figura 42 - Desenho de fachada da casa (Claudino Borges, 2018).	101
Figura 43- Fachadas de pedras basálticas aparentes e caiadas (Claudino Borges, 2018).....	101
Figura 44- Coberturas com 2 e 4 águas (Claudino Borges, 2018).....	102
Figura 45- Cobertura com platibanda e beirado (fonte: Cidade Velha Guia de normas urbanísticas e fotografia Claudino Borges, 2018).	102
Figura 46- Grupo de Batucadeiras Nôs Herança (Claudino Borges, 2019).....	108
Figura 47- Grupo Fortaleza durante uma sessão de batuque num dos restaurantes do CHRGS (Claudino Borges, 2019)	113
Figura 48- Localização geográfica das capelas no CHRGS (autor, Joannes van Reulen 1635 – Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.....	116
Figura 49- As manifestações artísticas e culturais durante as festividades de São Roque (Claudino Borges, 2019).	119
Figura 50-A ornamentação dos botes (Claudino Borges 2018).....	121
Figura 51- O ritual do banho, vestidura do santo e a ornamentação do andor (Claudino Borges, 2018).....	122
Figura 52- Vista lateral e frontal do andor (Claudino Borges, 2018).....	123
Figura 53- A Celebração da Eucaristia e a Procissão (Claudino Borges, 2018).	125
Figura 54- - A Procissão Marítima (Claudino Borges, 2018).....	126
Figura 55- _ Mapa de Delimitação do Centro Histórico de São Filipe e da zona tampão (Fonte: IPC 2012).....	128
Figura 56-Imagem da descrição orográfica do centro histórico sob a forma do declive (Claudino Borges, 2017).	129
Figura 57- Planta arquitetónica e disposição habitacional do centro histórico de São filipe (imagem gentilmente cedida pela Monique Wheimer, proprietária da Casa da Memória do Fogo, 2017).....	130

Figura 58- Imagem de um sobrado e da escadaria interior (fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006).....	131
Figura 59- Planta baixa reconstituída do sobrado da casa de “Nho Abílio” (Fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006).....	132
Figura 60- Vista frontal e lateral, altar-mor e tipo de cobertura da igreja de Nossa Senhora da Conceição – Centro histórico de São Filipe (Claudino Borges, 2017).....	135
Figura 61- Interior e exterior do cemitério dos “brancos rico” (Claudino Borges, 2017).....	139
Figura 62- A parte frontal do cemitério e a sepultura fora dos muros (Claudino Borges, 2017).	139
Figura 63- Interior e exterior do cemitério de cima ou dos “pobres” (Autor: Luís F. Barbosa, 2008).....	140
Figura 64- Mapa de Cabo Verde e identificação das festividades de São João nas diferentes ilhas. (Claudino Borges 2020).....	143
Figura 65- Início da Festa do pilão ao toque do tambor e da colexa (Claudino Borges 2015)	148
Figura 66- Desfile do mastro, dos canizades e da população pelas artérias do centro histórico com destino à praia de Boqueron (Claudino Borges, 2017).....	151
Figura 67- Partida da casa do festeiro para a igreja, celebração da eucaristia e bênção das bandeiras de São João (Claudino Borges, 2017).....	152
Figura 68- Mapa referente à localização da ilha de Gorée e o núcleo urbano da ilha - fonte: https://images.search.yahoo.com/yhs/search;_ylt=AwrC3RsOBE5c3igAp4cPxQt.;_ylu=X3oDMTBvMjB0aG5zBGNvbG8DYmYxBHBvcwMxBHZ0aWQDBHNIYwNzYw--?p=as+ilhas+de+gor%C3%A9&fr=yhs-Lkry-S	155
Figura 69- Mapa e visão panorâmica do CHE – do coração da cidade, ao Templo Diana (fonte: https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-evora	158
Figura 70- Composição do sistema de Curadorias (Claudino Borges 2018).....	160
Figura 71- Proposta de gestão participativa para os centros históricos classificados em Cabo Verde (Claudino Borges 2018).....	161

Dedicatória

*À minha mãe, minha Rainha, meu porto seguro e aos meus filhos, pelo dom da vida e do amor, por todos os sorrisos e pelas lágrimas caídas.
Como é grande o meu amor por vocês.*

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela coragem que me concedeu durante toda a minha vida principalmente nos momentos mais desafiantes no contexto familiar, profissional e académico.

A toda a minha família pelo apoio incondicional que recebi nos momentos tristes e alegres.

Aos meus professores / Orientadores Doutores, Paulo Simão Rodrigues, e Filipe Temudo Barata, pela forma como me ajudaram na compilação desta tese, pelos momentos de debate e esclarecimentos em que sempre chegávamos ao cerne das questões. Pela audácia, eficácia e eficiência, minhas saudações com estima.

Da mesma forma, quero agradecer aos Professores Doutores João Lopes Filho, Lourenço Gomes, Teresa Amado e João Carlos Brigola, aos colegas José Landim, Euclides Landim Francisco Moreira, Francisco Tavares e ASDIS, Henrique Correia, Marcolino Oliveira e Silvino Teixeira, Fausto do Rosário, aos Grupos de Batucadeiras Fortaleza e Nós Herança da Cidade Velha, aos párocos dos centros históricos da RGS e de SFF aos reverendíssimos padres António e Lourenço, ao Curador do AHNCV Martinho Brito e funcionários por disponibilizarem em dar as sua entrevistas e autorizar que me fossem concedidos documentos para a investigação e até pelas conversas e momentos informais nos bares e cafés.

Aproveito para estender os meus agradecimentos à Biblioteca Nacional de Cabo Verde, à Biblioteca Pública de Évora – Portugal, à Fundação Mário Soares, ao Arquivo Nacional da torre do Tombo pela disponibilidade e apoio durante a fase da pesquisa.

A todos aqueles que diretamente e indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho académico.

Bem hajam.

Resumo

Materialidade e Imaterialidade na Construção do Valor Patrimonial dos Centros Históricos de Cabo Verde: Os Casos de São Filipe – Fogo e Ribeira Grande – Santiago é tratado neste trabalho através de uma análise descritiva e crítica da História da Arte e do Património trazendo para o debate académico e científico um conjunto de valores históricos, simbólicos e patrimoniais ancorados nos aspetos materiais e imateriais do espaço territorial em estudo.

Na edificação e evolução de qualquer centro histórico estão sempre presentes conjuntos edificados e outras criações: edificações arquitetónicas, traçados urbanos de diferentes tipologias, elementos decorativos e sem esquecer de todo o manancial imaterial que fazem parte da dinâmica quotidiana do centro histórico.

Neste contexto, o presente trabalho incide sobre a evolução, salvaguarda e formas de gestão e preservação dos centros históricos em Cabo Verde com um balizamento estipulado que decorre desde o período do ultramar, passando pelo despertar da consciência nacional (período pós independência), à atualidade, tendo em consideração o contexto da conjuntura em que estes centros históricos foram edificados, mas também integrando as transformações que foram sofrendo, as novas funções que foram tendo ao longo do tempo e as razões históricas destas alterações. Deste modo, os edifícios são monumentos dos tempos que lhes deram origem e também daqueles que atravessaram, numa acumulação de extratos temporais e significados históricos que os converte em “memoryscapes”. Pretendemos uma abordagem crítica que permita que futuras políticas de conservação integrem as alterações sofridas ao longo do tempo como um fator de ressignificação patrimonial dos centros históricos em Cabo Verde.

Geograficamente deambulamos pelos centros históricos da Ribeira Grande da ilha de Santiago e de São Filipe ilha do Fogo, tendo sempre presente as boas práticas instituídas noutras cidades que serão alavancas para implementar um novo paradigma de gestão e salvaguarda para os centros históricos cabo-verdianos classificados como património nacional.

PALAVRAS – CHAVE: CENTRO HISTÓRICO, ARTE, MATERIALIDADE, IMATERIALIDADE, PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO.

Abstract

Materiality and immateriality in the construction of the heritage value of the historic centers of Cape Verde: the cases of São Filipe- Fogo and Ribeira Grande Santiago

Materiality and immateriality in the construction of the heritage value of the historical centers of Cape Verde: The cases of São Filipe – Fogo and Ribeira Grande – Santiago, is treated in this work through a descriptive and critical analysis of the history of art and heritage bringing to the academic and scientific debate a set of historical, symbolic and heritage values anchored in the material and intangible aspects of the territorial space under study.

In the establishment and evolution of any historical center, edifications and other creations are always present: architectural buildings, urban tracings of different typologies, decorative elements and without forgetting all the immaterial cultural activities that are part of the historic center everyday dynamics.

In this context, the present work focuses on the evolution, safeguard and forms of management and preservation of the historical centers in Cape Verde with a stipulated beacon that runs from the colonial period, through the awakening of the national consciousness (Post-independence period) today taking into account the context of the conjuncture in which these historical centers were built, but also integrating the transformations that were suffering, the new functions that were taking over time, and the historical reasons for these changes. Therefore, the buildings are monuments of the times that generate them and also of those who crossed, in an accumulation of temporal extracts and historical meanings that converts them into "memoryscapes". We intend a critical approach that will allow future conservation policies to integrate the changes sustained over time as a factor of heritage resignification of the historical centers in Cape Verde.

Geographically we wander in the historical centers of Ribeira Grande of Santiago island and São Filipe Fogo Island, having always present the good practices instituted in other cities that will be levers to implement a new paradigm of management and safeguard To the historic centers of Cape Verdean classified to national heritage.

Keywords: historical center, art, materiality, immaterial, architectural heritage.

Quadro das siglas e abreviaturas referidas no texto

A – Alta

AGU – Agência Geral do Ultramar

AHN – Arquivo Histórico Nacional

Ai – Coeficiente de Ponderação

B – Baixa

CH – Centro Histórico

CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna

CV – Cabo Verde

CHRGs – Centro Histórico da Ribeira Grande de Santiago

CHSFF – Centro Histórico de São Felipe do Fogo

CIDC – Comissão de Investigação e divulgação Cultural

CPLP – Comunidade dos países da Língua Portuguesa

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IIPC – Instituto de Investigação do Património Cultural

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPC – Instituto do Património Cultural

MA – Média Alta

MB – Média Baixa

N – Número de Critérios

DM – Objetivo do Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável

PCI – Património Cultural Imaterial

PCM – Património Cultural Material

PHU – Paisagem Histórica Urbana

PIB – Produto Interno Bruto

RGS – Ribeira Grande Santiago

SSF – São Filipe Fogo

SWOT – Strong points/ Weak Points/ Opportunities/ Threats

TCMA – Taxa de Crescimento Médio Anual

TMI – Taxa de Mortalidade Infantil

TCN – Taxa de Crescimento Natural

UNESCO – Organização das Nações unida para a Educação Ciência e Cultura

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VP – Valor Patrimonial

Xi – Critérios de Valor Sobre

ZDTI – Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado

ZEP – Zona Económica Exclusiva

Introdução

O presente trabalho constitui a tese apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau académico de Doutor na área da História da Arte. Está centrado e focalizado em dois estudos de casos selecionados e num sistema de abordagem integrada do seu património edificado, ajustada às práticas sociais culturais desde o período colonial à atualidade, considerando os valores históricos, técnicos e artísticos no contexto das conjunturas temporais em que foram edificados, assim como as transformações que foram sofrendo, as funções que foram recebendo ao longo do tempo e as dinâmicas que tiveram determinadas pelo quotidiano comunitário.

O património material e imaterial são elementos estruturadores e impulsionadores de qualquer centro histórico. Por isso, além do seu conhecimento e utilização, há que delinear estratégias de integração baseadas numa política coerente de conservação, de modo a vermos o centro histórico como um todo ou como “memoryscape”. Nesta ótica, a solução poderá estar na forma como vivemos este património edificado através destas práticas atendendo que o processo da imaterialidade atribui uma ressignificação à materialidade.

Segundo José Fernandes (1996), a cidade constitui uma das mais complexas invenções humanas, em que para o seu entendimento geral é necessária de uma intervenção multidisciplinar da história, economia, sociologia, a urbanística, áreas científicas ou disciplinares que contribuíram desde sempre para o seu conhecimento e fundamentação. Na mesma linha de pensamento, a investigadora Teresa Salgueiro Barata (2005) diz que os centros históricos, além de corresponderem às “partes mais antigas da cidade”, constituem como que uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, e nos dá a dimensão com consequência dos fatos que estruturam identidades. Aludindo à diversidade das disciplinas que interagem entre si para a edificação de qualquer cidade (como são os nossos casos de estudo), Chueca Goitia (1989) mostra que a cidade pode ser estudada sob várias vertentes, tais como a da história (temporal), da geografia (morfológica) e da economia. Em relação à economia, o referido autor afirma que nenhuma cidade se desenvolve sem comércio e indústria. Neste aspeto, no caso dos centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe do Fogo, desenvolveram-se tendo o comércio como atividade económica principal. Outros vetores do desenvolvimento das cidades são as vertentes sociológicas e política, que estão ancoradas nas

relações sociais e interpessoais dos cidadãos. Aqui também sobressai o simbolismo imaterial que juntos fazem parte de uma relação integrada para o desenvolvimento das cidades.

Também não podemos deixar de integrar na elaboração do nosso trabalho, a questão artística e arquitetónica que muitas vezes simboliza e representa a grandeza das cidades, os saberes do fazer do homem através das edificações de monumentos de vertente pública, religiosa e militar que foram edificados ao longo do tempo. Neste aspeto, e abordando mais concretamente o caso das cidades de Cabo Verde, a qualidade do edificado influencia e fomenta as práticas sociais imateriais que, por sua vez, contribuem para o desenvolvimento integrado da cidade. Assim, podemos compreender a cidade e a arquitetura através da manifestação cultural do seu povo no contexto da disciplina da História da Arte, sabendo que a cultura de um povo também é manifestada através das edificações arquitetónicas nas cidades, ou seja, existe uma interação direta entre o aspeto material e o imaterial. Para sustentar a nossa ideia recorreremos à autora Maria João Madeira Rodrigues que, citada por Lourenço Gomes (2008), refere que, para entender melhor o significado de cidade, objeto de uma História de Urbanismo entendida como disciplina do âmbito da História da Arte, implica a aceitação do objeto cidade como algo percecionável e como forma existencial, cujo percurso de significação o definirá como obra.

É ancorado no contexto da evolução das cidades a nível global que pretendemos, com este estudo, analisar de forma particular o caso dos centros históricos classificados em Cabo Verde através de múltiplas vertentes materiais e imateriais, no sentido de despertar a consciência nacional e além-fronteiras nas questões essenciais de valorização do património artístico e cultural. A nossa escolha dos centros históricos de Ribeira Grande - Santiago e de São Filipe – Fogo não foi por acaso, visto que são os assentamentos históricos mais antigos de Cabo Verde e que podem ser considerados como berços da nação cabo-verdiana, do cruzamento das culturas, símbolo da mestiçagem, do nascimento da língua crioula, espaços do início da introdução das atividades religiosas na costa ocidental africana, terreiro do batuque, palco da morna, em suma centro do nascimento do cabo-verdiano através da união do homem branco com a mulher negra. Esta união influenciou e diversificou a cultura cabo-verdiana comungando os traços europeus e africanos que, por sua vez, deram origem a diversas manifestações culturais sincréticas que conferem singularidade a Cabo Verde no contexto global (Lopes Filho: 2003).

É ancorado nestes parâmetros que a escolha do presente tema de estudo remonta aos tempos em que frequentava as aulas do Mestrado, à escolha do tema da tese da dissertação

apresentada na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, intitulada “Uma Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal – Santiago (o ex. Campo de Concentração do Tarrafal). Aquando da sua realização, verifiquei que não só o referido museu precisava de uma nova estratégia de valorização, mas também os centros históricos de Cabo Verde, devido ao seu potencial arquitetónico e imaterial, necessitavam urgentemente de um novo paradigma de gestão, valorização e salvaguarda, a fim de preservar a identidade e a memória do povo cabo-verdiano. Depois de terminar esta caminhada académica, regressei a Cabo Verde, onde trabalhei no Instituto do Património Material, mais concretamente na Direção dos Monumentos e Sítios, e posteriormente na Direção do Património Imaterial, tendo participado em vários projetos nos centros históricos em Cabo Verde financiados pela UNESCO. Aí sim, enfrentei e conheci “in loco” todos problemas desses sítios históricos, situação que despertou a minha vontade de dar o meu contributo técnico-científico para a melhoria da sua preservação.

Relativamente às balizas cronológicas optamos por uma movimentação limitada com início ao período colonial, passando para o período pós-colonial, até à atualidade, dividida em duas linhas:

- A linha cronológica referente à história dos bens patrimoniais que constituem o património a salvaguardar;
- A linha cronológica do processo de significação e valorização patrimonial desses bens.

Trata-se de um balizamento bem definido refletindo a problemática e a necessidade de um estudo exaustivo e profundo dos centros históricos cabo-verdianos, enquadradores esta questão patrimonial e artística no contexto da época colonial à atualidade. E para cumprir este desiderato, nesta proposta foram utilizados vários métodos: o comparativo (partindo das comparações das premissas técnico – científicas de naturezas diferenciadas e até de elementos comuns), o indutivo (indo dos aspetos particulares para os gerais), cuja aproximação aos fenómenos particulares caminha para um plano cada vez mais abrangente, e o dedutivo que parte da demonstração dos componentes gerais para os particulares.

Esses métodos foram complementados com os métodos etnográfico, de observação direta e participante, usando as técnicas de entrevista, aplicadas aos informantes privilegiados, histórias de vida e conversas formais e informais com as mais destacadas personalidades da população e os agentes políticos, sociais e culturais do país e dos centros históricos em estudo.

De sublinhar que o método comparativo é mais utilizado nas recolhas de dados e nas análises formais dos monumentos classificados a nível nacional e mundial concernentes às matérias de cultura material e imaterial, que facilita uma gestão integrada do património nos centros históricos em estudo. O uso deste método permite um melhor conhecimento, compreensão da problemática dos centros históricos e sobretudo um melhor enquadramento deste tema. Assim sendo, esta metodologia foi utilizada tendo em consideração os objetivos inicialmente traçados, o que levou a uma pesquisa exaustiva, recolha e análise crítica sistemática dos dados, de modo a poder mostrar, com rigor técnico e científico, os fundamentos e pressupostos que serviram de base a esta investigação. Sendo assim, o trabalho agora apresentado seguiu um conjunto de procedimentos que passaram pelos levantamentos bibliográficos, leituras e sistematização dos dados que viriam ser utilizados durante toda a realização deste trabalho.

Também em relação à descrição e análise das principais edificações que estiveram na base da classificação desses centros históricos, dos seus eixos urbanos, da expansão dos mesmos, planeámos visitas ao terreno, uma análise sensitiva exaustiva e rigorosa, acompanhada de levantamentos fotográficos, a fim de facilitar um estudo rigoroso desses centros históricos (o antes, o durante e o pós).

Não menos importante foi a recolha de dados com base nas informações obtidas através de memórias orais e das práticas sociais (imateriais), respeitantes ao quotidiano dos centros históricos em Cabo Verde, através de entrevistas e conversas exploratórias com algumas personalidades influentes e bem identificadas. Através do diálogo foi-nos possível encontrar arquivos, manuscritos, periódicos, mapas e algumas plantas nas bibliotecas e arquivos nacionais e nalguns arquivos de pessoas individuais.

Relativamente aos capítulos III e IV, referentes às análises dos eixos urbanos e das edificações que estiveram na base da elaboração do processo de classificação dos centros históricos em estudo, definimos claramente um conjunto de elementos que deveriam ser recolhidos para a elaboração deste trabalho: Projetos de evolução toponímica, plantas e outros tipos de imagens de localização das construções pré existentes e dos eixos urbanos, projetos originais ou de continuidade acompanhados de respetivos desenhos de localização no tempo e a

autoria dos projetos de edificações reconhecidas para o efeito de estudo, o quadro temporal e institucional do surgimento da obra, as etapas construtivas¹.

Ainda no que diz respeito à parte edificada, também definimos previamente a informação a ser recolhida, tendo em conta a localização e as confrontações baseadas nos seguintes aspetos: base da edificação, as paredes os revestimentos, os acessos externos e internos, as escadarias a presença ou não de varandas externas e internas, torres, coberturas, a pavimentação, os elementos decorativos interior e exterior entre outros. Para analisar com mais rigor e estes aspetos tivemos que elaborar uma ficha de análise sensitiva que espelha o real estado de conservação desses edificados.

Outra etapa importante foram os registos fotográficos dos objetos de estudo que serviram de base ao estudo, comparação e confrontação com os documentos encontrados no Arquivo Histórico Nacional e nos arquivos portugueses.

O trabalho que apresentamos é fruto de um extenso trabalho de levantamento bibliográfico em vários arquivos nacionais e internacionais a saber: Em Cabo Verde, Arquivo Histórico Nacional, Instituto do Património Cultural (IPC), Biblioteca Nacional de Cabo Verde, Biblioteca da Universidade de Cabo Verde, Universidade Jean Piaget, arquivos e gabinetes técnicos das câmaras municipais de Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina, São Filipe do Fogo, bem como do Ministério das Infraestruturas e Transportes. Em Portugal, na Biblioteca da Universidade de Évora, Biblioteca Pública de Évora.

Sendo assim, a aplicação desta metodologia, no seu todo, dependeu de cada etapa deste trabalho. A base empírica desta investigação é constituída pelos grandes grupos de património construído do período colonial (séculos XVI – XX) e que estão na base da classificação dos centros históricos de: Cidade Velha – Ribeira Grande de Santiago e São Filipe, na ilha do Fogo.

Através desta metodologia, abordamos o valor artístico e patrimonial dos centros históricos em causa através de três eixos de análise:

¹ É de referir que a maioria dos centros históricos classificados e passíveis de classificação em Cabo Verde surgiram e evoluíram sem qualquer traçado arquitetónico, ou seja, a sua evolução deu-se naturalmente.

H1 – Enquanto património arquitetónico e técnico que testemunha a presença de uma linguagem arquitetónica e de um sistema construtivo: manuelino (Séc. XVI), clássico – barroco (sécs. XVI e XVIII), revivalistas e eclético (séc. XIX) e modernista (séc. XX);

H2 – Enquanto património edificado e urbano que testemunha os ciclos históricos do povoamento e da ocupação do território, da economia e das vivências sociais, políticas culturais do arquipélago. Destaque para a sua função como ponto de escala e das rotas escravagistas (séc. XVI e XVIII), para as reformas administrativas dos séculos XVIII e XIX, para as campanhas de modernização urbana da República e do Estado Novo e para as campanhas de restauro do património colonial do Estado Novo;

H3 – Enquanto património edificado e urbano que sinaliza, de forma simbólica e imaterial, as alterações políticas, sociais, económicas e culturais do período pós-colonial, entre 1974 e as datas da sua classificação.

Assim sendo, e ancorado na metodologia traçada e nos sucessivos trabalhos de investigação e recolha junto das bibliotecas supramencionadas, no terreno junto das comunidades locais e da própria obra arquitetónica, que delineámos a organização temática desta tese, de modo a estipular a coerência entre os objetivos e o tema escolhido.

Nestes aspetos, este trabalho é constituído por cinco capítulos, para além da conclusão, da bibliografia, os anexos fotográficos e documentais. Cada capítulo está, por sua vez, subdividido em vários pontos sequenciais. Assim sendo, no Capítulo I faz – se um enquadramento teórico do objeto de estudo, utilizando os conceitos sobre o património material e imaterial, da arte e da História da Arte como disciplina, da paisagem urbana e da arquitetura como objeto de estudo da História da Arte. Abordaremos as questões do património e a arte na edificação dos centros históricos, das políticas de património, da valorização do património imaterial, dos centros históricos como um modelo de valorização e preservação do património e da memória, incluindo uma análise crítica dos processos da sua classificação. No Capítulo II enquadra-se o objeto de estudo, em termos geográfico e histórico, fazendo alusão ao relevo, clima, aos dados demográficos, condições sociais, aos indicadores económicos ancorados no Anuário Estatístico referente ao ano 2016, com o objetivo de trazer informações atualizadas que nos facilitem na compreensão do nosso objeto de estudo. Os capítulos III e IV são dedicados ao estudo do caso dos centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da ilha do Fogo, em que

estudamos a materialidade e imaterialidade patrimonial, designadamente os aspetos históricos, arquitetónicos e paisagístico, abordando também as práticas sociais que emergiram nestes espaços, de modo a compreender como foram sendo vivenciados no tempo. Por último, um estudo comparativo com as boas práticas de gestão, preservação e salvaguarda praticados noutros lugares do mundo que se assemelham com a realidade cabo-verdiana, para que, no capítulo seguinte, seja possível propor um novo paradigma para os centros históricos de Cabo Verde.

Para concluir, avalia-se a concretização dos objetivos preconizados e tecem-se as considerações finais.

Como fomos uma nação e antiga colónia portuguesa, tanto a historiografia portuguesa, como a cabo-verdiana têm vindo a demonstrar um interesse crescente pelas questões e pela problemática da edificação dos centros históricos em Cabo Verde. Mesmo que seja de formas diferentes, muitos autores já abordaram os espaços históricos de Cabo Verde no geral e particularmente os centros históricos de São Filipe do Fogo e da Ribeira Grande de Santiago como património. É nesta ótica que abordamos o estado da arte em três blocos distintos, mas que entre si estabelecem um corpo de conhecimento em prol da valorização e preservação destes territórios:

No primeiro bloco, sustentámos o nosso trabalho na bibliografia que trata da história de Cabo Verde, de que destacamos um conjunto de títulos que facilitaram a compreensão da localização, caracterização e história da ocupação do seu espaço geográfico como: Amaral, Ilídio (2007 e 2011), com as obras sobre “Santiago de Cabo Verde, A terra e os Homens” e “As Fronteiras do Sahel, Alguns Aspectos Geográficos”, Albuquerque, Luís, e outros; História Geral de Cabo Verde, Vols. I (1991), II e III, Andrade, Elisa; As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” a Independência Nacional (1460 -1975), Senna Barcelos, C. José (1899), através dos “Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”, Carreira, António (1983), “Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata” entre outros autores.

No segundo bloco trabalhámos sobre a bibliografia que aborda as questões da arquitetura e do urbanismo de Cabo Verde e dos centros históricos em estudo, entre os quais destacamos o artigo de José Manuel Fernandes (1996) sobre “Luís Benavente e as Fortalezas de África” e o seu contributo para o catálogo Luís Benavente – arquiteto (1997), em que o autor fez questão de traçar o percurso profissional e também a divulgação da sua atividade de salvaguarda dos

monumentos portugueses durante o período do ultramar, em que Cabo Verde foi contemplado através do restauro da Fortaleza Real de São Filipe, da Capela de São Roque, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Sé catedral da Cidade Velha e do Pelourinho do referido centro histórico. O mesmo autor destacou a importância da elaboração do “Relatório acerca dos monumentos da Província de Cabo Verde” (1967), o “Inventário do património Histórico - Artístico da Ribeira Grande de Santiago – Cabo Verde” (1971), e o “Segundo Projeto de Legislação para a Proteção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde” (1972) e a tese de doutoramento de Lourenço Gomes, “O Valor Simbólico do centro histórico da Praia – Cabo Verde”, em que se destaca o simbolismo e potencial arquitetónico da Praia por meio de uma análise exaustiva e (descritiva dos traçados das ruas, dos elementos decorativos da referida urbe e dos Planos Diretores Municipais que regulam as normas das construções e ordenamento territorial.

Sobre o terceiro bloco, elencamos algumas obras que estudam e sustentam os processos de valorização patrimonial, classificação e conservação, como: Françoise Choay, através das obras sobre “Alegoria do Património” (2010), e “As Questões do Património” (2011), trazendo para o debate científico recomendações baseadas nas experiências e realidades de outro espaço do globo; e Clara Bertrand Cabral, com o seu estudo intitulado “Património Cultural Imaterial, Convenção da UNESCO e seus Contextos”, em que aborda os instrumentos e normativos, convencionados ou tratados internacionais que regulam e recomendam sobre as questões gerais do património histórico e cultural².

Ainda nos serviu de suporte à investigação a tese de Doutoramento de Luís Boavida Portugal, sob o título “Os centros históricos numa estratégia de conservação integrada – Contributo para o estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora (2003)”, em que o autor sugere um novo paradigma de conservação integrada dos centros históricos.

Através deste trabalho, identificámos os elementos base para a realização de um estudo comparativo que proporcionasse a importação de boas práticas de gestão e preservação de centros históricos de outros estudos de caso.

Poderíamos ainda elencar outros contributos nacionais e internacionais em prol do nosso objeto de estudo, mas são aspetos que abordaremos mais a frente e remeteremos à bibliografia geral.

² Referimos as cartas, as Convenções e recomendações da UNESCO para a problemática e questões sobre o património.

As obras acima mencionadas fazem parte de uma caracterização do estado da arte sobre esses espaços e as mesmas estabelecem uma relação harmoniosa entre todos com um objetivo comum que é a busca da melhor estratégia que contribua para a gestão e valorização do património cultural destes territórios. Mas tendo percorrido toda esta caminhada, fazendo uma análise geral e mais concretamente no território nacional, assumimos claramente que ainda há muitos caminhos a trilhar como forma de garantir tanto para os centros históricos como espaço integrado na geografia física, como para os seus utentes um desenvolvimento integral e equilibrado baseado nos objetivos do desenvolvimento sustentável com vista a garantir a sua permanência e transmissão às gerações futuras. Por isso, o contributo fundamental deste trabalho é associar ao património edificado, valor patrimonial dominante na classificação dos estudos de caso, o património imaterial, cruzando uma identidade ainda muito na referência europeia, com uma identidade de raízes mais africanas, entendendo, deste modo, os centros históricos mais como paisagens em que confluem valores patrimoniais de diferentes naturezas e não apenas como um conjunto de edificações.

Outro aspeto a ressaltar é o fato de, a nível nacional, os centros históricos classificados de Cabo Verde nunca terem sido tratados de uma perspectiva de associação de materialidade com imaterialidade da perspectiva da História da Arte. Abordamos as descrições arquitetónicas e as análises dos eixos urbanos dos centros históricos de São Filipe da ilha do Fogo e da Ribeira Grande de Santiago, integradas com as práticas sociais que estão na base destas edificações.

Nesta ótica, os objetivos desta tese são, por um lado, caracterizar os valores arquitetónicos e urbanísticos que estão na base da valorização e classificação desses centros com base nos estudos já realizados e nos próprios processos de classificação que parecem estar ausentes. Através deste objetivo macro propomos fazer uma análise específica nos seguintes termos:

- Inventariar os imóveis que fundamentaram a classificação dos centros históricos em Cabo Verde, de modo a identificar os valores patrimoniais no que respeita a história da arquitetura e das técnicas de construção e aos enquadramentos urbanos que consubstanciaram estas classificações;

- Identificar e caracterizar os diferentes ciclos da história da arquitetura e das técnicas de construção, abrangidos pelos centros históricos classificados em Cabo Verde;

- Integrar os centros históricos classificados de Cabo Verde nos ciclos históricos que lhes deram origem e que atravessaram até a sua classificação, de modo a compreender, como ao longo do tempo, até nas alterações que foram tendo, se constituíram como memória coletiva das cidades, dos seus modos de vida, da sua economia e das suas práticas sociais políticas e culturais;

- Descrever e caracterizar as dinâmicas históricas e culturais que se considerem terem acrescentados outros valores patrimoniais (material e imaterial);

- Analisar e rever criticamente os critérios de classificação dos centros históricos de Cabo Verde, de modo a integrar a memória da sua vivência pós-colonial e os valores patrimoniais que foram sendo adicionados até o presente.

- Fazer uma análise crítica dos eixos urbano do período colonial que constituem a herança artística e histórica edificada nos centros históricos em Cabo Verde;

- Identificar e analisar os contextos em que se inserem os eixos urbanos e edificação, bem como dos estilos construtivos e hábitos de vida que representam, assinalam e evocam, no seu sentido de memória coletiva das urbes em referência e todo o interesse histórico-cultural dessas obras arquitetónicas, reconhecidas no contexto das cidades em Cabo Verde.

- Comprovar que a chamada arte colonial produziu núcleos históricos específicos reconhecidos no contexto das cidades em Cabo Verde.

O estudo sobre o património e a arte são questões muito debatidas ao longo dos tempos, atendendo a dinâmica social, transformadora e global. Os centros históricos enfrentam muitos problemas o que torna urgente e necessário traçar um novo paradigma de conservação, gestão preservação e salvaguarda do seu património artístico e cultural. Também há que reconhecer que ao longo do tempo foram envidados muitos esforços, através de várias conferências, seminários, ateliers, a nível internacional e nacional, compilando várias recomendações e diretrizes, a serem aplicadas pelos países, ilhas, regiões e comunidade local, no sentido de minimizar esses problemas com o objetivo de salvaguarda da memória coletiva. Mas o mais difícil é adequar uma metodologia que vá ao encontro desses problemas, principalmente quando deparamos e abordamos esses casos em particular no nosso continente africano e mais concretamente do nosso objeto de estudo no contexto cabo-verdiano.

Não obstante alguns centros históricos serem classificados como património nacional, os mesmos carecem de um estudo aprofundado de modo a lhes serem atribuída uma identidade própria, procurando as suas raízes históricas, artísticas e culturais. Um estudo/ investigação que vem dar respostas aos constrangimentos identificados a nível da materialidade e imaterialidade, e que servirá de base para uma gestão territorial sustentável e harmoniosa desses bens patrimoniais, com a participação efetiva das comunidades locais. Isto requer abordagens críticas, artísticas, incluindo atitudes consentâneas com a sua valorização, requalificação, gestão firmada em estratégias de valorização do bem patrimonial. Pois, deste modo, é necessário, mais do que o zonamento e ordenamento do território, ou a classificação dos diferentes tipos de usos de materiais de construção, em função das suas potencialidades e limitações, regulando a sua compatibilidade ou incompatibilidade nas diferentes zonas, estabelecer as normas e as diretrizes de gestão e valorização dos centros históricos classificados como património nacional cabo-verdiano, através do valor material e imaterial que está na base da sua edificação. Por isso é, desde logo, de grande complexidade o levantamento e a identificação do problema, uma questão que cada vez mais está a ser objeto de intensos debates científicos, em diferentes áreas de conhecimento.

Segundo Marconi e Lakatos (2007), é uma dificuldade teórica ou prática o conhecimento de alguma coisa de real importância para a qual se deve encontrar uma solução. Por isso, para a sua formulação, devemos ter em consideração alguns aspetos fundamentais: clareza, concisão e objetividade, através de um levantamento na forma interrogativa, delimitado, tendo em conta que o grau do problema está relacionado com a importância dos objetivos e a eficácia das alternativas.

No entender de Gil (1999), o problema delimita a pesquisa e facilita o processo de investigação. Só obteremos a resposta ou explicação através de pesquisas e comprovação dos fatos, ou seja, estaremos constantemente à procura das soluções e da verdade das coisas.

Ciente de que na edificação e evolução de qualquer centro histórico estão sempre presentes conjuntos de criações materiais e imateriais, para melhor compreender esta evolução/ relação ou influência, que os mesmos tiveram ao longo dos tempos, compilamos este trabalho ancorado nos seguintes questionamentos:

- Existe uma matriz cultural diversificada na constituição da identidade cabo-verdiana

patrimonial tanto material e imaterial ancorada nas influências culturais portuguesas?

- Como potencializar esses recursos para que sirvam de base para um desenvolvimento local, regional e nacional?

- Como é caracterizado o desenvolvimento da paisagem urbana nos centros históricos e que influência ela trouxe na constituição da comunidade cultural cabo-verdiana?

- Qual é a pertinência do presente trabalho de investigação na contribuição de uma nova historiografia de Cabo Verde?

- Qual é a importância do património imaterial na gestão e transmissão das heranças culturais cabo-verdianas?

- Existem políticas nacionais ou locais para a valorização e preservação do património cabo-verdiano? Quem são os seus promotores?

- Porquê centros históricos de São Felipe da ilha do Fogo e de Ribeira Grande de Santiago?

Assim, para concluir, o interesse por este tema sobre a materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos em Cabo Verde abre caminho para o alargamento dessa área de investigação na aquisição e produção de conhecimentos através de debates científicos, em prol do desenvolvimento do país e dessas regiões, através da História de Arte.

CAPÍTULO I

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O Património e a arte – um casamento perfeito em prol da edificação, gestão e preservação dos centros históricos

O Património e a História da Arte são dois elementos indissociáveis quando estamos a falar de centros históricos, visto que nos valores que estas duas áreas do conhecimento representam, o de herança cultural e o artístico, estão presentes todos os componentes que refletem a vivência da comunidade.

O centro histórico é muitas vezes considerado como o livro das memórias, porque é composto por bens materiais, imateriais e naturais que foram edificados e implementados pelos nossos antepassados e que se ajustaram entre si pela vivência e dinâmicas comunitárias, ao mesmo tempo que servem de base à construção de um sentido de continuidade entre as gerações. Por isso, nesta parte teórica e conceptual procuraremos abordar as questões do património, alguns conceitos da História da Arte como disciplina que possui objeto de estudo e métodos próprios.

Neste mesmo capítulo analisaremos a questão da paisagem urbana e da arquitetura enquanto objeto de estudo da História da Arte, e dos centros históricos como um modelo de valorização e preservação do património e da memória, tomando sempre como exemplo os de Cabo Verde.

Acreditamos que a consciência da necessidade de transmissão de uma memória através de objetos ou atividades ritualísticas, que atualmente convencionámos designar de património, teve a sua origem com o desenvolvimento da espécie humana, visto que, neste processo, os pais foram atribuindo aos filhos as condições para o seu desenvolvimento integral, desde a satisfação das suas necessidades básicas à transmissão dos saberes (ser, estar e fazer), que lhes permitam sobreviver e viver em comunidade.

Este ato é contínuo, dinâmico e é transmitido de geração para a geração consoante a cultura de cada comunidade, povo ou nação. A todo este processo podemos designar hoje de património, pelo seu simbolismo e pela sua historicidade. Nele está diretamente ou indiretamente associado um outro termo, a arte, que definimos como todas as formas de criação. O património

e a arte formam um casamento perfeito porque é através da segunda³ que se começou a distinguir e definir o que era ou não passível de ser património⁴, ou seja, o estudo do património começou através das manifestações artísticas. Neste aspeto, segundo Borges (2014), podemos afirmar que o património é um conceito extenso e complexo que inclui os bens móveis, imóveis e imateriais. Sendo assim, todos os processos de materialidade ou da imaterialidade, tomados individualmente ou em coletivo, que são portadores de referências à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade são também designados de património (Santos 2008). O património material transmite mensagens culturais que são permanentes testemunhos de uma civilização (Hernández E Tresseras, 2001) e o património imaterial transmite a vivência comunitária que faz parte do processo identitário pelo qual é conhecido qualquer povo ou nação. As suas escolhas dependem dos valores e do reconhecimento que lhe é atribuído pela comunidade, tendo em conta a função que desempenharam no passado, o uso atual no presente e a sua preservação para as gerações futuras. É aqui que sobressai a vontade, “o respeito” e a valorização do património histórico-cultural (Choay 2008).

Como dissemos anteriormente, o casamento entre o património cultural e a arte têm uma influência direta sobre os centros históricos, pois através deles é que podemos definir a importância, a identidade do tecido urbano ou seja distinguir o histórico do não histórico. Também é através do mesmo casamento que se pode fazer o restauro, a reabilitação e a requalificação urbana tendo sempre em vista uma harmonia entre o antigo e o novo, mesmo quando há necessidade de introduzir materiais modernos para responder a demandas atuais. Por isso, e através desse dinamismo patrimonial, achámos por bem destacar a importância das cartas patrimoniais e das recomendações da UNESCO⁵, porque são elementos fundamentais que norteiam todo o processo do reconhecimento, preservação intervenções no património histórico-cultural (Braga, 2006). As normativas que regulam a gestão, preservação do património histórico-cultural, tal como outras questões sobre o património, evoluíram com o decorrer dos tempos e em consonância com as problemáticas e os novos desafios da humanidade. Se antes a visão sobre o património era meramente sobre as questões da preservação dos aspetos materiais, atualmente o património, através dos seus aspetos gerais, da sua influência direta sobre o quotidiano comunitário, é encarado como um recurso do presente, uma fonte de riqueza, como um fator económico que gera emprego, que facilita o processo de integração e diversidade

³ No seu sentido lato

⁴ Aqui estamos a falar mais concretamente da vertente material e imaterial que através das edificações dos grandes monumentos, ou das práticas sociais culturais exigem o saber fazer. A tudo isto consideramos criações artísticas.

⁵ São conteúdos que iremos aprofundar nos capítulos precedentes.

cultural através da promoção de encontros e diálogos entre comunidades e nações, mas desde que sejam bem geridas.

No caso de Cabo Verde, esta tem que ser a base de partida para o desenvolvimento comunitário, da sustentabilidade e do empoderamento dos seus habitantes, principalmente dos centros históricos rurais⁶, através de uma forte aposta na gestão, preservação do património histórico-cultural com o objetivo de incrementar, fomentar e atrair os turistas, oferecendo-lhes as diversidades natural e ecológica como alternativa aos centros históricos com outras potencialidades, entre as quais se destacam o mar e as praias. Assim, um dos projetos promissores é o de Cada Família um Turista⁷ que, com uma boa implementação e execução, pode trazer benefícios recíprocos entre as famílias cabo-verdianas e o próprio turista estrangeiro.

A valorização do património histórico em Cabo Verde só terá impacto positivo se houver um engajamento de todos os intervenientes diretos e indiretos e se tiver em consideração os normativos internacionais e nacionais que o regulam.

1.2. O Património em Cabo Verde e a implementação de algumas iniciativas de gestão conservação

Neste subcapítulo pretendemos viajar no tempo abordando algumas iniciativas de gestão e conservação levados em curso em Cabo Verde desde os anos 30 do século XX, passando para o período pós independência, com o objetivo de mostrar a preocupação da Metrópole para com as suas colónias e também aproveitaremos para analisar os processos e critérios de classificação dos referidos centros históricos, de modo a traçar outros paradigmas de classificação, tendo em conta a lacunas identificadas.

A diversidade patrimonial edificada no arquipélago marca indelevelmente a importância de Cabo Verde no contexto da expansão portuguesa no mundo e a necessidade de valorizar e conservar a herança patrimonial resultante desse processo histórico. Esta ideia de valorização e conservação pode ser dividida em dois grandes períodos: entre 1930 e 1974, e a partir de 1975, o período após a independência.

Em relação ao primeiro período, de 1930 a 1974, em que houve uma hábil associação nacionalismo e imperialismo, com uma visão voltada para a grande diversidade dos monumentos históricos espalhados em Portugal e nas respetivas colónias que necessitavam de ações concertadas em defesa da melhor preservação e valorização (Vera Félix 2016). Neste contexto,

⁶ Ver o capítulo referente às categorias dos centros históricos

⁷ Projeto para fomentar o turismo no meio rural, em que o turista escolhe uma família para passar todas as suas férias contribuindo com as despesas.

destaca-se a promulgação do ato colonial⁸, e o ano da queda do Estado Novo e consequentemente o início da desagregação definitiva do Portugal Ultramarino. Atendendo a este período dos anos 30 caracterizado pela ausência de estratégias consertadas de valorização patrimonial através dos monumentos, urge a necessidade de um novo paradigma em defesa dos mesmos que só surgiu através de uma forte pressão por parte das organizações e movimentos anticoloniais durante o período pós-Segunda Guerra mundial (1939-1945). Durante este período salientam-se algumas das iniciativas realizadas em prol do património cabo-verdiano, como, por exemplo, a elaboração de documentos referentes à classificação dos monumentos do ultramar (1960) e a salvaguarda do património histórico e artístico de Cabo Verde (1969, 1971), o restauro de alguns monumentos históricos do centro histórico da Ribeira Grande – Santiago (Cidade Velha), em que participou o arquiteto Luís Benavente.

No que respeita ao segundo período, ou seja a partir de 1975, optou-se pela valorização dos recursos humanos e culturais devido aos poucos recursos e à insularidade do arquipélago. A partir deste período, o património cultural do povo cabo-verdiano tem sido valorizado, protegido com políticas e ações diversas no sentido da materialização de projetos conducentes à sua salvaguarda. A intenção é a valorização do homem, da sua cultura e do seu legado patrimonial como meio de transformar vetores-chaves do desenvolvimento do arquipélago e de reforço da sua identidade cultural através do seu legado histórico patrimonial. Nesta ótica apresentamos um quadro de resumo da implementação das iniciativas de gestão e conservação nos centros históricos de Cabo Verde, tendo sempre em consideração os dois períodos históricos importantes da história da nação Cabo-verdiana: o colonial, pós-colonial sob a égide do monopartidarismo e o período da transição política⁹.

Nome de Instrumentos	Ano	Protagonistas	Recomendações com o Centro Histórico
Classificação dos monumentos do ultramar	1960	Arquiteto Luís Benavente	Inventariar e classificar os monumentos do Ultramar
Programa de Salvaguarda do Património Histórico e Artístico de Cabo Verde	1969-1971	Arquiteto Luís Benavente	Inventariar e restaurar alguns patrimónios históricos de Cabo Verde
Criação do Ministério da Educação e Cultura	1975	Governo de Cabo Verde	Reforço do fator cultural e identitário do povo das ilhas

⁸ Diário do Governo nº 156, I série, “decreto nº 18:570”, 8 de Julho de 1930, pp. 1307 – 1312

Documento que representa o paradigma colonial iniciado durante a Ditadura Militar publicado aquando da passagem do futuro presidente do Concelho de Ministro, António Oliveira Salazar (1899 – 1970).

⁹ Referimos o período colonial destacando as ações levadas a cabo entre 1960 a 1971, o pós colonial no regime monopartidário de 1975 a 1990 e o período da transição política com a introdução do pluripartidarismo em Cabo Verde.

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

Criação da Comissão de Investigação Divulgação Cultural	1975	Governo de Cabo Verde	Investigação e divulgação nas áreas da literatura oral e escrita, música, tradições e costumes, artes e arquiteturas regionais e inventariação do património cultural
Relatório intitulado “Institut National de l’aculture	Dez. de 1978 - Jan. 1979	Orlando Garcia [1] Missão da UNESCO	Levantamento das potencialidades naturais e culturais nas ilhas de Cabo Verde, com objetivo de fomentar o desenvolvimento de políticas culturais no arquipélago com o engajamento da sociedade civil
Relatório sobre a “Preservation du Patrimoine Culturel e Architectural Historique”[1]	1981	Paulo Azevedo Missão da UNESCO	Abordagem e descrição dos espaços urbanos e rurais dos centros históricos de Cabo Verde – Casos da RGS, SFF, Praia e Mindelo
Protetion du Patrimoine Culturel e Naturel	1983	Consultor: Garbor Mester Parajad Missão da UNESCO	Sensibilização das autoridades Cabo-verdianas para a problemática da decadência acentuada dos monumentos do CH da RGS
Programe de Sauvegarde du Site de Cidade Velha [1]	1989	Jean Pierre Wieczorec Missão da UNESCO	Abordagem sobre as questões da preservação e salvaguarda do património da Cidade Velha
Transição Política e criação de novos instrumentos normativos	1990	Governo de Cabo Verde	Rutura em termos político, social e cultural do país

Tabela 1- Resumo da implementação das iniciativas da gestão e conservação nos Centros Históricos de Cabo Verde, (Claudino Borges, 2018).

No segundo período, (1990) quando se transita do mono-partidarismo para o multipartidarismo¹⁰, houve uma rutura em termos políticos, sociais e culturais no país, da qual decorreu a criação de instrumentos legais de gestão e valorização do património histórico-cultural, designadamente logo na redação da Constituição da República de 1990, no seu artigo 79, alínea c), que alerta todos os cabo-verdianos para a necessidade de “Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural histórico e arquitetónico”. Considerando os pressupostos acima apontados, podemos abordar a questão do património em Cabo Verde afirmando o seguinte: “O Estado cabo-verdiano tem como uma das tarefas fundamentais proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico nacional” (B.O nº 17 de 3 de Maio de 2010). Por sua vez o Regime Jurídico (Lei nº 85/IX/2020), veio substituir e atualizar o Decreto-lei nº III/90 concernente às questões da proteção, fomento, conservação e valorização do património cultural deixou expressas estas obrigações nos seus artigos números 11º a 25º do diploma.

¹⁰ Período da transição democrática que aconteceu em Cabo Verde no ano 1990

Também devemos referir que a Constituição da República de Cabo Verde de 1992 revista em 2010, no seu art.º 6, ponto 2, refere-se implicitamente aos valores patrimoniais quando, na definição do conceito de território nacional, afirma que:

Na zona contígua, na zona económica exclusiva e na plataforma continental, definidas na lei, o Estado de Cabo Verde tem direitos de soberania em matéria de conservação, exploração e aproveitamentos dos recursos naturais, vivos ou não vivos, e exerce jurisdição nos termos do direito interno e das normas do direito internacional (Constituição, 2012).

E para o cumprimento integral deste desiderato constitucional, o Estado de Cabo Verde elaborou, em 1990, a Lei de base nº 102/III/90 de 29 de Dezembro, substituída atualmente pelo Regime jurídico (nº85/IX/2020), que valoriza e protege o património cultural e natural nacional. Este apelo está espelhado quer nos estatutos das diversas instituições da área do património, quer nos vários programas dos sucessivos governos, como se pode verificar no Programa do Governo da IX legislatura 2016 / 2021 (pág. 185) “O governo irá implementar uma política cultural virada para o desenvolvimento, dando atenção especial (...) à valorização do património cultural (...) durante a década de noventa o Ministério da Cultura de Cabo Verde criou o Instituto Nacional da Cultura, entidade responsável pelas questões da preservação do património cultural, e nesta época a política e o enquadramento jurídico do património estavam definidos no Decreto-Lei 52 de 1990, mas com muitas limitações sobre o património imaterial.

Em 2004, sob o Decreto Regulamentar nº 2, de 17 de Maio, foi criado o Instituto da Investigação do Património Cultural (IIPC atual IPC), entidade formalmente instituída, dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

Assim, são atribuições do Instituto do Património Cultural a identificação, a inventariação, a investigação, a salvaguarda, a defesa e a divulgação dos valores da cultura, do património cultural móvel e imóvel, material e imaterial do povo cabo-verdiano, nomeadamente, a recolha, conservação, tratamento e divulgação das tradições e história orais. A investigação, particularmente nos domínios da história, sociologia, antropologia, linguística, museologia, arqueologia, psicologia e musicologia, visa fomentar o conhecimento da cultura nacional, nas suas mais variadas formas de expressão. A criação de organismos destinados à defesa e valorização do património cultural; a pesquisa, inventariação, cadastro e classificação do património cultural, bem como a sua salvaguarda; a preservação, defesa, proteção e promoção dos bens pertencentes ao domínio arqueológico nacional.

É no contexto do projeto de Inventário Nacional do Património material, que o Governo de Cabo Verde classificou como património nacional os centros históricos de Ribeira Grande Santiago (atualmente Sítio património Mundial) Mindelo, Praia, São Filipe, Nova Sintra e de Ribeira Brava o Campo de Concentração do Tarrafal (atual Museu da Resistência) e as Reservas Natural da Ilha de Santa Luzia, de Covas na Ilha de Santo Antão e o Parque Natural da Ilha do Fogo¹¹.

Durante toda esta trajetória, da história e evolução do património em Cabo Verde, podemos afirmar que o património preservado, valorizado e classificado foi maioritariamente material, isto porque há uma tendência para a valorização da herança da presença colonial, o que é muito significativo.

Em suma, muitos caminhos foram percorridos, enfrentando vários desafios e problemas, mas, mesmo assim ainda falta muito a fazer no que diz respeito as questões do património histórico e cultural. Por isso o foco deste trabalho recolher e dar subsídios técnicos e científicos nesta questão e principalmente de implementar um novo paradigma para a preservação e salvaguarda dos centros históricos de Cabo Verde e trazer inputs para uma melhor elaboração dos processos de classificação dos centros históricos a património nacional.

1.3. O Estudo e a Valorização do Património Imaterial em Cabo Verde - O grito de Ipiranga

Neste subcapítulo abordaremos a questão do percurso feito a nível da valorização do património cultural imaterial (daqui em diante designada de PCI), fazendo uma breve descrição e levantamento de alguns fatos marcantes das atividades desenvolvidas pela UNESCO nesta matéria, tais como os programas de gestão e salvaguarda do PCI e outras atividades que viriam a dar ênfase ao PCI a nível mundial. Abordaremos também o texto da Convenção 2003, tendo em conta as implicações para os países que adotaram este documento. Finalmente falaremos do caso específico de Cabo Verde sobre os ganhos e desafios na valorização do património imaterial.

A expressão “património cultural” evoluiu bastante nas últimas décadas, fruto da elaboração de alguns instrumentos doutrinários pela UNESCO, sem esquecer os debates, as iniciativas e as tomadas de decisões por parte de alguns estados membros¹². No decorrer do tempo foram-se incorporando novas dimensões ao património (arquitetura vernacular, industrial,

¹¹ Os centros históricos classificados e as Reservas Naturais foram atualizadas na Lista Indicativas da UNESCO no ano 2015.

¹² Aqui referimos às iniciativas levadas a cabo por vários países no concernente às questões em prol da preservação, valorização e salvaguarda do património cultural. Essas iniciativas de podem ser desenvolvidas a nível central (governamental), regional ou local.

patrimonial natural entre outras), conferindo-lhe uma maior diversidade e complexidade. Também lhe foi sendo acrescentada uma vertente antropológica que engloba tanto as expressões imateriais (o saber fazer, as tradições orais, etc...), bem como os lugares e o contexto social e cultural que se inscrevem. Esta diversidade contribuiu para se alcançar uma noção de património cada vez mais alargada, diversa e reveladora da relação de interdependência de muitos dos bens patrimoniais (Bouchenaki, Mounir, 2004).

Começa-se a ver que o património cultural não se limita apenas aos monumentos e coleções de objetos, mas compreende também as tradições ou expressões vivas, fruto da herança dos nossos antepassados e transmitidas para as gerações vindouras tais como: tradições orais, artes do espetáculo, usos sociais, rituais, atos festivos, conhecimentos e práticas relativas à natureza e o universo, e saberes e técnicas vinculadas ao artesanato tradicional¹³.

Ao abordarmos a questão do património cultural imaterial, podemos aferir que esteve sempre presente na vida da humanidade. Podemos até afirmar que o processo da imaterialidade antecede a materialidade no seu sentido global, visto que qualquer edificação ou construção material exige o “saber fazer” que muitas vezes acontece de uma forma empírica, visto que, muitas vezes quem faz não consegue verbalizar a explicação de como aprendeu a fazer e isto não significa que não haja uma transmissão, porque há, pela prática de fazer. Por outro lado, a valorização que se foi fazendo cruza com a dimensão prática de responder a uma necessidade inclusivamente de sobrevivência (como sucede com as formas de habitação), com uma dimensão crescente simbólica, adquirindo um significado cultural. Um exemplo concreto são as técnicas construtivas que começa por resultar do aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, e vai adquirindo, com o tempo, um valor de identidade. Assim, as práticas que se desenvolvem a partir da supressão de necessidades de sobrevivência com os meios disponíveis no ambiente em que se viviam ou de mediação com uma ideia do sagrado que dá sentido a existência, ganha um valor de identidade e de herança cultural, mesmo que no sentido técnico, a vertente imaterial só veio a ser discutida muito mais tarde, isso não fez com que, não houvesse o processo de valorização e transmissão por parte da comunidade detentora do referido património, mesmo que seja de uma forma inconsciente.

¹³ Esses itens foram utilizados para a elaboração da ficha de inventário sobre o património cultural imaterial em Cabo Verde (experiência piloto aplicada na Cidade de Ribeira Grande Ilha de Santiago). Um dos projetos financiados pela UNESCO.

O que eu quero dizer é que, embora o conceito não existisse, estavam lá as áreas que ele abarca. E poria a questão antes de mais, de modo radical: se é possível hoje falar com toda a naturalidade de património cultural imaterial, isto deve – se a antropologia e a etnografia, não apenas em Portugal mas em muitos outros países na Europa e no mundo. Foi no âmbito destas disciplinas que se construiu historicamente um campo disciplinar onde as tradições orais, artes do espetáculo, rituais, práticas sociais, conhecimento, mitologia, “saberes fazer” técnicos – que então não se chamavam assim – se constituíram como campos fundamentais de “identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização” (Leal, 2009:289).

Atendendo ao exposto, era necessário encontrar soluções que visassem a valorização, transmissão e salvaguarda dos aspetos imateriais, tendo em conta que são bases fulcrais que definem a memória coletiva de um grupo ou comunidade. Era preciso encontrar uma solução operativa para responder as demandas contemporâneas com objetivo de alargar a visão e o conceito sobre o património. Deste modo, após um longo período de discussão no seio da UNESCO, foi estabelecido o conceito de “Património Cultural Imaterial”.

Este conceito surgiu da necessidade de colmatar a lacuna da não contemplação do imaterial na definição de património adotada pela *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972*. Atendendo muitas vezes a fragilidades de várias ordens que afetam a preservação e salvaguarda do PCI, este é um importante fator de manutenção da diversidade cultural frente à crescente globalização. A compreensão do património cultural imaterial de diferentes comunidades visou contribuir para o diálogo entre as culturas e promover o respeito com outros modos de vida.

Essas práticas sociais tradicionais e culturais foram ganhando um papel mais relevante no seio das políticas culturais, debatidas em fóruns, nacionais e internacionais, sobre a cultura e desenvolvimento, como sendo, por exemplo, a Conferência MONDIACULT (1982)¹⁴ ou em documentos de referência como é o caso do relatório *Our Creative Diversity* (1996)¹⁵

Na sequência desta gradual tomada de consciência, em 1992, são introduzidas alterações substanciais nas orientações técnicas da convenção de 1972¹⁶ com a associação do domínio imaterial ao património cultural, tomando como exemplo a paisagem espiritual indígena na Austrália, mais concretamente no Uluru – Kata Tjuta National park Harriet Deacon (2001).

¹⁴ Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México em 1982, é uma referência no que diz respeito aos direitos culturais, pois ali se discutiu a relação entre cultura e desenvolvimento, esboçando assim, pela primeira vez, o princípio de uma política cultural baseada no respeito à diversidade cultural.

¹⁵ Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural que defende a difusão da cultura e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e que constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua.

¹⁶ A Convenção de Paris, 1972, que trouxe um novo paradigma conceptual e de gestão para a ciência patrimonial, visto que nela se fez a junção do património Cultural e Natural.

Tornava-se cada vez mais claro e pertinente todo o trabalho desenvolvido pela UNESCO em prol da preservação, divulgação e salvaguarda do PCI, a tal ponto que, segundo Harriet Deacon (2001), o entusiasmo crescente que se tem verificado em relação ao PCI está também ligado a uma tendência que se verifica sobretudo a partir dos finais do séc. XX e reflete a necessidade de reavaliar os efeitos causados pela globalização, dominando neste sentido uma preocupação centrada na questão das identidades em contextos locais.

Através da realização de várias iniciativas pela UNESCO em prol do desenvolvimento do PCI, chegou-se a uma das etapas mais importantes nesse processo que foi a elaboração, aprovação e implementação da Convenção para a Salvaguarda de Património Cultural Imaterial de 2003 (designada de Convenção 2003). Este precioso documento contribuiu para um debate mais alargado e a nível internacional sobre as questões do PCI, trazendo cada vez mais ao terreiro o debate das preocupações dos estados membros na defesa, valorização do PCI, em que se destaca a valorização da comunidade detentora do saber no processo de preservação valorização e salvaguarda do património¹⁷.

A Convenção 2003 define o PCI da seguinte forma:

As práticas, representações, expressões conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe são associadas – que as comunidades ou grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Este património cultural transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e sua história, inculcando – lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção e o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (Convenção, 2003, artigo 2º).

Esta Convenção 2003 espelha a diversidade trazida ao conceito de património pelo reconhecimento da sua possível imaterialidade, em que em primeiro lugar estão as práticas sociais, ou seja, estas práticas tornam-se objeto patrimonial por excelência, sendo que os objetos aparecem aqui associados às práticas ainda que representem um suporte indispensável à sua existência e continuidade.

No entanto a separação entre o património material e imaterial muitas vezes começa a ser criticada, sobretudo a partir da Associação dos estudos críticos do património, defendendo a necessidade de uma maior justificação teórica. Através dos nossos objetos de estudos podemos analisar que as relações entre o material (representado pelo próprio território e os componentes

¹⁷ Entre outras iniciativas levadas a cabo pela UNESCO, visando a salvaguarda do PCI, destacam-se algumas, tais como: Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular (1989), a criação e disseminação do programa Tesouros Humanos Vivos (1993) a Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade (1998).

edificados), e o imaterial (através das suas manifestações sociais), são objetos de várias discussões. Mas, neste contexto, torna-se praticamente impossível dissociar o meio imaterial do meio material como é o exemplo do nosso objeto de estudo. Nesta ótica, segundo Correia (2001), baseado nos estudos de Tombamento dos terreiros afirma que:

(...) O que realmente é tombado num terreiro de mina ou candomblé? O que se tomba são os bens materiais e imateriais, os bens móveis, as heranças culturais e simbólicas? Tomba-se os ritos, e a mitologia, o panteão das entidades, os vestuários, as cores das paredes, o peji? (...) A prática de tombamento deve evitar congelar, petrificar e fossilizar bens sociais e culturais que estão enraizados na vida social, na memória e tradição viva de grupos (Correia, 2001: 125).

Atendendo a afirmação transcrita e tendo em conta a semelhança com o nosso estudo de caso é importante verificar a problemática na indefinição e separação entre o processo da materialidade e da imaterialidade, mais concretamente quando estamos em presença de uma conjugação simbólica entre o sagrado e o profano, atendendo aos diferentes métodos, técnicas e formas de preservação, gestão e salvaguarda dos referidos bens. O que torna praticamente impossível separar as manifestações imateriais dos bens materiais.¹⁸

1.3. Da riqueza e da diversidade do património imaterial em Cabo Verde à urgente necessidade da criação e institucionalização dos normativos legais para a sua valorização.

A valorização patrimonial enquanto elemento de resgate e afirmação identitários de um povo, conduz ao reforço da cidadania, fomentando o surgimento de cidadãos mais conscientes e participativos.

Por outro lado, qualquer centro histórico é preservado e valorizado através do seu património material, imaterial e natural.

Cabo Verde está a dar os seus primeiros passos para a valorização do património imaterial visto que ao longo do tempo esta questão nem sequer era debatida nos espaços públicos institucionais. Em 2012, Cabo Verde fez o depósito legal para a ratificação da Convenção 2003 junto da UNESCO, com o objetivo de preservar e valorizar o PCI. Atendendo o processo da dinamização cultural, visto que a própria cultura não é estática nem imutável, e na sequência do depósito legal para a ratificação da Convenção 2003, em 2014 o Instituto de Investigação do Património Cultural, sofreu algumas mudanças e através de um novo Decreto – Lei nº 41 da I Série de 27 de Junho de 2014, passou a ser denominado de Instituto do Património Cultural

¹⁸ Rodrigo Modesto. In Fênix- Revista de História e Estudos Culturais Abril/Maio/junho de 2009 Vol.6 Ano VI nº2. Acessível em www.revistafenix.pro.br

(IPC) arrastando consigo missões culturais abrangentes, ou seja, deixou de ter como principal objetivo o processo da investigação. Essa onda de modernização aconteceu não só com a instituição em si, mas também no organograma do próprio IPC. Neste caso estou a referir à remodelação dos departamentos em que a então direção da Salvaguarda do Património passou a ser Direção dos Monumentos e Sítios, a Direção de Ciências Humanas e Sociais, deu lugar à Direção do Museu e Museologia, continuou a Direção da Administração e Finanças e por último instituiu – se a Direção do Património Imaterial.

Em Cabo Verde a própria expressão técnica PCI é muito recente¹⁹ e tem pouca expressividade tanto no seio dos técnicos que laboram com as questões do património, quanto mais na comunidade que é a base da decisão dos processos de escolha, inventariação e salvaguarda do PCI. Todos os processos mencionados dependem da forma como a comunidade reage a uma política de valorização, classificação e conservação de PCI, sabendo que os projetos de salvaguarda são elaborados e executados pela própria comunidade. Neste aspeto aparece o papel, as obrigações e direitos dos estados que fazem parte da Convenção.

Uma das medidas é a criação de normativos que regulem o PCI Cabo-verdiano, de modo a determinar a criação de um ou mais inventários no território com o objetivo de “assegurar a identificação com vista à salvaguarda...” (Art.º 12º). Os inventários podem ser conduzidos à escala nacional, regional ou local, envolvendo as comunidades e outras organizações importantes. É também necessário elaborar um plano estratégico com ações que garantam a sensibilização e salvaguarda do PCI.

Neste sentido, cabe também ao Estado, por imperativo constitucional, promover ações e procedimentos legais capazes de preservar a memória que envolve o património imaterial do país, associando – se as praticas, de defesa, valorização e salvaguarda desse património²⁰.

Neste aspeto mesmo que implicitamente, segundo a Constituição da República de Cabo Verde no seu artigo (2012, artº 7º), são tarefas fundamentais do Estado:

“Preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura cabo-verdianas”;

Proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico nacional.”

¹⁹ A expressão do Património cultural Imaterial ganhou maior ênfase com a criação da Direção do Património imaterial. É neste contexto que se realizou o primeiro Inquérito de Base Comunitária que serviu de base para a compilação do dossier da candidatura da Morna á Património Mundial da Humanidade.

²⁰ Que no caso de Cabo Verde aparece de forma implícita nos artigos 6 ponto 2 e no Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde nº 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro que é a Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano, Secção VIII, Artigo nº 64

Torna-se cada vez mais pertinente em Cabo Verde o resgate de algumas tradições ameaçadas pela dinâmica do tempo, o que implica ações urgentes, conducentes ao registo / inventariação, elaboração e execução de um plano de salvaguarda, sobretudo quando a demanda provém de própria comunidade. É necessário estabelecer: Quem faz a inventariação? Qual o papel da comunidade neste processo? Quem seleciona os PCI a serem classificados e salvaguardados? Como e quem elabora, executa e monitoriza o plano de salvaguarda? Como resolver os conflitos / interesses políticos e sociais que daí advêm?

No caso do património imaterial, é muito complexo o processo de inventariação, classificação e salvaguarda, tendo em conta que a comunidade é o centro das resoluções, visto que está encarregue da sua escolha, seleção e do consentimento da classificação (Convenção 2003: artigo 12º) Por outro lado, a dificuldade inerente de identificar a origem, singularidade e excecionalidade do próprio PCI.

No caso do nosso país, as manifestações culturais são semelhantes em muitas ilhas e localidades do país. Por exemplo, celebra-se a festa de São João nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo, São Vicente e na diáspora, assim como a festa da Tabanca em Santiago e Maio. Há cerimónias e rituais religiosos e profanos semelhantes quase em todo o país, o que obriga não só a um trabalho técnico/comunitário exaustivo junto das comunidades, sobretudo quando estes provocam conflitos de interesse entre as comunidades, autarquias e o próprio Governo. Neste processo é fundamental a fomentação, por parte do Estado e das autarquias, de uma participação massiva da comunidade, dos grupos e associações locais e dos próprios indivíduos que criam, mantêm e transmitem as manifestações sociais e culturais e os conjuntos de saberes e práticas que constituem o património imaterial.

É evidente que a ratificação da Convenção de 2003 pelo governo cabo-verdiano em 2012 veio promover uma maior reflexão sobre este tema a nível nacional e o desenvolvimento de ações de valorização e proteção. Com esta ratificação, Cabo Verde conseguiu o financiamento de vários projetos²¹ junto da UNESCO.

Neste caso e de acordo com a entrevista feita à Diretora do Departamento do Património Imaterial afeto ao Instituto do Património Cultural, Sandra Mascarenhas²², esta considera que para atingir este desiderato, o Governo de Cabo Verde através do Instituto do Património

²¹ Um dos projetos importantes é o da Inventariação de Base Comunitária do PCI em Cabo Verde começando com um projeto piloto na Cidade Velha – RGS que serviu de base para a compilação do dossier da candidatura da Morna ao património Imaterial da Humanidade.

²² Ver o guião da entrevista em anexo

Cultural, introduziu no seu plano anual de atividades para o ano de 2018 algumas ações de caráter urgente e pertinente, nomeadamente:

- Elaboração do regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial;
- Inventário das festividades de São João (Nhu San Djon), sua classificação como património nacional e elaboração de um plano de salvaguarda;
- Inventariação da Tabanca nas ilhas de Santiago e Maio (possível classificação a património nacional prevista para finais de 2021);
- Projeto Nacional de Onomástica e elaboração de um Regulamento a nível nacional;
- Projeto das tradições orais (está previsto um encontro a nível da CPLP);
- Figuras míticas de tradições orais (projeto elaborado no âmbito do meu programa de Doutoramento e submetido ao Governo de Cabo Verde através do IPC).

Todas as ações que estão a ser desenvolvidas neste âmbito e outros esforços que se vem fazendo em prol do PCI em Cabo Verde irão permitir que o seu valor cultural e identitário seja reconhecido com um forte envolvimento das comunidades, de modo a que seja tratado em pé de igualdade com o PCM (Mascarenhas 2018).

1.4. O Centro Histórico e o Despertar da Consciência Internacional

1.4.1. Entre o Conceito e a evolução como vetor da mudança

As cidades são produtos da sociedade que as construiu física e culturalmente, num processo contínuo. São considerados espaços territorialmente circunscritos englobando as funções sociais, económicas, culturais e cívicas, constituindo assim um património que deve ser usado e sobretudo preservado para gerações futuras. As cidades, através das múltiplas funções que as constituem, são espaços simbólicos de vivência social, política, económica e cultural, e têm nas suas centralidades urbanas espaços fundamentais de convergência e representação física dessas vivências. É esta condição simbólica, que se vai construindo ao longo do tempo, que faz com que estas centralidades urbanas se constituam como centros históricos.

A preservação dos centros históricos é um tema de uma complexidade extensa que vem sendo objeto de várias reflexões internacionais, com vista a identificar vários fatores de mudanças e incrementar novas atitudes tendo como objetivo estabelecer, instituir diretrizes

ancorados numa nova abordagem que pode conduzir a um desenvolvimento integral dos centros históricos tendo em conta os seus valores simbólicos patrimoniais e culturais²³.

É ancorado nesta perspetiva material e imaterial, inseridos nestes espaços territoriais, incluindo as dimensões sociais, económicas, históricas e a urgente necessidade de integrar políticas conducentes à sua proteção e valorização, que procuraremos fundamentar, ao longo deste trabalho, as questões dos centros históricos, começando por refletir sobre os conceitos, a evolução e as mudanças ocorridas durante décadas, através de uma procura incansável de novas orientações que doutrinem as metodologias de intervenção, proteção e salvaguarda destes espaços territoriais.

Uma das etapas mais complexas neste subcapítulo é encontrar uma abordagem patrimonial apropriada ao centro histórico, tendo em conta que estamos perante um território circunscrito, com uma dinâmica viva, fruto de um processo com diferentes vertentes, políticas, sociais e económicas. Nesta ótica, entendemos o centro histórico como um espaço de memórias coletivas, nas quais se conjugam os aspetos materiais e imateriais que identificam a comunidade residente através de um processo de assimilação de memórias e práticas culturais recebidas das gerações passadas que fizeram parte da vivência e edificação do mesmo

A Carta de Atenas de 1931, é considerada a base de partida ou um dos primeiros documentos de reflexão sobre estes espaços, embora não se encontre nela plasmada a noção do centro histórico, por instituir os critérios de proteção e revitalização dos edifícios antigos com elevado potencial histórico-simbólico. Mas com o dealbar da segunda Guerra Mundial, após a grande destruição das cidades europeias, houve uma preocupação e necessidade por parte dos Estados, dos arquitetos e urbanistas em revitalizar estes tecidos urbanos e é neste contexto que, em 1951, durante o oitavo Congresso Internacional sobre a Arquitetura Moderna (CIAM), que decorreu em Hoddesdon (Reino Unido), o centro histórico foi definido como o “coração da cidade”. Neste congresso, o debate científico debruçou-se sobre a análise das experiências e casos de sucessos de algumas cidades europeias (Holanda Suécia e Inglaterra), onde se revitalizaram os espaços, conjugando os aspetos da mobilidade das pessoas (criação de zonas pedonais e para ciclistas) com os espaços comerciais e de habitabilidade, com o objetivo de dar mais conforto aos utentes e, ao mesmo tempo, servindo de cartão-de-visita para os turistas e de valorização da memória coletiva (Lourenço Gomes,2008).

²³ Podemos aqui destacar muitas reflexões de âmbito científico e institucional, tais como: Convenção de Paris, 1972, que trouxe um novo paradigma conceptual e de gestão para a ciência patrimonial. Nesta Convenção fez-se a junção do património cultural e natural. As Recomendações sobre as Paisagens Históricas urbanas de 2011, sugerindo uma gestão e valorização integral e conjugada do património histórico-artístico urbano...

Tendo em consideração o dinamismo ocorrido no campo político, social, económico e cultural, sentiu-se a necessidade de ampliar os parâmetros da Carta de Atenas e das recomendações saídas do CIAM. Neste ambiente de mudança e da procura de novos paradigmas de proteção e valorização dos centros históricos, em 1964 elaborou-se a Carta de Veneza que veio trazer um conceito mais alargado, em que a visão e a preocupação de somente valorizar os edifícios antigos dos centros históricos deu lugar à proteção e valorização dos sítios urbanos e rurais com elevado grau de potencial histórico-patrimonial e que representassem momentos marcantes de civilizações. Diz a Carta da Veneza (1964) que “os monumentos de um povo, são portadores de uma mensagem do passado, são testemunhos vivos das suas tradições seculares”. Estes monumentos pertenciam a um povo que os edificou e que faziam parte do quotidiano do mesmo, quer para habitação, quer para a realização das práticas sociais que faziam parte das necessidades desse povo.

Como dissemos anteriormente, preservar os centros históricos é um processo contínuo e complexo devido às diversidades patrimoniais que os constituem, por isso esses territórios ultrapassam a dimensão meramente material, visto que albergam uma comunidade composta por pessoas que possuem uma história que é vivida quotidianamente através de práticas sociais que os caracterizam e identificam culturalmente. Deste modo, o centro histórico é um território também determinado pela dinâmica das atividades sociais, políticas, económicas e culturais dos seus habitantes²⁴.

Mas o dinamismo patrimonial fez com que se repensasse nas novas formas do planeamento e proteção das cidades históricas com objetivo de impactar o desenvolvimento urbano nos modelos societais da era pós-industrial. Por isso elaborou-se a Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas denominada de Carta de Washington²⁵ com o objetivo de colmatar e pôr cobro às sucessivas ações conducentes às destruições e perdas irreparáveis de carácter cultural, social e inclusivamente económico de todo o manancial patrimonial das cidades históricas, trazendo alguns princípios e objetivos que norteiam o planeamento e preservação do conjunto urbano tais como:

²⁴ Colóquio sobre a conservação realizado em Quito (1977) definiu que “A característica especial de um centro histórico é o reconhecimento por parte dos seus habitantes do resto da cidade, de que o centro histórico é uma área urbana com identidade própria e aparência particular”.

²⁵ A Carta do ICOMOS, Washington D:C., de 7 a 15 de Outubro de 1987, refere-se a conjuntos urbanos históricos, de maior ou menor dimensão, incluindo as cidades, vilas e os centros históricos ou bairros históricos com a sua envolvente natural ou construída pelo homem, os quais para além de constituírem documentos históricos são a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

(...) A salvaguarda dos conjuntos urbanos históricos deve, para ser eficaz, integrar-se numa política coerente de desenvolvimento económico e social e ser tomada em consideração em todos os níveis do planeamento territorial e do urbanismo;

Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que determinam a sua imagem urbana (...).

Agora sim, ajusta-se aos aspetos imateriais, como uma das bases fundamentais para a compreensão e evolução através das dinâmicas culturais ocorridas no centro histórico. Assim podemos afirmar que é através da relação da materialidade e imaterialidade que se define o que é histórico e identitário. Por isso, sobressai aqui o papel da comunidade na seleção, no reconhecimento e na apropriação do património, e, ao mesmo tempo, na preservação, transmissão e valorização do mesmo. Mas, mesmo assim, a própria comunidade necessita de alguns *inputs* para alcançar esse desiderato de uma boa e melhor forma de preservação, gestão e valorização dos espaços históricos. Há que haver um forte engajamento e compromisso de todos os agentes direta e indiretamente envolvidos na conservação dos centros históricos. Assim, cabe também ao Estado²⁶, através dos Governos e dos poderes locais, criar as condições necessárias para essa conservação, entre as quais estão: as normas jurídicas, recursos financeiros e humanos necessários para garantir a melhor forma de preservação e valorização desse espaço territorial.

Aqui sobressai a ideia de um “*djunta mon*”²⁷, ou seja, da conservação integrada que abarca um conjunto de mudanças sociais, políticas, económicas e científicas verificadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial e sobretudo durante as décadas de 1960 e 1970 (Boavida-Portugal: 2003).

A ideia da conservação integrada baseia-se na proteção e numa forte articulação dos aspetos sociais, culturais, económicos, funcionais e físicos, com o intuito de compreender e conhecer o próprio território. Por isso, é necessária uma análise exaustiva de reconhecimento do território, da própria sociedade civil, envolvendo equipas de trabalhos pluridisciplinares, com o objetivo de elaborar um mapeamento dos recursos patrimoniais existentes no centro histórico, criar instrumentos de monitorização que visem observar as mudanças ocorridas ao longo do tempo e prevenir para possíveis situações indesejáveis.

²⁶ Estas recomendações saíram da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (Granada, 1985), e complementada com a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1987).

²⁷ Termo utilizado da língua crioula que significa a união, todos juntos de mãos dadas para alcançar um determinado objetivo.

No percurso da evolução e mudanças ocorridas nos centros históricos, ao longo do tempo, convém destacar o que consideramos como um contributo fundamental para o processo que é a implementação das Recomendações da UNESCO sobre a Salvaguarda da Paisagem Histórica

Urbana e os princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Históricos, ambos datados do ano de 2011.

A Recomendação da Paisagem Histórica Urbana define que “A área urbana é o resultado de uma estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que se estendem além da noção de “centro histórico” ou “ensemble” para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica” (UNESCO, 2011). Enquanto os princípios de La Valletta (2011), para a Salvaguarda e Gestão das Cidades e Conjuntos Históricos veio complementar a Recomendação sobre a PHU, determinando e ajustando que “As cidades e áreas urbanas históricas são compostas por elementos tangíveis e intangíveis, que devem ser salvaguardados mediante um modelo de gestão que incorpore a mudança ambiental, social, de uso e do ambiente construído como uma dinâmica”²⁸. Estas duas abordagens remetem-nos para um conceito mais alargado do centro histórico, expandindo os valores culturais e patrimoniais que se devem constituir como vetores da gestão e do desenvolvimento do território. Esta diversidade inclui os recursos naturais existentes no solo e no subsolo, o património material e imaterial, que fazendo uma combinação harmoniosa, uma utilização racional baseada nos parâmetros do desenvolvimento sustentável, garantem o desenvolvimento económico, social, equilibrado, respeitando o ambiente urbano e natural de modo a servir as gerações presentes e futuras. Estas duas abordagens valorizam a pluridimensionalidade do valor cultural dos centros históricos, incorporando a ideia de que estes são realidades dinâmicas no tempo que conjugam diferentes fatores da atividade humana e diferentes memórias cujos sinais se vão estratificando na configuração do seu espaço e do seu edificado.

Nesta ótica, recorreremos aos centros históricos classificados em Cabo Verde para demonstrar as afirmações supracitadas, sendo que são espaços previamente circunscritos através da criação de uma zona tampão claramente definida, mas que, devido a um recente fluxo migratório, está neste momento em risco de perder as características que os distinguem das áreas urbanas mais recentes (INE 2016). Alguns destes centros históricos, além de se encontrarem em estado de degradação avançada (assunto que iremos abordar mais à frente), perderam também algum status em detrimento das áreas recém-construídas, mas mesmo assim não deixaram de

²⁸ Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbano Históricos, adotado pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris 2011.

funcionar como núcleo central relativamente às outras áreas edificadas, atendendo ao seu “poder de atração sobre os seus habitantes e turistas como foco polarizador da vida económica e social” (Cavém, 2007).

Esta mitigação dos limites dos centros históricos, além, de trazer novos problemas urbanos, acarreta também novos valores arquitetónicos, urbanos e sociais que implicam uma nova abordagem de políticas integradas para a sua preservação e valorização.

Segundo Gaspar (1985), “numa cidade, qualquer que seja a sua dimensão, há sempre uma área mais sensível que melhor traduz o próprio valor da cidade”. O centro histórico é a área “em que as funções se sobrepõem e sobretudo o lugar em que se desenrolam as atividades vistas como sendo particularmente importantes, aquelas que se situam ao nível hierárquico mais elevado”, além de ser um lugar simbólico por excelência, o da história e da memória coletiva” (Rémy e Voyé: 2004). Este simbolismo é representado pela sua materialidade e imaterialidade, ou seja, é nesta área sensível da cidade, lugar onde tudo começou, que podemos encontrar as raízes, parafraseando num bom crioulo em “buska de raíz”²⁹. Ali é a fonte de inspiração tanto para a definição de novas áreas urbanas como é também o ponto de encontro de culturas

O alargamento ou a evolução das áreas urbanas a partir do núcleo central (centro histórico) é uma questão muito complexa que também necessita de um novo paradigma, nos domínios da política, da sociedade e da economia, de modo a contribuir para uma nova visão da sociedade urbana, de maneira a garantir um desenvolvimento equilibrado. Verifica-se também que, nos últimos anos, houve alterações consideráveis em termos da conceção de políticas e instrumentos que regem os problemas urbanos e daí sobressai a importância de uma aplicação efetiva das Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana (2011), de entre os quais podemos fazer alguns destaques essenciais:

- *Que os Estados membros e as autoridades locais relevantes se identifiquem dentro dos seus contextos específicos, as etapas críticas para implementar a abordagem da paisagem histórica urbana, que poderão incluir as seguintes:*

- *Realizar inquéritos e mapeamentos abrangentes dos recursos, culturais e humanos das cidades históricas;*

- *Alcançar consensos através do planeamento participativo e da consulta às partes interessadas sobre valores a proteger para transmissão às gerações futuras, e determinar os atributos que sustentam esses valores;*

- *Avaliar a vulnerabilidade desses atributos às pressões socioeconómicas e aos impactos ambientais das alterações climáticas (...), (PHU, 2011).*

²⁹ Que significa ir a procura da identidade

As Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana (2011), desde que sejam bem implementadas, servem como instrumentos de combate ao rápido crescimento urbano, muitas vezes de forma desorganizada, que pode interferir nos fatores que sustentam o valor patrimonial das cidades históricas (Ana Tarrafa Silva, 2018)³⁰. Com os efeitos da globalização tanto no contexto social como no económico, há que controlar o processo da urbanização das cidades históricas, tendo em consideração uma tríade harmoniosa entre as necessidades dos utentes, o respeito pela valorização do património cultural e a sustentabilidade ambiental, a fim de garantir que a dinâmica na cidade não prejudica o seu desenvolvimento sustentado (Rafael Winter, 2016)³¹.

Nesta perspetiva, torna-se cada vez mais necessário sermos vigilantes na proteção e gestão do património artístico-cultural, conhecermos bem o nosso território, definir claramente os objetivos pretendidos a curto e longo prazo, elaborar um plano de ação, supervisão e prevenção, tendo como foco o desenvolvimento integral e sustentável do território.

Assim, no caso concreto no nosso objeto de estudo, que são os centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe Fogo, procuraremos conhecer bem o território através de um estudo exaustivo e concreto sobre o processo da materialidade e imaterialidade, identificando os aspetos essenciais do património e ao mesmo tempo propor e delinear diretrizes que serão fios condutores para um desenvolvimento integral das cidades. Estes centros servirão de base de estudo e de modelos de gestão e valorização do património, que poderão ser mais tarde aplicados noutros territórios.

1.5. Centros Históricos como Vetor de Identidade e Memória

A partir de uma reflexão iniciada com a nossa dissertação de Mestrado, dedicada ao Museu da Resistência de Cabo Verde (antigo Campo de Concentração do Tarrafal da ilha de Santiago) enquanto património doloroso das memórias (Claudino Borges, 2014), abordaremos neste subcapítulo a relação entre o processo de construção da identidade e memória cabo-verdianas e a definição e valorização patrimonial dos centros históricos. O nosso objetivo fundamental é demonstrar como o valor patrimonial dos centros históricos é criado através de discursos e narrativas sobre memória e identidade que conjugam aspetos materiais e imateriais.

³⁰ <https://www.researchgate.net> – acedido em 25 de Maio de 2020.

³¹ <http://hdl.handle.net/2017/100070> – acedido em 25 de Maio de 2020.

O centro histórico é o espaço por excelência em que está depositado todo o conjunto patrimonial que suporta a memória e a identidade coletivas.

Na conceção de Teresa Barata Salgueiro (2005), os centros históricos, além de serem as “partes mais antigas da cidade”, constituem como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com consequência dos factos que estruturam as identidades”. Pode-se atribuir-lhes o estatuto de coração da cidade que deve ser preservado. Daí que este tipo de património imóvel esteja intrinsecamente ligado à memória coletiva, à identidade de um povo e à sua história.

O centro histórico coincide, por via de regra, com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização (Gomes, 2005). Este valor está assente num conjunto de fenómenos materiais e imateriais que reforçam a ideia de um “Nós” e simbolizam a valorização da memória coletiva que desde os tempos primórdios atravessaram diferentes períodos históricos com traços e manifestações específicas e diferentes. Deste modo, os vestígios materiais e as manifestações imateriais que constituem os pilares da edificação do centro histórico são produtos humanos dos tempos que atravessaram e lhes deram origem e estatuto, numa acumulação de estratos temporais e significados históricos que os convertem em “memoryscape”. Por outro lado, a valorização de um povo passa necessariamente pela preservação da sua identidade coletiva, visto que, mesmo quando constituem um elemento identitário do centro histórico, constituem-no em articulação com a intervenção humana, como paisagem.

A evocação da memória encontra-se suportada na recordação de um passado cujo conhecimento assenta num conjunto de evidências físicas e materiais: espaços, edificações e objetos. Deste modo, para compreendermos as questões relacionadas com a memória, temos que considerar um conjunto de significados específicos relacionados com essas evidências, muitas vezes atribuídos fora e posteriormente do/ao seu contexto de criação. É por isso que estes significados não são lineares e nem sempre correspondem às intenções e às circunstâncias que estão na origem dessas evidências. Há que ter em consideração a complexidade cultural dos indivíduos, dos grupos ou das comunidades que lhes atribuíram esses significados.

Muitas vezes, o poder e o valor da memória também estão relacionados com a riqueza artístico-patrimonial do território. Ou seja, quanto maior e mais diversificado for o manancial patrimonial de um determinado território, maiores serão os significados neles projetados pelo mecanismo da memória. Daí que a noção da memória seja bastante complexa, cuja compreensão

necessita de recorrer a um conjunto de disciplinas científicas. Qualquer que seja a reconstrução da memória que é feita pelos indivíduos, grupos ou comunidades tem como ponto de partida as “vivências ocorridas no passado”, as quais estão na base do processo de arquivamento de experiências socialmente significativas do passado que servem como base para entender e responder às demandas políticas, sociais, económicas e culturais do presente, e nos orienta na percepção e planificações futuras (Ferreira Amaral, 2004).

Quando abordamos a memória de um espaço ou território, como sucede com os centros históricos, esta é sempre determinada por uma forte interdependência entre o espaço e os indivíduos que o habitam ou com ele interagem no presente, ao ponto de este processo ter a capacidade de modificar o seu comportamento em relação a esse território, conferindo-lhe um sentido de comunidade, uma identidade, uma melhor vivência, organização territorial e coesão social.

Cabe ao Estado e à sociedade civil o papel de serem os agentes do processo de evocação da memória coletiva, de maneira a facilitar a sua compreensão e valorização. Neste âmbito, o papel da investigação na salvaguarda e transmissão dessa memória às gerações futuras é essencial para fazer face ao esquecimento através da construção de uma “memória social”³², relativa ao passado da comunidade social na qual o indivíduo está inserido, a que interessa num espaço territorialmente organizado a nível social, cultural e político, em detrimento da memória individual. Esta comunidade social remete-nos para uma memória mais diversificada e complexa, atendendo à heterogeneidade dos indivíduos que dela fazem parte. Por isso, a memória social não é uma realidade estática, mas uma construção “flutuante, mutável e (...) referenciada através de marcos ou pontos relativamente invariáveis, imutáveis” (Pollak, 1992).

As identidades criadas pelos centros históricos a partir da memória são, como demonstraram Paul Ricoeur (1996), Pollak (1992) e Connerton (1999), construções sociais, processos que resultam de uma consciência coletiva que resulta do confronto do indivíduo ou a comunidade com uma dimensão do passado ao qual não acederia noutra contexto. Assim, essa evocação que é feita através da memória, está relacionada com as noções do espaço territorial/tempo e é acionado pelo discurso e pela caracterização do centro histórico enquanto

³² Maurice Halbwachs (1990) fala do conceito de “memória social”, em detrimento à memória individual. Esta memória social que o autor define é mais de que a junção das memórias individuais dos membros do grupo em questão. É um conceito dinâmico que existe da interação entre os elementos, e que repousa sobre as trocas e representam um património imaterial que une os membros do grupo e lhes permite situar no passado, no presente e no futuro.

espaço com determinadas características tangíveis e intangíveis que o dotam de uma identidade que fazem daqueles que o habitam, ou com ele se identificam cultural e socialmente, uma espécie de “comunidade imaginada” (Andersen, 2005), unida por um sentimento de pertença e de solidariedade. Esta ideia de comunidade imaginada tem a ver com uma comunidade política imaginada que ultrapassa os limites físicos do espaço e inclui todos aqueles que embora não o habitem, comungam do valor patrimonial do centro histórico, de pensamentos, com traços comuns, características e interesses (Claudino Borges, 2014).

A classificação de um espaço urbano como centro histórico leva necessariamente à produção de um discurso justificativo dessa categorização, o qual integra as suas diferentes dimensões, da arquitetónica e paisagística à artística, incluindo ainda a memória das atividades sociais, políticas, económicas e culturais que aí se foram desenvolvendo ao longo do tempo, assim como as problemáticas ligadas à sua gestão e preservação na atualidade. Deste modo, cada centro histórico é um caso particular, não apenas pela sua natureza histórica e mnemónica, mas também pelos problemas específicos de gestão e preservação patrimonial que coloca. Esta condição faz com que a viabilidade e o sucesso de projetos de gestão e preservação de centros históricos classificados dependam da constituição e sinergia de uma rede pluridisciplinar e política de agentes de intervenção, entre os quais se destacam as entidades políticas responsáveis pelo património, as instituições científicas e académicas das áreas de intervenção em causa (investimentos, regulamentações de tombamento e zoneamento, as atividades comerciais regulamentadas, a expansão do território construído, valorização dos valores histórico- artísticos) e as comunidades municipais e locais.

Nesta ótica de um projeto pluridisciplinar com o objetivo de incrementar um novo paradigma de gestão e preservação dos centros históricos classificados, Cristina Meneguelo³³ aborda a ideia de bom urbanismo, atendendo a dinâmica dos centros históricos, trazendo exemplos de boas práticas implementadas nalgumas cidades europeias (Bolonha, Barcelona e Londres) nos finais de 1970 e ao longo da década de 1980, em que aumentaram projetos e outras iniciativas de valorização e preservação dos núcleos históricos em decadência e estrategicamente localizados. Estes núcleos foram revitalizados pela implementação de ideias e projetos urbanos de grandes arquitetos, pela sua inclusão em itinerários turísticos ou pela atração de outras atividades económicas que não comprometessem a sua integridade material e identitária.

³³ <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php>, acesso em 11 janeiro de 2017

1.6. A Paisagem Urbana e a Arquitetura enquanto objeto estruturador dos centros históricos

Neste subcapítulo pretendemos fazer uma abordagem histórica e conceptual sobre a relação entre a paisagem urbana e a arquitetura enquanto objeto de estudo da História da Arte, da sua significação cultural e das suas implicações no processo de patrimonialização dos centros históricos. Também abordaremos os significados e contribuições da arquitetura e urbanismo no processo da produção da paisagem como produto da arquitetura.

Do ponto de vista etimológico, o termo paisagem deriva da palavra latina *Pagus*³⁴ que significa território, enquanto nos países anglo-saxônicos e germânicos está correlacionado com o espaço geográfico que deve ser abrangido pela visão humana.

Com o dealbar do Renascimento e a passagem da representação bidimensional do espaço medieval para a sua representação tridimensional, o termo paisagem passou a ser associado à pintura, considerando-se os paisagistas como os pintores da paisagem. O aparecimento da perspetiva geométrica veio impulsionar o interesse dos pintores quatrocentistas pela composição de profundos planos de fundo com paisagens e elementos arquitetónicos. Com o advento do século XVII, a paisagem autonomizou-se enquanto género pictórico com a representação de rurais ou de ambientes citadinos como espaços de lazer da população (Magalhães, 2001).

Através dessas descobertas e inovações, a paisagem torna-se, de certo modo, o ícone da pintura dos tempos modernos³⁵. Com efeito, alia ciência e arte, matemática e figuração, preocupação com a natureza e com uma história submetida ao tempo, tudo colocado em perspetiva.

Segundo Hardt (2000), a paisagem pode ser interpretada como a combinação de dinâmica de elementos naturais e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, em que determinado tempo, espaço e momento social formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, produzindo sensações estéticas, como um ecossistema.

Podemos analisar a paisagem a partir de dois contextos:

- a) *Os espaços visuais*, que podem ser naturais ou humanizados, de lenta ou rápida evolução.

³⁴ Pagus: país, território. Consultada em Cf. www.lelaa.be/files/Paysage_et_cyberespace.pdf, consultado em 27 de Maio de 2018.

³⁵ Referência a vários artigos sobre este tema, em particular o texto de uma conferência proferida em Huesca, Espanha, no CDAN, centro da Arte Y Naturaleza, publicada em *paisaje y pensamiento*, Abada 2006. Consultada em Cf. www.lelaa.be/files/Paysage_et_cyberespace.pdf, consultado em 27 de Maio de 2018.

b) *A percepção representada pela composição de formas naturais e humanizadas*; atendendo às condições de visibilidade, qualidade e fragilidade da paisagem, aos potenciais do seu desenvolvimento visual; e pelas respostas sensitivas e psicológicas do observador.

Neste sentido, os centros históricos, considerados como espaços urbanos e integrando diferentes tipos de paisagem tanto natural como antropizada, são concebidos a partir de uma base espacial, sujeita a valores e princípios, já que este património pertence a uma determinada sociedade que o modificou e modelou ao longo do tempo. É por isso que Peixoto (1996) adverte que qualquer tipo de intervenção nas paisagens urbanas deve levar em consideração a evolução da sociedade, as suas transformações básicas, pois as cidades são dotadas do peso e da permanência das paisagens onde o atual convive com a decadência, o futuro com a antiguidade; onde os vestígios e as memórias estão presentes.

Segundo Bonametti (2001), as paisagens urbanas não devem ser lidas somente por meio daquilo que vemos, mas também por meio daquilo com que nos identificamos; por meio daquilo que não conseguimos ver, mas sentimos. As paisagens urbanas devem ser fundadas nos objetos, na luz, na cor, nos sons e nas histórias, assemelhando-se aos panoramas urbanos delineados por Walter Benjamin (1975), através das sua descrições sobre a paisagem moderna, em que este refere sobre as tentativas de surpreender o brilho intenso e a delicada beleza que estão presentes nas primeiras impressões e na memória das cidades.

Tanto em termos de paisagem urbana como na arquitetura sobressai o conceito de lugar. Este conceito afasta-se da ideia de uma localização abstrata e na composição desse entendimento comparece uma percepção local que reúne a presença humana, os elementos construídos e os fatos históricos e culturais que determinam a sua qualidade e distinção tal como aborda Norberg – Schulz (2006): “ (...) uma totalidade constituída de coisas concretas que possuem substância material, forma, textura e cor. Juntas essas coisas determinam uma “qualidade ambiental” que é a essência do lugar”.

Podemos afirmar que desde, os primórdios, mesmo que seja de uma forma implícita, existia a arquitetura tendo em conta a necessidade humana em se abrigar para se proteger das intempéries, fosse nas cavernas, nas grutas, ou por meio de outras edificações. Estes abrigos evoluíram para casas e outros edifícios com diferentes funções, tendo em conta desde a necessidade de sobrevivência ao deleite de aliar as novas tecnologias, utilidade e beleza numa construção.

Cada período tem a sua história e cada história tem o seu período. A arte de construir foi-se moldando aos hábitos e costumes próprios dos tempos e espaços, utilizando a matéria-prima disponível e projetando a sua construção de acordo com o relevo e clima locais. Muitos desses trabalhos permanecem erguidos, o que nos permite estudar peculiaridades e identidades de várias nações. Grande parte deste manancial do património paisagístico que permanece até hoje é constituído por monumentos funerários, templos, teatros e palácios. É por este motivo que, para estudar a paisagem antropizada, não podemos dissociá-la da arquitetura.

Etimologicamente, a palavra arquitetura tem origem no termo grego *arkhitekton*, junção dos termos *arkhé* (“principal”) e *tékhton* (“construtor” ou “construção”). É definida como a arte e a técnica de projetar uma edificação ou um ambiente construído. Também como processo artístico e técnico que envolve a elaboração de espaços organizados e criativos para abrigar diferentes tipos de atividades humanas.

A arquitetura é interpretada como a da mais alta de design, pois de acordo com Marcus Vitruvius³⁶ através da sua obra “De Architectura” (10 volumes, aprox. 27 a 16 a.C), ela fornece “firmeza comodidade e o deleite” em que numa conjugação harmoniosa com território cria um tecido urbano favorável ao desenvolvimento de todos os tipos da atividade urbana na urbe.

Neste aspeto a arquitetura engloba uma vasta área de conhecimentos tais como o desenho, a matemática, a arte, o urbanismo, a história, a engenharia, entre outros que facilitam e permitem o arquiteto conceber de uma forma criativa espaços a serem construídos de maneira organizada a fim de atender algum tipo de interesse humano. Expressa muitas vezes a cultura e o modo de vida de uma coletividade. Podemos considerar a arquitetura como um elemento modelador da paisagem, em virtude de responder às demandas da sociedade.

Qualquer que seja a combinação paisagística e arquitetónica, está subjacente o processo contínuo da materialidade e imaterialidade. Ou seja, por detrás de qualquer modelação da paisagem através da arquitetura, estamos perante uma arte da edificação, da construção de qualquer objeto, de um saber fazer a que podemos denominar de técnica. Estes dois elementos são bases da edificação de qualquer centro histórico e que através da combinação entre o natural, o material e o imaterial sobressaem a singularidade, a autenticidade, o valor simbólico do património artístico cultural, que pode atravessar séculos e séculos e que ao nosso tempo é incumbida a responsabilidade da sua preservação e valorização, em prol das memórias dos seus criadores e em benefício das gerações vindouras.

³⁶ Marcos Vitruvio Polião (em latim, Marcus Vitruvius Pollio), que viveu durante o século I a.C instituiu a base da arquitetura clássica através da criação dos padrões de proporções e os seus princípios conceituais- “utilitas” (utilidade), “venustas” (beleza) e “fermitas” (solidez).

CAPÍTULO II

2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

2.1. De Cabo Verde

Neste capítulo, pretendemos fazer uma breve análise sobre a situação do país. Por isso, abordaremos alguns temas que achamos pertinentes e em muitos casos atuais tais como: a situação geográfica e o meio natural, com enfoque no clima do Arquipélago de Cabo Verde, destacando-se a sua importância do ponto de vista social, económico, geológico, relevo e hidrologia, flora, fauna, o enquadramento histórico, com breve abordagem da problemática da descoberta e do povoamento das ilhas, os dados demográficos e as condições sociais da população e, por último, os indicadores económicos. O nosso objetivo fundamental é lançar as bases necessárias para o real conhecimento do nosso tema de tese.

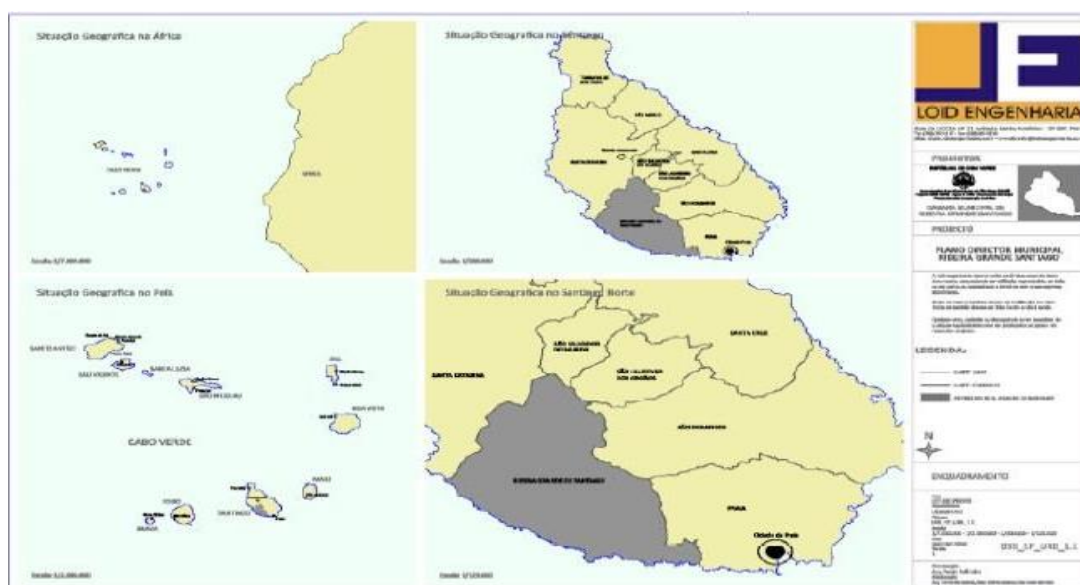


Figura 1- Enquadramento geral de Cabo Verde – fonte: In dossier de candidatura de Cidade Velha ao património mundial da humanidade 2008

O arquipélago de Cabo Verde está situado no Oceano Atlântico, entre o Trópico de Câncer e o Equador, nos paralelos 14° 12' e 14° 48' de latitude N e no meridiano 22° 44' e 25° 25' de longitude WG, ao largo da costa ocidental do continente africano e a 500 km do promontório que lhe deu o nome – o Cabo Verde que fica no Senegal (Brito Semedo, 2006). O seu achamento deu-se a 01 de Maio de 1460. São dez ilhas, oito ilhéus de origem vulcânica. A ilha de Santiago, com 991Km², é a maior de todas. A ilha de Santa Luzia, com 35 km², é menor e

a única desabitada até hoje. Apresentam-se divididas em dois grupos, de acordo com a posição das ilhas em relação aos ventos. As ilhas que compõem o grupo de Barlavento (2239 km²), ao Norte, dispõem-se segundo uma linha reta, orientadas no sentido W/NW e compreendem: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista e os ilhéus Raso e Branco. (Ribeiro, 1960). No total, tem 4.033 km² de superfície e 491.875 mil habitantes (Censo 2010).

Ilha/ilhéu	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície km²
Santo Antão	42750	23970	779
S. vicente	24250	16250	227
Santa luzia	12370	5320	35
Ilhéu branco	3975	1270	3
Ilhéu raso	3600	2770	7
S. Nicolau	44500	22000	343
Sal	29700	11800	216
Boavista	28900	30800	620
Maio	24100	16300	269
Santiago	54900	28800	991
Fogo	26300	23900	476
Brava	10500	9310	64
Ilhéu Grande	2350	1850	2
Ilhéu Luís de Carneiro	1950	500	0
Ilhéu de Cima	2400	750	1

Tabela 2-Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu -Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946 (fonte: INE.CV).

O grupo de ilhas de Sotavento (1803, 37 km²) é descrito por Gomes (2010), como sendo dispostas também, sensivelmente, em linha reta, mas orientadas na direção E/NE, onde se evidenciam: Santiago, Maio, Fogo e Brava, assim como os ilhéus desabitados de Luís Carneiro, Sapado, Grande e de Cima (junto à Brava). Existem outros pequenos ilhéus nomeadamente o dos Pássaros, junto a Mindelo (S. Vicente) e o de Santa Maria, junto à Cidade da Praia.

Segundo Amaral (1991), o nome de Cabo Verde é derivado do promontório com o mesmo nome localizado no continente africano, frente ao arquipélago. O mesmo corrobora Ernesto de Vasconcelos, num estudo e descrição feita sobre a costa ocidental de África, do Senegal ao Cabo do Monte, escrito no século XVI:

Deste Cabo Verde no mar oceano côtra ocidente jaze as ilhas que se chamã ilhas de Cabo verde. Aynda que elas nã sejam verdes, pore tomam ho nome deste Cabo que he sempre verde das quaes ilhas se hirã no quaderno das ilhas do mar perderam oceano (Amaral, 1991:2).

De fato, a posição do arquipélago a 1400Km a SW das Canárias fica muito longe da costa, o que terá condicionado o alcance destas ilhas por parte das populações africanas. No entanto, fica suficientemente próximo para desempenhar uma função de placa giratória ou ponto estratégico no processo do comércio triangular do império português, desempenhando a função de entreposto comercial entre a Europa, África e América, com outras variantes ao longo do tempo conforme descreveram Iva Cabral e Maria Emília Madeira Santos (2000).

O arquipélago constituiu assim, área estratégica no que toca a relação Europa-África, na qual desempenhou o papel de entreposto comercial. Nesta ligação entre três grandes circuitos comerciais: o euro-africano (entre a Península Ibérica e Cabo Verde); o africano (entre Cabo Verde e a Costa da Guiné; e o Afro-americano (entre a Costa da Guiné e a América Espanhola)³⁷(Cabral & Santos, 2000:27-55).

É importante realçar que a noção de posição estratégica decorre das funções que o território desempenhou em cada momento da sua história. Embora não constituísse uma escala sistemática, Cabo Verde foi um ancoradouro para as rotas atlânticas das carreiras das minas de São Tomé ou ainda das carreiras transatlânticas para as Índias ou para a América.

2.2. Condições naturais das ilhas de Cabo Verde

Informações recolhidas, na Enciclopédia Luso-brasileira (Vol. V.)³⁸ sobre as características naturais de Cabo Verde mostram que a importância das ilhas, sob o ponto de vista geológico, é extremamente notável, uma vez que as mesmas são os únicos testemunhos visíveis da crosta terrestre, numa vasta extensão submersa de cerca de 5 milhões km², condição que pode ser maximizada na ótica da criação de um novo produto turístico para o arquipélago.

Segundo escreveu J. Bacelar Bebiano, citado por Gomes (2010), estes minúsculos marcos podem ser considerados vértices de triangulação primária do levantamento geológico do

³⁷ É importante realçar que a noção de posição estratégica decorre das funções que o território desempenhou em cada momento da sua história. Embora não constituísse uma escala sistemática, Cabo Verde foi um ancoradouro para as rotas atlânticas das carreiras das minas de São Tomé ou ainda das carreiras transatlânticas para as Índias ou para a América.

³⁸ Enciclopédia Luso-brasileira Vol. V., Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia limitada, s/d, p.264.

mundo, realidade que, a nosso ver, pode ter relevância sob ponto de vista da investigação científica.

Conforme o autor atrás mencionado, as diferentes porções de território que formam Cabo Verde erguem-se sobre uma base submarina, em forma de ferradura, com 3000m aproximadamente, de profundidade. Desta base profunda emergem três pedestais distintos: ao Norte, o que compreende as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Santa Luzia e ilhéus; a Leste e Sul, as ilhas do Sal, Boavista, Maio e a ilha de Santiago; a Oeste, o Fogo e a Brava com os seus ilhéus. Entre S. Nicolau e o Sal existe um pedestal secundário que chega quase a atingir a superfície do oceano com uns 80 metros de profundidade.

Segundo a Grande Enciclopédia (Vol. V)³⁹, “nos grandes maciços, assim ejetados abriram-se crateras, fraturaram-se vales, correram mantos de lava, depositaram-se aluviões de produtos vulcânicos, escórias e cinzas, sob as ondas, primeiro e depois, acima delas, à medida que as ilhas se foram levantando”. Em suma, as ilhas de Cabo Verde são os pontos mais altos e emersos numa larga superfície vulcânica de cerca de 165.000 quilómetros quadrados.

Com efeito, o arquipélago apresenta um relevo extremamente acidentado e caprichoso, revelando uma diversidade paisagística atrativa para qualquer visitante, sendo raras as regiões planálticas e frequentes cones vulcânicos, com crateras ou caldeiras mais ou menos conservadas, como atesta a Agência Geral do Ultramar (1961). De acordo com a mesma fonte, durante séculos têm sido submetidas a erosão, provocada pela ação das águas das chuvas e do vento que, lentamente, vão corroendo os seus solos e provocando, com frequência, a formação de desfiladeiros inacessíveis e a escavação de ravinas profundas por onde circulam os cursos de água em regime torrencial temporário. A maior altitude do território situa-se na ilha do Fogo, cujo principal cone vulcânico atinge 2829 metros, datando as últimas erupções de 1951 e, mais recentemente, de Abril de 1994. O topo de Coroa, na ilha de Santo Antão, com os seus 1979 metros, o Pico de Antónia na ilha de Santiago, com 1392 metros, e o Monte Gordo em S. Nicolau, com 1304 metros, são as mais elevadas alturas que se encontram no arquipélago depois da do Fogo.

A hidrologia, sublinha-se na obra atrás referenciada, é pouco importante, caracterizada por vales muito ravinados, localmente conhecidos por ribeiras, em alguns casos com cursos de água em regime temporário, existindo, contudo, nas ilhas de Santo Antão, Santiago e S. Nicolau e Brava abundantes nascentes de água, cujos caudais aumentam muito na época das chuvas.

Reportando-nos ao clima do país, importa salientar que Cabo Verde possui condições

³⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. V., p.284.

térmicas, caracterizadas por um clima quente que ronda, em média, 25°C ao longo do ano (Amaral, 1964).

Duas estações distintas caracterizam o clima do arquipélago: a Estação seca ou «tempo das brisas», de Dezembro a Junho, e a estação das chuvas ou «tempo das águas», de Agosto a Outubro, muito irregular, pois são frequentes os anos de valores mínimos ou quase nulos de precipitação atmosférica. Os meses de Julho e Novembro podem ser considerados de transição (Lima, 1844).

Segundo Amaral (1964), na caracterização das condições meteorológicas de Cabo Verde, a chuva é o elemento dominante de diferenciação entre as estações. As chuvas concentradas numa única estação e caindo num pequeno número de dias, muito irregulares, inter-anuais, criam um contraste vigoroso com os outros elementos climáticos.

No que se refere à flora e fauna, Cabo Verde caracteriza-se, na sua generalidade, por uma flora pobre (Nunes, 1962), sobretudo nas ilhas planas (Sal, Boavista, e Maio) que efetivamente são as ilhas mais turísticas do país. Fundamentalmente, a flora cabo-verdiana é constituída por um estrato de gramíneas anuais de pequeno porte, esparsas e efémeras, e uma percentagem relativamente elevada de espécies xerofíticas, por vezes saarianas e arábicas, com predomínio das espinhosas, no caso concreto da ilha do Maio (Faria, 1987). Estão identificadas cerca de seiscentas espécies, das quais 92 são endémicas, sendo, portanto, a maioria de aclimação, importadas pelo homem ou proveniente de sementes introduzidas fortuitamente.

Além dos produtos alimentares como o milho, importante na gastronomia típica, são comuns diversos tipos de feijão, batata-doce, mandioca e inhame, amendoim, cana sacarina e algumas frutas cujas árvores constituem boa parte da vegetação das ilhas montanhosas, sobretudo quando se caminha para o interior onde predominam os melhores solos e o melhor clima (Faria, 1970).

Também a fauna de Cabo Verde é, em grande parte, resultante de importação. Com exceção de algumas aves, lagartos, insetos e pouco mais, todas as espécies que ali se encontram foram trazidas pelos colonizadores, salientando-se, entre os vertebrados, as cabras, os burros, os perus, as galinhas, os cães, os gatos, os porcos, os pombos, as codornizes, os macacos (ilhas de Santiago e Brava) e a galinha-do-mato.

2.3. Enquadramento Histórico

2.3.1. Descoberta e povoamento das ilhas

Embora haja controvérsias relativamente ao conhecimento da existência das ilhas por parte de povos Africanos (Albuquerque, 1991) e sobre a possível passagem pelas mesmas de romanos, árabes e gregos antes da chegada dos portugueses, a referência oficial considerada pelos historiadores reporta-se a 1460-1462, a data mais provável do achamento das diversas ilhas. Segundo a mesma tese, foram descobridores das primeiras (Santiago, Maio, São Filipe), em 1460, António da Noli, genovês ao serviço da coroa portuguesa, e Diogo Gomes. De acordo com Fontura (1939), fazem descrição do relato feito por Valentim Fernandes (1506-1508) diz o seguinte:

*(...) e como a minha caravela era mais veleira do que a outra cheguei primeiro a uma daquelas ilhas. Vi areia branca e pareceu-me um porto, onde fundieei, e o mesmo fez António. Disse que queria ser o primeiro a ir a terra e assim fiz. Não vimos sinal algum de homens e chamamos a ilha de Santiago (...)*⁴⁰ (Fernandes, 1506-1508).

Nesta mesma viagem e segundo o relato de João Barros inserido na obra de Magalhães Godinho (1975), faz alusão a descoberta de outras ilhas em que este diz o seguinte:

*(...) Neste mesmo tempo achamos também que se descobriram as ilhas que ora chamamos de Cabo Verde por António da Nolle, genovez de nação e homem nobre, que por alguns desgostos da pátria veio a este reino com duas naus e um barinel, em companhia da qual vinha um Bartolomeu de Nolle seu irmão e Rafael de Nolle seu sobrinho. Aos quais o infante deu licença que fossem descobrir e no dia que partiram da cidade de Lisboa 16 dias foram ter a ilha do Maio: à qual puseram o nome por que viram no dia seguinte que era Sant'Iago e San Filipe descobriram duas que ora têm o nome destes santos (...)*⁴¹ (Godinho, 2011)

As restantes foram descobertas por Diogo Afonso em 1462, ano em que se deu o início do povoamento, sendo Santiago a primeira ilha a ser povoada (Senna Barcelos, 2003).

Segundo Baleno (1991), o povoamento concretizou-se com europeus (portugueses vindos de Açores e Madeira e escravos africanos e foi-se desenvolvendo pelo cruzamento entre brancos e negros levando ao chamado processo de miscigenação. Este engloba, além da simbiose de culturas, uma multiplicidade de caracteres físicos e culturais (Gomes, 2010). Originou três

⁴⁰ Retirado da Relações de Diogo Gomes acerca dos descobrimentos da Guiné, ilhas de Açores e Madeira e Cabo Verde, publicadas por Gabriel Pereira, consta a narrações de viagens e aventuras terão sidos contados por Diogo Gomes a Martinho de Boémia, e este escreveu-as em latim. Valentim Fernandes Transcreveu-as na sua coleção de notícias sobre os descobrimentos e estabelecimento dos portugueses na África e na Ásia.

⁴¹ Relatos de João Barros foi publicado por Godinho Magalhães – Documentos sobre a Expansão Portuguesa Vol. III. Pp. 288-289.

tipos de grupos no território: brancos de descendência direta europeia, pretos de linhagem direta africana (dos escravos negros da Costa da Guiné), promovida pelos colonizadores em proveito próprio, e mulatos resultantes do cruzamento dos brancos com as negras – esta foi a origem do povo crioulo, que formou uma cultura e uma identidade próprias que se afirmaram como os maiores bens patrimoniais de Cabo Verde, capazes de ser considerados recursos turísticos.

Na sequência da estruturação da sociedade que nasce na antiga Ribeira Grande (hoje denominada de Cidade Velha ou Cidade de Ribeira Grande de Santiago), o primeiro espaço urbano de Cabo Verde e a primeira cidade fundada pelos portugueses nos trópicos e da sua decadência através de sucessivos ataques piratas liderados por Francis Drake (1578 – 1585 - 1596) e Jaques Cassard (1679 – 1712 - 1740), ocorre a transferência de toda a estrutura económica social política consolidada para o sítio da Praia no séc. XVII e que foi elevado à categoria da cidade por decreto nº 94 de 29 de Abril de 1858). Aí tais estruturas vão constituir o motor de desenvolvimento e afirmação do povoado como vila e cidade capital.

2.3.2. Dados demográficos e as condições sociais em Cabo Verde

De acordo com o Anuário Estatístico de Cabo Verde, elaborado pelo INE (2016) - Instituto Nacional de Estatística, as projeções demográficas da população cabo-verdiana de 2010 a 2030, em relação ao período que vai de 2012 a 2016, cresceram a um ritmo de 1,23%. Em 2016 contabilizaram-se cerca de 531.239 pessoas residentes no país, totalizando um acréscimo de 6.406 habitantes em relação ao período homólogo de 2015.

Ainda com base na mesma fonte, houve uma desaceleração da Taxa de Crescimento Natural (TCN), passando de 1,5 em 2012 para 1,3 no ano 2016. A Taxa do Crescimento Médio Anual (TCMA) manteve-se inalterada, ou seja, em 1,2, valor igual ao registado em 2015. No que diz respeito ao nível da esperança de vida, este teve um avanço muito positivo, situando entre 71,8 para o sexo masculino e 80,0 para o sexo oposto.

No período entre 2015 e 2016, a população ativa aumentou, passando de 222.084 para 246.680 indivíduos, e, com esse aumento, a taxa de desemprego de 2015 ficou estimada em 15,0% e aumentou em 2016, passando para 18,1%.

Em relação ao emprego, é importante salientar que até há pouco tempo, o sector primário, nomeadamente a agricultura, era o principal sector de empregabilidade, com uma taxa superior a 50%. Esta situação está a modificar-se e o sector de serviços está a aumentar rapidamente o número de empregos no país, sobretudo na atividade turística, resultado da transversalidade do sector.

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

	Taxa anual de Crescimento Natural (TCN)	Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA)-%	Esperança de vida à nascença (ano)/e⁰(Masculino) e⁰(Feminino)	
2012	1,49	1,21	70,3	79,4
2013	1,46	1,22	70,7	79,5
2014	1,43	1,23	71,1	79,7
2015	1,38	1,23	71,5	79,9
2016				
Cabo Verde	1,33	1,22	71,8	80
Ribeira Grande	0,55	-2,01	71,8	80
Paul	0,71	-2,61	71,8	80
Porto Novo	1,11	0,7	71,8	80
São Vicente	1,15	1,05	71,8	80
Ribeira Brava	0,62	-1,04	71,8	80
T. de São Nicolau	1,22	-0,17	71,8	80
Sal	2,09	4,51	71,8	80
Boa Vista	1,59	7,49	71,8	80
Maio	0,9	0,77	71,8	80
Tarrafal	1,42	-0,27	71,8	80
Santa Catarina	1,22	0,87	71,8	80
Santa Cruz	1,32	-0,31	71,8	80
Praia	1,59	2,52	71,8	80
S. Domingos	1,25	0,24	71,8	80
Miguel	1,09	-1,29	71,8	80
S. S. do Mundo	1,16	-0,11	71,8	80
S. L. dos Órgãos	0,83	-0,69	71,8	80
R. G. Santiago	1,16	0,26	71,8	80

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

Mosteiros	1,24	-0,3	71,8	80
S. Filipe	1,05	-0,83	71,8	80
S. C. do Fogo	1,34	-0,23	71,8	80
Brava	1,08	-1,05	71,8	80

Tabela 3-Taxa Anual de Crescimento (TAC), Taxa de Crescimento médio Anual (TCMA) e Esperança de Vida a Nascimento (2012-2016) - Fonte: INE, Projeções Demográficas, 2010-2030

Segundo dados do WTTC (2009), o sector do turismo em Cabo Verde contribui com 13.000 postos de trabalhos diretos, o que representa 13,9% da taxa de emprego. Estima-se que para 2019, estes postos de trabalhos cresçam até alcançar os 22.000, o que representará 19% do total da taxa de emprego. A soma de empregos diretos e indiretos ronda os 24.000 postos de trabalhos (25,1% do total da taxa de emprego). A mesma fonte estima que a soma dos postos de trabalho diretos e indiretos para 2019 é de 40.000, o que representará 33,6% do total da taxa de emprego.

Ainda voltando à análise do Anuário Estatístico de 2016 (INE), é salutar que em termos gerais houve um melhoramento das condições de vida dos agregados familiares nos diversos sectores tais como: abastecimento da água domiciliária através da rede pública, massificação do ensino nos diferentes níveis, acesso a eletricidade e melhor sistema de saneamento do meio.

Uma outra área não menos importante é a da saúde. Analisando o *Anuário Estatístico* de 2016, podemos concluir que houve uma evolução positiva nos diversos indicadores que passamos a apresentar: baixa da taxa de mortalidade infantil (TMI) das crianças menores de cinco anos, evoluiu-se bastante ao nível da cobertura vacinal das crianças com menos de um ano, sem esquecer da melhoria dos cuidados de saúde prestados à população em geral, com maior enfoque na feminina.

No que toca ao sistema de ensino, os vários governos sempre tiveram atentos a esta área crucial de desenvolvimento, demonstrado pelas sucessivas reformas realizadas com o objetivo de melhorar a educação, constituindo assim um dos principais pilares do progresso em Cabo Verde.

Quanto ao sector da educação e formação profissional, o país registou um avanço muito positivo, tanto a nível da educação de infância, do ensino básico e secundário, bem como no ensino profissional e superior. Por isso, neste aspeto, o país está a um ritmo acelerado rumo ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), e caminhando a passos largos, para também alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da UNESCO.

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

	Distribuição	Participação no mercado de trabalho/		Meio Residência/	
		Masculino	Feminino	Urbano	Rural
2012	100	52,6	47,4	64,7	35,3
2013	100	54,2	45,8	67,6	32,4
2014	100	54,3	45,7	72,8	27,2
2015	100	53,5	46,5	70	30
2016					
Total	100	55,1	44,9	69,6	30,4
Agricultura, pecuária e pesca	19,7	65,9	34,1	19,3	80,7
Indústrias extractivas	0,7	68,4	31,6	26,9	73,1
Indústrias transformadoras	8,5	57	43	86,4	13,6
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,7	96,2	3,8	85,6	14,4
Água e Saneamento	0,3	51,5	48,5	77,9	22,1
Construção	9	96,4	3,6	77,2	22,8
Comercio, reparação de veículos	15	36,5	63,5	83,1	16,9
Transporte e armazenagem	4,7	93,2	6,8	79,9	20,1
Alojamento e restauração	7,9	35,6	64,4	87,4	12,6
Atividade de informação e de comunicação	1,5	59,9	40,1	92,4	7,6
Atividades financeiras e de seguros	1	45,1	54,9	91	9
Atividades imobiliárias	0,3	76,5	23,5	83,8	16,2
Atividades de consultorias e técnicas	1	64,3	35,7	92,7	7,3
Administração e serviços de apoio social	3,8	68,1	31,9	90,6	9,4
Administração pública segurança social	8,3	58,7	41,3		25,7

obrigatória					
Educação	7	35,6	64,4		22,4
Saúde humana e ação social	1,5	26,7	73,3		13,7
Atividades artísticas, de espetáculos e desportivas	0,6	81	19		7,5
Outras atividades de serviços	2,4	48,5	51,5		13,1
Atividades das famílias empregadoras de domésticos	6	6,1	93,9		20
Atividades dos organismos internacionais e outras	0,1	48,8	52		8,1

Tabela 4-Proporção da população empregada, por ramo de atividade, segundo o sexo e meio de residência (2012-2016). Fonte: INE.CV

2.3.3. Indicadores económicos

Os indicadores económicos apontam, ainda segundo dados do Governo, das contas nacionais trimestrais, para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 de 3% em termos nominais (corrente) e 3,8% em termos reais (em volume), relativamente ao período homólogo de 2015. O referido crescimento é o resultado da evolução positiva das indústrias transformadoras (9,7%), serviços financeiros (9,4%), serviço às empresas (8,9%), administração pública (8,3) e agricultura (7,7%)⁴².

Em suma, uma análise total do Valor Acrescentado Bruto (VAB) indica um crescimento de 2,4% em valor e 4,0 % em volume, enquanto os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos se fixaram em 6,6% e 2,5%, respetivamente em valor e em volume. Por isso, é evidente que o sector dos serviços foi o que mais contribuiu com o peso num valor de 61% do PIB, cresceu em 3,8 % em valor e 4,2% em volume⁴³, de acordo com a mesma fonte, este alto crescimento do PIB deve-se ao resultado duma política económica prudente financiada pelo aumento das remessas dos emigrantes, ajudas externas e Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

No que tange a inflação, registou-se um percurso descendente. No ano de 2015 e 2016, foi registada uma situação de deflação, porque a meta de inflação não foi cumprida, devido aos sucessivos maus anos agrícolas.

⁴² Anuário Estatístico 2016 - INE

⁴³ Idem

2.4. Categorias dos Centros Históricos em Cabo Verde – Que modelos para os centros históricos em Cabo Verde?

Neste subcapítulo pretendemos fazer uma breve descrição dos centros históricos classificados em Cabo Verde, sem qualquer intenção de elaborar uma taxinomia específica, tendo em conta a diversidade e as diferenças entre os mesmos. Por isso abordaremos as questões da ocupação territorial que estes assumem, tornando-se importante a elaboração de uma descrição baseada na disposição territorial e nas suas potencialidades patrimoniais que são marcas indeléveis.

A disposição das ilhas de Cabo Verde influenciou muito a edificação dos centros históricos do país. Por isso cada um se desenvolveu de forma diferente, em períodos diferentes, com traçados urbanísticos, tipologias de construção distintas e com algumas práticas sociais diferentes.

São todos núcleos urbanos isolados, cuja posição na rede urbana e conseqüentemente o domínio sobre o território entrou em perda por razões de obsolescência funcional, de dinâmicas populacionais ou de base económica, encontrando-se como que encapsulados no espaço e no tempo (são casos típicos dos centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe – Fogo). Algumas delas apresentam malhas urbanas interrompidas de uma forma lenta, outras abruptamente⁴⁴, em épocas remotas; outras ainda conservam uma relativa homogeneidade morfológica e de dimensão reduzida. Atualmente, alguns desses centros estão num processo de envelhecimento, fruto do êxodo populacional, com os habitantes mais jovens a preferirem aventurar-se por outras paragens, viajando para a capital do país e para o estrangeiro. A partir desta ótica, podemos classificar os centros históricos de Cabo Verde em duas categorias, que passamos a enunciar.

⁴⁴ Caso da decadência do centro histórico da Ribeira Grande de Santiago.

2.5. Os centros históricos que desempenham a função de Centro das Ilhas – os denominados de cidade do meio urbano.

Nesta primeira categoria cabem os centros históricos que desempenham a função de centros da ilha⁴⁵ e ao mesmo tempo centro de cidade. Caso típico de Cabo Verde, visto que todos os centros históricos classificados são centros da cidade.

São os casos dos centros históricos que melhor encaixam no conceito de património urbano, tendo em conta as áreas históricas centrais das cidades, nas suas dimensões materiais e imateriais⁴⁶. São áreas que continuam com importância urbana populacional elevada, bem como as dinâmicas de desenvolvimento, apresentando manchas urbanas geralmente bem definidas, com um planeamento bem estipulado e através da arquitetura, dos grandes sobrados pertencentes algumas famílias abastadas da época, sobressai toda a história colonial. No que respeita ao património imaterial, apresentam como cartão-de-visita a música (mais concretamente mornas, coladeiras e mazurcas), alguns pratos típicos (confeccionados sobretudo com peixes e mariscos) e manifestações religiosas.

A nível do património natural, apresentam como potencialidades as praias de mar e, em alguns casos, as montanhas.

Nestes espaços, a economia baseia-se no setor terciário e secundário e com uma forte aposta no turismo como alavanca do desenvolvimento.

⁴⁵ Utilizamos a expressão “centros da ilha” tendo em conta as ilhas de Cabo Verde que possuem mais de uma cidade, em que se destaca aquela considerada a mais importante ou a cidade central. Exemplo concreto é a ilha de Santiago que possui um total de nove cidades mas que se destaca a da Praia como o centro da ilha.

Em Cabo Verde na descrição e caracterização de cidades utilizam-se dois termos frequentes: as ditas cidades do meio urbano, são as que desempenham a função de capital da ilha, e as cidades do meio rural utiliza-se a expressão de “sidadi di fora”, com objetivo de fazer uma diferenciação não só geográfica como também social.

⁴⁶ Neste caso em Cabo Verde há uma necessidade profunda em elaborar e implementar normativos técnicos legais para colmatar a dificuldade de inventariação e preservação do património material e imaterial.

Designação	Ilha	Potencialidade patrimonial			Obs
		Material	Imaterial	Natural	
Ribeira Grande	Santo Antão	Sobrados, Igrejas, Praças, Habitações Vernaculares	Morna, Mazurca, Coladeira, Kolaboi, Cola São João e estórias	Montanhas	
Mindelo	São Vicente	Sobrados Igrejas, Praças	Morna, Coladeira, Caldo peixe	Praias do mar	
Ribeira Brava	São Nicolau	Sobrados, Igrejas, Praças	Morna, Coladeira	Montanhas, Parque Natural de Monte Gordo e Praias do mar	
Espargos	Sal	Igrejas e Praças	Morna Coladeira	Praias do mar	
Sal rei	Boavista	Igrejas, Praças	Morna	Praias do mar	
Porto inglês	Maio	Igreja, Habitações Vernaculares	Tabanca, Batuque e Funaná, Djagacida	Praias do mar	
Praia	Santiago	Sobrados, Igrejas, Praças, Habitação Vernaculares	Tabanca, Batuque, Funaná	Praias do mar	
São Filipe	Fogo	Sobrados, Igrejas e praças	Morna, Coleixa, Coladeira, Djagacida	Montanhas, praias do mar	
Nova Cintra	Brava	Sobrados, Igrejas e Praças	Morna, Kola São João	Montanhas praias do mar	

Tabela 5-As potencialidades patrimoniais dos centros históricos que desempenham a função de centro das ilhas, (Claudino Borges, 2018).

2.6. Os centros históricos que desempenham as funções do centro da cidade do meio rural

Nesta categoria estão todos os centros históricos que se localizam no meio rural em relação aos centros da ilha. Desenvolveram-se pela força do setor primário, mais concretamente da agricultura e criação de gado, remontando a sua origem, nalguns casos, ao período escravocrata, por isso apresentam um manancial patrimonial carregado de um simbolismo histórico, artístico e cultural que é fruto de uma coabitação entre povos, raças e culturas diferentes. Para os habitantes dos centros históricos da denominada categoria de meio urbano, os da categoria rural e a sua população residente são chamados de “de fora”, por habitarem fora das ditas cidades do meio urbano. Por outro lado, estes também apresentam características

patrimoniais materiais, imateriais e naturais distintas, chegando a existir diferenças linguísticas⁴⁷.

Atualmente, também alguns desses centros estão num processo de envelhecimento, novamente fruto do êxodo populacional, designadamente dos habitantes mais jovens.

Tanto a nível material como imaterial, estes territórios apresentam fortes marcas da escravatura, ao nível do arquitetónico e habitacional, do traçado das ruas, das práticas sociais, a música e a dança, os cânticos, entre outros (ver a tabela em baixo).

Designação	Ilha	Potencialidade patrimonial			Obs
		Material	Imaterial	Natural	
Porto Novo	Santo Antão	Habitação vernacular, funcos	Morna, Mazurca, coladeira, Kola boi, Cola São João e estórias	Montanhas, Vales, Grutas e Mar	
Paul	Santo Antão	Habitação vernacular e funcos	Morna, Mazurca, coladeira, Kola boi, Cola São João e estórias	Montanhas, Vales, Grutas e Mar	
Tarrafal	São Nicolau	Sobrados, habitação vernacular e igrejas	Morna, Mazurca, Coladeira, Cola boi, Cola São João e estórias	Montanhas, Vales, Grutas e Mar, Parque Natural de Monte Gordo	
Ribeira Grande	Santiago	Habitação Vernacular, Igrejas, Capelas, Fortaleza e pequenos Fortes	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Praias do Mar, Vales	
São Domingos	Santiago	Habitação vernacular	Batuque, Funaná, estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Montanhas, vales	
João Teves	Santiago	Habitação vernacular, Igreja	Batuque, Funaná, estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Montanhas e vales	
São salvador	Santiago	Habitação vernacular, Igreja	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos	Montanhas e Vales	

⁴⁷ As diferenças linguísticas não serão elementos de apreciação e análise deste trabalho justamente pela complexidade que estes apresentam, mas cabe realçar que a população cabo-verdiana utiliza dois tipos do crioulo: o de Barlavento e o de Sotavento. No crioulo de Sotavento, também existem variantes diferentes entre a população dos centros históricos das categorias urbana e rural.

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

			(reças)		
Santa Catarina	Santiago	Habitação vernacular, Igrejas	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Planalto, Parque Natural de Serra Malagueta, vales	
Tarrafal	Santiago	Habitação vernacular e Igreja	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Parque Natural de Serra Malagueta, Praias do mar	
Calheta São Miguel	Santiago	Habitação vernacular, Igreja e capela	Batuque, Funaná, estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Parque Natural de Serra Malagueta, Vales e Praias do mar	
Pedra badejo	Santiago	Habitação vernacular e Igreja	Batuque, Funaná, Tabanca estórias, medicina tradicional, cânticos religiosos (reças)	Praias do mar Montanhas e vales	
Santa Catarina	Fogo	Habitação vernacular, funcos	Morna, Colexa, Coladeira, Djagacida	Pico do Fogo, Parque natural de Chã das Caldeiras	
Mosteiros Fogo	Fogo	Habitação Vernacular	Morna, colexa, Coladeira, Djagacida	Pico do Fogo, Parque natural de Chã das Caldeiras	

Tabela 6-As potencialidades patrimoniais dos centros históricos que desempenham a função de centro das cidades do meio rural. (Claudino Borges 2018).

Ao compararmos os dois quadros referentes às categorias dos centros históricos de Cabo Verde, podemos chegar às seguintes conclusões:

- Que ao nível arquitetónico, os centros históricos de Cabo Verde são caracterizados por igrejas, capelas que serviam para as atividades religiosas, sobrados pertencentes às altas elites sociais da época e também que desempenham funções institucionais, as denominadas casas grandes que se localizam no interior das ilhas e que pertenciam aos grandes proprietários de terrenos agrícolas, e as pequenas casas vernaculares e funcos de forma retangular e circular, pertencentes às famílias comuns ou às menos abastadas;
- Do ponto de vista imaterial há uma diferença acentuada nas práticas sociais entre os habitantes dos centros históricos das ilhas de Barlavento e Sotavento, com uma forte

influência europeia no Barlavento e africana no Sotavento; Neste aspeto, podemos tomar como exemplo a música em que no Barlavento há um predominância da morna, coladeira e mazurca que originaram das músicas europeias, enquanto no Sotavento predomina o batuque e o funaná que são de origem e influência africana.

- Que através da forte influência escravocrata no Sotavento, os centros históricos apresentam um património imaterial muito mais rico devido ao processo de colonização em períodos diferentes do povoamento das ilhas. No Sotavento, transpira-se a africanidade. Nestes territórios, a maioria das manifestações e práticas sociais são puramente africanas.
- Que o património natural nos centros históricos de Cabo Verde é muito influenciado pela morfologia e orografia das ilhas. As ilhas montanhosas apresentam montanhas, grutas, vales e parques naturais, enquanto as ilhas planas apresentam belas praias de mar e algumas grutas.

Em suma, podemos afirmar que as ilhas de Cabo Verde através dos seus centros históricos, apresentam uma grande diversidade patrimonial que, através de uma boa gestão e valorização, podem representar o cartão-de-visita do país e ser motor de desenvolvimento do país, através de uma forte aposta no setor do turismo, baseado nas boas práticas e ancorados no desenvolvimento sustentável.

2.7. Os centros históricos de Cabo Verde e sua caracterização habitacional - da época colonial à independência.

Depois de analisar a evolução dos centros históricos no seu contexto e criar um sistema de organização em categorias, abordemos agora a caracterização habitacional e o traçado das ruas dos centros históricos cabo-verdianos, tendo sempre como baliza cronológica os dois períodos históricos marcantes de Cabo Verde o colonial e o pós-colonial.

Neste subcapítulo pretendemos analisar exclusivamente a evolução da arquitetura habitacional nestes territórios, as suas influências e ao mesmo tempo provar que existia uma relação direta entre as estruturas habitacionais edificadas e a estrutura social que se iniciou no período da colonização e que se estendeu até aos nossos dias, mesmo que seja de uma forma diferente.

2.7.1. O Período Colonial

Como vimos atrás, o arquipélago de Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1460. Dois anos mais tarde começou o processo do povoamento das ilhas de Santiago e Fogo, envolvendo os portugueses e os escravos negros vindos da costa ocidental africana. Durante o período do povoamento e por toda a época colonial, como era de se esperar, os núcleos urbanos foram edificados dentro dos parâmetros do urbanismo português. Pode-se afirmar que a influência arquitetónica portuguesa foi exportada para as cidades da expansão e esses foram modelos que serviram de base para a criação das cidades atlânticas. Segundo Orlando Ribeiro (1962), o primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o continente desconhece, onde todas as cidades têm um ar de família.

Nuno Portas (1995), ao abordar as questões das construções portuguesas durante o período do império ultramarino, centrando-se nos exemplos de Portugal. América latina, Costa da Índia e África diz que existe uma “constância dos modelos urbanísticos adotados”, assim como uma “relação com a civilização de origem (...)”. Também José Fernandes (1989) é categórico ao afirmar que esses núcleos urbanos, no nosso caso os centros históricos de Cabo Verde, têm “uma influência mais ou menos direta do povoamento português”. Por sua vez, Manuel C. Teixeira (1998) refere que “(...), todas elas tinham o mesmo modelo de referência eram as cidades existentes construídas em Portugal”.

Por isso, atendendo ao exposto, podemos caracterizar a arquitetura habitacional dos centros históricos em Cabo Verde em duas fases distintas, em que o tradicional e o contemporâneo ajustaram-se ao longo do tempo e acompanharam as mudanças globais.

A denominada fase ou período colonial, caracterizada por centros urbanos edificados com um planeamento estruturado, quase homogéneo, com estas construções a atravessarem séculos e hoje a fazerem parte do cartão da visita desses centros históricos. Assim como a fase que denominamos de pós-independência, caracterizada por um desenvolvimento urbano inicial sem planeamento, visto que o planeamento urbano chegou muito mais tarde, e também influenciada pelo sistema orográfico do território, visto que os primeiros assentamentos urbanos cresceram perto da orla marítima, e também entre os vales que possuíam muitas águas e terrenos propícios para a prática da agricultura. Estes assentamentos são visíveis não só no coração da cidade como também nas zonas periféricas. Com o passar do tempo, e devido ao processo acelerado do êxodo rural, esses espaços chegam atualmente a fazer confusão sobre qual o espaço que podemos

considerar como centro Histórico. Onde termina o assentamento antigo, planeado e urbanizado no período colonial, e começa o que é originado no período pós independência? Por este motivo, os centros históricos de Cabo Verde apresentam uma característica específica e multifacetada em termos da arquitetura habitacional edificada em períodos e contextos diferentes. Para melhor compreendermos essa caracterização, procuramos fazer uma ponte com as cidades africanas de influência ultramarina que são produtos de influência das cidades tardo-medievais e renascentistas portuguesas no continente, já que, no lote dessas cidades, podemos incluir as de Cabo Verde.

Nesta ótica, segundo Izabel Raposo e Cristina Henriques (2005), fazendo alusão à cidade de Maputo, em Moçambique, “ O aglomerado cresce dual: por um lado a cidade de ‘cimento’ dos colonos e por outro o ‘caniço’, sem direito de cidadania, onde se acomodam os seus múltiplos servidores”. Na mesma linha de análise, David Leite Viana (2010), ao abordar a questão da base construtiva das cidades africanas, diz que “colonial e o pós-colonial, o centro e a periferia, o formal e o informal, o regular e o irregular, e ordem e a desordem, o previsível e o imprevisível, o ordenado e o espontâneo, o macro e o micro, o global e o local, geometrias lineares e geometrias complexas”. Esta é a raiz da condição de indefinição e transição que marca a cidade africana, com destaque para Cabo Verde, e que a consubstancia enquanto o mosaico urbano plural e polimórfico.

Podemos concluir que esta indefinição em distinguir o centro histórico da periferia, esta muitas vezes relacionada com o processo do êxodo rural e que, por sua vez, arrasta consigo o alargamento das malhas urbanas de uma forma desorganizada, sem qualquer planeamento. Nestes espaços são edificados conjuntos habitacionais, lugares onde se realizam pequenos comércio e outros setores de atividades.

No seu artigo científico sobre o sector informal em países da África subsariana, Ilídio do Amaral (2005) afirma que “Está provado que nos países em desenvolvimento, com manifestas dificuldades do Estado e do sector dito formal darem respostas às necessidades básicas da população, o sector informal supere essas faltas (...). Daí as cidades manifestarem na sua arquitetura e na sua estrutura urbana essa dualidade, do formal e da resposta informal às necessidades”.

No caso de Cabo Verde, em termos de desenvolvimento do centro histórico do período colonial, não podemos em rigor afirmar que existiu um crescimento dual, mas sim um sistema dual, evidente nos sistemas construtivos utilizados e tendo em conta a análise que fazemos da estratificação da sociedade no processo de povoamento. Por isso, para este estudo,

caracterizamos o sistema habitacional dos centros históricos do período colonial em três categorias:

A) Os sobrados pertencentes aos colonos e às famílias abastadas

Os sobrados, habitações de dois andares, correspondem à grande percentagem da tipologia histórica. São casas senhoriais com o espaço residencial no primeiro andar, geralmente protegido pelo sol por uma varanda coberta. São construções baseadas no estilo arquitetónico das cidades portuguesas⁴⁸, mas com alguns ajustamentos introduzidos em função das condições climáticas do país. Em alguns casos, o pavimento térreo era ocupado por uma função comercial. No que se refere à fachada, os dois pisos são simétricos, sem reentrâncias ou balanços. Os sobrados mantêm a métrica das casas térreas: as portas e janelas dos pavimentos inferiores correspondem com as dos pisos superiores. A parte frontal era bastante simples, composta por duas portas (piso térreo) e três janelas (no piso superior), com uma de mansarda (ao centro).



Figura 2-Exemplar de sobrado na Cidade Velha na Rua de Banana (Claudino Borges, 2017).

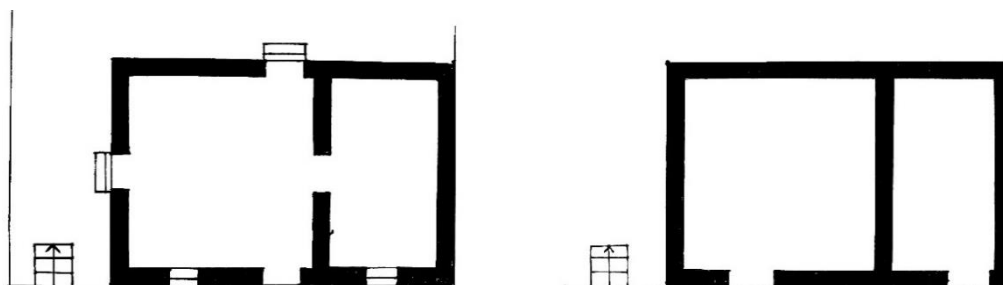


Figura 3- Planta arquitetónica do sobrado- piso térreo e a direita 1 andar (Claudino Borges, 2018).

⁴⁸ Esta tipologia de construções estendeu-se também a outras colónias portuguesas como por exemplo Brasil, em que o autor Gilberto freire na sua obra Sobrados e Mucambos (1936) traz como tema principal a decadência do patriarquismo do ambiente rural brasileiro ocorrido no século XIX.

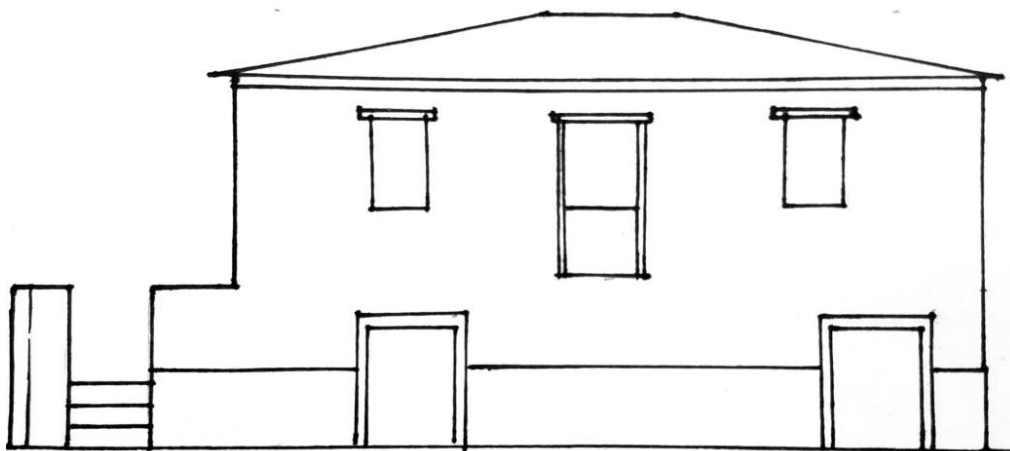


Figura 4-Alçado ou vista do sobrado em Cidade Velha (Claudino Borges, 2018).

Mais tarde, no início do século XVII, construíram-se novos tipos de sobrados principalmente na Ilha do Fogo, mais complexos, em que foram introduzidas varandas, com a função de protegerem o interior da casa do efeito do sol abrasador. Ainda é possível encontrar alguns sobrados com platibandas de diversas cores, encimadas por jarrões de cantaria, paredes lisas portas e janelas de mogno (exemplo da figura número 5). Segundo Jesus, (2007)

“utilizando a técnica dos sobrados, as lojas ou cave se localizava no piso térreo da casa de dois pisos destinados no meio rural a armazém de alimentos e diversos materiais de apoio ou mesmo abrigo de animais. Raras vezes poderia ser utilizado como adegas, aonde com a evolução urbana as caves dos sobrados passaram a ser usados simplesmente como espaço de armazenamento, ou para ser utilizado como albergar o comércio local” (Jesus, 2007:47).

Muitas vezes encontramos sobrados em que a parte do rés-do-chão servia de estábulo e moradia dos escravos pertencente aos proprietários.



Figura 5-Sobrado da família Macedo no centro histórico de São Filipe – ilha do Fogo (Fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006).

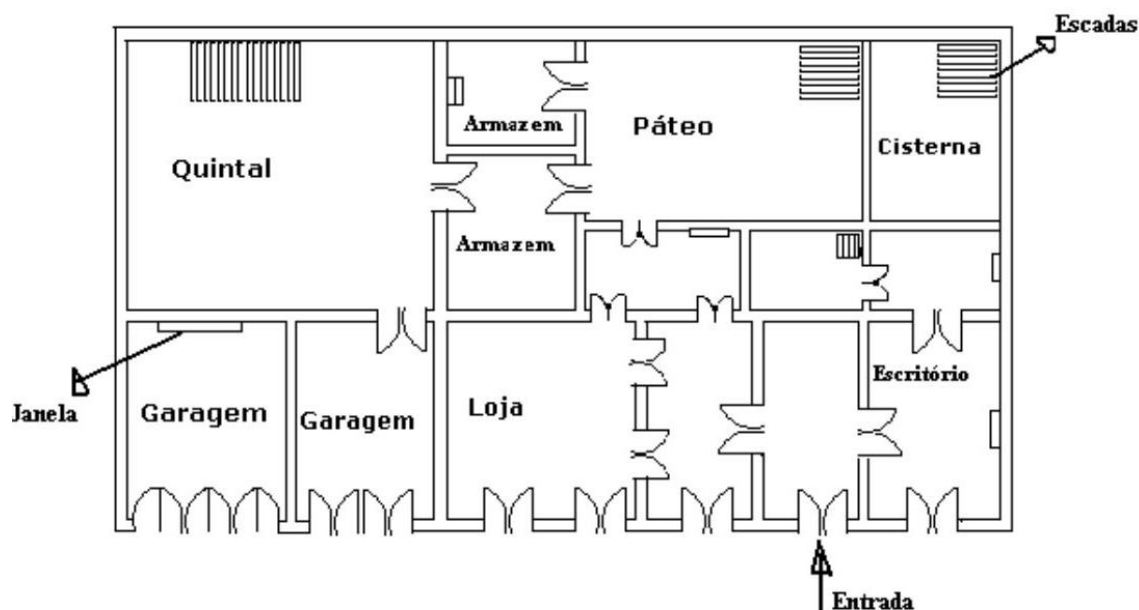


Figura 6-Planta reconstituída do 1º Piso do sobrado urbano da família.

(Fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006).

B) As chamadas Casas Grandes pertencentes aos pequenos proprietários

Como dissemos anteriormente, Cabo Verde é composto por dez ilhas e estas, por sua vez, possuem os seus centros históricos considerados como os corações das cidades onde estão localizados. Alguns são classificados como património mundial, como sucede com a Cidade Velha (ilha de Santiago), outros como património nacional, como sucede com os centros históricos de Praia-Santiago, São Filipe – Fogo, Mindelo – São Vicente, Nova Sintra – Brava, Ribeira Brava – São Nicolau. Os não classificados, em maior número, possuem um elevado grau de potencial económico, social e patrimonial que justificam a sua elevação à categoria dos classificados.

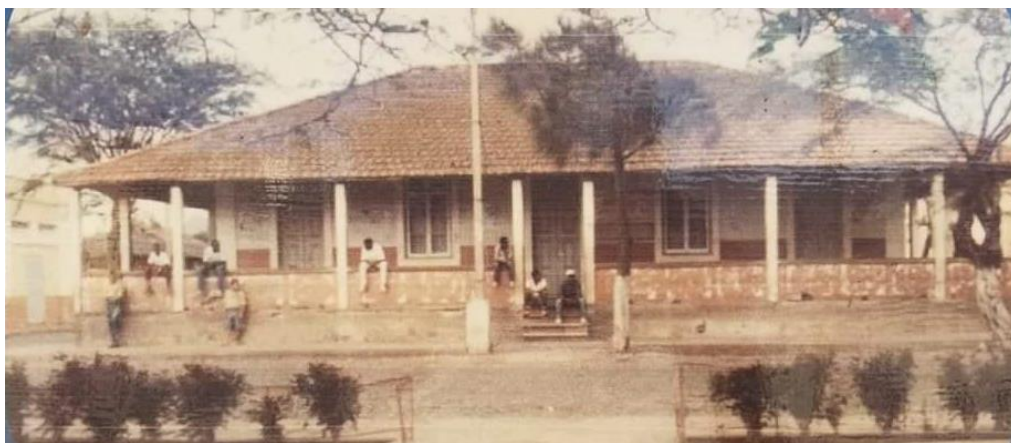
Por ser um país arquipelágico, muitos centros urbanos foram edificados e se desenvolveram junto dos portos, mas, por outro lado, existem os centros históricos que pertencem ao meio rural, como é o caso das cidades da ilha de Santiago: São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina – Assomada, Tarrafal. É justamente nesses centros históricos que encontramos um outro tipo de habitação, a chamada “casa grande”⁴⁹, pertencente a proprietários fundiários de escalão médio. Esses senhores implantaram as suas habitações no

⁴⁹ Do ponto de vista arquitetónico assemelha-se as casas grandes brasileiras descritas por Gilberto Freire na sua obra “Casa & Senzala” publicada em 1933 em que ele apresenta a importância da mesma na formação sociocultural brasileira, assim como na senzala na complementação da primeira mas no nosso estudo de caso convém dizer que em Cabo Verde esta expressão também sempre foi utilizada indo ao ponto em que existem duas localidades (uma na cidade de São Salvador do Mundo, e em São Miguel), ambas na ilha de Santiago que possuem este nome.

meio rural por possuírem aí terrenos agrícolas ou por serem seus rendeiros, muitas vezes também proprietários de mão-de-obra escrava.

A Casa Grande dividia-se em dois tipos: a que podemos denominar de mais complexa, devido ao sistema construtivo e à capacidade económica do seu proprietário, e as mais simples.

Inicialmente, o termo não era utilizado; todas as casas eram denominadas de moradias ou casas de vivenda. Mas, a partir de meados do século XVII passou a ser utilizado para atender à maior dimensão das residências dos donos das grandes propriedades rurais de Cabo Verde no período colonial. As suas principais características eram a varanda com o catacrese, que servia como complemento arquitetónico que utilizava pilares e vigotas de madeira para se destacar da fachada, e o pavimento interior revestido de madeira, em todos os compartimentos residenciais.



*Figura 7-Exemplo de casa grande centro cultural Norberto Tavares- Assomada
(Fonte: Luís Leite, imagem cedida pela Direção do Centro Cultural 2016).*

A casa grande servia para representar a forma da vida patriarcal do sistema colonial em Cabo Verde, pois todos estavam ligados ao sistema da senzala⁵⁰ que funcionava como um complemento político, económico e social.

C) A Casa Grande mais simples

Também pertencentes a proprietários rurais da época colonial, apresentavam características mais simples: não tinham varanda e o seu interior estava organizado por 2 a 3 compartimentos destinados à residência dos senhores, com pavimentos revestidos de cimento queimado. A casa estava interligada por um quintal que servia como espaço de arrumos, criação

⁵⁰ Senzala - Moradia dos escravos que trabalhavam no engenho. Era, geralmente um local rústico e pouco adequado à moradia humana, em função de suas péssimas condições. Na maioria dos engenhos, havia correntes aonde os escravos eram acorrentados à noite, para evitar fugas.

de animais ou armazenamento dos materiais. Nesse mesmo quintal, estava localizada a senzala para os escravos e o piso era de terra batida ou calcetado com pedras rústicas ou basáltica.



Figura 8-Exemplar de casa grande mais simples no centro histórico de São Salvador do Mundo - Picos (Claudino Borges, 2018).

D) As casas tradicionais ou vernaculares /casas comuns pertencentes às famílias menos abastadas

A arquitetura popular cabo-verdiana é considerada a mais simples no período colonial, já que possui traços da arquitetura popular portuguesa e dos funcos originários do continente africano. É constituída por apenas um só piso e são os tipos de habitações mais comuns nos centros urbanos (embora nos últimos anos tenham aparecido habitações mais modernas, fruto dos tempos que correm).

As casas de arquitetura tradicionais são as habitações das famílias de baixos recursos económicos. Normalmente são famílias numerosas que muitas vezes vivem “amontoadas” nessas casas de dimensão reduzidas. Inicialmente, eram casas com um único compartimento e vãos de tamanho reduzido, mas, com o decorrer dos tempos, estas características sofreram modificações significativas, a fim de dar resposta às novas exigências do aumento do número de agregado familiar e de higiene, com a construção de pequenos quartos e casas de banho.

Observando o sistema construtivo, podemos verificar a existência de uma harmonia em termos da dimensão e do alinhamento com as ruas. São construídas com pedra e cal, têm paredes grossas e rústicas, um formato retangular e possuem uma área total que varia entre os 30 a 70 m². São cobertas com telhas vindas da ilha do Maio, ou com palhas de bananeira, de caniço de bambu, ramos de coqueiro ou folhas da cana-de-açúcar, trançadas e bem amarradas ao caniço com cordas de sisal. Nos finais do século XVI, foi introduzida a técnica dos tabiques (armação de madeira enchida com cascalho argamassa de cal e areia). A partir do século XIX se começou a construir casas com divisórias de pedra e blocos feitos de argamassa. Segundo a descrição feita por Walter Silva⁵¹ (2015):

A faixada frontal é acabada com pedra basáltica ou calcária e escassilhos à vista com algumas pedras em mármore português ou pedra do Maio provenientes da ruína da Sé ou outros edifícios religiosos mas nas paredes utilizavam essencialmente o barro como ligante” (Silva, 2015:78).

Essas casas, mesmo sendo construídas com esses materiais, têm o sistema de cobertura de duas e quatro águas, assemelhando-se às coberturas com telhas, utilizando-se muitas vezes o caniço, as palhas da cana-de-açúcar e os ramos de caqueiro. As suas pavimentações são de argamassa sob sistema de cimento queimado, de pedras rústicas ou, em alguns casos, de terra batida.



Figura 9-Exemplar de casas ou vernaculares no centro histórico da Ribeira Grande - Santiago (Claudino Borges, 2018).

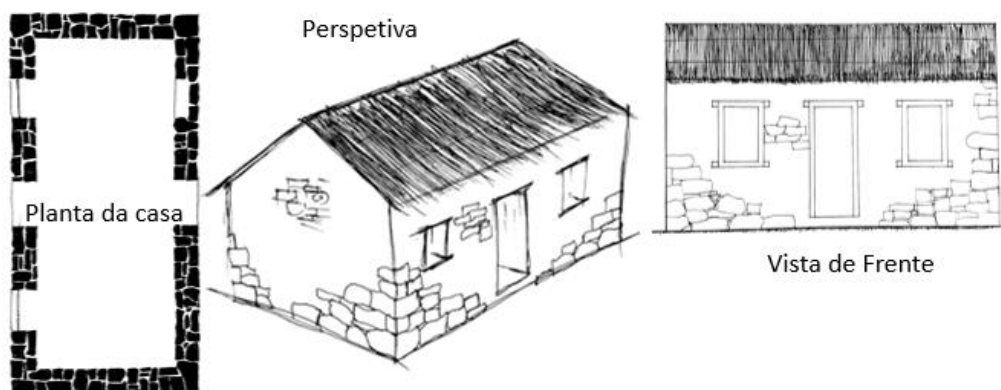


Figura 10-Esboço da Técnica da casa da arquitetura popular Cabo- Verdiana (Claudino Borges, 2018).

Quanto à composição e ao traçado das ruas, não obedecem a um padrão homogêneo e as perspectivas são reduzidas. As ruas e os caminhos eram íngremes, muito apertados, calcetados com pedras rústicas ou nem sequer eram calcetados.

2.7.2. O período pós-colonial

Tendo dissertado sobre os centros urbanos no período colonial e analisando o pós-colonial, podemos observar grandes mudanças, principalmente em termos da modernização dos espaços, embora muitas vezes respeitando as formas e os conceitos iniciais da estrutura das cidades. No entanto, noutros casos deparamos com a demolição total do património edificado colonial e o surgimento de novas construções com objetivo de dar resposta ao dinamismo social e económico do presente. Nesta ótica, em algumas casas dos centros históricos, houve alterações significativas que vão desde o prolongamento da verticalidade e horizontalidade da estrutura edificada, à introdução de rede de esgotos, redes de eletricidade e das telecomunicações, mudança do sistema construtivo com a introdução de novos materiais, com a finalidade de adaptarem as pré-existências a espaços comerciais ou à necessidade de dar resposta habitacional ao aumento do agregado familiar.

Na vertente da urbanização dos espaços, houve uma mudança de paradigma, na construção e requalificação das praças públicas, alargamento das ruas e calcetamentos com pedras basálticas talhadas, asfaltagem das ruas, construção de passeios para circulação das pessoas, criação de zonas exclusivamente pedonais, introdução de sinalização de trânsito, de modo a facilitar a circulação no espaço público e a sua utilização, tanto pelos habitantes como pelos visitantes. Estas mudanças acompanharam novos tempos e novos desafios, mas também trouxeram vários problemas aos centros históricos, os quais posteriormente abordaremos.



Figura 11-Alterações do sistema arquitetónico alargamento e asfaltagem das ruas no centro histórico da Praia (Claudino Borges, 2018)



Figura 12-As técnicas da requalificação urbana do período pós colonial (Claudino Borges, 2018 e IPC 2015)

2.8. Os problemas e os desafios dos centros históricos em Cabo Verde

O centro histórico é uma área territorialmente circunscrita, considerado como o coração da cidade, É o espaço que deve ser preservado devido à sua antiguidade urbana e arquitetónica e do seu manancial simbólico do património imaterial, que se manifesta através do quotidiano das pessoas que ali habitam. Todo este componente material e imaterial representa a identidade e a cultura de um povo e, por conseguinte, serve de matriz que também reforça e preserva a memória coletiva.

Muito se tem discutido sobre os problemas e desafios por que passam os centros históricos e Cabo Verde não foge à regra, começando pelas formas como são conduzidos os processos de reabilitação, gestão e preservação patrimoniais, passando pela problemática de como traçar estratégias consistentes para a utilização e salvaguarda adequadas desse património material e imaterial.

Ainda sobre a discussão deste tema, Cristina Meneguello, citada por Lourenço Gomes (2008), apresenta-nos a ambiguidade com que muitas vezes o valor patrimonial dos centros históricos é vivido pelas populações que os habitam:

Por um lado, o assunto da reabilitação é visto como estratégia de preservação e revalorização de tecidos degradados das cidades; por outro é encarado como o processo de expulsão de habitantes historicamente enraizados e a transformação de centros históricos em simulacros da vida tradicional, voltados para os turistas (Gomes, 2008:135).

Atendendo à visão da autora supracitada, podemos enquadrar os centros históricos de Cabo Verde nestas duas categorias, no que diz respeito ao processo de reabilitação, preservação e uso. Por isso, torna-se cada vez mais premente abordar a questão da problemática dos centros históricos em Cabo Verde, visto que urge a necessidade de traçar um novo paradigma de gestão e preservação dos mesmos, que passa por traçar políticas necessárias para o efeito, investimentos, regulamentações de tombamentos e zoneamentos, controlar o fluxo comercial, em que muitas vezes a própria casa familiar é transformada num espaço comercial pronto para arrendamento com alterações profundas à sua estrutura original, controlar a expansão, imobiliária entre outros.

Mas, mesmo assim, os problemas não acabam por aqui. Durante a nossa investigação, tivemos a oportunidade de falar com alguns moradores desses centros históricos e algumas personalidades políticas locais e nacionais sobre a questão dos problemas e desafios quotidianos por que passam os centros históricos. Nesta ótica passamos a inferir sobre alguns desses aspetos que incomodam estes e outros utentes no centro histórico:

2.8.1. O êxodo da população jovem para as periferias

O processo do êxodo da população jovem para as periferias do centro histórico em Cabo Verde é uma das principais causas para o envelhecimento e abandono dos centros históricos, o que pode ser verificado pelo aparecimento de novos bairros nas periferias. Com o advento do século XXI, este processo acelerou-se com o projeto e a construção de “casa para todos”, levado a cabo pelo então Governo da VIII Legislatura e que beneficiou milhares de famílias, sobretudo as mais jovens.

Por outro lado, as famílias cabo-verdianas são compostas, na sua maioria, por vários elementos, levando à necessidade de construir ou adquirir habitações de maior dimensão e mais baratas, o que é mais fácil de se fazer nas periferias, já que aí o custo da compra de um terreno é muito mais baixo do que nos centros históricos. Nesta ótica e segundo Corvacho (2005), “Os jovens em grande medida desertaram do centro, procurando casas longe dali ou mesmo nos concelhos limítrofes, e nas casas vai ficando sobretudo a população idosa que também se confronta com problemas de isolamento de falta de apoio social”.

Um outro problema que promove o êxodo dos jovens para a periferia é a procura do emprego, uma vez que a dinâmica económica dos centros históricos está limitada pelas necessidades de conservação. Como há maior empregabilidade nas periferias, os mais jovens acabam por ali construir as suas habitações e fixar as suas famílias.

2.8.2. A problemática do sistema de saneamento do meio, abastecimento da água e rede de esgotos

O saneamento do espaço urbano, o abastecimento da água e rede de esgotos são problemas por que passam os centros históricos em Cabo Verde. Nos centros históricos há uma grande dificuldade no sistema de recolha e tratamento dos lixos, principalmente dos resíduos sólidos. Os lixos são recolhidos de uma forma deficitária e são depositados nas periferias. Ou seja, ao se tentar se resolver um problema, cria-se um outro. Muitas vezes, ao proceder-se à incineração destes lixos nas periferias, a população do centro histórico acaba por sentir o efeito e a perturbação dos fumos tóxicos e do mau cheiro que circula no ar na cidade.

Por outro lado, temos a problemática do abastecimento da água e da construção da rede de esgotos. Cabo Verde, pela sua insularidade, deve aproveitar todos os seus recursos hídricos. Nos centros históricos, é evidente a escassez e a dificuldade no abastecimento deste líquido precioso e este deve ser de uso e distribuição racionalizada e de boa qualidade. Além da escassez, é evidente a má qualidade de água que abastece os centros históricos. Esta água chega aos domicílios com má qualidade por causa do estado de conservação dos canais de transportes (tubos), velhos e enferrujados, fruto da erosão no tempo: chega aos edifícios suja (um pouco avermelhada), cheia de ferrugens, muitas vezes nem sequer servindo para beber. A população do centro histórico, principalmente a de maiores posses económicas, prefere comprar água engarrafada para beber.

Outro dos problemas nos centros históricos cabo-verdianos é a ausência do sistema de rede de esgotos e de tratamento das águas residuais. Um exemplo bem evidente é o caso do centro histórico da Ribeira Grande de Santiago em que se começou a escavação para a colocação do sistema de rede de esgotos e tratamento das águas residuais, mas o trabalho foi interrompido por causa dos vestígios históricos que ali foram descobertos durante a obra, dificultando a implementação daquela infraestrutura. Outros centros históricos ainda não possuem este sistema devido à falta de meios financeiros para o efeito.

2.8.3. Falta de sanitários públicos

Com a deslocação diária de pessoas para o centro histórico, criando a sua população flutuante de pessoas que estão à procura ou à venda de serviços, que estão ali para trabalhar e sabendo que a vida da cidade decorre na sua maioria pelas ruas, descartando valores culturais ou princípios, a falta de W.C público condiciona e direciona as pessoas a realizarem suas necessidades fisiológicas em locais menos frequentados ou abandonados do centro histórico. A inexistência de casa de banho pública faz com que a higiene de determinadas áreas do centro

histórico seja afetada, o que de certa forma traz uma desvalorização do que realmente o espaço representa e afeta diretamente a saúde pública.



Figura 13-A degradação do património edificado e a conseqüente utilização como W.C (Claudino Borges: 2018).

2.8.4. Problemas de vias de circulação de carros, pessoas e bens e de um sistema de estacionamento automóvel

Nos centros históricos de Cabo Verde, principalmente nos proto-quincentistas, ainda se mantêm os traçados urbanos originais, em que as ruas são estreitas e íngremes, calcetadas com pedras rústicas e sem passeios para os peões. Para este caso, durante a nossa investigação, tomámos como estudos de caso os centros históricos da Ribeira Grande – Santiago e de São Filipe do Fogo, em que estes problemas são evidentes. Compostos por ruas muito estreitas, muitas vezes de difícil acesso para alguns transportes públicos, não têm parques de estacionamento de automóveis e outros veículos públicos e as próprias vias de acesso a estes centros históricos são deficitárias. Nestes centros históricos, os carros estacionam nas bermas das estradas e nos passeios destinados aos peões, e no caso específico da Cidade Velha, os veículos estacionam num largo que é e deveria ser o espaço de circulação e convívio da população.



Figura 14-A problemática da circulação de pessoas e bens e do parque automóvel no centro histórico da Praia (Claudino Borges, 2018).

2.8.5. Falta de um plano de prevenção para possíveis catástrofes naturais

Todos os centros históricos de Cabo Verde, com exceção de Santa Catarina de Santiago e de São Filipe do Fogo⁵², foram edificados perto de zonas marítimas e portuárias e nos estreitos das ribeiras onde ocorrem grandes enxurradas em tempo de chuvas, muitas vezes acompanhadas por uma forte subida do nível da água do mar, acontecendo o inesperado e o não planificado: a inundação do centro histórico⁵³.

Por isso, e para colmatar esse problema, torna-se cada vez mais urgente a necessidade da elaboração de um plano de prevenção, proteção e criação de mecanismos de controlo que passa pela criação, instalação e capacitação de corpos de bombeiros eficazes, aquisição de meios materiais suficientes, criação e alocação de meios financeiros e uma forte campanha de sensibilização e formação comunitária, a fim de prevenir para este problema que acontece cada vez com mais frequência neste mundo em crise ambiental.

⁵² Edificado perto da zona marítima mas numa altura muito acima do nível da água do mar.

⁵³ Em Setembro de 2018 o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago passou por momentos conturbados e tristes com a subida do nível da água do mar e a devastação de muitos empreendimentos turísticos que ficam localizados no coração do centro histórico.

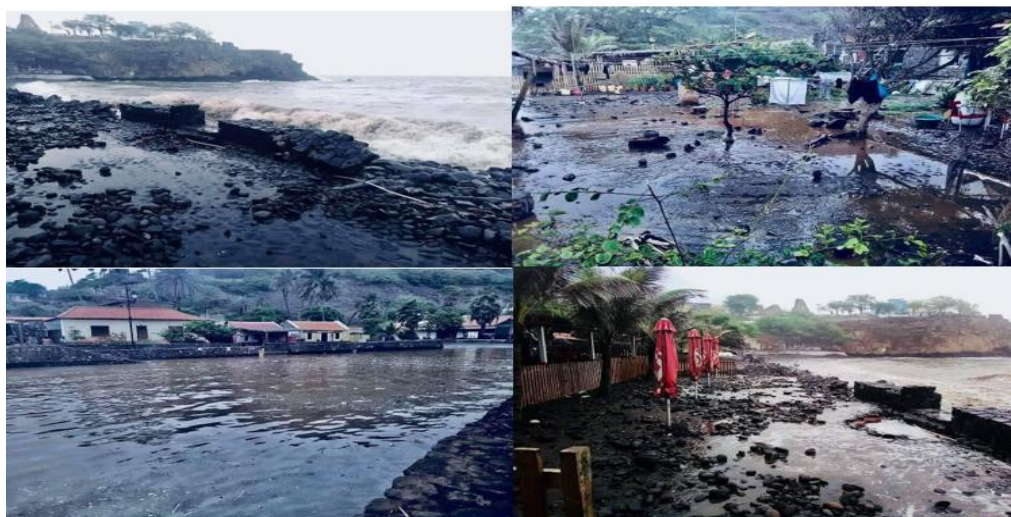


Figura 15-Subida do nível da água do mar e a devastação de muitos empreendimentos turísticos que ficam localizados no coração do centro histórico (Claudino Borges, 2018).

2.8.6. Sistema de fiscalização deficitária para combater as construções e remodelações clandestinas

Um outro problema por que passam os centros históricos nacionais e seus arredores é a dificuldade em organizar e implantar um sistema de fiscalização eficiente e eficaz para pôr cobro às construções e remodelações clandestinas. Essa dificuldade deve-se à não existência de meios financeiros, materiais e humanos suficientes para o efeito e pela fraca campanha de sensibilização dirigida às pessoas que habitam nos centros históricos. Também é de referir que muitos desses problemas acontecem em Cabo Verde, por causa da fraca aplicação de leis e normas que regem os centros históricos e também devido às quezílias e aos interesses políticos e partidários.



Figura 16- A edificação dos edifícios do 1º piso no centro histórico da RGS (IPC 2012).

2.8.7. Especulação Imobiliária / Venda ou aluguer de edifícios históricos para fins comerciais

Nos centros históricos classificados de Cabo Verde, verifica-se cada vez mais o aumento e desenvolvimento do sector terciário. Este “boom” do sector terciário faz com que os proprietários dos edifícios com elevado grau patrimonial vendam as suas casas ou as remodelem sem respeitar quaisquer normas ou regulamentos do restauro elaborados e aconselhados pelo Instituto de Investigação Cultural ou pelas próprias câmaras municipais. Esta evolução do centro histórico voltado para o comércio atraiu a atenção de muitos e em específico do sector imobiliário. Abriram-se precedentes para a construção de novos edifícios em locais onde haviam edifícios com valor patrimonial para satisfazer necessidades comerciais e essa permissividade tornou-se frequente. No combate entre o património e o comércio, o património está a perder, já que, a cada dia que passa, um edifício com valor patrimonial é demolido para dar lugar à necessidade comercial que o centro histórico assumiu, perdendo assim a sua identidade.

Com a parceria estratégica entre o Governo de Cabo Verde e o Governo da China, os chineses possuem isenção alfandegária para importar os seus produtos e os comercializar em Cabo Verde. Por sua vez, estes comerciantes de origem chinesa compram ou alugam casas no coração dos centros históricos, de modo a implantar o seu comércio. Com a venda, a remodelação descontrolada dos edifícios históricos, o centro histórico vai paulatinamente perdendo a sua historicidade e corre o risco de, num futuro próximo, também perder a sua classificação como património nacional. O arrendamento das casas para os chineses fez com que o centro histórico perdesse a sua identidade, já que as fachadas foram transformadas em montras e os interiores dos edifícios foram demolidos, de maneira a criar espaços mais amplos para as atividades comerciais⁵⁴.

⁵⁴ Informações obtidas através das entrevistas orais (ver em anexo).



Figura 17- Habitações classificadas de alto valor patrimonial que foram modificadas para funcionarem como espaços comerciais. (Claudino Borges, 2018).

2.9. Os critérios de classificação dos centros históricos de Cabo Verde

– Uma análise crítica

Desde já aprez-nos dizer que a nossa análise crítica sobre a elaboração dos processos e critérios de classificação dos centros históricos de Cabo Verde não tem como objetivo subestimar todo o trabalho já feito pelos intervenientes sociais e culturais, mas dar o nosso contributo para que as futuras classificações venham introduzir alguns aspetos pertinentes para o efeito.

O património cultural de qualquer nação não é estático, mas sim dinâmico, principalmente nos centros históricos que são considerados como “corações das cidades”. Neste espaço territorialmente circunscrito podemos encontrar uma grande diversidade patrimonial, que vai desde o aspeto material e imaterial ao natural e subaquático, entre outros. Por isso, torna-se pertinente que, em qualquer processo ou tentativa de classificação de qualquer centro histórico, sejam introduzidos todos os aspetos mencionados.

Uma das maiores complexidades de uma política de valorização e proteção patrimonial é a elaboração do processo com vista à sua elevação à categoria de património nacional ou mundial. Para que isso aconteça, há que produzir um conjunto de instrumentos e normativos legais e seguir diferentes trâmites até a sua concretização, com o objetivo de se conseguir e delinear a melhor forma de gestão e preservação do bem patrimonial em causa. Um desses

instrumentos é a definição clara dos critérios em que se fundamenta a classificação do referido bem.

Segundo Hernández e Tresseras (2001), “a gestão do património é um conjunto de atuações programadas com objetivo de conseguir uma ótima conservação dos bens materiais e a sua adequação às exigências sociais contemporâneas”. Ou seja, a gestão de qualquer património histórico tem como ponto de partida a conservação de determinados objetos de especial significado cultural no presente, produzidos por uma atividade humana num passado mais ou menos distante e que perduraram até ao presente. Mas o mais difícil ainda é classificar os centros históricos como património nacional ou mundial num país africano recém-independente, em que as questões sobre o património ainda continuam um “tabu” para várias camadas sociais e que possui uma legislação do património que não contempla a classificação do sistema de conjunto.

De salientar que a proposta de classificação dos centros históricos de Cabo Verde é um instrumento de gestão de património de natureza urbana e rural, com carácter normativo, estratégico e operacional, ancorado especialmente na única lei patrimonial que temos, a lei Nº 103/3/90 de 29 de Dezembro, que veio a ser substituída atualmente pelo Regime jurídico (nº85/IX/2020), que valoriza e protege o património cultural e natural nacional. Mas mesmo assim, esta lei carece de um ajustamento que introduza algumas alterações, designadamente a possibilidade de atribuir a classificação de conjunto com valor patrimonial ao património aquático. Por outro lado, os centros históricos de Cabo Verde foram-se consolidando no tempo, integrando não só os aspetos materiais da atividade humana, mas também as suas dimensões imateriais, constituindo-se como um todo urbano que é um modo de vida que com a passagem do tempo se vai manifestando em diferentes vertentes patrimoniais. Também como um país descoberto e colonizado pelos europeus, mais concretamente pelos portugueses, e pelo papel que desempenhou como placa giratória de pessoas e bens no período colonial, como ponto de encontro entre as culturas europeia e africana, Cabo Verde apresenta uma riqueza patrimonial diversificada tanto na vertente imaterial como material, principalmente na arquitetura, caracterizada pela presença de diferentes estilos e tendências arquitetónicas, do manuelino ao barroco, ou do neoclássico à mais recente arte deco, entre outros, o que coloca a necessidade de se criar instrumentos legais de gestão integrada do património.

A classificação de um património imóvel é da competência do Estado. No entanto, como verificámos atrás, o ato formal da proteção formal implica uma ação de consciencialização e responsabilização por parte dos agentes públicos junto dos indivíduos e das entidades privadas que utilizam e vivem esse património no seu quotidiano, procurando um equilíbrio entre a

necessária preservação e a consciência que essa vivência é dinâmica e não estática. Deste modo, para cumprir esse desiderato, há que fazer um estudo profundo e exaustivo, ancorado nas leis modernas internacionais, de modo a adaptar as práticas nacionais de tal maneira que estas consigam alcançar uma melhor e mais integrada forma de gestão, preservação e valorização destes espaços.

Questões tais como: Que centros históricos a classificar? Quais são os critérios /parâmetros a utilizar? Qual o método a utilizar para a inventariação dos bens existentes? Como criar um modelo de categorização dos centros históricos cabo-verdianos tendo em consideração a dispersão entre ilhas, a orografia e a diversidade cultural e patrimonial? Só assim estaremos à altura e em condições de apresentar uma proposta de classificação consistente e credível e um plano de gestão e salvaguarda para o efeito.

Estas são, resumidamente, as lacunas existentes nos processos de classificação dos centros históricos de Cabo Verde, visto que o governo, através do Instituto do Património Cultural, classificou somente a maioria dos centros históricos que se situam nas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI)⁵⁵. Outra preocupação é a não integração dos aspetos imateriais nos processos de classificação, que claramente se traduz na pressa e vontade em atingir os objetivos políticos, em detrimento da valorização de uma ideia de património integrado e da definição de uma estratégia para a sua proteção que inclua as suas dimensões sociais e económicas, e beneficie aqueles que são, simultaneamente, os seus criadores e utentes, o povo cabo-verdiano. Não menos importante é a ausência total dos critérios de classificação, ou seja, analisando bem, ficamos sem saber sob que parâmetros foram classificados esses centros históricos, a não ser pelo critério do simbolismo histórico, a nível do património edificado. Por isso e para suprir essas lacunas, este trabalho apresenta, no seu Capítulo VI, a seguir à caracterização de dois estudos de caso, um novo paradigma de classificação, gestão e preservação dos centros históricos em Cabo Verde.

⁵⁵ Alguns centros históricos foram classificados somente através do decreto governamental (Boletim Oficial), sem qualquer processo elaborado. Um exemplo concreto foi a classificação do centro histórico de Mindelo da ilha de São Vicente, aprovado pelo Conselho de Ministros, através da Resolução nº 6 / 2012 de 31 de Janeiro.

CAPÍTULO III

3. ESTUDO DO CASO – O CENTRO HISTÓRICO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

3.1. História

O centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, pelo seu simbolismo histórico e patrimonial, alcançou o estatuto de Património Mundial da Humanidade em 2009. Mas mesmo assim, este território ainda tem muitos potenciais materiais e sobretudo imateriais que merecem uma investigação científica profunda. Por isso, neste capítulo, abordaremos as questões da materialidade e imaterialidade desta cidade e dos seus habitantes.



Figura 18-Mapa da localização geográfica do Centro Histórico da RGS (Claudino Borges, 2018).

Faremos uma caracterização da sua arquitetura e estrutura urbana, as fases da decadência e as iniciativas de intervenções que ocorreram através de uma campanha de restauro levadas a cabo durante o período do Estado Novo, seguidas pela DGEMN a partir dos anos 1960, com objetivo de resgatar, preservar e valorizar o património histórico em Cabo Verde entre os quais: o inventário do património histórico-artístico de Cabo Verde, as intervenções no pelourinho (picota), Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fortaleza Real de São Filipe, a sé Catedral e a Capela de São Roque (Vera Mariz 2016), que consideramos como um dos fatores muito importantes que serviram de base à sua classificação como Património Mundial da Humanidade, já que estas iniciativas foram o ponto de partida para o despertar da consciência nacional sobre as questões do património; e, por último, completaremos com a identificação e caracterização

das práticas culturais ali realizadas que também conferem historicidade e identidade àquele espaço.

3.2. Da edificação do centro histórico ao período áureo, à decadência da cidade de Ribeira Grande de Santiago

O centro histórico da Ribeira Grande de Santiago constitui o primeiro aglomerado populacional de Cabo Verde, fundado após a descoberta do arquipélago em 1460, e fica situado na parte sul da ilha de Santiago nas Coordenadas UTM 14° 54'N 23°36'O.

Segundo Torrão (1991), o início do povoamento começou com um pequeno grupo dos europeus, fruto dos benefícios comerciais instituídos com a carta de privilégios de 1466⁵⁶, e por um grande número de escravos, vindos da Costa da Guiné e de toda a costa africana. O aumento acentuado da população do núcleo original da RGS fez com que em 1472 o rei português emitisse uma carta de limitação dos privilégios concedidos aos seus moradores em 1466, fazendo com que estes perdessem as suas regalias (Pereira, 1986).

Volvidos cinco anos, a RGS já possuía uma morfologia e um traçado urbanos bem definidos, o que constitui um desenvolvimento significativo tendo em conta a sua situação geográfica e o poder económico-social dos seus moradores.

Segundo Carreira (2000), com a intensificação do tráfico negreiro, houve um aumento da população e do número de habitações, proporcionando a formação de novas ruas e construção dos principais edifícios administrativos e de prestação de serviços. Também Pires (1999) diz que o traçado do núcleo inicial era orgânico, resultante das condições topográficas dos terrenos, com as características típicas das cidades coloniais de meados do século XVI. O mesmo autor refere que a ocupação inicial se deu na região portuária e se desenvolveu no sentido nascente.

As construções dos limites das vias públicas e das divisas laterais do lote urbano contribuíram para a estruturação do traçado da povoação.

⁵⁶ A carta de privilégios de 1466 estipula que os moradores de Santiago podiam comercializar livremente os produtos exceto armas e ferramentas, navios e apetrechos náuticos, por toda a região de Guiné.

Sítio Histórico da Cidade Velha Património Mundial

Cidade Velha, 2004.7 ha



Figura 19-Mapa que delimita o centro histórico da Ribeira Grande Santiago (IPC, 2008)

Por sua vez, o Boletim de Propaganda de Informação de 1950 afirma que na Cidade Velha “se construiu, com pedras do reino⁵⁷, uma cidade colonial, de estilo inteiramente português, com a sua catedral onde pregou o padre António Vieira, Paços do Bispo, Santa Casa da Misericórdia, Convento de Frades Capuchos, Hospital, Fortificações e Solares Fidalgos”.

Ocupada a região portuária e os leitos da ribeira, a expansão da cidade continuou no sentido ascendente, na direção do interior do território. PIRES (2007), dividiu esta expansão urbana em duas vertentes:

- A cidade baixa, que possuía a vocação comercial e das atividades portuárias;
- A cidade alta com vocação religiosa e defensiva.

Estas duas partes da cidade eram interligadas por ruas íngremes, curvadas, contracurvadas e interligadas.

Assim, podemos afirmar que, no período colonial, na escolha do lugar para a implementação das cidades, houve uma preocupação com o acesso ao mar, fundamental para as atividades comerciais, e com a defesa, tratando-se de um território em processo de colonização.

⁵⁷ Pedras normal e cantarias vinda de Portugal.

3.3. O centro Histórico e sua caracterização arquitetónica e urbana, sua valorização e classificação patrimonial - introdução dos elementos que estão na base da classificação

Como verificámos, uma das principais estratégias levadas a cabo pelos portugueses na escolha do sítio para a implantação das cidades coloniais da costa atlântica era ter as condições necessárias à construção de bons portos de ancoragem de navios, localizados em vales, entre montanhas, ou seja num relevo que facilitasse a construção de sistemas defensivos que o protegessem, à cidade e aos seus moradores. Nesta ótica, analisando de forma pormenorizada o CHRGS, confirmamos que o relevo foi um elemento chave para a proteção da cidade contra possíveis ataques de piratas e corsários.

As casas senhoriais estão situadas na parte mais baixa do centro histórico, ou seja, ao redor do porto e nas margens do vale que deu nome à cidade. Na parte mais elevada foram utilizados pontos estratégicos para construir os edifícios mais importantes e de interesse público tais como: a Fortaleza Real de São Filipe, as igrejas, os conventos e as capelas que iremos abordar mais a frente.

Abordando ainda sobre a caracterização paisagística do CHRGS, segundo Pires (2007), “ao contrário do que acontece no vale, em que a cidade é envolvida pelo verde das acácias, das palmeiras e das mangueiras, no bairro de São Sebastião não se vê verde, apenas verifica –se uma extensa aridez do solo das rochas desgastadas pela erosão”.



Figura 21-Imagem panorâmica do CHRGS apresentando a vegetação no vale e a aridez no Bairro de São sebastião (IPC 2016).

Dando continuidade à descrição da paisagem, e estando no largo do pelourinho (Picota), podemos observar que, à esquerda do vale, fica situado o bairro de São Brás e as ruínas do Forte de São Loureço, cercados por muralhas que dão acesso ao mar. Seguindo a rua do interior do vale e passando por pequenas casas bem alinhadas, numa perspetiva reta, seguimos até ao fundo da ribeira pela vegetação que lembra as plantações de cana-de-açúcar: palmeiras e mangueiras suportadas pelos socalcos, e banquetas construídas com pedras rústicas, de modo paralelo, conferindo beleza ao sítio.



Figura 22- Plantas dos primeiros assentamentos habitacionais e do alargamento do Centro Histórico da RGS, (Dossier da Candidatura da RG á Património Mundial, 2009 e do Arq. Sérgio Blanco, AECI, 2006)

Também analisando as combinações dos elementos que compõem a paisagem urbana do CHRGS, podemos observar que as dimensões das ruas são proporcionais em relação à

volumetria das casas. Em relação a este aspeto, Pires (2007) diz que todos estes elementos dão à cidade uma imagem de amplitude relativa que de certo modo contradiz a perceção de estar cercada por montanhas.

Outros elementos que caracterizam a paisagem urbana do CHRGS e que estão na base da sua elevação ao estatuto de Património Nacional e Mundial da Humanidade são os monumentos e as casas senhoriais que ali foram edificados. Atualmente alguns destes monumentos encontram-se em ruínas, mas outros foram restaurados e estão abertos ao público. Assim sucede com algumas Igrejas, Capelas e Conventos⁵⁸

Podemos dividir os monumentos erguidos no CHRGS em três classes:

3.3.1. Os monumentos de Defesa e Proteção

Como destacámos atrás, a escolha da localização da Ribeira Grande como primeiro núcleo de implantação urbana em Cabo Verde não foi por acaso. A sua posição geográfica facilitou a implantação de um sistema defensivo eficaz. Além dos monumentos de defesa e proteção ali construídos, o próprio sistema orográfico da Cidade Velha servia de defesa contra possíveis ataques dos piratas e corsários que mais tarde vieram a acontecer.

Com o rápido desenvolvimento da cidade, facilitada pela sua posição estratégica no Atlântico, era necessário construir uma plataforma de defesa para pôr cobro às situações de ataques. Deste modo, foi erguido um sistema defensivo constituído por pequenos fortes e pontos de vigia entre os quais se destacam:

- O Forte S. António, séc. XVII (ruína, Bairro S. António). Uma das pequenas fortificações no limite dos muros de proteção do lado poente, que apoiava a defesa da Cidade, situada junto ao mar na zona que herdou o nome do forte. E se encontra em ruínas, apesar de ter beneficiado de uma pequena intervenção de resgate realizada nos anos noventa, pelos técnicos do INAC.

- O Forte S. João dos Cavaleiros, do séc. XVII, destruído pela Câmara da Praia, nos anos noventa, transformando-o numa esplanada de nome Marimar, atualmente propriedade privada. Situado na ponta extrema do bairro S. Sebastião ao lado da Sé Catedral e da Sede do Bispado desaparecida (Brito, 2011).

⁵⁸ As Igrejas de Nossa Senhora da Conceição, da Misericórdia, Sé catedral e a capela de Monte Alverne encontram-se em ruínas, mas as de Nossa Senhora do Rosário, Capela de São Francisco e de São Roque foram restauradas / reabilitadas e estão ao serviço do público.

- O Forte S. Veríssimo, do séc. XVII (ruína, S. Sebastião). Situado numa falésia privilegiada na zona acima do porto a escassos metros do Forte Presídio. Possui uma vista privilegiada da Cidade. Foi também consolidado parcialmente nos anos noventa e beneficiou de um programa de escavação, em 2010, durante a formação dos 16 jovens guardiães do património da Cidade Velha da ARSF, IIPC e a CMRGS.

- O Forte Presídio, séc. XVI (transformado num parque infantil, localizado na zona do Porto), foi umas das primeiras fortificações e prisões da cidade porto. Situa-se nas proximidades do edifício das Alfândegas da cidade, encontrada na escavação arqueológica de emergência, durante os trabalhos de instalação das redes de água e esgoto.

O Forte de S. Brás, séc. XVI (requalificado transformado num espaço religioso, Bairro S. Brás). Este forte ficou todo destruído e atualmente foi transformado num espaço de culto coberto de zinco, estando a N^a Sra. de Aparecida numa caixa em alumínio.

O Forte S. Lourenço, séc. XVI (ruína, Santa Marta) ligava a Muralha que situa a montante da qual, ainda hoje, existem vestígios. Apesar de ouvir falar de um outro forte na zona de Santa Marta, o único vestígio presente nesta zona é o atual forte SL. Este que também beneficiou de uma intervenção pontual nos anos noventa.

Posteriormente, em 1587, foi construída a Fortaleza Real de São Filipe no ponto mais alto do território, com o objetivo de reforçar o sistema defensivo e proteger a cidade e os seus moradores. Segundo Brásio (1958), até a penúltima década do século XVI, a Cidade Velha contava com a muralha da cidade, o Baluarte da vigia, o Baluarte da Ribeira e o Baluarte de São Brás.

Os sistemas de baluartes vieram reforçar a defesa da cidade com a alteração dos modos de combater (a nível marítimo como terrestre) a partir dos quais se fazia a partir da técnica de fogo cruzado, com objetivo de atacar o inimigo em todas as frentes.

cidade da Ribeira Grande se revestir de suma importância histórica e cultural, por ter desempenhado esta função de ponto de cruzamento de culturas.

Mais uma vez, a escolha da localização de alguns desses monumentos não foi aleatória. Os fiéis acreditavam que, ao serem construídas num patamar mais elevado, as igrejas e as capelas proporcionavam uma maior eficácia aos santos que acolhiam na proteção dos moradores da cidade contra doenças e outros males (ver excertos de entrevistas em anexo). Mas como a maioria das propriedades utilizadas para as edificações religiosas foram feitas através de doações, e tendo em consideração que o núcleo urbano da Ribeira Grande de Santiago é muito reduzido (situado num pequeno vale), logo as construções maiores ficariam facilmente nos limites do espaço urbano. Na impossibilidade de abordarmos todos estes edifícios, pois esse não é o objetivo da nossa investigação, iremos focar-nos nos monumentos religiosos que consideramos mais importantes e que ainda desempenham uma função social e cultural na comunidade, ou então que pela sua importância simbólica e histórica se encontrem numa fase de processo de musealização *in situ*, como sucede com a Igreja de Nossa Senhora da Conceição). Pretende-se compreender a génese, a evolução tipológica, assim como as intervenções de conservação deste património.

A) A Sé Catedral

Localizada no bairro de São Sebastião, a primeira igreja da Costa Ocidental Africana reflete o poder da organização religiosa da cidade. Começou a ser construída em 1556, por iniciativa do Bispo D. Frei Francisco da Cruz (3º Bispo de Cabo Verde) e só teve a sua conclusão definitiva por volta de 1770, sob o bispado de D. Frei Vitorino Portuense. O

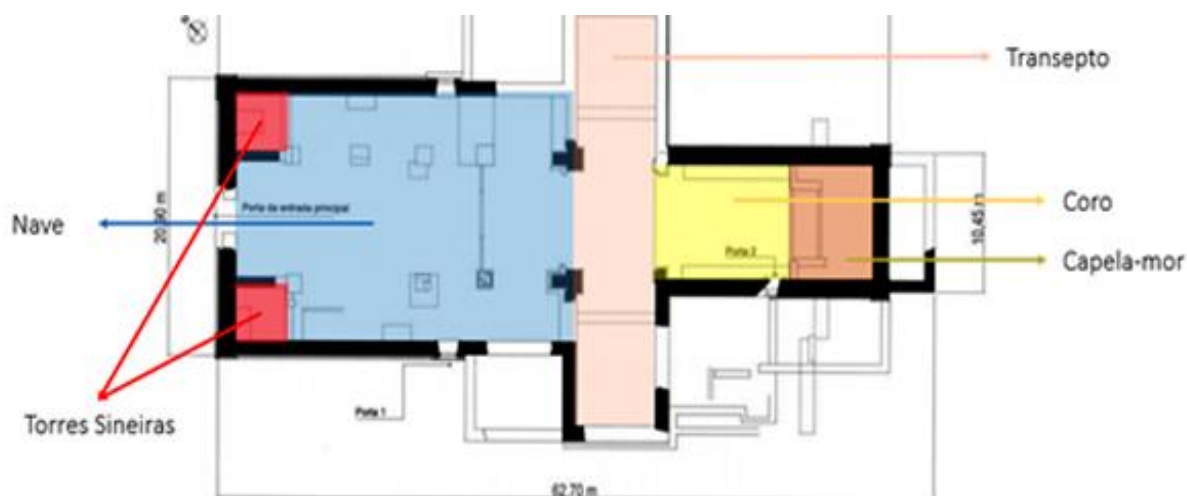


Figura 24- Planta baixa da Sé Catedral (fonte: Dissertação “Reflexo da Cidade Velha” (Paviliuc, 2013 legenda Claudino Borges 2018)

prolongamento das campanhas de construção foi causado por várias interrupções, devidas tanto às incursões dos piratas como à insatisfação dos habitantes que consideravam a sua localização fora do perímetro da cidade. Por exemplo, 1712 a igreja foi saqueada e parcialmente danificada por um ataque de corsários franceses, comandados por Jacques Cassard (Brásio, 1962).

Em termos arquitetónicos, corresponde a uma construção de estrutura religiosa da época do renascimento tardio (Maneirismo). Traduz-se numa igreja de nave única, planta retangular, com a proporção do duplo quadrado, transepto duplo e capela-mor (estes dois últimos espaços encontram-se sobre-elevados em relação ao resto do corpo da igreja. O transepto separa a nave do coro, que é mais estreito. Contava com duas torres sineiras, laterais à fachada principal. O santuário e as duas torres sineiras que emolduravam a porta da frente já desapareceram, mas sobrevivem ainda grande parte das paredes excedentes. Quanto aos elementos decorativos, são simples decorados com azulejos vindos de Portugal, pequenas estatuetas, com a edificação a apresentar um aspeto geral arrojado e fortificado, por influência de arquitetura militar. No que diz respeito ao material de construção, foi utilizada pedra de calcário vinda de Portugal na demarcação dos seus elementos estruturais. Aplicou-se chapisco e reboco nas superfícies do edifício.

Atualmente, o edifício encontra-se em ruínas; porém ainda é possível perceber a sua antiga grandiosidade. Os vestígios apresentam um estado de conservação razoável, considerando que estão sujeitos a várias ameaças naturais (maresia, aridez, chuva e erosão) e humanas (lixo, vandalismo, depósito de água nos arredores, utilização do sítio como via de passagem). Por exemplo, as sepulturas existentes no seu interior podem ser pisadas e danificadas, além da maioria se encontrar parcialmente coberta por jorra (material utilizado para cobrir/isolar as áreas escavadas), o que impede a sua total exposição.

Vale ainda reforçar que a igreja serviu de Campo Santo durante muito tempo e recebeu várias campanhas de restauração e consolidação arquitetónica começando a partir dos anos 1960 através de um programa de restauro em estudo, uma verdadeira campanha de “renascimento”, de Cabo Verde, dando sequência à “obra de salvação nacional” (Carreira, 1984), e reconstrução nacional já iniciada em 1930 (Vera Mariz, 2016). Ela foi sujeita a diversos tipos de intervenções arqueológicas, dentro das quais é possível destacar as realizadas em 1989, 1990, 1991, por Clementino Amaro (IPPAR), 1999, por Ana Carvalho Dias (IPPAR), e 2001, por Maria Antónia Amaral (IPPAR).



Figura 25 - Estado atual da Sé Catedral (Claudino Borges, 2018).

B) O Convento de São Francisco

Localizado no bairro de São Pedro, o convento de São Francisco foi construído na segunda metade do século XVII, mais precisamente em 1657, a partir de uma doação financeira feita por Joana Coelho, viúva do capitão Fabião de Andrade, que também doou o terreno. O edifício foi erguido com finalidade de abrigar os religiosos franciscanos recém-chegados à ilha de Santiago e, em simultâneo, serviu de centro de formação onde os padres instruíam e aplicavam os seus ensinamentos. Sabe-se que o edifício sofreu muitos danos ao longo do tempo, provocados por diversos ataques de piratas e por um temporal, ocorrido em 1754, que o terá deixado parcialmente arruinado. Acabou por ser abandonado em 1832. Teve uma intervenção que visou a sua recuperação e restauro entre 2000 e 2001, após a qual igreja foi destinada para fins socioculturais e religiosos.

O convento de São Francisco traduz-se num conjunto arquitetónico constituído por uma igreja e vários outros repartimentos com funções eclesiásticas, como o presbitério, o locutório, a sacristia, a capela, um armazém, uma cisterna e oficinas.

A igreja possui um traçado simples, de gosto barroco, composto por uma nave única, uma capela-mor e duas capelas laterais. No corpo da nave e na capela-mor existem janelas delimitadas por esquinas. A fachada principal é de pano único e frontão triangular, com portal e janela grande. A planta da igreja é de formato retangular, com uma superfície total de 141m². A entrada da igreja encontra-se separada do átrio através de um degrau de calcário. No que se refere à pavimentação, o solo da igreja foi feito com ladrilhos, colocados de uma forma irregular. Toda a sua área interna foi utilizada como espaço fúnebre. A superfície da igreja encontra-se separada do presbitério através de um arco.



Figura 26 - À esquerda estado atual da fachada sul, e à direita o interior do convento de São Francisco

O presbitério é um espaço de forma quadrangular irregular. Tem uma superfície de 37,75m², sendo que de Norte a Sul possui 6,5m de longitude média, e de Este a Oeste 5,5m. O presbitério possui três acessos, sendo que o principal, pelo qual se acede ao corpo principal da igreja, é marcado pelos pilares do arco. No seu interior, possui solo de ladrilho de maciço vermelho, com uma escadaria de três degraus, decorados nas laterais por azulejos. Encontramos igual decoração para as suas paredes. Nos elementos estruturais do convento e de acordo com a análise sensitiva que fizemos, podemos deparar que foram usadas pedras de calcário, não apresentando reboco nas paredes (ver o guião da ficha da análise sensitiva em anexo).

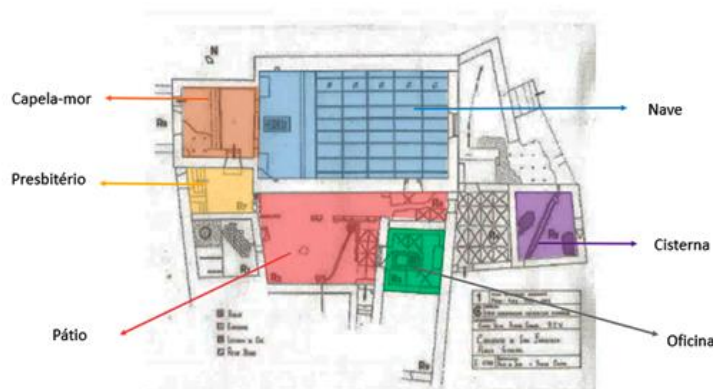


Figura 27- Planta baixa do convento de São Francisco (fonte: Tese “Inventário de arqueologia de Cabo Verde legenda Claudino Borges, 2018).

A intervenção de restauro realizada entre 2000 e 2001 permitiu não só preservar o que restou do edifício, mantendo-se como fonte de conhecimento do tempo em que foi edificado, como dar-lhe uma utilidade contemporânea. É utilizado como espaço para conferências, concertos, reuniões, palestras e exposições. Como propõe Françoise Choay (2011), conservar o

património pode também ser dar-lhe continuidade pela sua reapropriação e reutilização, adaptando os edifícios antigos à procura societal contemporânea e “renunciando ao dogma da sua intangibilidade e formalismo da restauração histórica”, mas sempre associando as transformações necessárias ao respeito pelo passado e à aplicação das técnicas de ponta contemporâneas.

Assim, numa simbiose entre o passado e o presente, o restauro incluiu a utilização de materiais modernos, como sucede com a cobertura e toda a armação do teto, utilizando madeiras do tipo mogno, necessários para conservar a integridade material do edifício e, ao mesmo tempo, facilitar a distinção entre a construção original e a estrutura que foi necessário reconstruir, mas feito de modo a destacar os valores estéticos do monumento e o material original, este último com valor documental próprio.

C) Igreja de Nossa Sra. do Rosário

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, considerada a igreja dos escravos negros, é um dos exemplos raros do estilo gótico da África subsaariana. Datada de 1495, fica localizada na rua Carreira, num patamar elevado e isolado, cujo acesso se faz por intermédio de uma escadaria formada por pedras tumulares epigrafadas. É o mais antigo edifício do centro histórico que até hoje se mantém intacto e em funcionamento.

Segundo Carlos Emanuel (2015), a localização da igreja de Nossa Senhora do Rosário teve um papel importante na dilatação do aglomerado, por ter sido determinante no crescimento e configuração da urbe, particularmente no surgimento de novas ruas, áreas abertas e na consolidação do povoado.

De formato retangular, nave única, com um comprimento de 20 metros por 11 de largura, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta uma torre sineira cilíndrica, uma capela-mor e uma capela lateral ajustada ao altar e à Sacristia.

No que diz respeito à capela-mor, possui um retábulo dedicado à Nossa Senhora do Rosário, iluminada através de uma pequena janela retangular, situada do lado da epístola. Da nave, acede-se à capela-mor através de um desnível de 5 degraus, não existindo qualquer arco a marcar a separação entre os dois espaços. No lado adjacente à sacristia, podemos deparar com uma outra capela, na qual foi sepultado D. Sebastião da Ascensão, o primeiro Bispo da Diocese da Ribeira Grande de Santiago.

Segundo António Carreira (1784), o Bispo chegou à diocese em 1612, mas só ali viveu um ano, pois faleceu em 1613.

O material de construção dominante é a alvenaria basáltica de origem vulcânica, com as juntas unidas por argamassa de cal e areia.

A nível da decoração, as paredes interiores eram originalmente decoradas com painéis de azulejo de padrão 9 que, ao longo do tempo, foi sendo substituído por azulejos de padrão 4⁶⁰. No entanto, aquando do restauro da igreja, substituíram-se os azulejos de padrão 4 que ali pré-existiam por réplicas vindas de Portugal, o que não é recomendável dentro dos parâmetros internacionais sobre as técnicas de restauro dos monumentos históricos, segundo nos reza a Carta de Veneza de 1964.



Figura 28 - A decoração original com azulejo de padrão 9 - Extratos do inventario da igreja de Nossa Senhora do Rosário elaborado pelo Arquitecto Luís Benavente 1960 (Fonte: Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde).

A substituição dos azulejos originais de padrão 4 pelas réplicas tem a ver com o desaparecimento dos mesmos. No entanto, não é um bom critério de restauro segundo os parâmetros atuais. A ação correta era deixar estar os de padrão 4, pois a sua colocação já faz parte da história do edifício e marca uma mudança de gosto com reflexos na construção. É como se fosse uma estratificação do tempo.

⁶⁰ Constatação feita in loco através da análise sensitiva do edifício através da aplicação da ficha em anexo.



Figura 29 - A primeira e segunda fase da decoração com os azulejos de padrão 4 (restauração de 1970) e padrão 9 (restauração de 2020) (Claudino Borges 2020).

Embora saibamos que o património artístico-cultural é dinâmico, também deve ser restaurado dentro dos limites recomendados, dando uso adequado aos utentes, mas respeitando o passado. O centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, com o estatuto do Património Mundial da Humanidade, bem merece a dignidade, no possível, para que responda às demandas internacionais exigidas pela UNESCO.

Fazendo uma análise sensitiva do espaço, podemos afirmar que as causas das sucessivas degradações da estrutura desta igreja são sobretudo naturais, como a aridez do território, as maresias (devido à aproximação ao mar), as chuvas e a erosão dos materiais de construção. Quanto às ameaças humanas, temos o lixo e os restos de materiais de construção deixados nas imediações da igreja.



Figura 30- A capela gótica e a fachada principal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

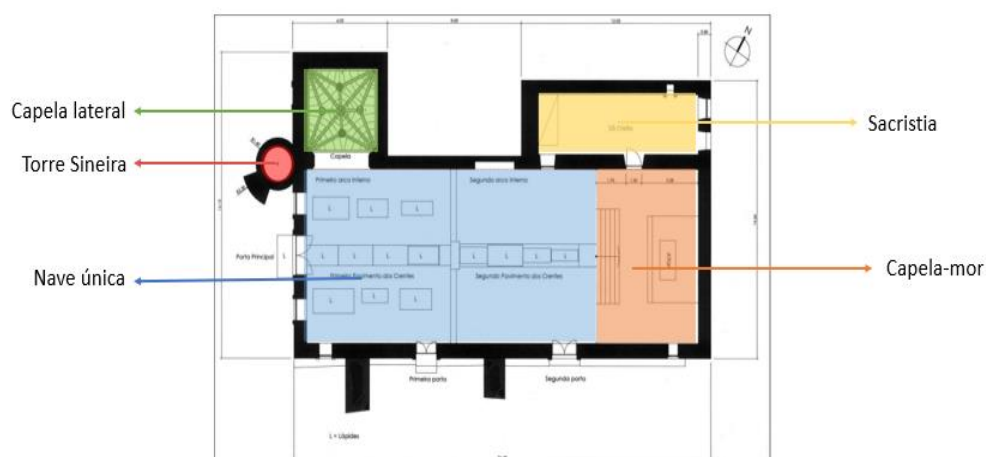


Figura 31- - Planta baixa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (fonte: Dissertação “Reflexo da Cidade Velha, Tatiana Paviliuc – legenda: Claudino Borges 2018).

D) Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Arquitetura, arqueologia e processo de musealização *in situ*

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição deveu a sua construção ao Infante D. Fernando, ao contrário do que era comumente aceite até o final do séc. XVIII, que atribuía a fundação da Igreja ao Infante D. Henrique. Segundo Senna Barcelos (2003), o que suscitava a dúvida relativamente ao promotor desta obra, residia no fato de as duas invasões dos corsários franceses terem queimado os antigos cartórios da cidade.

Mas o mesmo autor nos reporta que esta Igreja foi fundada entre 1466 – data da Carta dos privilégios aos moradores de Santiago, a 1470 – ano da morte do Infante D. Fernando, filho adotivo e herdeiro do seu tio, o Infante D. Henrique.

Muito embora a primeira missa tenha sido celebrada pelo Fr. Rogério em 1466, num oratório que fez, pode-se referir que a Igreja de N. Sra. da Conceição foi a primeira instituição eclesiástica a ser edificada em Ribeira Grande, e, em consequência, a primeira em toda a África subsariana.

Em estilo tardo-gótico ou manuelino, do qual alguns aspetos e elementos sobreviveram até ao presente, tendo o edifício sido bastante alterado no período barroco. Atualmente, a igreja está em ruínas, mas de acordo com o levantamento da sua planta, esta apresentava uma forma em cruz latina, com uma área de 331.161 m² e um perímetro de 84.535 m². É composta por uma única nave que possui uma área de aproximadamente 180m², uma capela-mor, uma capela lateral

e uma torre sineira. No exterior, a igreja é protegida de enxurradas vindas do lado Norte e Este por um muro.

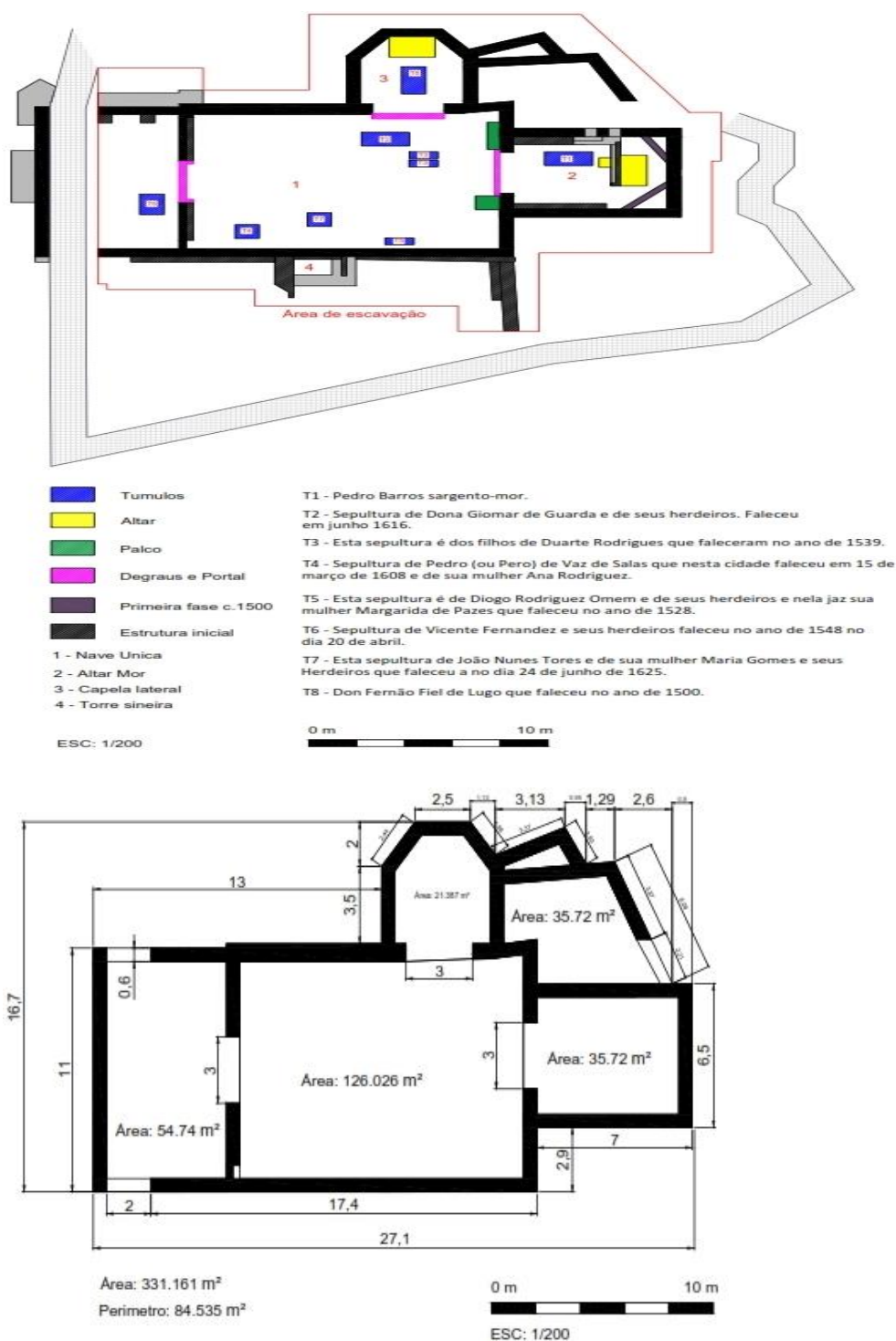


Figura 32 - Planta baixa da igreja (fonte IPC, 2014)

Em relação às fases e técnicas de construção, em primeiro lugar, foi construída a capela-mor e mais tarde o muro de proteção exterior contra as enxurradas que vinham do lado norte (convento São Francisco) e do lado Este (vale). Inicialmente, a capela-mor era de formato ogival gótico e a cobertura em abóboda. Depois, foi reconstruída em forma quadrangular; possivelmente por vontade de atualizar artisticamente a igreja, várias estruturas surgiram depois. A capela lateral surgiu na segunda metade do século XV, com a morte de Fernando Fidel Lugo que foi cavaleiro-fidalgo da Casa Real e surge referenciado pela primeira vez nos documentos coevos em 1527, aquando da venda de dez quintais de biscoitos à Fazenda Real, tendo recebido para o efeito 6.500 reais do almoxarife da vila da Praia. Um ano mais tarde, surge como almoxarife desta urbe, tendo exercido este cargo por dois anos.

Para além das funções de oficial régio, Fernão Fiel de Lugo foi igualmente grande proprietário rural de Santiago, onde por carta régia se institui em 1540, no termo da vila da Praia, um morgadio formado por duas fazendas: “Trindade” e “Santa Cruz”. Estas duas propriedades rendiam juntamente cerca de seiscentos mil reais anualmente, valor muito bom para a época e para as condições da ilha de Santiago⁶¹.

Em relação aos materiais de construção, foi utilizada a alvenaria de pedras basálticas, assim como argamassa de cal e areia e blocos de cantaria em todos os cunhais, exceto nos quatro marcos do perímetro da nave central, constituídos por pedras aparelhadas como blocos de cantaria, que eram típicos de pilares e faziam de ligação das alvenarias.

Tal como as outras igrejas, a de Nossa Senhora da Conceição tem uma dimensão patrimonial material pelo seu valor arquitetónico no contexto da história da arquitetura portuguesa e uma imaterial pelas funções religiosa e cultural que desempenhava, visto que, além de acolher as atividades da prática religiosa, também servia de espaço de sepultamento aos grandes proprietários e representantes das autoridades religiosas residentes na ilha, que ali eram enterrados à beira do altar, onde se realizavam as missas pela alma dos falecidos, conforme estipulado no testamento deixado pelos mesmos, pelo seu elevado estatuto na hierarquia da Igreja Católica.

Devido a vários ataques de piratas e à erosão provocada pelas condições ambientais e pela passagem do tempo, a igreja foi destruída, tendo ficado em ruínas (Pires, 2007).

Esta igreja passou por duas etapas de restauração fundamentais:

⁶¹ Pasta: ANNTT; FLB cx. 67, pt 459; doc. 42,25 de janeiro de 1967 – in:Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde

Etapa 1 - Processo de Descoberta e Escavação das Ruínas da Igreja

A descoberta das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi recente, data de 2006, quando se encontrou a capela lateral e parte da campa e a área onde se encontra o túmulo dos filhos de Duarte Rodrigues (Cabral Iva 2013)⁶². Entre 2014 e 2015, foi descoberta e escavada toda a área do perímetro da Igreja.



Figura 33 - Processo de escavação e descoberta da Igreja e murro de delimitação de área de escavação (fonte: IPC e Claudino Borges, 2018).

Etapa 2 - Do Processo de Restauração, Conservação à musealização in situ

Para a restauração e conservação da Igreja foi aplicado mantas geotêxtis (material que não permite a retenção da água) sobre os murros e restantes estruturas dos compartimentos mais antigos, de forma a conservar e a impermeabilizar as ruínas durante o processo de escavação e evitar o processo de erosão das ruínas da igreja após a escavação. O processo de restauro foi, na sua maior parte, o levantamento dos murros em pedra e argamassa com objetivo de completar as paredes ainda existentes do edifício, utilizando a separação do antigo em relação à nova construção através de um fio de metal utilizado especificamente para o efeito. Quanto à questão da musealização *in situ*, fez-se a escavação, a limpeza dos sítios, a reconstituição de algumas das

⁶² Duarte Rodrigues foi escudeiro da Casa Real, tendo, segundo Iva Cabral (2013), chegado a Cabo Verde juntamente com o irmão Manuel Rodrigues, sendo que este último desempenhou o cargo de almoxarife da vila da Praia. Nos primeiros tempos desempenha a função de procurador de ricos comerciantes, tanto da metrópole como em alguns casos de comerciantes sevilhanos. De 1560 a 1562, vimo-lo a desempenhar o cargo de recebedor dos empréstimos lançados pelo Rei na ilha de Santiago. Neste sentido, compreende-se que Duarte Rodrigues gozava de certa influência junto à Corte, com desempenho de funções de índole pública.

campas funerárias que se encontravam em mau estado de conservação e a inventariação dos mesmos de acordo com os períodos históricos dos mesmos (ver o relatório em anexo).



Figura 34 - Processo de aplicação das mantas geotêxtis (Claudino Borges, 2018).

E) Capela de São Roque

Estrutura religiosa localizada na ilha de Santiago, no centro histórico da Cidade de Ribeira Grande, no percurso entre a Sé Catedral e a Fortaleza de São Filipe.

Foi provavelmente construída no século XVI e apresenta uma planta retangular, de nave única, e um corpo adossado à nave onde seria a sacristia. A nave possui um comprimento de 11,5 metros e uma largura de 5,5 metros.

Com o abandono do centro da cidade, esta capela foi ficando arruinada.

Ainda durante o período colonial, esta capela foi o primeiro edifício a ser beneficiado por um programa de restauro oficial, iniciado no ano de 1962, e levado a cabo pelo arquiteto Luís Benavente. A justificação para a escolha deste monumento para dar início ao programa de restauro dirigido por Luís Benavente foi a sua pequena dimensão, a qual não exigia gastos avultados ao Estado⁶³. Na altura, a obra foi orçada em 350000\$00 escudos, visto que a igreja se encontrava totalmente destruída. Optou-se então por refazer totalmente a estrutura da capela e emparelhar as cantarias. A obra terminou no mês de Dezembro de 1972.

Atualmente encontra-se rebocada com argamassa de cimento e areia cobertura de telhas no sistema de duas águas e apresenta um bom estado de conservação, já que vem sendo beneficiada por pequenas obras de reparações. Ao longo do tempo, sofreu sucessivas intervenções que fizeram com que perdesse as suas características arquitetónicas originais, com a

⁶³ Pasta: ANNTT; FLB cx. 67, pt 459; doc. 42,25 de Janeiro de 1967 – in: Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde

última dessas intervenções registada como sucedida no ano de 2014, realizada por uma equipa da Universidade de Cambridge, em parceria com IIPC de Cabo Verde. Atualmente continua a ser utilizada ocasionalmente para fins religiosos.

A degradação da estrutura vai sendo provocada pelas condições ambientais, como a aridez do espaço, a proximidade do mar, as chuvas e a erosão causada pela passagem do tempo. Acrescem ainda as ameaças humanas como o lixo, os dejetos e o depósito de materiais de construção nas imediações da capela.



Figura 35 - Vista frontal, e interior, e planta baixa da Capela de São Roque (Claudino Borges, 2018)

3.3.3. Arquitetura civil - as habitações senhoriais / familiares do CHRGS

As casas do CHRGS apresentam um tipo de arquitetura rural de influência direta do Norte de Portugal, dos Açores e da Madeira, sem descurar a influência da arquitetura africana. Em termos de implantação no espaço urbano, podemos observar uma harmonia no alinhamento com as ruas, criando perspetivas lineares, e uma homogeneidade de dimensões e escalas.

Estes edifícios são fruto das várias culturas que estiveram na origem da Cidade Velha e traduzem o conhecimento desenvolvido pela população local da sábia utilização dos recursos materiais disponíveis localmente para responder às diferentes necessidades habitacionais, fazendo face aos condicionantes naturais do lugar, como a orografia da cidade. Outro aspeto que consideramos de grande importância neste tipo de arquitetura, que utiliza recursos locais, é a sua sustentabilidade.

São habitações compostas por um só piso, de formato retangular, com uma correspondência total entre a largura do edificado e o terreno disponibilizado para a sua construção, conforme tínhamos descrito nos modelos que identificamos no início do nosso trabalho.

Apresenta dois modelos de casa. Ou seja, quando a casa fica situada entre duas ruas paralelas pode ter duas frentes, viradas para cada uma das ruas. Este aspeto facilita muito o

processo da extensão e aproveitamento do espaço tendo em conta o aumento progressivo do agregado familiar, assim como a possibilidade da divisão da casa em duas habitações, que podem ser perfeitamente alugadas a terceiros.

O outro modelo de casa é quando a habitação fica situada na confrontação de um outro lote na retaguarda, em que não há qualquer possibilidade de ampliar a extensão do lote, a não ser ocupando a área destinada ao quintal. Aqui estamos perante uma casa que, muitas vezes, não possui o quintal que desempenhava o papel do espaço da arrecadação.

Estas duas soluções foram-se desenvolvendo de acordo com o aumento da população que consequentemente aumentou as construções dos edifícios, mas teve o seu ponto auge em 2011, com o sistema de regulamentação, através da elaboração, aprovação e implementação do Plano Diretor Municipal.

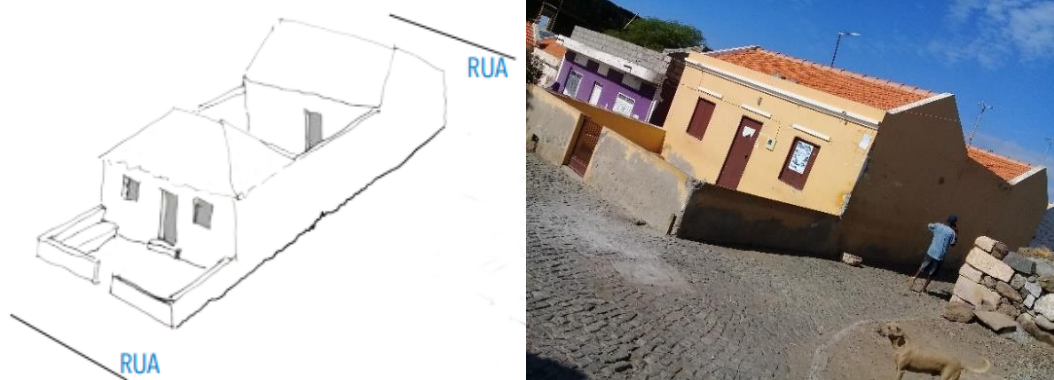


Figura 36 - Construção com duas frentes de rua (fonte: Manual de Cidade Velha Guia de normas urbanísticas e fotografia: Claudino Borges, 2018)

São construções caracterizadas por terem paredes ortogonais e espessas, em que podemos observar um predomínio do cheio em relação ao vazio, isto é, da área da parede construída em relação à área de abertura de vãos.

Esta tipologia regular da habitação permite criar alinhamentos do edificado no mesmo plano vertical, mesmo quando a sua implantação é condicionada pela topografia do terreno, o que confere unidade e harmonia ao conjunto urbano.



Figura 37- Alinhamento das casas em relação às ruas (Claudino Borges, 2018)

O património histórico-cultural é dinâmico como podemos confirmar na evolução significativa que tiveram as habitações vernaculares no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago. Durante o seu levantamento, verificámos que estas casas apresentavam inicialmente um único espaço que desempenhava múltiplas funções: servia de espaço familiar, de dispensa para guardar objetos e mantimentos e ainda abrigava os animais domésticos. Havia uma comunhão entre as pessoas e os animais no mesmo espaço.

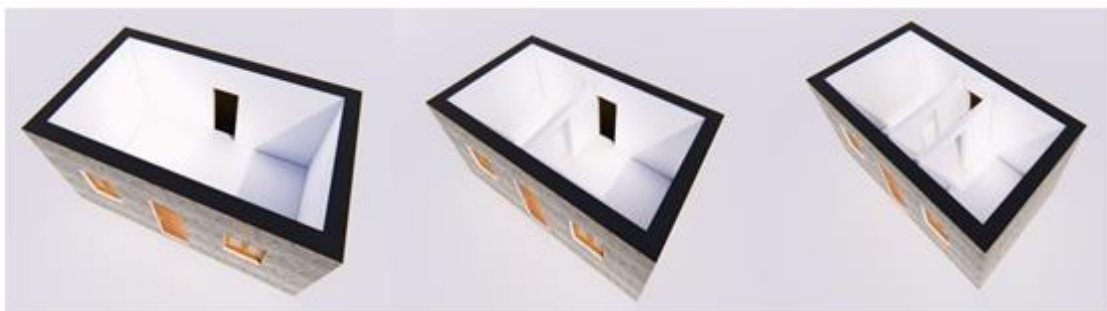


Figura 38- Configuração do espaço interior das habitações (Claudino Borges, 2018).

O espaço interior era configurado da seguinte maneira: a sala de estar e o quarto eram localizados no volume principal e estes espaços comunicam, simultaneamente, com a varanda e o quintal, através de duas portas frente a frente que dão acesso a ambos os espaços. A cozinha e a instalação sanitária localizavam-se na área exterior do edifício, precisamente no quintal, onde era construído o anexo, no qual os moradores realizam as suas atividades domésticas⁶⁴.

⁶⁴ Manual Urbanístico Ilustrado da Cidade Velha 2018

Com o passar do tempo, mais concretamente no dealbar do período pós-independência, com o aumento dos agregados familiares e o surgimento de novas necessidades e hábitos quotidianos, esta configuração foi alterada de forma a responder a essas demandas, seguindo alguns padrões da arquitetura contemporânea.



Figura 39- Tipologias das habitações contemporâneas na Cidade Velha de modo a responder às necessidades atuais (Claudino Borges, 2018).

Outros detalhes não menos importantes são a varanda, o pátio e o quintal que servem como espaço de convívio e para a realização de outros trabalhos domésticos. A varanda é construída de pedra rústica ou talhada, tem uma altura delimitada entre 80 a 100 centímetros e muitas vezes comporta lugares de acentos tradicionais para a primeira receção dos convidados. O quintal é construído com os mesmos materiais, faz parte da extensão da casa e possui uma altimetria igual a da casa. Com o aumento do agregado familiar, e outras demandas sociais e familiares, pode haver uma reestruturação do quintal, que passa a ter uma menor dimensão ou até ser extinto, para dar lugar ao levantamento de novos quartos ou de uma cozinha, como dissemos atrás.



Figura 40 - Composição do espaço exterior (Claudino Borges, 2018)

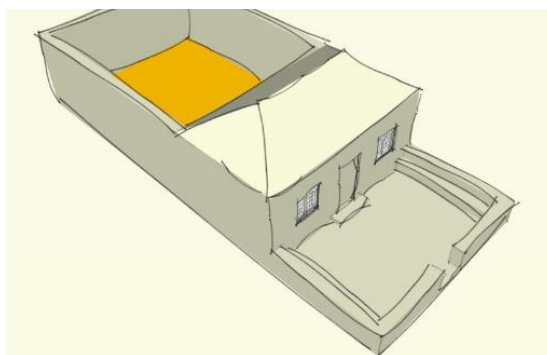


Figura 41- Quintal da casa (Claudino Borges, 2018).

Essas habitações apresentam uma fachada simples, com paredes em pedra talhada, bem articulada com a argamassa, ou feitas de alvenaria de blocos. A fachada é composta por uma ou duas portas e janelas de menor dimensão, abertas simetricamente, de modo a controlar a entrada das radiações solares e aumentar o conforto dos habitantes.

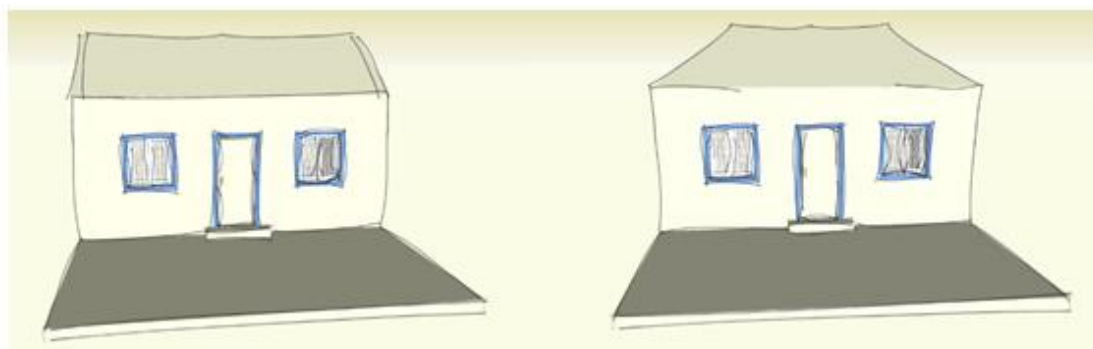


Figura 42 - Desenho de fachada da casa (Claudino Borges, 2018).



Figura 43- Fachadas de pedras basálticas aparentes e caiadas (Claudino Borges, 2018).

O sistema de cobertura das casas tradicionais do centro histórico da Ribeira Grande evoluiu com o decorrer do tempo. Inicialmente eram utilizados materiais locais como o revestimento de palha da cana sacarina, sisal ou de carrapato, ou de ramos de coqueiro e caniço, que trançados e amarrados formavam uma cobertura em sistema de duas ou quatro águas. Com o passar do tempo e a introdução de novas técnicas de construção, esses materiais locais foram substituídos pelas coberturas em telha cerâmica de tipo marseilha, que na parte terminal são rematadas por beirados ou platibandas. Querendo manter as coberturas originais dos edifícios a partir da década de 90 do século XX, sucederam-se algumas iniciativas de intervenções arquitetónicas centrando-se na consolidação das ruínas, a partir do processo de anastilosis,⁶⁵ com o objetivo de garantir a autenticidade arquitetónica do edifício. Todos esses trabalhos foram coordenados pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira e sua equipa de serviço do Instituto Português do Património Arquitetónico – IPPAR. Esta missão tinha como principal objetivo a reabilitação arquitetónica dos monumentos do século XVI, e a recuperação de alguns espólios e túmulos da época, a partir das escavações arqueológicas (IIPC 2002).

⁶⁵ Um conceito arqueológico para uma técnica de reconstrução pela qual um edifício ou monumento em ruínas é restaurado usando elementos arquitetónicos originais em maior quantidade possível.

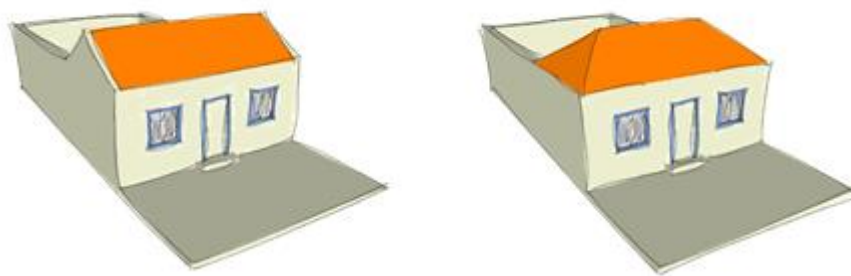


Figura 44- Coberturas com 2 e 4 águas (Claudino Borges, 2018).



Figura 45- Cobertura com platibanda e beirado (fonte: Cidade Velha Guia de normas urbanísticas e fotografia Claudino Borges, 2018).

3.4. Identificação e caracterização dos valores e práticas culturais imateriais no centro histórico de Ribeira Grande – Santiago

O centro histórico da Ribeira Grande de Santiago desempenhou um papel de relevo como placa giratória no quadro do vasto comércio transatlântico de escravos (Rios da Guiné, Cabo Verde, Europa e as Américas). Os barcos negreiros faziam escala no seu porto, não somente para adquirir os célebres panos que serviam como moeda nas trocas comerciais, mas também os víveres necessários às longas viagens marítimas. Tornou-se no berço da colonização dos trópicos, fato que lhe veio a conferir um papel primordial no desenvolvimento do comércio colonial, o que atraiu mais colonos europeus e população do

continente africano, além de ser o centro da ladinização⁶⁶, (Brásio 1962), dos escravos durante as suas estadias mais ou menos longas em Cabo Verde, antes de serem exportados como mercadorias para outras paragens. Foi deste processo de povoamento e colonização que se desenvolveu uma cultura miscigenada, resultante do cruzamento da Europa cristã com as práticas culturais e religiosas africanas, que teve Cabo Verde, e em particular a Cidade Velha, como centro aglutinador e difusor, do qual se originou o crioulo e o batuque, assim como uma forte cultura religiosa, principalmente a católica. É com base nesta riqueza cultural imaterial que, neste subcapítulo, identificaremos e caracterizaremos algumas práticas sociais culturais imateriais que fazem parte da diversidade patrimonial do povo da Cidade Velha. Abordaremos o desabrochar do batuque como manifestação simbólica do povo da Cidade Velha, o nascimento e a cisão do grupo, as influências e especificidades musicais, e, por último mas não menos importante, a descrição etnográfica das festividades de São Roque, uma das manifestações icónicas de Cabo Verde e que confere um valor cultural singular ao centro histórico da Ribeira Grande de Santiago.

3.5. O batuque como identidade do povo da Ribeira Grande – Da origem no berço da cabo-verdianidade à formação dos grupos musica, às especificidades e descrições artístico-patrimoniais das músicas.

Neste subcapítulo propomos desvendar até que ponto o batuque se manifesta de modos diferentes entre grupos, regiões e localidades do país. Pretendemos mostrar que, no mesmo centro histórico, o mesmo PCI pode ter manifestações distintas, decorrentes de vários fatores que de seguida passaremos a identificar. Assim, procuramos descrever o surgimento e a evolução deste PCI no centro histórico de RGS, considerando que ali se localiza o berço da nação cabo-verdiana e do terreiro⁶⁷ do batuque.

Não será o nosso objetivo fazer uma investigação exaustiva do batuque no território nacional, mas sim desvendar as diferentes influências que estão na origem dos diferentes modos em que se manifesta, tendo em consideração as diversidades culturais, geográficas de Cabo Verde, assim como demonstrar em que consiste o seu valor patrimonial.

⁶⁶ Os escravos eram trazidos da costa da Guiné e antes de serem transportados para outros destinos passavam por um processo de purificação considerado do primeiro baptismo, (Brásio Antonio 1962).

⁶⁷ Espaço ou palco onde decorre o batuque. (Lopes Filho, 2007).

O batuque é um género musical cabo-verdiano, tal como os *blues* é americano e o fado é português. Possui várias vertentes e carrega consigo várias temáticas como “a tristeza, a melancolia, a morte, o nascimento, a partida e a chegada, amores, desamores” (Gil Moreira 2007). Também retrata os problemas sociais, políticos económicos e culturais de uma nação, chegando às regiões, localidades e pontualmente às pessoas, de forma individualizada. Segundo Ana Paula Moura, responsável da Associação *Nôs Herança de Batucadeiras da Cidade Velha*, “tradicionalmente o batuque é composto por dois compassos a saber: “rapicada e BamBam que juntos fazem um único som” (ver a transcrição da entrevista em anexo).

O batuque integra vários componentes que se articulam entre si através de diferentes fases: o Finaçon, a rapicada através da tchabeta⁶⁸, o torno, a profeta e os seus acompanhantes, o cimbó⁶⁹, a utilização do violão e de outros instrumentos musicais. Todos estes componentes se reúnem no mesmo terreiro e, utilizando um compasso que varia entre dois a três tempos,⁷⁰ produzem um som agradável aos espetadores presentes.

O batuque é considerado uma manifestação cultural muito importante no contexto do povo cabo-verdiano, muitas vezes considerado como símbolo da sua alma. Segundo Gil Moreira (2007), o batuque, desde a apropriação humana das ilhas e a subsequente miscigenação das culturas (brancas e negras) ali presentes, tem aparecido como música do negro e mais tarde de Cabo Verde, enquanto herdeira desse processo histórico.

Outros autores destacam a ilha de Santiago, mais propriamente a Ribeira Grande de Santiago, como o palco ou terreiro originário do batuque ainda no período escravocrata, mas cuja prática se manteve dinâmica, ou seja, sem uma fixação formal dos modos de o tocar, até pelo menos ao final do período colonial. A Este propósito, no estudo *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre e Lopes da Silva*, citado por Gláucia Nogueira, ao abordar-se as manifestações culturais que envolvem o batuque, refere-se que já a ilha de Santiago com as suas manifestações culturais típicas – o batuque (...) a tabanca, o cimbó a magia negra, o tamborona, o folclore novelístico, o seu catolicismo especial, a ocorrência de vocábulos de origem africana, ainda se encontram em fase de adaptação (Lopes da Silva, 1947).

⁶⁸ É a parte principal de batuque que consiste em bater palmas sobre uma redondilha que se tem entre as pernas, de modo a produzir um som cavo tum tum ou bam bam seguindo de palmas com as mãos.

⁶⁹ Instrumento monocórdico de crina formado por uma cabaça com o tampo de pele de animal. Produz na sua maioria as notas agudas e grave (Lopes Filho, 2007).

⁷⁰ Dois tempos ou compasso binário para bam bam e três tempos ou compasso ternário na tchabeta.

Também atendendo ao processo de aculturação, Lopes Filho (2007) afirma que a ilha de Santiago é “em parte um compartimento estanque em Cabo Verde”, “em que podemos encontrar maior fidelidade às origens africanas, e aos seus ritmos originários, seus batuques evocando a insistência monocórdica do cimbó o que ficou lá longe em África (Lopes Filho 2007). As reflexões dos autores supracitados evidenciam a importância do batuque para o povo cabo-verdiano, a sua evolução ao longo dos séculos, atravessando vários períodos da história até chegar aos nossos dias. Mas um dos aspetos muito importantes desta manifestação cultural é a questão do processo de transmissão e salvaguarda deste PCI. Ao longo da nossa investigação, e analisando documentos orais e escritos, incluindo as letras musicais e poesias de que vamos ver mais adiante, podemos verificar que o processo da transmissão e salvaguarda esteve e está sempre presente no quotidiano deste povo, destacando-se a célebre revista *Claridade* (1936), a qual publicou dois temas de “Finaçon”⁷¹, da forma descritiva e valorativa, em que os autores Lopes da Silva e Varela da Silva (1958) descrevem o papel desempenhado pelo Profeta⁷² de finaçon, da participação e atuação dos grupos de batucadeiras (em que agora estão incluídos crianças e homens) nos casamentos, batizados, festivais nacionais e internacionais, passando pelas várias músicas e poesias, entre as quais estão as do poeta Cauberdiano Dambará (pseudónimo usado pelo Advogado escritor Felisberto Vieira, 1937 - 2020) , que ensina, refere e descreve o batuque como alma de um povo, como a que passamos a descrever:

⁷¹ Melopeia que consiste num encadeamento dos provérbios ou assuntos do quotidiano, declamados com inflexões vocais, no ritmo de batuque, quase sempre improvisado (Lopes Filho 2007).

⁷² Termo que associado mais a sambuna. O profeta é considerado “o solista, o líder ou a pessoa que faz refrão”. (Lopes da Silva 1968)

Batuku

Bem Flan Nha Dunda

Kussé ké Batuku?

*Nha n'xina mininu kuza ke ka
sabi.*

Nha Fidju batuku n'ka sabi é

Kussé

Nu naci nu atchal

Nu ta morri ta dexal

É longi sima céu

Fundo sima mar

Rixu sima Rotcha

É uso terra

Sabi Noz Guentis

Moças na terreru

Torno Finkadu

Tchabeta rapikadu

Corpu além ta bai nta bai

Aima dja tchomam

...

Aima é força batuku

...

Batuku é noz aima

Tradução em Português

Venha-me dizer senhora Dunda

O que significa o batuque?

*Venha ensinar ao menino
aquilo que ele não sabe.*

*Meu filho eu não sei o que é o
batuque*

Nascemos e o encontramos

Morremos e o deixaremos.

Ele é longe como o céu

Fundo como o mar

Duro como a rocha

É o uso da terra

A felicidade da nossa gente

Meninas no terreiro

Dançando com energia

Batucando com muita força

*E o meu corpo a viajar no
tempo*

Minha alma me chama

....

A alma é força do batuque

...

Batuque é a nossa alma

**Autor: Felisberto Vieira (1937
– 2020)**

**Kauberdiano D'ambará
(pseudómio)**

Neste trecho poético e literário do autor Cauberdiano Dambará, faz-se uma caracterização profunda do batuque através de uma só pergunta de uma criança (se assim podemos dizer) sobre o seu significado. Primeiramente, a “profeta” (mulher cantadeira do batuque) diz não saber o significado do mesmo, mas, utilizando expressões sábias e enraizadas no legado identitário do povo cabo-verdiano, descreve o batuque como uma manifestação cultural que atravessou séculos, que é do tamanho do céu, das profundezas do mar, duro como os rochedos, indo até ao ponto de descrever o cenário em que acontece a realização desta manifestação cultural, terminando com uma resposta muito simples, dizendo que o batuque é “a nossa alma”.

Eis a grandeza deste património cultural imaterial para o povo cabo-verdiano que é capaz de fazer todos os esforços para o dinamizar e salvaguardar. Exemplos desses esforços são os grupos de batucadeiras Nôs Herança⁷³ e Fortaleza, que, apesar das diferenças e problemas, continuam a nos presentear com belas músicas e atuações brilhantes e a dar os seus contributos em defesa deste património cultural imaterial.

3.5.1. Os grupos de batuque Nôs Herança e Fortaleza na valorização do património cultural imaterial da RGS – Uma cidade, um PCI e dois ritmos.

Como dissemos anteriormente, o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, através do seu simbolismo histórico-cultural, é considerado o berço da nação cabo-verdiana, da origem do homem crioulo e *terreru*⁷⁴ do batuque. O batuque, como manifestação cultural africana e tipicamente cabo-verdiana, nasceu na Cidade Velha e conseguiu resistir a vários períodos e momentos históricos até aos nossos dias. No caso particular do centro histórico da RGS, havia um só grupo de batuque, denominado de “Grupo de Batucadeiras Nôs herança”, que posteriormente, ou seja, a 25 de Fevereiro de 1990, foi registado e oficializado como Associação Nós Herança de Batucadeiras de Cidade Velha. Inicialmente era composto por 20 elementos, na sua maioria mulheres, mães solteiras e peixeiras do referido centro histórico (Moura, 2018).

Em 2009, por motivos de ideologia política, houve uma cisão do grupo, a qual originou o grupo de batucadeiras Fortaleza (Tavares 2018). Aliás, não é por acaso que lhe foi atribuído o nome de Fortaleza, porque o local onde se encontravam para o ensaio era na própria Fortaleza Real de São Felipe.

⁷³ Termo crioulo e que traduzido em língua portuguesa significa: a nossa herança.

⁷⁴ Termo que em língua portuguesa significa: terreiro ou palco onde se decorre o espetáculo (Moreira 2007).

Atualmente, o grupo de Nôs Herança é composto por 12 elementos, e o grupo Fortaleza por 11 elementos, também na sua maioria do sexo feminino.

3.5.2. Influências, diferenças e descrição a nível artístico-musical entre os dois grupos de batuque

Um dos maiores desafios do património cultural imaterial, além da sua valorização e salvaguarda, é analisar e compreender a sua evolução e dinâmica. No caso do batuque estamos perante uma manifestação cultural em que a sua manifestação apresenta peculiaridades diferentes, dependendo das influências recebidas dos grandes e antigos mestres de batuque (Nha Nácia Gomes (1925 – 2011), N’toni Denti di Oru (1926 – 2018), Bibinha Cabral (1889 – 1985), Nha Mita Prêra (1926 – 2001), entre outros), da região, localidade e comunidade onde o mesmo se manifesta.

3.5.3. Do grupo da Associação Nôs Herança de Batucadeiras da Cidade Velha

O grupo Nôs Herança recebeu a influência direta de um dos primeiros grupos de batucadeiras de Cabo Verde, denominado do grupo “Kazkaz”, liderado pela profetisa Inácia Gomes. Através dessa influência, o grupo começou a “enraizar” e absorver a chamada cultura “terra terra”⁷⁵ ou “finkado na raíz”, cantando músicas de várias temáticas, mas incidindo sobretudo na vida quotidiana da comunidade do povo cabo-verdiano, na valorização do seu legado histórico e cultural. De modo geral, abordam a problemática das drogas, da pobreza social, da bigamia, seca, emigração, doenças, mortes, sem esquecer as questões políticas. Neste grupo predomina o ritmo de finaçon ou a chamada “combersu sabi”⁷⁶. Para sustentar a nossa tese iremos transcrever uma das letras da música do batuque do grupo Nôs Herança, representativa das temáticas que abordam.



Figura 46- Grupo de Batucadeiras Nôs Herança (Claudino Borges, 2019).

⁷⁵ Cultura tipicamente Cabo-verdiana, com a matriz crioula.

⁷⁶ Termo crioulo em que se canta o batuque através de conversas.

A poesia da música que passamos a transcrever e analisar retrata os momentos difíceis da vivência quotidiana contados por uma filha à sua mãe (Mama Barela).

“Nós Esperança” (Autoria da profeta Natália)

Nha minino piquinoti
Ami passa mal
Un bai hospital de Praia
Um passa mal
Un poi duedjo na txom
Um pari nha fidjo matxo
Um passa mal”
“Un ka sabia de nada
um passa mal
ami un ka sabi nada
é fla mama Varela
um passa mal
carro matam nha catxor
ami passa mal
ladrom furtam nha galinha”
“marido saim de casa
ami passa mal
é bai mora ku rapariga
ami passa mal
é fla mama Varela

Tradução em Português

Nossa Esperança
Meu menino pequeno
Eu passei mal
Eu fui ao hospital da Praia
Eu passei mal
Eu pus o joelho no chão
Eu pari o meu filho macho
Eu passei mal
Eu não sabia de nada
Eu passei mal
Eu não sabia de nada
Ela disse Mama Barela
Eu passei mal
Carro matou meu cachorro
Eu passei mal
Ladrão roubou minha galinha
Marido saiu de casa
Eu passei mal
Ele foi morar com a rapariga

nu passa mal

ami ka sabi nada

vizinho contra vizinho

dja nu passa mal

família contra família

dja nu passa mal

mai contra fidjo

ami passa mal

é bai mora ku rapariga

ami passa mal

ami la hospital de Praia“ami passa mal

un ta da riba ta da baixo

un fla nu passa mal

é fla mama Varela

nu passa mal

fidjo contramai

nu passa mal

fidjo bom nu ka mesti prendi

fidjo mau ka mesti pide praga

nu passa mal

ami djam passamal

é fla mama Varela

ka quenha ta fla de cel

ami passa mal

Passamos mal

Eu não sabia de nada

Vizinho contra vizinho

Já passamos mal

Família contra família

Já passamos mal

Mãe contra filho

Eu passei mal

Ele foi morar com a rapariga

Eu passei mal

Eu no hospital da Praia

Eu passei mal

Andando de cima para baixo

Eu falei nos passamos mal

Filho contra mãe

Nos passamos mal

Filho bom não é preciso prender

Filho mau mãe é preciso pedir praga

Nos passamos mal

Eu já passei mal

Ela disse Mama Barela

Cada Pessoa dizia o que quer

Eu passei mal

<p>família contra família dja nu passa mal droga dja toma conta mundo na nu passa mal dja desaria tudo mundo es ano um passa mal” “ami passa mal ka da quenha ta fla de cel é fla mama Varela nha fidjo piquinoto ka da un ta fla de cel outro pa bem outro pa mal ami djam passa mal menimo tudo na bera rua na mai dja fronta ku fidjo es ano passa mal am ka sabi nada é fla mama Varela un pari nha fidko matxo kika sabi nada ami dja passa mal undi quim bai kada un ta fla de cel é fla mama Varela gentis tudo desariado undi bai flabu fla gentis tudo na fuma droga”</p>	<p>Família contra família Já passamos mal Droga já tomou conta do Mundo Não nos passamos mal Já desorientou todo mundo Esse ano eu passei mal Eu passei mal Cada pessoa fala o que quer Ela disse Mama Barela Meu filho Pequeno Cada pessoa fala o que quer outro por bem outro por mal Eu já passei mal Meninos todos na beira da rua Minha mãe passou afronta com o filho Esse ano passei mal Eu não sei de nada Ela disse Mama Barela Eu pari um filho macho Que não sabe nada Eu já passei mal Aonde eu for cada pessoa fala o que quer Ela disse Mama Barela todas as pessoas desorientadas Aonde eu for tem rumores Pessoas todas a fumarem droga</p>
--	---

Este trecho de *finçon* retrata os problemas sucessivos por que passam as mulheres cabo-verdianas, principalmente as mães solteiras e as que são consideradas chefes da família. Em termos artísticos, podemos considerar esta *finçon* como aquilo que em Cabo Verde chamamos de “Tchoru Cantado”, ou seja, chorando e cantando ao mesmo tempo. Retrata o sofrimento da mulher desde o nascimento do filho varão, com a partida do marido da casa para ir ao encontro e viver com outra mulher (simbolizando o sistema de bigamia africano), a desgraça que assolou a família com o internamento de um filho no hospital, o cão que foi atropelado e morto por um carro, o ladrão que rouba a galinha, terminando com problemas sociais globais, entre os quais destacamos os conflitos familiares e a problemática do uso e consumo de álcool e drogas.

Uma das características do *batuque finçon* é o sistema de canto e resposta, em que está patente nesta música, com o refrão “*ami dja N passa mal*”. Este refrão é repetido pelas *batucadeiras* sempre depois de cada frase do profeta, ou seja, a cada acontecimento referido na música, vem o refrão reforçar o sofrimento da mulher.

Esta música não só representa a sua vertente artística, como também memorial, evocando as memórias dolorosas por que passaram e ainda passam muitas mulheres e famílias africanas, e cabo-verdianas em particular. É por esta função social de memória e sublimação de situações dolorosas que a música é património (Moura, 2018).

3.5.4. Do Grupo de Batucadeiras Fortaleza

Como dissemos anteriormente, com a cisão do grupo *Nôs Herança*, originou-se um outro grupo no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, denominado de Fortaleza. Este grupo é composto na sua maioria por mulheres que vieram de outras cidades e localidades dos arredores da Ribeira Grande (Órgãos, São Domingos, Belém, Santana, etc.) através de uniões com homens ribeiragrândenses (Tavares, 2018). Estas mulheres trouxeram outras influências, patentes claramente na música e na utilização frequente de instrumentos como a “*tchabeta*” ou o *sambuna*. Neste contexto, podemos afirmar que existe uma forte influência sazonal da música cabo-verdiana, influência essa que pode ser efeito da dispersão das ilhas, das regiões e localidades, e também fruto da riqueza e diversidade cultural e patrimonial existente em Cabo Verde.

Em relação aos temas musicais, são abordados temas de contexto geral, mas sobretudo do quotidiano e das questões do património material da Ribeira Grande Santiago. Para justificar e comprovar a nossa tese, recorremos a uma das músicas de batuque escrita e compilada por este grupo, que passamos a descrever e analisar:



Figura 47- Grupo Fortaleza durante uma sessão de batuque num dos restaurantes do CHRGS (Claudino Borges, 2019)

"Cidade é paraíso
Cidade é património
Cidade é um berço
É um berço de nós cultura
Undi qui nu bai
Nu fala de nós cidade
Sta fala de nós rubera só pamode el é bonito
Cidade é pequeno, mas grande pá quenha qui bem
Quelotu Deus ta dal
Quel qui nós nu ta dal
Nu podi obi nós coração
Pa nu uni nós amor
Qui nu teni pá nós cidade
Só pamode el é pequeno
Nu djunta nós coração
Nu uni nós amor qui nu tem pá nós cidade
Só pamode el é gostosa

Cidade é pequeno, mas é grande
Só pamode el é rico de história
Antigamente muda de página
Há paxenxa cidade é pequeno, mas é grande
Pamode há paxenxa nu atxa
Nós fidjo ka odja
É sta meste muda de página
Meste muda pagina...

"Cidade é o paraíso
Cidade é o património
Cidade é um berço
É um berço de nossa cultura
Aonde nos formos
Nós falamos de nossa cidade
Falamos da nossa ribeira só porque é bonito
Cidade é pequena, mas é grande para as pessoas que vem
Deus dá aos outros
Aquele que nos damos
Podemos ouvir nosso coração
Para unirmos o nosso amor
Que nos temos para a nossa cidade
Só porque é pequeno
Vamos juntar nosso coração
Vamos unir nosso amor que nos temos pela cidade
Só porque ela é gostosa

Cidade é pequena, mas é grande
Só porque é rico de história
Antigamente mudou a página
Há paciência cidade é pequena, mas é grande
Porquê á paciência nos achamos
Nossos filhos não viram
É preciso mudar a página
Precisa mudar a página...

Esta música do grupo Fortaleza retrata o lugar onde os seus membros vivem, a Cidade Velha, como um paraíso, património da humanidade, berço da cultura cabo-verdiana. Através do batuque transparece uma questão muito importante que é a preocupação pela valorização, preservação do património histórico da Cidade Velha. Realça também a vertente da divulgação do legado histórico através do batuque. E para nós, o mais importante é a parte final da música, em que o grupo clama por uma mudança de paradigma ao utilizar a versão crioula “*mesti muda página*”, uma necessidade urgente no centro histórico da ribeira grande de Santiago.

O que todos os grupos apresentam de comum é o uso sistemático do compasso. No grupo Nô Herança predomina o finaçon através do uso de um compasso de 3/4, dando um percurso musical mais rápido, entrando uma só vez em êxtase através (ponto culminante do batuque) de uma rapicada, na fase final da música e sem o uso do acompanhamento polifónico. Enquanto no Grupo Fortaleza predomina o compasso de 3/4, o uso afluyente do sistema de “tchabeta e bam-bam, através de um ritmo mais elevado, entrando várias vezes em êxtase durante a manifestação através do sistema da “rapicada” (ritmo mais acelerado).

O batuque é uma manifestação muito importante para o povo cabo-verdiano e manifesta-se em vários momentos sociais, entre os quais: nas festividades dos casamentos e batizados, nos festivais nacionais e internacionais, e até em alguns momentos dos rituais religiosos.

3.6. As festividades de São Roque como uma das matrizes culturais do povo da RGS – o encontro entre o sagrado e o profano

O povo cabo-verdiano professa na sua maioria a fé cristã, cada um a seu jeito e à sua maneira. As festividades dedicadas aos santos existem em todas as ilhas, cidades, vilas e vilarejos, mas a de “Nho⁷⁷” São Roque é singular, sendo celebrada somente na Cidade Velha e em Boavista.

Numa altura em que a globalização torna cada vez mais difícil a sobrevivência das especificidades culturais de muitos povos, a peculiaridade desta manifestação cultural e artística constitui um património simbólico incontestável que deve ser reconhecido como identitário da comunidade desta cidade. No centro histórico da Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha), o São

⁷⁷ Nho / Nha – Termo da língua crioula que significa Senhor / Senhora.

Roque é festejado com pompa e circunstância, tanto é que, tradicionalmente, esta manifestação cultural ocorre um dia depois do Dia da Nossa Senhora da Graça por se considerar que ele é o esposo desta santa⁷⁸.

Acredita-se que esta manifestação cultural foi introduzida em Cabo Verde no século XVII, com a construção de uma capela em homenagem ao referido santo. No centro histórico, a escolha do espaço para a construção da capela de São Roque e de outras, como foi o caso das capelas de São Sebastião, Santo António e São Brás, não foi por acaso, visto que estes santos são considerados protetores da peste e de outras epidemias. Por este motivo, estas capelas foram situadas nas entradas do núcleo urbano da Ribeira Grande, num patamar mais elevado, servindo de proteção aos moradores locais (Marina Vaz, 2018).

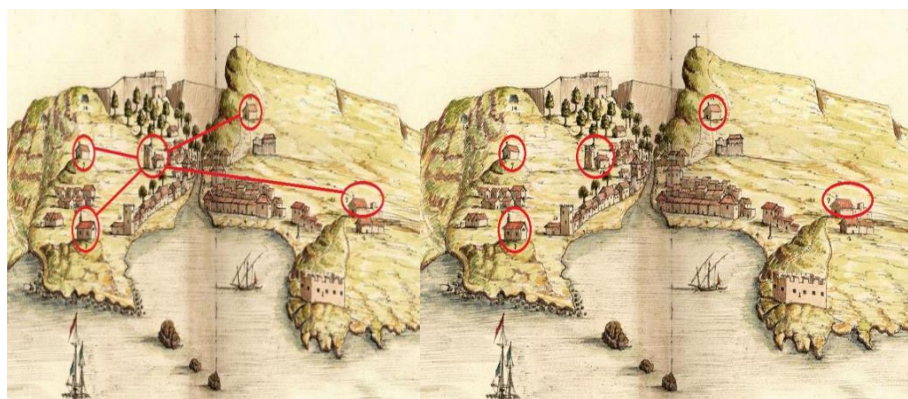


Figura 48- Localização geográfica das capelas no CHRGS (autor, Joannes van Reulen 1635 – Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde)

Volvidos quase dois séculos depois da introdução desta manifestação cultural neste espaço territorial, o mesmo entrou numa fase de decadência por causa do elevado grau do êxodo rural dos seus moradores para a capital do país. No entanto, foi ainda na primeira metade do século XX, com a chegada do missionário e pároco Padre Custódio Ferreira Campos e sob a sua orientação e influência que começou o processo do resgate e salvaguarda dos valores sociais e simbólicos deste património cultural imaterial. Na década de 1980, esta festa foi plenamente assumida e organizada pelos moradores locais, tendo a comunidade piscatória como ponto focal e os seus membros como os “donos e senhores” da mesma (Campos, 2017).

3.6.1. Do simples homem comum ao Santo

Nasceu em 1295 em Montpellier na França. Quando ele nasceu, segundo a sua hagiografia, já possuía em seu peito: uma cruz.

Nasceu fruto de várias preces dos seus pais a Deus, visto que permaneciam sem filhos com idade já avançada.

Roque ficou órfão dos pais quando era ainda jovem, tendo herdado uma imensa fortuna. No entanto, mesmo assim, preferiu viver na pobreza, imitando Jesus Cristo, tendo, por isso, repartido todos os seus bens pelos mais pobres. Feito isso, partiu sem nada para a Roma e durante o percurso enfrentou vários problemas, no que foi prontamente ajudado pelos moradores locais⁷⁹.

No contexto da história da arte, recorreremos a uma análise icnográfica das representações deste santo, em que podemos observar a simplicidade do modo de vida quotidiana de São Roque, destacada pelo uso do vestuário composto por uma capa simples que nem sequer cobre todo o corpo, sinal do despojo dos bens materiais e da negação da riqueza terrena. A capa é de uma tonalidade castanha, muito escura, transparecendo a neutralidade da cor que simboliza a missão que lhe foi atribuída como o santo protetor das pragas e de outra doenças. Ao castanho acrescentou-se um detalhe muito importante que é o uso da cor dourada na faixa central, simbolizando o dom da divindade e o poder da cura que lhe é atribuída por Deus. A utilização da cor dourada, deixando transparecer o brilho na parte frontal, distingue São Roque do homem comum da terra, talvez seja um prenúncio da sua santidade.

Um outro aspeto importante é a modelagem do corpo em que nos apresenta, cabelos compridos e pele de cor rosada, o que demonstra claramente o continente a que pertence São Roque, a Europa. Os braços e as pernas alongadas e musculadas são o símbolo da força e do seu poder, mostrando aos fiéis católicos mais atentos que mesmo enfrentando todas as adversidades da vida, como é o caso de São Roque, ainda prevalece a fé a coragem e a força para continuar a prosseguir a missão que nos é atribuída por Deus.

Um detalhe não menos importante é o uso das flores ao redor do santo, que representa o paraíso prometido, o Jardim de Éden ou a entrada triunfal na glória eterna.

Todos estes aspetos descritos são de extrema importância para o fortalecimento da fé cristã católica; são bases fundamentais do processo da imaterialidade que influenciam diretamente as

⁷⁹ <https://cruzterrasanta.com.br/história-de-sao-roque/161/102> (acedido em 10 de Outubro de 2018)

questões do património urbano, mais concretamente na edificação, gestão e valorização dos centros históricos, visto que o poder da fé também tem uma influência direta na educação, na paz, cidadania ativa, equilíbrio social, na paz que são bases fundamentais da vivência humana.

As diversas formas de manifestações culturais, sejam elas de carácter religioso ou profano, fortalecem a diversidade cultural entre os povos, e podem ser fatores de coesão de uma comunidade.

3.7. A descrição etnográfica da festa de “Nhô” São Roque

Como dissemos anteriormente, a festa de São Roque é das mais seculares que se celebra na Cidade Velha. Assemelha-se às festas dos pescadores que se realizam em algumas cidades portuguesas (Lopes Filho 2018). Mas antes de fazermos a descrição etnográfica pormenorizada desta manifestação cultural, iremos abordar a fase inicial das festividades desde século XVII até ao presente, de modo a compreendermos melhor o simbolismo deste património imaterial.

Na fase inicial da introdução dessa festividade em Cabo verde (Séc. XVII), o centro histórico possuía cerca de 29 barcos de pesca local (botes) e os pescadores reservavam o pescado resultantes de alguns dias de trabalho para ser vendido em benefício da festa e também para confeccionar os alimentos para os fiéis de outras localidades que vinham assistir à eucaristia em honra do santo. Também os moradores locais contribuíam de acordo com as suas possibilidades (Campos e Moreira, 2017). Devido à importância desta manifestação cultural havia doações vindas de outras freguesias da ilha de Santiago, tendo em conta que todos estes recursos serviam para confeccionar a alimentação de todos os participantes nas festividades, muitos deles oriundos de outras cidades e localidades. Em cada ano é escolhido um pescador que desempenha a função do juiz da celebração.

Na vertente profana havia um espaço vedado na rua de Calhau para o famoso baile popular.

Em 2005, com a criação e instalação da autarquia local e da Associação dos Pescadores e Peixeiras, estas duas entidades juntaram-se à Igreja para melhorar a organização da festa. Em 2017, a autarquia local recebeu um apoio financeiro no montante de cerca de um milhão de escudos por parte do programa / projeto CITY 2020 das cidades da Macaronésia, para a preservação, valorização e salvaguarda deste PCI (Pina, 2018)⁸⁰. A partir de então, passou a ganhar mais consistência em termos

⁸⁰ Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande – Santiago.

da sua valorização, preservação e salvaguarda com a introdução de outras atividades e práticas sociais, tais como:

- Realização do concurso da pesca artesanal de “manel caradju⁸¹” com a participação de concorrentes de várias faixas etárias, envolvendo crianças, jovens e adultos;
- Corridas de botes;
- Concurso de natação;
- Jogos de cartas, oril e damas.



Figura 49- As manifestações artísticas e culturais durante as festividades de São Roque (Claudino Borges, 2019).

Esta manifestação atrai milhares de fiéis devotos do santo, turistas oriundos de várias regiões e é composta por quatro etapas a que passamos a descrever:

A) O ritual da Ornamentação dos barcos para a procissão marítima (dias 24 e 25 de Agosto)

Nestes dias, inicia-se o trabalho da ornamentação dos barcos para a procissão marítima.

⁸¹ Tipo de peixe de pequeno porte que se encontra com muita frequência à beira da praia do mar e de fácil captura.

Os barcos são ornamentados pelos respectivos proprietários, seus familiares e alguns amigos. É de se destacar a envolvimento voluntária de toda a comunidade piscatória: pescadores, peixeiras, jovens, crianças e adultos, no sentido de todos participarem no trabalho em sinal do pedido da proteção de São Roque.

Na ornamentação dos barcos são usados os seguintes materiais: os remos dos barcos (botes), físgas, flores, tiras de papel e de plásticos coloridas, ramos de coqueiro, cana-de-açúcar, frutas, lençóis com imagem dos santos, painéis e produtos alimentícios variados, entre outros. Tudo isto em sinal de agradecimento ao santo e pelo rogar por dias melhores.

Durante a nossa investigação, tivemos a oportunidade de falar diretamente com os pescadores e algumas pessoas idosas de referência na comunidade que nos descreveram pormenorizadamente o motivo da ornamentação dos barcos (botes⁸²) para a realização da procissão marítima de “Nhô” São Roque.

Segundo alguns entrevistados, “através desta ornamentação e durante esses dias, os barcos deixam de ser apenas um meio de “ganha-pão”, passam a ser um espaço sagrado. A utilização das velas, dos lençóis com imagem dos santos, das flores, são para preparar o lar para os santos. Enquanto os ramos do coqueiro e da cana-de-açúcar trançados fazendo uma porta tipo arco/ogival, a imagem da porta de uma igreja ou de uma capela significa a entrada triunfante dos pescadores e seus familiares no reino dos céus sob a proteção de São Roque” (Honorato; Vaz; e Veiga, 2018).

As frutas utilizadas na ornamentação dos barcos representam as oferendas ao santo, que são feitas pelos pescadores e familiares para que haja sempre uma boa faina marítima. Enquanto as painéis com peixe seco, banana, mandioca, batata-doce e outros produtos são sinais de agradecimento ao santo para que na casa dos pescadores, peixeiras e seus familiares haja sempre fartura e não falte o pão nosso de cada dia.

Durante este trabalho, são servidos alguns petiscos e um grogue, produtos fabricados tradicionalmente na Cidade Velha.

Destacamos nestas práticas, a importância do trabalho coletivo, comunitário, em prol da preservação do património artístico cultural, da identidade e das memórias do povo da Ribeira Grande de Santiago, visto que se trata de uma manifestação cultural que atravessou séculos, chegando aos nossos dias.

⁸² Barco de pequeno porte, muitas vezes também denominado de lancha.

Neste ato transcende-se não só a dimensão espiritual como também a vertente artística, desde a forma como fazem a ornamentação, como trançam os ramos do coqueiro e da cana-de-açúcar, transformando-os num arco ogiva, símbolo da porta do céu ou da igreja, como constroem e utilizam os materiais de pesca para outros fins, a confeção dos alimentos típicos que são servidos durante o trabalho e, por fim, o que mais destacamos neste processo, a transmissão desses conhecimentos aos mais jovens, através da repetição anual da sua prática.

Só depois deste processo é que tudo fica pronto para a procissão marítima, que corresponde ao momento final da celebração.



Figura 50-A ornamentação dos botes (Claudino Borges 2018).

B) O ritual do banho, a vestidura do santo e a ornamentação do andor

Esta segunda parte da manifestação é um ato considerado puramente sagrado para o povo da Cidade Velha e em geral para os cristãos. Em Cabo Verde, tudo o que diz respeito ao santo é sagrado e São Roque é muito venerado pela comunidade da Cidade Velha e pelos cabo-verdianos em geral; e na realização deste trabalho todo o cuidado é pouco.

Para a realização desta tarefa são selecionadas duas ou três mulheres e duas ou três jovens para garantir o processo de transmissão do conhecimento dos procedimentos a seguir.

Ao entrar na igreja de Nossa Senhora do Rosário, as mulheres fazem o sinal da cruz e de seguida cada uma faz a sua oração, de acordo com a sua fé e devoção ao santo. De seguida, utilizando um balde de água, detergentes e uma esponja, começam a dar banho ao santo. O banho do santo tem uma carga simbólica singular e especial, visto que o objetivo é não só tirar a sujidade (limpar o pó ou a poeira), mas também limpar todas as impurezas humanas, ou seja eliminar os pecados do homem que são perdoados por intercessão do santo (Veiga, 2018). Aqui estamos perante um ato de purificação humana por meio de São Roque. O ato das mulheres, que são seres impuros, lavarem o santo, que é um ser puro, remete para o episódio bíblico em que Jesus lavou os pés aos seus discípulos, deixando transparecer a fé, o amor, a humildade e a simplicidade (Bíblia Sagrada, Mt 20, 20-28; Mc 10, 35-45).

Depois do banho, o santo é vestido e colocado no andor⁸³, amarrado com cordas de sisal e ornamentado com flores de diversas cores, de modo a sugerir que o santo esta num jardim ou com um manto sagrado.

O andor é símbolo do poder ou da realeza, visto que o santo fica num lugar privilegiado, mais elevado e é transportado por homens que o colocam em cima dos ombros.

Terminado este trabalho, faz-se uma oração final ou um cântico de louvor e tudo fica pronto e preparado para a procissão.



Figura 51- O ritual do banho, vestidura do santo e a ornamentação do andor (Claudino Borges, 2018)

⁸³ Instrumento feito de madeira que serve para colocar o santo para transportar durante a procissão. O andor também é símbolo do poder e da realeza.



Figura 52- Vista lateral e frontal do andor (Claudino Borges, 2018).

C) A celebração eucarística (26/08)

a. A procissão terrestre

Ao longo da nossa investigação, verificámos que na Cidade Velha todos as imagens dos santos estavam depositadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Tudo leva a crer que além de ser uma igreja que se encontra em melhor estado de conservação material, também terá adquirido uma maior carga simbólica por ter resistido aos ataques de piratas e corsários e às tempestades que, ao longo do tempo, foram atingindo a Cidade Velha. Atualmente podemos considerá-la a igreja central ou a “igreja mãe”, sabendo que as outras se encontram em ruínas. Ali também encontramos depositada a imagem de São Roque.

Antes da celebração eucarística, o santo é transportado num carro desde a igreja de Nossa Senhora de Rosário até à Capela de São Roque (considerada a sua casa). De seguida, todos os fiéis católicos da comunidade, principalmente os pescadores e as peixeiras⁸⁴, assim como os devotos que vieram de outras localidades, dirigem-se para a capela, ao encontro do santo. Minutos depois, chega o pároco (celebrante da eucaristia), os acólitos, o grupo coral e dá-se o início à eucaristia. Terminada a eucaristia, organiza-se a procissão que parte da capela de São Roque, rumo à Igreja de Nossa Senhora de Rosário, onde será o palco central da celebração. Desde a partida da capela, o santo é carregado somente pelos pescadores, já que estes se consideram como os legítimos responsáveis pela organização do evento (Rosalinda; Honorato, 2018).

Entre os cânticos e orações, a procissão passa por várias artérias do centro histórico: rua São Brás, largo da Sé Catedral, Pelourinho (picota) e centro da cidade, rua Carreira, Rua Banana, até chegar a igreja central. Ali celebra-se a eucaristia pelo pároco da cidade, na presença dos fiéis e das entidades do poder local e central.

Terminada a eucaristia, segue-se para mais uma procissão a partir da igreja de Nossa Senhora do Rosário, na direção do porto (praia do mar). Desta vez, a procissão é acompanhada pela banda filarmónica municipal e por todas as pessoas que não estiveram presentes na eucaristia. Aqui o sagrado e o profano começam a misturar-se.

A procissão passa de novo pelo centro da cidade e dirige-se em direção ao mar onde estão, à sua espera, os barcos todos ornamentados. É no porto que também são confeccionados os alimentos para o almoço de todos os fiéis.

⁸⁴ Na Cidade velha São Roque é considerado o santo protetor dos pescadores e das peixeiras.

Chegados ao porto, tudo está organizado, a banda continua a tocar (músicas tradicionais), o Santo é colocado em cima de uma mesa preparada para o efeito. E começa a nova fase que é a procissão marítima.



Figura 53- A Celebração da Eucaristia e a Procissão (Claudino Borges, 2018).

b. A procissão marítima

Depois da chegada ao porto, dá-se início a mais uma etapa espiritual. O pároco faz a bênção de todos os botes e fiéis presentes aspergindo a água benta e rezando ao mesmo tempo. De seguida, o santo é transportado para dentro de um dos botes, no qual também entram o pároco, as autoridades local e central, o proprietário e alguns convidados. Cabe aos fiéis empurrarem o bote para o mar. Este ato repete-se até que todos os botes estejam no mar com os fiéis, sempre sob uma vigilância apertada dos militares da Guarda Costeira Nacional. No meio do porto, também estão atracados os barcos de grande porte, buzinando constantemente, à espera que se faça o transbordo dos fiéis. Feito isto, começa-se a procissão marítima com os botes e os barcos a darem várias voltas ao porto, ao som de cânticos, gritos e buzinas, tudo em louvor de São Roque

O barulho toma conta do porto; e em terra, as pessoas que não puderam participar na procissão marítima, num ato de purificação, tiram os sapatos e colocam-nos junto da água do mar como que rogando por uma graça e proteção.

Terminada a procissão, os participantes regressam à terra, para o momento de almoço, baile e confraternização, em honra de São Roque.



Figura 54- - A Procissão Marítima (Claudino Borges, 2018).

Ao fazer uma caracterização e análise desta manifestação sobressaem a questão e a problemática do sincretismo religioso. Aqui, o sagrado mistura-se com o profano, começando pela celebração religiosa e passando pelos bailes populares, pela confeção dos alimentos típicos da cidade e pela utilização do grogue em quase todos os trabalhos realizados.

Também na vertente do sagrado, podemos verificar duas fases em que se manifesta a fé na purificação do corpo e do espírito:

- Através da eucaristia e comunhão com Deus;
- Através da procissão marítima, entrada e colocação dos pés na água do mar.

Outra questão importante em prol da defesa do património artístico e cultural de Cabo Verde e, em particular, na Cidade Velha, é a transmissão dos valores para as novas gerações. Por vezes, essa transmissão ocorre de uma forma inconsciente e sem qualquer suporte técnico-científico, visto que estamos perante uma população de baixa escolaridade, poucos recursos, mas mesmo assim capaz de agir no sentido de salvaguardar a identidade coletiva da comunidade.

CAPÍTULO IV

4. ESTUDO DO CASO

4.1. O centro histórico de São Filipe do século XV ao XX – A história e a evolução

Durante e após a compilação do processo da classificação dos centros históricos de Cabo Verde como património nacional, não foi feita uma análise histórica aprofundada da grande diversidade do património material e imaterial ali existente. Por isso existe uma grande lacuna no processo de classificação e uma grande deficiência no estudo, na abordagem, na valorização e na preservação deste legado histórico e patrimonial.

É com base na verificação supracitada que neste subcapítulo abordaremos as questões do centro histórico de São Filipe, a sua caracterização e descrição arquitetónicas, urbanas e paisagísticas, que estão na base da sua classificação como património nacional, bem como na identificação e introdução de valores e práticas culturais imateriais. Aqui estamos perante uma busca dos valores simbólicos patrimoniais deste território.

O centro de São Filipe é um dos núcleos urbanos mais antigos de Cabo Verde, com um significativo valor patrimonial e arquitetónico, decorrente de uma herança singular do período colonial. Este núcleo urbano cresceu a partir do êxodo da população senhorial e escrava da cidade de Ribeira Grande de Santiago, podendo-se considerar São Filipe como uma extensão da Ribeira Grande.

O seu crescimento foi muito lento desde a sua fundação proto-quincentista (1462). A nível urbanístico, manteve até hoje um padrão tradicional dentro dos parâmetros das cidades de origem portuguesa, principalmente das cidades das regiões dos Açores e da Madeira.

Esta urbe foi ocupada com edificações civis e religiosas. Os sobrados, a igreja, o cemitério dos europeus e o traçado urbanístico de São Filipe são elementos simbólicos que podem contribuir para a reconstituição da história colonial das cidades africanas de influência portuguesa no atlântico. Os seus valores históricos ilustram todo o processo de colonização, como a miscigenação de culturas e a adaptação ao meio.

A cidade de “São Filipe está construída em patamares, segundo um traçado irregular, no bordo de uma falésia que se precipita, de uma altura de 60 metros, sobre o mar. O seu conjunto arquitetónico é constituído principalmente por sobrados com balcões sobre a rua e com grandes varandas abertas para o pátio. É caracterizado pelo seu valor inquestionável de património material, ou seja, é considerado um conjunto simbólico de grande interesse arquitetónico e urbanístico, quer no contexto colonial, quer principalmente no pós-colonial.

Uma das singularidades deste território é a altura da topografia, cerca de uns 70 metros acima do nível médio da água do mar, e o seu escalonamento num sistema de declive que muitas vezes faz parecer que este espaço está assente num planalto.



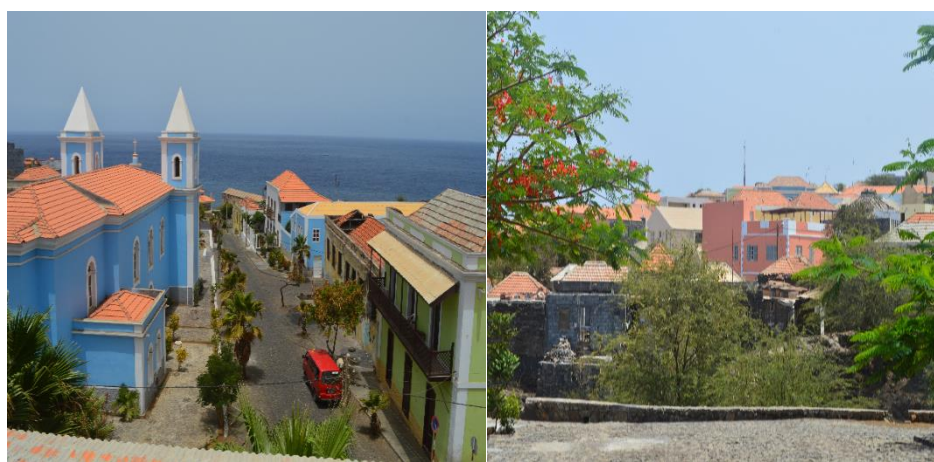
Figura 55- _ Mapa de Delimitação do Centro Histórico de São Filipe e da zona tampão (Fonte: IPC 2012)

4.2. A História, a descrição Morfológica e Orográfica do Centro histórico de São Filipe – O sistema de Declive como valor simbólico.

O povoamento no Centro histórico de São Filipe teve o seu início nos finais do século XV, mais concretamente em 1513, ano em que já tinha o seu capitão donatário. A primeira referência oficial a esta cidade de que tivemos conhecimento está plasmada num documento régio datado de Janeiro de 1515.

Através de uma observação sensitiva podemos verificar que a implantação deste centro histórico foi também planeada estrategicamente, uma vez que as próprias condições naturais facilitavam o seu sistema defensivo, visto que fica localizado, como verificámos atrás, numa encosta elevada a cerca de 50 a 70 metros acima do nível médio das águas do mar e que se estende entre a praia negra de Fonte Bila e o Porto do Vale dos Cavalheiros (que atualmente desempenha a função do cais de São Filipe).

A nível morfológico e orográfico, este território apresenta um sistema de declive muito acentuado, mas em que a inteligência humana, muitas vezes desafiando a natureza, foi edificando uma linda cidade com imponentes sobrados, configurando uma perspetiva monumental através dos traçados das ruas e da sucessão das praças que, em conjunto, harmonizam a totalidade do espaço urbano.



*Figura 56-Imagem da descrição orográfica do centro histórico sob a forma do declive
(Claudino Borges, 2017).*

Por motivo desse sistema morfológico e orográfico, no período antes da sua elevação a categoria da cidade, o centro da vila foi dividido em duas partes: a «Bila Baxu», ou vila baixa, e a «Bila Riba», ou vila de cima, que mais tarde foi marcada e separada pela construção de um muro em alvenaria de pedra e argamassa com objetivo de combater as enxurradas na época das chuvas (Fausto Rosário, 2017).

Através da nossa abordagem descritiva desta urbe, podemos afirmar que o centro histórico de São Filipe foi edificado e expandiu-se de acordo com os limites naturais impostos pela geografia física da ilha.

Atualmente, na sequência da criação do Município de Santa Catarina⁸⁵, o concelho de São Filipe passou a ter apenas duas freguesias: a de Nossa Senhora de Conceição, onde fica a sede do município, e a de São Lourenço, deixando desta forma o concelho de ter o poder histórico sobre o vulcão.

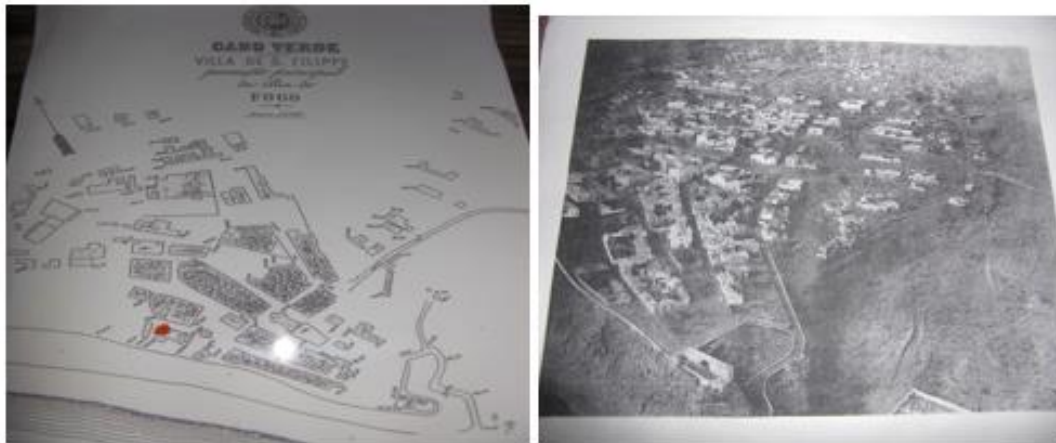


Figura 57- Planta arquitetónica e disposição habitacional do centro histórico de São Filipe (imagem gentilmente cedida pela Monique Wheimer, proprietária da Casa da Memória do Fogo, 2017).

4.3. O centro Histórico e sua caracterização arquitetónica, urbana e paisagística – sua valorização e classificação patrimonial (introdução dos elementos que estão na base da classificação)

A nível do edificado, o centro histórico da cidade de São Filipe é bastante antigo na zona que constituiu o núcleo populacional originário, visto que 70% das edificações é anterior a 1900. Os sobrados, casas de dois andares, correspondem à grande percentagem da tipologia histórica. São casas senhoriais, com moradia no primeiro andar, geralmente protegida pelo sol mediante uma varanda.

Estas habitações foram importadas e inspiradas através do estilo da arquitetura das pequenas cidades de Portugal, mas com alguns ajustamentos, atendendo às realidades climatéricas do país e da ilha. Sendo assim, apresentam “varandas, que defendem o interior da casa da ardência do sol e

⁸⁵ Lei n.º 66/VI/2005. Cf. B.º da República de Cabo Verde de 9 de Maio de 2005 (II Serie) p. 629.

permitem gozarem as horas frescas da noite, protegendo das cacimbas as grandes e altas divisões, que renovam rapidamente o ar morno do dia” (Ribeiro Orlando, 1960). Aliás, é inquestionável a presença e influência portuguesa no processo do povoamento e edificação dos centros históricos em Cabo Verde. No caso do centro histórico de São Filipe, desde o seu processo do povoamento com os europeus vindos principalmente da região Alentejana, dos Açores e da Madeira, desde os seus imponentes sobrados, aos arruamentos e às pequenas praças, é possível fazer um estudo comparativo com outras regiões de Portugal, destacando os seus elementos estruturais, históricos, formais, simbólicos e funcionais.

A planta dessas habitações apresenta um formato retangular, com o máximo de duas portas e duas janelas na parte frontal, as fachadas laterais cegas. A cobertura é de quatro águas, feitas com telhas do tipo marselha, deixando transparecer a simplicidade construtiva semelhante à das habitações do sul de Portugal.

Segundo Teixeira de Sousa (1958), ao descrever um sobrado:

O maior e mais belo sobrado de São Filipe ia pertencer-lhe, e já, firmada a escritura de venda e paga a sisa na fazenda. Olhou e tornou a olhar para a fachada austera do velho sobrado dos Veigas, de platibanda branca, encimada por jarrões de cantaria de espaço a espaço. As paredes eram pintadas em lilás – demasiado, contrastando com o castanho – café das portas e persianas de mogno. As esquinas eram arrematadas por frisos também alvos como açúcar, amoldurando o conjunto respeitável dessa moradia secular.”

Assim, como esta descrição objetiva do autor demonstra de forma inequívoca, o sistema de habitação do centro histórico de São Filipe é demonstrativo do nível económico da população elitista que ali residia.

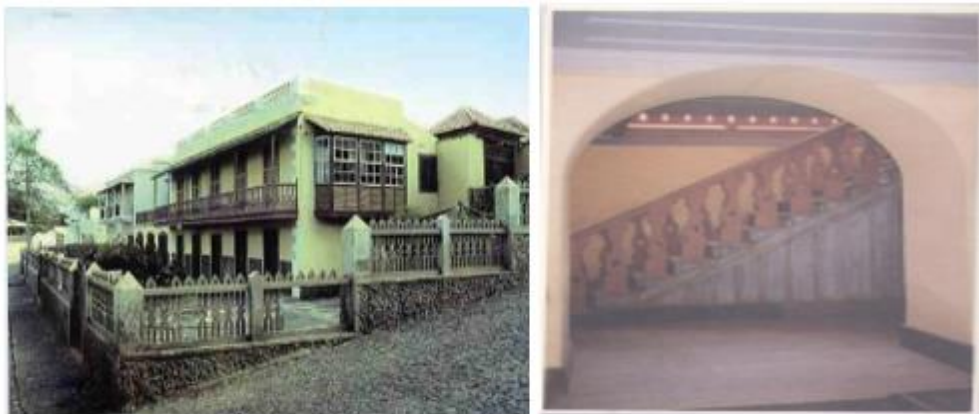


Figura 58- Imagem de um sobrado e da escadaria interior (fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006)

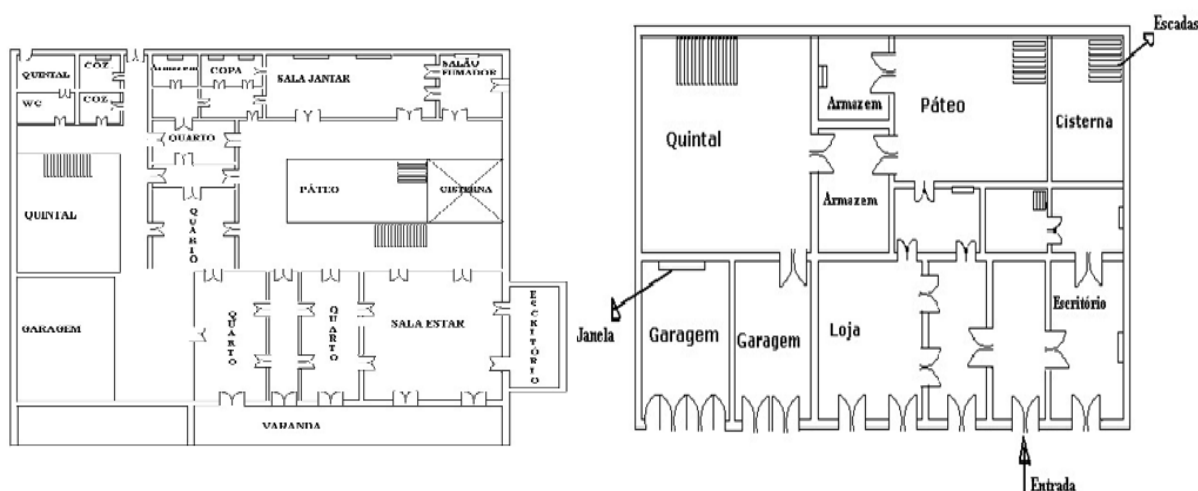


Figura 59- Planta baixa reconstituída do sobrado da casa de “Nho Abílio” (Fonte: Maria Aleluia Pina Correia, 2006)

Em qualquer cidade existem espaços que determinam o quotidiano do território, como sucede com as praças que foram sendo construídas, de forma sucessiva, e programadas de acordo com a evolução do perímetro urbano, entre os quais podemos destacar as praças do presídio e da Câmara. Desempenham um papel muito importante no tecido urbano, visto que para além de embelezar e criar uma harmonia da urbanização da cidade são espaços de encontros em momentos de lazer da comunidade. Outros elementos simbólicos importantes no centro histórico de São Felipe são o mercado e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, que representam o centro da atividade comercial e religiosa desta urbe, e é o ponto de encontro de toda a população da ilha, principalmente nos dias de feiras. As praças, o mercado e a igreja são elementos fundamentais e que também determinam a estrutura urbana, pelo fato de estas agirem com elementos modais entranhados e centros da atividade de cidade.

4.4. Entre o Neoclassicismo, o Romantismo e o estilo colonial – Os sobrados de São Filipe

Sob a influência das grandes universidades europeias, no dealbar do século XVIII, começaram a surgir novos arquitetos com novas ideias e estilos que contrapunham o tipo da arquitetura em vigor na época. Estamos a falar do neoclassicismo, ou seja, de um novo estilo arquitetónico que recusaria os excessos do barroco e do rococó com o rigor geométrico e a harmonia da recuperação do classicismo

greco-romano. O objetivo principal do neoclassicismo era o resgate da arquitetura da antiguidade “greco-romana”, motivo que igualmente inspirou na arquitetura renascentista (embora a referência da arte clássica nunca tenha desaparecido completamente durante os períodos barroco e rococó).

Um dos fatores que permitiram uma boa implementação do neoclassicismo foi o fato de os arquitetos, os pintores e escultores que adotaram este estilo artístico terem, na sua maioria, estudado nas mesmas universidades e academias, e assim adquirido ideias e ensinamentos iguais. Este é um dos motivos, juntamente com o modo depurado e estrutural como era entendido o modelo greco-romano entre os séculos XVIII e XIX por que as características da arquitetura neoclássica⁸⁶ apresentam traços comuns e uniformes.

Podemos afirmar que todas as correntes estéticas que estiveram na base da edificação dos centros históricos de Cabo Verde foram importadas de Portugal para os centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e São Filipe da ilha do Fogo, os mais importantes enquanto centros políticos e económicos do arquipélago, e só depois se alargaram a outras cidades, com o lento processo de povoamento.

No caso do CH de São Filipe, podemos verificar uma articulação harmoniosa entre o neoclassicismo, o romantismo bem presente na sua edificação.

Alguns aspetos importantes que passamos a destacar:

1. A uniformização estilística – bem visível nos alinhamentos das construções quer dos sobrados ou das casas tradicionais, deixando transparecer uma clara perspetiva monumental delineada através de uma linha reta configurada em declive, conforme a orografia do território.
2. A simplicidade composicional e espacial e a ausência de elementos decorativos – a arquitetura do centro histórico de São Filipe é composta por construções de paredes lisas, com alguns traços neogóticos, compostos através do uso do arco quebrado em portas e janelas, a dar uma aparência de elevação altimétrica. Outro elemento importante é a harmonia existente na parte interior das fachadas frontais e a ausência dos elementos decorativos tanto no exterior como no interior, deixando transparecer a simplicidade construtiva.
3. Algumas construções que simbolizam o poder – são traços comuns do neoclássico existente em quase todos os centros históricos de Cabo Verde. A construção dos espaços públicos como

⁸⁶ Para o nosso estudo optámos por abordar as questões da arquitetura.

igrejas, câmaras municipais, tribunais e outros monumentos, simbolizam a grandeza e o poder existente nestes territórios. Muitas vezes, os próprios, além de serem imponentes em termos construtivos, integram nos respetivos corpos edificados os símbolos do seu estatuto de construções ao serviço da autoridade e do poder.

No contexto colonial, em relação ao povoamento, à edificação arquitetónica e à cultura, Cabo Verde representa um caso típico a que nos reporta o autor René Rémond (1992), em que afirma estarmos perante um processo da “europeização do mundo”. Esta “europeização mundial” extravasa as questões meramente materiais, envolvendo todo o processo imaterial através de uma simbiose cultural muito forte entre povos e nações diferentes que passaram por este país durante o período colonial. Funcionando como placa giratória e como um entreposto comercial, Cabo Verde formou uma base material e imaterial diversificada tendo em conta as diversas influências recebidas de outras nações.

4.5. A Igreja da Senhora da Conceição

Atravessando centenas de anos desde a sua construção, poucos são os documentos referentes a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição. Inscrito nas Finanças como sendo “um prédio urbano, coberto de telha com um compartimento, duas sacristias, confrontando a Norte com via pública e a Sul com o largo da igreja” (Barbosa, 1999).

A igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada no centro histórico de São Filipe, na sua parte baixa, mas de rasgados horizontes, que na fachada principal oferece uma silhueta agradável, de transição do estilo rococó para o neoclassicismo, alegremente contrastada pela perspectiva da luz e sombras matizada das pilastras, feitas em betão armado. A frontaria é imponente, marcada por duas torres sineiras laterais, simétricas, quatro janelas de sacada e um portão principal de moldura contracurvada. Ainda na parte frontal da igreja, por cima da porta principal, podemos observar um olho-de-boi tipicamente do estilo neoclássico que facilita a iluminação natural da igreja. A fachada é rematada, ao centro, por uma cruz. As paredes são rebocadas e as janelas de empena, com os vãos emoldurados por arcos.

A planta da igreja formada é de cruz latina, nave longitudinal única, de vastas proporções, virada para o Oeste. O altar-mor é constituído por dois pequenos altares rococós, em forma de urna. A cobertura da nave é de duas águas, com telhas do tipo marselha.



Figura 60- Vista frontal e lateral, altar-mor e tipo de cobertura da igreja de Nossa Senhora da Conceição – Centro histórico de São Filipe (Claudino Borges, 2017)

4.6. O “Cemitério dos Brancos e Ricos” e o “Cemitério dos Pobres” à mítica sepultura fora do muro

Em qualquer centro histórico, principalmente em Cabo Verde, para uma maior valorização e salvaguarda do património histórico e artístico há que conjugar os aspetos materiais e imateriais, visto que são bases da sua valorização. Por um lado, a igreja, através do seu especto simbólico, arquitetónico e emocional, mas também o cemitério, como um espaço simbólico do património doloroso das memórias, possui um grande interesse para a preservação da memória coletiva. Os cemitérios dos “Brancos e Ricos” e dos “Pobres” do centro histórico de São Filipe fazem parte do património do povo sanfilipense não só por estar ali repousados os nossos entes queridos, mas também por desempenhar a função de um «museu dos mortos», pelo valor arquitetónico dos mausoléus e pelas tradições orais que lhes estão associadas. Neste aspeto torna-se pertinente fazer uma análise profunda sobre a história, das práticas sociais relacionadas com estes espaços sagrados.

O centro histórico de São Filipe possui dois cemitérios, um desses cemitérios fica localizado no alto da praia de Nossa Senhora da Encarnação e é denominado de Cemitério de “baixo” ou “cemitério dos brancos e ricos”.

Construído no dealbar do século XIX, no âmbito da proibição dos enterros dentro das igrejas e nos seus adros a partir de 1845, o que motivou um dos morgados de então, Francisco J. Do Sacramento Monteiro, mandar construir um pequeno cerco mesmo sobranceiro ao mar para poder enterrar os mortos da sua família. Fazendo fé na tradição oral da ilha, até aos finais do século XVIII, os mortos eram enterrados à volta das igrejas e os padres por dentro da igreja, caso típico de alguns centros históricos de Cabo Verde como os da Ribeira Grande Santiago como nos reporta António Carreira (1784) na sua obra sobre “notícia Corográfica do Bispado de Cabo Verde.

Inicialmente, este era um cemitério de cariz privado e destinados às famílias abastadas assemelhando-se aos cemitérios europeus dos século XIX em que sepultavam somente as famílias abastadas conforme nos reporta na obra “Memória sobre a inconveniência dos enterros nas igrejas e utilidade da construção dos cemitérios” publicada em 1835 pelo médico Francisco d’Assis de Sousa Vaz (1797 – 1870), citado por Paula André (2006), em que afirma que “o espaço cemiterial oferecidas às famílias principais e abastadas” um “vasto campo da natureza” privilegiada do outro lado”. Com o tempo, passou a ser público, conforme nos relata a investigadora Gilda Barbosa: “No livro de registo dos óbitos, lê-se que em 14/09/1950, o Bispo de Cabo Verde declarou que nos registos de óbitos fosse dito: “... Sepultado no cemitério público desta Matriz”... (Barbosa, 1999). Mas para a tradição oral da ilha, o cemitério era destinado aos brancos, pessoas com grande posse económica e de origem europeia.

Mesmo assim, a mesma investigadora vem desmistificando essa questão afirmando que “desde o primeiro registo de 1849, não houve qualquer discriminação nos enterros no único cemitério da altura. Ali foram sepultados membros da família do proprietário original, mas também escravos, escravos libertos e filhos de escravos” (Barbosa, 1999).

Atendendo a nossa análise, a afirmação desta investigadora pode ser verdadeira, mas na realidade do quotidiano cabo-verdiano, tanto no passado como no presente, podemos pôr em causa a tese defendida por Gilda Barbosa, ao analisarmos as qualidades artísticas e arquitetónicas dos mausoléus, o sistema de ordenamento interno do espaço interior do cemitério atendendo uma organização linear e harmoniosa das suas campas, a disposição dos túmulos em que os mais ricos se encontravam logo a frente e na porta da entrada e os menos abastados sepultados mais a trás e nas partes laterais, leva-nos a afirmar que é mesmo impossível que houvesse sepultamento dos escravos neste cemitério. Os primeiros cemitérios públicos do século XIX, tal como o de São Filipe Ilha do

Fogo, estes eram organizados como a cidade dos vivos, com espaços circunscritos para diferentes grupos sociais. Os mais ricos, com os seus mausoléus, estariam nas zonas centrais e junto a entrada, os mais pobres nas zonas limítrofes. Normalmente, mesmo na Europa, apenas os túmulos e jazigos mais importantes sobrevivem à passagem do tempo.

E sobre esta questão de ordenamento do espaço cemiterial, António Feliciano de Castilho (1800-1875), citado por Paula André (2006), afirma que o gosto pela simetria “é o estafado plano dos arruamentos do pautadíssimo Marquês de Pombal, transferido da cidade viva e contrafeita e forçada, para a cidade defunta libérrima e igualíssima”, o que demonstra que a relação que as pessoas têm com os cemitérios deriva sobretudo do afeto em relação aos seus entes queridos, o que sucede em todo o lado. Depois, não é que as populações não devam ser ouvidas ou que a sua sensibilidade tida em consideração, pelo contrário. Mas se não houver critérios, é a confusão, tudo é classificado. O cemitério de São Filipe pode integrar a classificação do centro histórico, mas deve-se estabelecer critérios mais rigorosos. O valor arquitetónico dos jazigos e túmulos é um deles; o outro poderá ser a memória daquilo que contesta, da interação social do tempo colonial que se poderia projetar no cemitério⁸⁷.

Era extremamente difícil para não dizer impossível que os escravos, seus familiares e mesmo pessoas comuns fossem sepultados neste espaço. Isto pela análise de túmulos que fizemos podemos afirmar que, além dos nomes e apelidos que pertenciam às famílias abastadas, o próprio cálculo financeiro que estipulamos para a sua construção, na época, estavam somente ao alcance de alguns. Esses são efetivamente os túmulos da elite. Os escravos conforme as regras gerais seriam sepultados em campas rasas ou comuns. Isto é não sobreviveriam até aos dias de hoje. Portanto para encontrar vestígios do seu enterramento, só através de escavações arqueológicas que pudessem encontrar ossadas. O exemplo concreto de sepultamento dos escravos e de pessoas menos desfavorecidas aconteceu em 1885 aquando do surto da epidemia de cólera que assolou a ilha do Fogo (Teixeira de Sousa, 1958).

Uma outra tese que justifica a nossa afirmação é a questão da sepultura que foi erguida fora do cemitério. Várias são as teses que procuram justificar este assunto, mas ao suportar nestas teses que

⁸⁷ Sobre este assunto Francisco d’Assis de Sousa Vaz (1797 – 1870), citado por Paula André (2006), apresenta o conceito de cemitério como “Atheneu Histórico e Museu da morte”, baseando no sistema da organização do espaço, nas estruturas arquitetónicas dos mausoléus.

vamos abordar no próximo subcapítulo, deparamos que todas essas justificações nos encaminham cada vez mais para a existência, durante a época, no centro histórico de São Filipe, de uma sociedade hierarquizada e bastante elitista. Mas mesmo assim, a relação entre os senhores e seus escravos eram melhores do que no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, sabendo que estes partilhavam o mesmo sobrado em que o piso térreo era destinado aos escravos animais e armazenamento de produtos.

Da sepultura fora do cemitério dos “brancos ricos” – verdade ou mito?

No processo de classificação do centro histórico de São Filipe, os cemitérios e outros bens patrimoniais não foram contemplados nem inventariados como sendo de interesse público. No entanto, como verificámos durante a compilação do nosso trabalho, a população local atribui um valor simbólico especial a esses monumentos que devem ser passíveis de uma futura classificação. Qualquer património histórico-cultural, seja ele natural, material ou imaterial, pertence ao povo que é o seu autêntico guardião e cabe-lhe, com o apoio dos demais, a incumbência de selecionar, inventariar, preservar, salvaguardar, gerir e valorizar. Por isso, torna-se imperativo traçar um novo paradigma para melhor definir e compilar um processo consistente que permita a um melhor conhecimento do nosso povo. Neste aspeto, é preciso quebrar barreiras na investigação que nos aproxime cada vez mais da veracidade dos fatos, como é o caso da sepultura existente fora do cemitério dos “brancos ricos”, pertencente a D. Leonarda Barboza Monteiro, (nascida em 1825 e falecida em 1893), que terá sido sepultada fora dos muros do cemitério, por ter tido relações sexuais com um escravo e ter morrido de parto, deixando transparecer que esta senhora foi banalizada publicamente e marginalizada pela própria família.

Ainda uma outra versão popular é que D. Leonarda se suicidou e o padre na altura ordenou que esta fosse enterrada fora do cemitério. Mas esta versão é falsa, visto que no livro de registo de óbito diz que D. Leonarda faleceu “aos 07 /03 /1893 nesta vila de São Filipe freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho do Fogo, Diocese de Cabo Verde, pelas oito horas da manhã por morte natural”, (...) “indivíduo de sexo feminino por nome Leonarda Barboza Monteiro, de idade de sessenta e oito anos, casada que foi com Thadeu José do Sacramento Monteiro (...) foi sepultada no cemitério desta freguesia”.

Mas tentando desmistificar a sepultura fora do cemitério Gilda Barbosa (1999), é de opinião que “era natural que os filhos a quisessem sepultar no cemitério inicialmente construído pelo sogro.

Não havendo lugar vago para ali se fazer a cova, foi enterrada ao lado de fora, tendo os filhos a intenção de alongar depois o cemitério de forma que ficasse dentro”.

Tendo decorrido todas essas investigações, podemos nos congratular com o fato de que todas essas hipóteses podem ser válidas ou aceites. Por isso esta questão fica em aberto para se dar continuidade, em busca da verdade deste património doloroso das memórias.



Figura 61- Interior e exterior do cemitério dos “brancos ricos” (Claudino Borges, 2017).



4.7. Do cemitério de cima ou “dos pobres”

Construído em meados do século XIX, num sítio chamado Achada Forca, fruto de uma doação do terreno feito pelo proprietário João Baptista Vieira de Vasconcellos. A sua edificação deveu-se a um surto da epidemia de cólera que assolou a ilha do Fogo em 1855. Na época, o cemitério de baixo era muito pequeno para se enterrar todos os mortos, e por isso foi-se enterrando os mortos em vários sítios, entre os quais no cemitério de baixo: “31 pessoas fora dos muros; 42 em frente da igreja matriz; 15 na capela de São João; 15 na ermida da capela de Nossa Senhora do Socorro; 22 em vários pontos (...). Outros 48 foram enterrados nos locais em que morriam (...). A partir de 18/07/1855 foram

enterradas 51 pessoas no sítio escolhido para o novo cemitério, no lugar denominado de Achada Forca” (Henrique Pires, 2006).



Figura 63- Interior e exterior do cemitério de cima ou dos “pobres” (Autor: Luís F. Barbosa, 2008)

4.8. Identificação e caracterização dos valores e práticas culturais imateriais no centro histórico de São Filipe – Fogo

Num mundo em permanente mudança e com a tendência nítida para a globalização de tudo e de todos, é urgente e necessário unir e trabalhar no sentido de preservar e defender a nossa cultura das “agressões globalizantes” da atualidade. E uma das formas de preservá-la passa pela valorização de algumas áreas de permanência e principalmente pela valorização das práticas culturais imateriais como o legado patrimonial, mormente quando se trata de países como o nosso com fracos recursos económicos. Com efeito, o nosso país só ganhará a sua própria dimensão nesta “aldeia global” dominada pela alta tecnologia, através, nomeadamente, da preservação e salvaguarda da singularidade da sua cultura. E uma das formas de salvaguardar aquilo que nos identifica como povo passa pela valorização e preservação do nosso património. Neste subcapítulo, abordaremos as práticas culturais imateriais do centro histórico de São Filipe, mais concretamente as festas de romaria juninas, destacando as comemorações do dia de São João, por serem aquelas que mais simbolizam e reúnem diferentes práticas sociais. Abordaremos a realização das festas de romarias no centro histórico, a descrição das atividades sagradas e profanas, entre as quais: a celebração eucarística, o cortejo dos tamboreiros, a atuação das cantadeiras do “coleicha” os canizados etc.

Um outro objetivo neste estudo é colmatar a lacuna existente no processo de classificação nacional dos centros históricos em Cabo Verde, visto que a dimensão das atividades culturais não consta do referido processo.

4.9. As festas de Romaria no Contexto Cabo-verdiano

Desde a antiguidade que o ser humano cultivou as devoções quer pelos deuses, quer pelos objetos considerados sagrados, fazendo peregrinações de um lugar para o outro em memória dos mesmos, com o objetivo de implorar pelo perdão dos pecados ou por outros benefícios a favor da própria pessoa ou de outros entes queridos.

Define-se romaria como uma deslocação de um centro em direção duma periferia sagrada. Seja temporária, seja permanente, a romaria leva consigo “imagens, liturgias, águas curativas, contatos rituais com objetos sagrados” (Turner 1978). Aqui teremos em conta o nosso objeto de estudos, visto que tanto no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Felipe Fogo, abordaremos as práticas sociais no contexto de um ciclo ritual, tanto ao nível religioso como ao profano, tendo como epicentro a igreja, as praças, o mar, entre outros palcos, que abordaremos de uma forma específica em cada centro histórico classificado. O processo da romaria extravasa as questões religiosas, podendo também ser aplicado nas questões de bruxarias e outras práticas de adoração.

A festa da romaria apareceu através de processos de “solidariedade em favor dos mais necessitados”, sejam elas de qualquer situação. A primeira finalidade era socorrer e ajudar os mais pobres, nas festas de casamentos, batizados, realização de funerais e outros problemas que pudessem acontecer. Com o decorrer do tempo, foi-se ajustando a dimensão religiosa da romaria com a celebração eucarística que tinha como objetivo principal “pagar uma promessa” (Espírito Santo, 1990). Dependendo da fé de cada pessoa, existem várias formas de fazer o pagamento da promessa e da realização da procissão durante o ato eucarístico. Há uns que decidem doar dinheiro à paróquia, outros pela procissão de joelhos, prostrados no chão, ou ainda pela procissão marítima, mas todos com o mesmo objetivo que é a procura da salvação.

Um outro aspeto interessante é a introdução das atividades profanas durante o período da romaria trazendo mais brilho à festa e contribuindo para o desenvolvimento e a valorização do território em termos económicos e culturais.

Durante o período referente à investigação, abordei esta questão com alguns entrevistados, entre os quais o pároco local, alguns idosos e outras forças vivas do centro histórico de São Filipe e obtive algumas informações que considero importantes descrever:

“A partir do século XVIII, para celebrar as festividades de São João, uma semana antes do dia 24 de Junho, era o período em que se suspendia todos os trabalhos piscatórios e agrícolas com o objetivo de organizar e realizar as atividades relacionadas com a festa. Este seria o período da confraternização comunitária e de alguns fiéis e devotos irem preparando-se espiritualmente através das confissões feitas na paróquia” (Faria 2018).

Atualmente, este processo religioso deu lugar ao profano, ou seja há uma forte valorização da dimensão profana em detrimento da religiosa, com a realização de festivais públicos, jogos desportivos e outras atividades.

Analisando o excerto da entrevista acima transcrito e na ótica de Moacyr Rodrigues (1997), “As festas eram permitidas mais para dar vazão aos “instintos” pagãos”, podemos afirmar que até meados do século XIX se dava uma maior ênfase ao processo religioso, isto porque o homem não conseguia encontrar algumas respostas sobre as questões prementes do seu quotidiano e, para obter uma resposta, recorria à fé e às doutrinas, a rituais impostos pela religião ou pela comunidade em que este está inserido (Fausto Rosário, 2018).

Por outro lado, no arquipélago de Cabo Verde, pela sua insularidade, pelos seus poucos recursos, recorreu-se sobretudo à valorização dos seus recursos humanos e culturais. Sendo certo que o objetivo último dessa valorização do homem e da sua cultura, mormente a valorização do seu legado patrimonial, é que possa transformar-se num vetor de desenvolvimento e no reforço da sua identidade cultural.

Por conseguinte, a diversidade patrimonial material e imaterial no arquipélago marca indelévelmente a importância de Cabo Verde no contexto da herança cultural da expansão portuguesa no mundo e neste processo de cruzamento dos povos, das suas culturas, a fusão entre o quotidiano sagrado e o profano ficou presente nas manifestações religiosas em Cabo Verde. Deste modo, há que ter em conta que a história e a cultura cabo-verdianas são o resultado do cruzamento das culturas europeias e africanas. Foi este cruzamento de povos e culturas diferentes que fomentou uma forte coesão identitária e se introduziu uma grande diversidade de manifestações sincréticas, com uma forte influência tanto europeia como africana (Filho 2003).

No caso específico da ilha do Fogo, mais concretamente de São Filipe, podemos concluir que houve uma migração das festas dos Santos a partir da Ribeira Grande de Santiago, já que esta foi a primeira ilha e cidade a ser povoada, as quais se deslocaram mais tarde para as restantes ilhas, onde sofreram alterações e se adaptaram consoante o período e processo de povoamento. Neste caso específico, a vertente religiosa é composta por missa e procissão. Os rituais, as tradições, o ritmo de tambores, as coladeiras, o ritual do mastro, são muito semelhantes às festas da ilha do Fogo. Deste modo, cada ilha de Cabo Verde tem a festa característica das suas tradições e costumes, que marcam o contexto histórico e cultural do povo destas ilhas.

4.9.1. São João – Do apóstolo Santo

A festa do nascimento de João Baptista (o Santo Precursor) é de carácter cristão e celebra o nascimento de João Baptista, um profeta que pregou e previu o advento do Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo na pessoa de Jesus Cristo e o mesmo profeta que o batizou nas margens do rio Jordão. Através de um mapeamento e de uma investigação que fizemos desta manifestação, podemos afirmar que a introdução da festa de São João em Cabo Verde teve como epicentro a ilha de Santiago, mais concretamente na localidade de São João Batista, nas periferias do centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, isto porque também a primeira ilha a ser povoada é a de Santiago e a partir da Ribeira Grande, o que fez com que a maioria das festas de carácter religioso fossem implantadas nesse território e mais tarde se alargaram para outras ilhas, regiões, e localidades.



Figura 64- - Mapa de Cabo Verde e identificação das festividades de São João nas diferentes ilhas. (Claudino Borges 2020)

Esta celebração faz parte de um ciclo de festas as chamadas Juninas⁸⁸. O dia de São João é considerado um dos mais antigos festivais do cristianismo, com registos históricos desde o Concílio de Agde, em 506, sendo uma das principais comemorações da época, celebrada com três missas num só dia: uma de manhã, um ao meio dia e outra ao pôr-do-sol.

É o único santo em que são celebradas duas solenidades, tanto na no dia do seu nascimento, a 24 de junho, como no da sua morte, a 29 de Agosto⁸⁹. A festa da celebração de São João inicia-se na noite de 23 de Julho, data em que “João nasceu cerca de seis meses antes de Jesus”, segundo o Evangelho de Lucas (1:36, 56-57); o dia 24 de Junho antecede seis meses a véspera do Natal.

É de referir que João Baptista é o único santo, além da Virgem Maria, cujo nascimento é celebrado, visto que, segundo os Evangelhos, é o maior dos profetas (Lucas 7, 26 – 28), isto porque ele é o antecessor daquele que tira o pecado do mundo, em que o próprio João não é digno de desatar as sandálias dos pés (Jó 1, 29.36), ele é quem evoca a vinda do messias, prepara o caminho para o nascimento de Jesus (cf. Lc 14. 58). Também é considerado o precursor de Cristo pela palavra e pela vida (Mc 3. 11).

4.9.2. Do significado da Fogueira nas noites de São João às crenças do povo Cabo-verdiano – um caso típico da ilha de Santiago

Um dos atos simbólicos presentes na celebração da festa de São João é a fogueira, que em alguns pode representar a purificação, mas que neste caso estará relacionada com o nascimento de João Baptista. A fogueira era um sinal de Santa Isabel para a sua prima Maria, mãe de Jesus, aquando do nascimento de João Baptista. Para melhor compreensão deste assunto, aproveitamos para ilustrar uma sinopse da história adaptada segundo a autora Lúcia Rangel (2008),

⁸⁸ Festas que se celebram durante o mês de Junho (Santo António, São João e São Pedro).

⁸⁹ In Nascimento de São João Baptista (ofício próprio), Evangelizo. Org, 24 de Junho 2013.

Dizem que Santa Isabel era muito muito amiga de Nossa Senhora e por isso, costumavam visitar-se. Uma tarde Santa Isabel foi a casa de Nossa Senhora e aproveitou para contar- lhe que dentro de algum tempo nasceria o seu filho, que se chamaria João Baptista. Nossa Senhora então Perguntou:

- Como poderei saber do nascimento desta criança?

- Vou acender uma fogueira bem grande e mandarei também erguer um mastro com uma boneca sobre ele. Assim poderá vê – la de longe e saberá que João nasceu (Rangel, 2008:145).

A importância do excerto supracitado sobre o acendimento da fogueira de São João conduz-nos a uma diversidade histórico-cultural transnacional que ultrapassa as fronteiras e quebra as barreiras entre os povos: a fogueira de São João em Cabo Verde terá sido trazida pelos portugueses aquando do povoamento. Devido ao cruzamento de culturas do processo da colonização, esta prática foi, com o tempo, associada a outras tradições populares, tais como a dança do forrobodó⁹⁰ e o salto do “Sandjon Sandjon”⁹¹.

O povo cabo-verdiano, na sua maioria, professa a fé cristã católica, por isso tanta é a devoção aos santos como a quantidade de crenças e mitos em torno da fogueira de São João. A prática principal é de saltar a fogueira fazendo preces ao santo, um ato contínuo praticado tanto pelos adultos, jovens e crianças (muitas vezes com crianças ao colo), utilizando saltos cadenciados e entoando, quase em forma de cântico, as preces a São João:

Preces de São João em Crioulo	Preces de São João em Portuges
Sandjon Sandjon Sandjon	São João, São João, São João
Males fora saúde dentu	Males para fora e saúde para dentro
Males tudu pa Rubera baxu	Se para o ano que vem seja pior
Se pa anu mas pior ki keli	Deixa – nos com um ano igual a este...
Nhu dexano ku keli... (de seguida cada um faz o seu pedido).	(de seguida cada pessoa faz o seu pedido em honra de São João)

Tabela 7- Preces de São João em Cabo Verde – Ilha de Santiago

Reparando nesta evocação transcrita vê-se que nas preces ao santo há um pedido fundamental que o cabo-verdiano faz, em que roga por um novo ano melhor ou que seja igual ao ano corrente,

⁹⁰ Tipo de dança em que se arrasta os pés no chão fazendo um círculo.

⁹¹ Momentos da evocação e rogo ao São João.

nunca pior. Aqui expressa o sentimento e a angústia do povo quer pela falta de chuva (secas cíclicas), quer pelas doenças, pela falta de remessas dos familiares emigrados ou pelas causas de mortes. Ou seja, o povo das ilhas clama que São João traga anos melhores e com saúde e fartura.

Uma outra tradição é saltar a fogueira de São João com ovos ou com sal. Acredita-se que desse modo se pode adivinhar e prever o futuro da pessoa. A previsão pode ser de acordo com as expectativas e o sentimento dos cabo-verdianos: a quantidade da chuva que irá cair durante o ano, o casamento, a emigração ou a morte. Nestes casos utilizam-se as seguintes técnicas:

A primeira técnica é saltar a fogueira segurando o ovo na mão e dizendo as preces a São João descritas anteriormente. Faz o seu pedido, quebra o ovo e coloca a gema num copo de água que fecha com uma tampa, deixando assim até ao dia seguinte. Se na mistura da gema com a água aparecer a imagem de um barco ou um avião significa que, no mesmo ano, a pessoa vai emigrar. Se for a imagem de uma noiva utilizando um véu, a pessoa vai casar. Se for a imagem de um caixão, a pessoa irá morrer no mesmo ano. A técnica de saltar a fogueira com o sal segue os mesmos padrões, só que depois do salto, o sal é colocado em cima de uma pedra ou num lugar seco e plano. Se na manhã do dia seguinte, escorrer muita água no lugar onde foi colocado o sal, isso significa chuva em abundância e que a “azágua”, ou o ano agrícola, será bom.

Em suma, este tipo de crença ou mito nos remete não só para as condições de vida do povo cabo-verdiano, para as suas vontades, sonhos e esperanças, como também para os ritos religiosos pagãos, como exemplo da prática dos oráculos entre os gregos e os romanos (oráculo de Delfos, Dodona).

Em Cabo Verde, durante a época das festividades de São João, podemos verificar os diferentes modos de festejar o Santo. Diversidade tanto no contexto do processo da materialidade como da imaterialidade, varia consoantes as ilhas, as regiões, e mesmo as localidades. Cada um celebra à sua maneira mas com o mesmo propósito, que é a busca da salvação por intermédio do santo. Neste trabalho, o nosso objetivo é abordar a manifestação das festividades do São João realizadas no centro histórico de São Filipe. Por isso iremos fazer um estudo exaustivo e uma descrição pormenorizada deste PCI no referido território, pelo elevado grau de simbolismo histórico e cultural que este representa para o povo sanfilipense.

4.9.3. Do encontro entre o sagrado e o profano à descrição etnográfica – um simbolismo histórico e cultural do povo sanfilipense

Um dos grandes problemas da cultura cabo-verdiana é saber, em termos histórico, artístico e antropológico, o que é originalmente africano e o que é europeu, e muito particularmente português, uma vez que fomos colonizados pelos portugueses. Em Cabo Verde desenvolveram-se poucas tentativas de investigar este tema. Em suma, podemos afirmar que em Cabo Verde existe uma ausência de estudos históricos, artísticos, antropológicos ou etnográficos cujas investigações pudessem fornecer informações necessárias para uma análise que distinguisse o que é tipicamente e culturalmente português do que é africano.

É justamente com o objetivo de dar mais um contributo para a concretização deste desiderato que neste subcapítulo faremos uma descrição etnográfica minuciosa das festividades de São João realizadas no centro histórico do Fogo. Tentaremos também clarificar a mistura da diversidade cultural africana e portuguesa como base do património imaterial cabo-verdiano.

Esta descrição etnográfica será dividida em três etapas:

- A festa do Pilão;
- O ritual do mastro e o mito dos canizades (apóstolos de São João);
- Do ritual eucarístico, a passagem do testemunho da bandeira, à plantação do mastro.

A) A festa do Pilão

A festa decorre entre os dias 19 e 22 de Junho e logo no primeiro aquela é anunciada através do arrebentamento de um foguete. Este sinal simboliza o convite a toda a comunidade para a realização do duro trabalho que é a trituração do milho (cotchi midju) para a confeção dos pratos típicos da festa, entre os quais estão a cachupa, o xerém e a massa.

No pilão, três mulheres executam o trabalho de uma forma alternada acompanhada do colexa⁹² e ao som dos tamboreiros e do bater das palmas, com dois homens sentados no chão, utilizando dois

⁹² Género musical tipo batuque e finaçon da ilha de Santiago exprimindo muitas vezes as histórias antigas, dando conselhos, criticando muitas vezes a sociedade atual. (Moura, 2018)

paus de pequeno porte, a tocar no pilão, acompanhado o ritmo candenciado dos tamboreiros e das cantadeiras. Este ritual é sempre acompanhado de uma garrafa de grogue e de alguns petiscos à moda cabo-verdiana. Impressionante neste quarteto musical é o encontro entre o ritmo e a melodia utilizando o compasso binário durante toda a cantiga, entre o uso do “bam bam e da tchabeta”, do batuque africano (mais utilizado na ilha de Santiago), passando pela sincronização rítmica das mulheres coxideiras. Tudo isto se resume numa coladeira tipicamente fogueuse, em que a chefe das cantadeiras entoa a música e as acompanhantes respondem, ou seja, as cantadeiras dialogam durante toda a música (Dias, 2017).



Figura 65- Início da Festa do pilão ao toque do tambor e da colexa (Claudino Borges 2015)

B) O ritual do mastro e o mito dos canizades

Segundo R. Bastide (1983), a desintegração cultural, decorrente do contacto de uma civilização dominante, leva as manifestações sincréticas produzidas por criação de novos comportamentos e de valores religiosos socialmente estruturados. Ainda o mesmo autor afirma que:

O sincretismo nunca é simplesmente uma equivalência de termos de justaposição mecânica de traços culturais oriundos de duas civilizações diferentes, mas, ao contrário, é sempre elaboração de um sistema, existe uma dialética intensamente viva, um forte fluxo e refluxo de influências entre a situação social do negro de um lado e suas crenças e instituições religiosas do outro. A religião não é um sistema fechado, recebe a influência do meio exterior e transforma – se à medida que esse mesmo meio muda (...), (Bastide, 1983:144).

Neste especto, os rituais das festividades de São João seguem o mesmo diapasão dos ideais de Bastide, sendo um fenómeno de cariz sincrético que espelha as problemáticas etnográficas, folclóricas (religiosidade popular e culto popular do santo) e histórico-religiosas (irmandades ou confrarias).

Abordando o caso específico da festa de São João, esta é celebrada em quase todos os bairros do centro histórico de São Filipe com maior ênfase nos bairros de Kobon e Santa Filomena, por isso existem vários festeiros (donos da festa). Nesta ótica, podemos encontrar vários grupos a desfilar em comemoração do dia de São João pelas ruas da cidade, mas estes seguem as mesmas tradições e utilizam os mesmos rituais, que passamos a descrever:

Em redor da casa do festeiro acontece a “vestidura do mastro”⁹³, com ramos, flores e outros enfeites, colocando-se no cume a pequena bandeira de São João, procedimento que é acompanhado pelo som dos tambores e da colexa. Para os sanfilipenses, o Mastro é sagrado e os canizades, que iremos abordar mais a frente, são os apóstolos de São João. Enquanto um grupo veste o mastro, os canizades preparam os seus trajes de festa, que incluem a roupa e uma máscara, utilizando tiras de papel, sacos de cimento importado, caixotes, fitas coloridas e outros objetos. Por volta das oito horas da noite, termina a vestidura do mastro e começa a vestidura dos canizades. De seguida, na casa do festeiro, acontece uma pequena cerimónia simbólica na qual um grupo composto por três canizades começa a dançar ao som do tambor, o que indica o início da procissão noturna. Durante o ato da dança, ao som e estilo tipicamente africanos, um dos canizades entra em “êxtase” e atira-se para o chão. No fundo da casa está o altar e a imagem de São João que parece estar a dar a autorização de partida através do baloiçar da sua bandeira.

Terminada esta breve cerimónia, o Mastro é levado para fora da casa em forma de procissão de fé, dando-se três voltas ao redor da casa do festeiro como ato para afugentar os espíritos maus e abençoar a casa e as famílias do festeiro, rogando pela proteção do santo.

De seguida, ao amanhecer do dia de São João, acontece a procissão noturna do mastro, dos canizades, dos fiéis e devotos de São João nas ruas da cidade, a qual passa por vários pontos simbólicos, entre os quais estão as praças, as casas de alguns fiéis e devotos que estão doentes e que não podem participar na procissão, a igreja da Nossa Senhora de Conceição, terminando na praia de Boqueron. Antes, à frente da igreja, faz-se uma paragem simbólica, acendem-se algumas fogueiras e dão-se três voltas rogando pelas benesses do Santo. Por fim chega-se à praia de Boqueron onde o mastro é imerso na água por três vezes, ato que significa o batismo de Jesus feito por São João Baptista. Aqui estamos perante um ato de purificação através do fogo e da água.

⁹³ O mastro é considerado um objeto sagrado e é feita usando o caule de um sisal ou de qualquer planta enfeitado com ramos e flores no cume é colocado uma bandeira de S. João.

Feito este percurso, o mastro é trazido de volta para uma casa ou uma praça, é plantado e regado com uma garrafa de grogue e, mais uma vez, são realizadas três voltas ao redor do mastro. Este fica ali pelo menos até a queda das primeiras chuvas ou durante todo o ano.

As sete estações do desfile dos canizades e do povo são-filipense durante o desfile de São João:

O périplo noturno dos “canizades” e da população pelas ruas da cidade de São Filipe, celebrando o “mastro” do santo padroeiro – que pode ser Santo António, São João, São Pedro ou São Paulo/ São Paulinho - ocorre na noite da antevéspera do dia principal, prolongando-se até o amanhecer do dia seguinte, quando é afixado o mastro, um ritual com regras próprias, destacando-se as pausas ao longo do percurso, em número de 7, que, a seguir se descrevem:

A saída dos canizades a caminho da Praia de Fontibila, onde aguardam o amanhecer, dá-se geralmente um pouco depois da meia-noite, depois dos canizades terem dançado no salão do festeiro e jantado no quintal: xerém e caldo de chouriço, de acordo com a tradição.

1º - À saída, os canizades, carregando o mastro, dançam ao som do tambor, na variante própria do momento. Entre eles, o festeiro e demais familiares dão três voltas à casa da bandeira, sempre no sentido anti-horário, findas as quais, e depois de uma pequena pausa em frente da casa, dão início a um percurso que terminará cerca de 2 horas depois, na já referida praia;

2º - Na zona conhecida por Ponte de Lém, caso a Bandeira vier do lado sul da cidade, ou na zona do antigo viveiro, hoje conhecido por “Bairro”, caso a Bandeira descer pelo lado Norte, dá-se a segunda pausa. Os canizades mais novos dançam e depois descansam por um pequeno período de tempo.

3º – Qualquer que seja o ponto de partida da Bandeira, a terceira pausa dá-se sempre no Alto de São Pedro, em pleno coração da cidade. A bandeira que chegar em primeiro lugar é obrigada a “levantar-se” e a continuar quando chegar a segunda, e assim sucessivamente. Também no Alto São Pedro, os canizades dançam uma coreografia própria, desta vez a cargo dos considerados mais antigos no estatuto em relação aos que dançaram na segunda pausa;

4º – A quarta pausa acontece já em pleno Centro Histórico, em frente das casas senhoriais que durante séculos detiveram a responsabilidade das bandeiras. Os canizades fingem o roubo do mastro que desaparece no meio da noite para reaparecer minutos mais tarde. É a vez dos canizades consagrados dançarem, incluindo o próprio chefe;

5º – A quinta pausa acontece na zona da “meia/laranja” e do Fortim Carlota Joaquina, próximo da imponente igreja matriz. Os canizades descansam um pouco antes de iniciar a descida da rampa que dá acesso à praia;

6º – A sexta pausa é a própria permanência na Praia de Fonti Bila, iluminada por fogueira. Os canizades descansam. No início do dia, ao nascer do sol, darão início ao regresso à cidade para afixar o mastro no local estabelecido pela tradição (Bandeira Grande) ou frente à casa do Festeiro (Bandeira de Praia Grande). Mas antes, mergulharão por três vezes o mastro nas águas do mar.

7º – A sétima pausa dá-se com a fixação do mastro, numa bonita coreografia, enquanto aqueles que não tem posses para “dar” a bandeira, mas sentem-se na obrigação de lhe agradecer por alguma graça concedida; regam o buraco destinado à fixação com grogue ou vinho.

Cumprido o ato, os canizades voltam, em alegre euforia e sempre ao som do tambor, para a casa da bandeira para tomarem o “café de canizades”: chouriço passado em ovo frito, um prato de xerém refugado e uma fumegante caneca de café.

Depois de todo esse périplo, para o povo Sanfilipense não existe cansaço, nem falta de motivação para mais tarde, por volta das dez horas, assistir à missa em honra do santo.



Figura 66- Desfile do mastro, dos canizades e da população pelas artérias do centro histórico com destino a praia de Boqueron (Claudino Borges, 2017).

C) O ritual eucarístico, a bênção e a passagem do testemunho da bandeira

Em Cabo Verde, para os fiéis católicos, a celebração eucarística é o ponto mais alto de qualquer festa em honra dos Santos. No caso da festa de São João, este ato é celebrado na igreja matriz da Nossa Senhora da Conceição.

Logo no início da manhã, ao nascer do sol, todos os fiéis católicos preparam-se para ir a missa em honra do Santo. Da casa dos festeiros começa a saída do cortejo das bandeiras de São João, acompanhado pelos tamboreiros, cantadeiras e devotos, passando pelas artérias do centro histórico com destino à igreja ao som da colexa em honra do São João. Por voltas das 10 horas, dá-se o início da eucaristia. No fundo da igreja são colocados as bandeiras grandes e pequenas de São João. Nos primeiros bancos da frente estão os juízes da festa e algumas entidades da República. No final da missa realiza-se a bênção das bandeiras, feita pelo Presidente da celebração eucarística. De seguida, o cortejo segue de volta para a casa do festeiro, seguindo o mesmo ritual, onde é servido o tradicional almoço de São João a todos os convidados.

Na fase final da festa, sucede o ritual da arrematação da bandeira, ou seja, a colocação da bandeira de São João em hasta pública. A bandeira é arrematada pelo festeiro que der mais dinheiro por ela e este será o organizador da festa do próximo ano.



Figura 67- Partida da casa do festeiro para a igreja, celebração da eucaristia e bênção das bandeiras do São João (Claudino Borges, 2017).

4.10. A Festa como Transmissão de Memória e Identidade – o seu Valor Patrimonial

Tal como sucede com a festa de São Roque e a evolução do batuque no centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, as festividades de São João, o colexa, no centro histórico de São Filipe, devem ser entendidas, enquanto património imaterial, no contexto da valorização da memória coletiva e social dos cabo-verdianos, com o objetivo de reforçar o processo da classificação e a valorização patrimonial dos referidos centros históricos.

O património artístico-cultural do povo cabo-verdiano, desde a sua origem, tanto no período do ultramar como após a independência de Cabo Verde, tem sido valorizado e protegidos a nível oficial (pública) com políticas e ações diversas no sentido da materialização de projetos conducentes à sua salvaguarda. O arquipélago de Cabo Verde, pela sua insularidade, pela falta de recursos económicos e naturais tem encarado este legado histórico e patrimonial tanto como um fator identitário pós-colonial, como também um vetor de desenvolvimento social e económico. Daí a preocupação em os preservar e transmitir às gerações vindouras.

Com a celebração das festas de São Roque e São João, com os claridosos (Baltazar Lopes da Silva, Manuel Lopes, Jorge Barbosa...) transmitindo as suas ansiedades em “busca da raiz” identitária do crioulo e da cultura cabo-verdiana, deixando transparecer as angústias do povo cabo-verdiano pelo abandono da cidade, do país, pela partida para outras paragens, pelas fomes e secas, as batucadeiras entoando canções de diferentes tipos, dançando à moda africana e escravocrata, estamos perante a memória social, coletiva, baseada num sistema de recriação que tem o objetivo de perpetuar acontecimentos históricos muito antigos que atravessaram fronteiras, quebraram barreiras, perduraram no tempo e num espaço circunscrito.

É esta invocação de memória que descreve o célebre historiador francês Pierre Nora (1978), como :

le souvenir ou l'ensemble de souvenirs, conscientes ou non, d'une expérience vécue et/ou mythifié par une collectivité vivante de l'identité de laquelle le sentiment du passé fait partie integrante. Souvenirs d'événements [...], mémoire active, entretenue par des institutions, des rites ... ou mémoire latente ou parfois reconquise (comme celle des minorités ethniques ou sociales opprimées ou assimilés) [...], la mémoire collective est qui reste du passé dans le vécu des groupes ou ce que ces groupes font du passé (Nora, 1978).

É através desses lugares da memória, das referências simbólicas e especialmente das ações comemorativas que a memória social se comunica. Como diz Connerton (1990), “as imagens do passado e o conhecimento coletado do passado são concebidos e sustentados por performances rituais...”.

CAPÍTULO V

5. EM BUSCA DE PARADIGMAS DE BOAS PRÁTICAS - ESTUDOS COMPARATIVOS

O estudo comparativo de que iremos abordar consiste em trazer exemplos de boas práticas de gestão do património artístico-cultural aplicadas no mesmo contexto de centros históricos classificados, em países e lugares diferentes, que podem servir de modelos a implementar no objeto de estudo, mas sem perder de vista as nossas especificidades nacionais.

Desde logo, impõe-se notar que serão destacados elementos históricos, estruturais, formais e funcionais de interpretação artística patrimonial, incluindo também o da gestão e conservação integrada aplicados nestes locais.

5.1. A Ilha de Gorée

A nossa primeira escolha recai sobre a ilha de Gorée, não só pela semelhança em termos da localização geográfica, como também pelo seu processo de edificação, do seu estatuto de colónia ligada ao tráfico de escravos, e do desenvolvimento social e económico ocorrido entre os séculos XV a XIX.

Tal como os centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da ilha do Fogo, a ilha de Gorée apresenta núcleos urbanos de origem proto-quinhentista localizados na costa marítima, os quais funcionaram como postos de feitoria fundados pelos portugueses e posteriormente colonizados pelos holandeses e franceses. Juntamente com a Ribeira Grande de Santiago, a ilha de Gorée foi também um dos maiores centros comerciais dos escravos do continente africano.

Na vertente arquitetónica, as características topográficas da sua orla marítima facilitaram a instalação de uma plataforma defensiva na baía de Dakar, um sistema de fortificação da sua orla marítima, que a protegia de possíveis ataques de corsários e piratas. Também apresenta uma mescla de estilos arquitetónicos em termos das edificações habitacionais, em que podemos encontrar um sistema

dual, com pequenas casernas tradicionais que serviam para albergar os escravos e grandes mansões pertencentes à elite mercantil.

Foi atendendo a esta carga simbólica que, em 1978, Gorée foi integrada na lista do Património Mundial da UNESCO, tendo como fundamentação o Critério IV, considerando que a ilha representava “um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana”⁹⁴.

Esse critério de classificação ajusta-se à ilha de Gorée pela sua carga simbólica relativa ao período escravocrata, o qual, até aos dias de hoje, deixou marcas profundas na sua estrutura social, que serve de alerta para as atuais e futuras gerações.

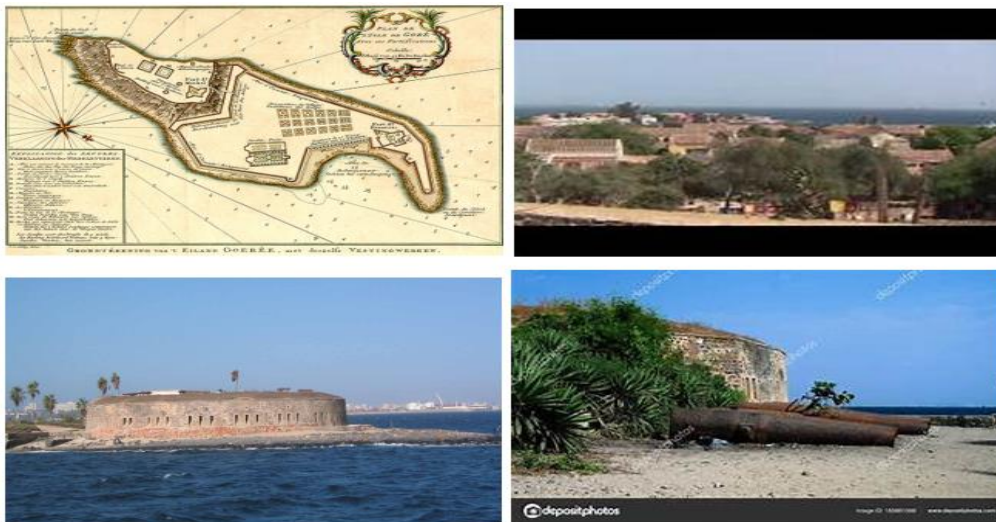


Figura 68- Mapa referente à localização da ilha de Gorée e o núcleo urbano da ilha -
fonte: https://images.search.yahoo.com/yhs/search;_ylt=AwrC3RsOBE5c3igAp4cPxQt.;_ylu=X3oDMTBzMjB0aG5zBGNvbG8DYmYxBHBvcwMxBHZ0aWQDBHNlYwNzYw--?p=as+ilhas+de+gor%C3%A9&fr=yhs-Lkry-S

5.2. Do Centro Histórico de Évora – Um percurso várias etapas com vista à sua elevação à categoria de Património Mundial

O Centro Histórico de Évora fica situado no sul de Portugal, mais concretamente na região alentejana. Possui uma área total de 107 hectares, claramente circunscrita pelas muralhas da época medieval que se estendem por três quilómetros de comprimento.

⁹⁴ <https://whc.unesco.org/en/list/26/documents/> - acessível em 22 de Maio de 2019

Tal como os centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da ilha do Fogo, o centro histórico de Évora é um espaço urbano intramuros e é das cidades mais antigas de Portugal remontando o período do Império Romano. Ainda são visíveis, neste núcleo urbano, vestígios de diversas civilizações: Celtas, Romanos, Árabes, Judeus e Cristãos, as quais tiveram uma influência direta na cultura dos eborenses. Também a par do CHRS, Évora atingiu o seu ponto auge no Século XV, em que se tornou residência da coroa portuguesa. Observando a sua estrutura arquitetónica, conseguimos analisar alguns traços simbólicos que lhe são característicos: as majestosas e imponentes edificações civis, religiosos e militares, como a Sé Catedral, o templo romano, as igrejas de São Francisco, Santo Antão, a de Espírito Santo, grandes e pequenos sobrados, na sua maioria pintados de branco, decorados com azulejos, varandas de ferro forjado, ruas e travessas muito estreitas.

Nesta análise comparativa importa-nos, mais do que analisar o potencial material do centro histórico de Évora, entender os meandros e os caminhos trilhados até alcançar o patamar do património mundial e conhecer algumas boas práticas da gestão participativa, de modo a servir de base para traçarmos um novo paradigma a implementar nos centros históricos de Cabo Verde, principalmente os que já se encontram inscritos na lista indicativa da UNESCO, com vista à sua possível elevação à categoria do Património da Humanidade.

Durante a década de sessenta do século XX, o centro histórico de Évora encontrava-se numa situação de degradação. Naquela altura, a cidade contava com 18.600 habitantes e enfrentava o processo acentuado do êxodo rural. Com uma população bastante envelhecida (17,6% das pessoas já tinham mais de 65 anos) e também uma acentuada substituição das zonas residenciais por serviços. Por isso era necessário que se envidassem esforços necessários com vista a proteção e valorização deste espaço. Então começou-se com a elaboração do seu primeiro Plano Diretor Municipal⁹⁵, que foi aprovado pela Portaria nº 5/85 de 2 de Janeiro. Esta foi uma das etapas importantes para alavancar o desenvolvimento e a preservação do Centro histórico e também uma das bases para construir uma candidatura à UNESCO, com vista a sua elevação à categoria do Património Mundial da Humanidade (Themudo Barata 2015)⁹⁶.

⁹⁵ Destaque-se por exemplo, a utilização da figura do Plano Diretor, em 1980, e a abordagem metodológica e prática aos conceitos das populações e de planeamento estratégico que são bases fundamentais para o desenvolvimento, preservação, gestão e valorização de todo o património urbano.

⁹⁶ Comunicação feita pelo Professor Doutor Filipe Themudo Brata, no âmbito do Atelier Internacional de Implementação das Recomendações da Unesco sobre Paisagem Urbana Histórica para a região da África Subsariana, organizada pelo IPC

Uma outra limitação que precisava urgentemente de ser solucionada prendia-se com a inexistência de um instrumento jurídico de classificação, visto que na lei portuguesa os únicos níveis de classificação para os edifícios eram o de Monumento Nacional e do Imóvel de Interesse Público, os quais estavam totalmente desarticulados com a noção de centro histórico, um conceito que o município de Évora pretendia integrar. A categoria de Conjunto só foi contemplada na lei nº 13/85 do património cultural. Posto isso, as primeiras decisões debruçaram-se sobre as grandes opções políticas, tendo em consideração o desiderato que se pretendia. Desta aferição produziu-se um relatório em que se reconhece haver edifícios de grande valor individual que passamos a citar: “É o conjunto da cidade, pelas características das suas ruas, da sua arquitetura, pela sua silhueta, que constitui um valor único no país. É neste sentido que a proteção dos valores arquitetónicos e urbanísticos de Évora se terá de fazer um conjunto de cidade e não apenas em relação aos monumentos classificados” (Themudo Barata 2015). Foi a partir deste relatório que se traçaram as diretrizes gerais da proteção e valorização do CHE.

De seguida deu-se um novo passo que foi a elaboração de um diagnóstico síntese, pelo qual se chegaram à conclusão de que só o PDM não era suficiente e que era preciso elaborar um Plano de Circulação e Transporte da Cidade, assim como reorganizar os serviços municipais em função dos novos desafios e novas opções.

Por conseguinte, com apoio da UNESCO, foi elaborado um projeto piloto para aferir as condições práticas da classificação. Este projeto piloto foi da autoria dos arquitetos Rainer Verbizh e Francesco Marconi, e do fotógrafo Enrico Marconi, tendo sido realizado em Setembro de 1981, no quadro do programa “Etablissements Humains e environment”. Outras etapas importantes se seguiram, como a realização de várias conferências, seminários e ateliers com vista a facilitar e alcançar os objetivos propostos.

(Cidade Velha 15 a 17 de Abril de 2015), em que Cabo Verde foi contemplado com uma bolsa de financiamentos para realizar o Atelier de Implementação das Recomendações da Unesco sobre Paisagem Urbana Histórica para a região da África Subsariana.

Através de todos esses caminhos trilhados, enfrentando desafios, ultrapassando barreiras, a 26 de fevereiro de 1985 foi depositado na UNESCO o processo de candidatura do CHE, o qual teve o parecer favorável do ICOMOS em Abril de 1986, ancorado nos Critérios números II e IV, que estipulam o seguinte enquadramento: Critério II, “Exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo”; Critério IV, “Representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana” decisão tomada na sessão do Comité do Património Mundial que se reuniu entre 24 e 28 de Novembro de 1986 (<https://whc.unesco.org>).

Todos estes caminhos traçados até a elevação do CHE à categoria de Património Mundial são exemplos de boas práticas que podem ser seguidos por qualquer país em quaisquer contextos e situações⁹⁷.



*Figura 69- Mapa e visão panorâmica do CHE – do coração da cidade, ao Templo Diana
(fonte: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-evora>)*

⁹⁷ De todos os caminhos percorridos até á sua elevação a categoria de Património Mundial da Humanidade podemos destacar um outro documento muito importante que é o anteprojecto do Plano de urbanização, de Etienne Groer, de 1945, em que se destaca uma especial atenção sobre o património edificado e pelas suas influências que remontam a época medieval (Lôbo, 1995:86)

CAPÍTULO VI

6. UM NOVO PARADIGMA PARA OS CENTROS HISTÓRICOS EM CABO VERDE

Neste capítulo, vamos apresentar a nossa proposta de um novo paradigma para a valorização e conservação patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde, baseada no plano e nos objetivos delineados para a nossa tese. Não é e nem será nossa intenção apresentar uma proposta desligada da realidade política, social, económica do país, da cidade e da localidade, mas sim uma proposta em conformidade com as aspirações da comunidade residente nos centros históricos e dos seus visitantes. Esta minha proposta pensa o centro histórico como um espaço das memórias, de educação e transmissão de valores, como um espaço de vivência e convivências dos povos.

6.1. Implementação de um novo de modelo de gestão nos centros históricos classificados

Qualquer centro histórico classificado como património nacional ou mundial, para entrar no seu normal desenvolvimento / funcionamento e para dar resposta aos diferentes problemas e desafios, tem de possuir uma equipa pluridisciplinar de gestão ou com uma vasta formação e experiência, de modo a dar uma resposta eficaz aos problemas colocados pela sua conservação e à estabilidade e funcionalidade do espaço como um todo. É preciso clarificar o papel a desempenhar por cada um dos elementos intervenientes, desde os simples moradores locais aos funcionários, guardas e fornecedores de serviços, passando por toda equipa administrativa do CH, a fim de elaborar um programa conjunto e trabalhar em rede e conexão. Só assim o objetivo será alcançado para o bem comum.

Não podemos propor um novo modelo de gestão para estes territórios classificados sem abordar os modelos anteriores e aqueles que estão em vigor. Só conhecendo estes modelos de gestão estaremos capazes de elencar as nossas propostas que visam desenvolvimento equilibrado dos CH, na base da sustentabilidade eficaz e duradoura. Para isso, começamos pelo período mais importante da história da gestão dos CH, com a aprovação do Decreto – Regulamentar n.º 24/2014 de 17 de Junho que regula a organização, competência e o modo de funcionamento das Curadorias.

EM 2014 foram criadas as Curadorias dos centros históricos da Ribeira Grande Santiago, São Filipe do Fogo, Mindelo de São Vicente, do Campo de Concentração do Tarrafal. No centro histórico da Praia funcionava um Gabinete Técnico Conjunto.

A implementação do sistema de Curadorias nos centros históricos classificados teve o objetivo de instituir órgãos com autoridade e com capacidade de intervenção nos sítios históricos.

As Curadorias tinham como finalidade:⁹⁸

- Assegurar a conservação, administração e o desenvolvimento do património histórico nacional na sua área de competência;
- Promover e fomentar as artes e culturas, em particular a cabo-verdiana;
- Trabalhar em estreita parceria com os serviços desconcentrados da Cultura, com o Município, no cumprimento das missões que lhes são incumbidas por lei.

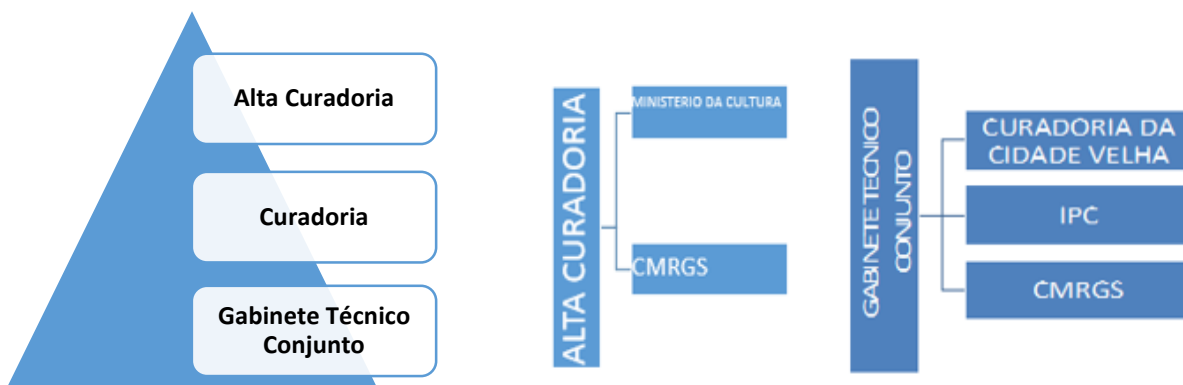


Figura 70- Composição do sistema de Curadorias (Claudino Borges 2018)

Com a mudança do Governo, ocorrida nas eleições de 20 de Março de 2016 extinguiu-se o modelo de gestão dos centros históricos por sistema de Curadorias e estes foram atribuídos à gestão direta pelas Câmaras Municipais. Da nossa perspetiva, este modelo de gestão piorou a administração dos centros históricos, uma vez que acabou por misturar interesses pessoais, coletivos e individuais, assim como abrir precedentes. Por outro lado, as Câmaras Municipais não possuíam um corpo técnico suficiente, habilitado (com formações específicas) para debelar e atender os desafios, problemas e as necessidades por que passam os moradores dos centros históricos.

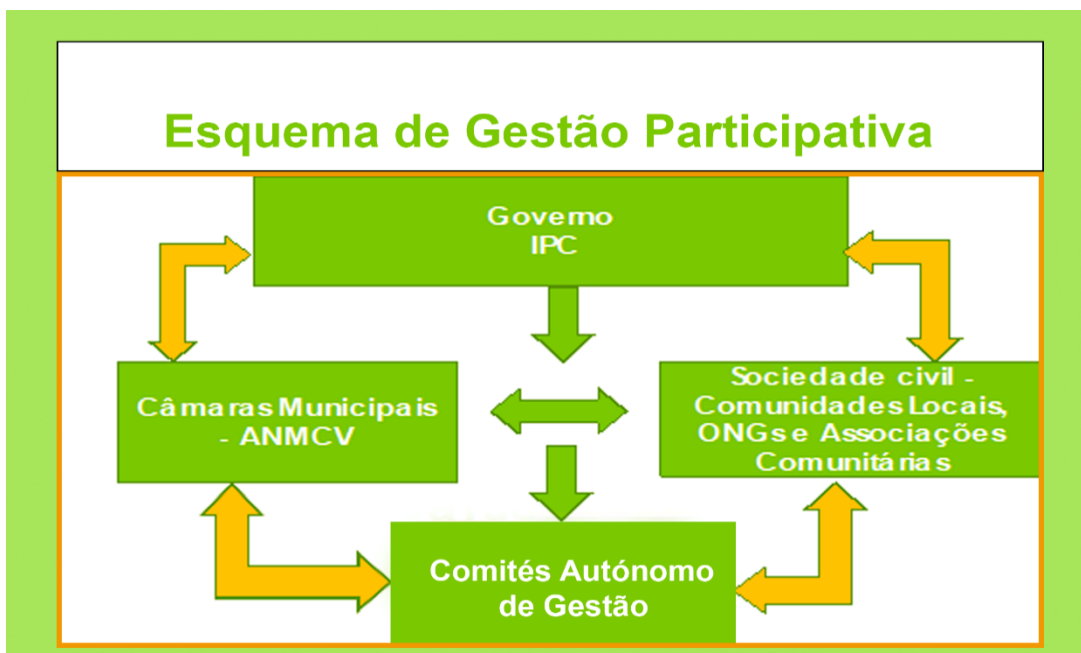
⁹⁸ Decreto – Lei n° 24 / 2014 de 17 de Junho

Por isso, torna-se cada vez mais necessário traçar um novo paradigma para os centros históricos, ancorado num modelo de gestão eficaz em prol do seu equilíbrio e desenvolvimento. Propomos esse tipo de modelo.

6.2. Em busca de um novo modelo de gestão para os centros históricos classificados em Cabo Verde

Ancorado nos desafios atuais, e para que haja um desenvolvimento integral e sustentável dos centros históricos em Cabo Verde, propomos um modelo de gestão participativa. Neste modelo, todos são chamados a participar na gestão e organização do território, na identificação e priorização das necessidades a serem resolvidas em prol da comunidade.

Este modelo de gestão requer uma abordagem educativa, sensibilizadora e metódica em benefício da preservação do património artístico e cultural existente no CH. Deve também assentar-se na socialização dos princípios, critérios e normas de preservação, e proteção dos bens, numa forte parceria entre as entidades públicas e privadas, de modo a traçar e executar políticas coerentes de desenvolvimento económico e social, de planeamento urbano, atendendo a todas as vertentes.



No modelo aqui proposto, sugerimos que o Governo, através do IPC, apoie, fiscalize e faça a
Figura 71- Proposta de gestão participativa para os centros históricos classificados em Cabo Verde (Claudino Borges 2018).

monitorização das atividades sugeridas e delineadas através das decisões consentâneas entre as

Câmaras Municipais, a Sociedade civil, comunidades locais, ONG e Associações Comunitárias. Isto é, os grupos intermédios serão os chamados “grupos decisores” e cabe aos comitês de gestão executar todos os projetos, decisões e deliberações saídas do grupo intermédio e prestar contas a este.

Só assim haverá uma forte dinâmica patrimonial em que a comunidade local será o centro do poder e das decisões. Caberá a ela a decisão de escolher, propor, definir e traçar o plano e programa de valorização e de desenvolvimento do seu território.

6.2.1. Definir os critérios de classificação do património imaterial através da criação e institucionalização dos normativos legais para a sua valorização de modo a promover práticas de valorização e preservação

A valorização patrimonial enquanto elemento de resgate e afirmação identitários de um povo conduz ao reforço da cidadania, fomentando o surgimento de cidadãos mais conscientes e participativos.

Por outro lado, qualquer centro histórico é edificado, preservado e valorizado através do seu património material e imaterial.

Cabo Verde está a dar os seus primeiros passos para a valorização do património imaterial visto que, ao longo do tempo esta questão nem sequer era debatida nos espaços públicos institucionais. Em relação a este aspeto, em 2012, Cabo Verde fez o depósito legal para a ratificação da Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial junto da UNESCO, com o objetivo de preservar e valorizar o PCI.

A Convenção de 2003 define PCI da seguinte forma:

As práticas, representações, expressões conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe são associadas – que as comunidades ou grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Este património cultural, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção e o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (Convenção, Art. 2º).

Esta Convenção espelha a definição trazida do conceito de património imaterial, em que as práticas sociais estão em primeiro lugar. Ou seja, estas práticas tornam-se bens patrimoniais por

excelência, sendo que os objetos aparecem aqui associados às práticas, representando aqui um suporte indispensável à sua existência e continuidade.

Em Cabo Verde, a própria expressão técnica PCI é muito recente e tem pouca expressividade, tanto no seio dos técnicos que laboram com as questões do património como na comunidade que é a base da decisão dos processos de seleção, inventariação e salvaguarda do PCI. Todos esses processos dependem da forma como a comunidade reage à aceitação do PCI, sabendo que os projetos de salvaguarda são elaborados e executados pela própria comunidade. É em função das responsabilidades da comunidade que são estabelecidas as obrigações e os direitos dos Estados – Partes da Convenção.

Neste sentido, uma das medidas mais urgentes relativas às obrigações do Estado é a criação de normativos que regulem o PCI cabo-verdiano, de modo a promover a criação de um ou mais inventários no território, com objetivo de “assegurar à identificação com vista á salvaguarda” (Art. 12º). Os inventários podem ser conduzidos à escala nacional, regional ou local, envolvendo as comunidades e outras organizações importantes. Também é necessário elaborar um plano estratégico com ações que garantam a sensibilização e salvaguarda do PCI.

Neste sentido, cabe ao Estado, também por imperativo constitucional⁹⁹ promover ações e procedimentos legais capazes de preservar a memória que envolve o património imaterial do país, associando-se às práticas, de defesa, valorização e salvaguarda desse património.

Torna-se cada vez mais pertinente em Cabo Verde o resgate de algumas tradições ameaçadas pela dinâmica do tempo, o que implica ações urgentes, conducentes ao registo / inventariação, elaboração e execução de um plano de salvaguarda, sobretudo quando a demanda provém de própria comunidade.

É neste aspeto que aparece a problemática do assunto: Quem faz a inventariação? Qual o papel da comunidade neste processo? Quem seleciona o PCI a ser classificado e salvaguardado? Como e quem elabora, executa e monitoriza o plano de salvaguarda? Como resolver os conflitos / interesses políticos e sociais que daí advém?

No caso do património imaterial, o processo de inventariação, classificação e salvaguarda do mesmo é muito complexo, tendo em conta que a comunidade é o centro das resoluções e, por outro lado, a dificuldade inerente de identificar a singularidade / autenticidade do próprio PCI.

⁹⁹ Que no caso de Cabo Verde aparece de forma implícita nos artigos 6 ponto 2 e no Suplemento ao "Boletim Oficial de Cabo Verde nº 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro, que é a Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano, Secção VIII, Artigo nº 64

Em Cabo Verde, as manifestações culturais são semelhantes em muitas ilhas e localidades do país. Por exemplo, celebra-se a festa de São João nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo, São Vicente e na diáspora; a festa da Tabanca em Santiago e Maio as cerimónias e rituais religiosos e profanos são iguais em quase todo o país. Isto só para exemplificar e demonstrar a dimensão da complexidade em encontrar a singularidade e a originalidade de cada manifestação, o que leva não só a um trabalho técnico exaustivo junto das comunidades, mas também acarreta conflitos de interesses por parte das comunidades, autarquias e do próprio Governo. Neste processo é fundamental a fomentação, por parte do Estado e das autarquias locais, de uma participação massiva da comunidade, dos grupos e dos próprios indivíduos que criam, mantêm e transmitem o património imaterial.

6.2.2. Fomentar ações de preservação e valorização do património cultural que visa o empoderamento das famílias através das associações comunitárias

Nada melhor que programar ações que visam o empoderamento das famílias através das associações comunitárias, tendo em conta que nos centros históricos classificados de Cabo Verde a maioria das famílias são numerosas e lideradas pelas mulheres, que desempenham múltiplas funções com objetivo de dar respostas aos desafios familiares: Foi por isso que criaram vários tipos de associações comunitárias para promoverem o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da comunidade.

Segundo ONG's, (2008) “nenhuma entidade pode agir isoladamente e contribuir para o desenvolvimento local da sua comunidade”. Ou seja, para haver um desenvolvimento equilibrado da comunidade, temos que engajar todas as forças vivas a nível local e central. Todos têm que sentir que são ou fazem parte do desenvolvimento da sua comunidade.

Todos os problemas e necessidades da comunidade (centros históricos), devem ser identificados e resolvidos pelos próprios agentes comunitários, por intermédio das associações ou comités de serviços comunitários, em prol de um desenvolvimento sustentável da própria localidade.

Também é de referir que mais do que as normas estatutárias que regem qualquer associação comunitária, principalmente no continente africano e mais concretamente em Cabo Verde, em que existe um nível de escolaridade ainda muito baixo e de pobreza elevada, são as atitudes proativas que devem ser incutidas nos próprios associados e na população em geral, as quais passam pela forte aposta na alfabetização, no incentivo à formação profissional, ao acesso à empregabilidade, à criação de auto-emprego, às produções artísticas, à sensibilização comunitária nas várias esferas sociais,

económicas e culturais. Estar atentos à questões fulcrais como a prestação de contas, transparência, fiscalização, corresponsabilização através de mecanismos e critérios de monitorização.

É suma, para alcançarmos este desiderato, é preciso instituir uma equipe de gestão participada, aberta e que vá ao encontro das aspirações e melhoria da qualidade de vida da população local.

6.2.3. Incentivo à criação e implementação do projeto Jovens Embaixadores do CHRGS e do CHSFF em defesa do património cultural

A valorização patrimonial e artística, enquanto elemento de resgate e afirmação da identidade de um povo, fortalece a cidadania e incentiva os cidadãos a serem mais pró-ativos, participativos no desenvolvimento da sua comunidade, região ou país. Nesta ótica, cabe ao Estado, às autarquias locais e às entidades privadas, através de parcerias, promoverem ações e procedimentos que visem ao desenvolvimento, a divulgação e a preservação do centro histórico, como sucede através da criação e implementação do projeto jovens embaixadores desse território.

Este projeto pode ser desenvolvido através das Universidades, dos diversos Centros de Capacitação, Formação e Emprego espalhados pelo país, através da conceção de bolsas de estudos e outros incentivos a atribuir a estes embaixadores, para que lhes seja possível continuar os seus estudos noutras regiões ou países. Estes Jovens Embaixadores terão como missão apresentarem e representarem a cidade em qualquer lugar para onde se deslocarem. Por isso, é também preciso priorizar, diversificar e atribuir mais bolsas de estudo, direcionadas para a formação dos jovens em áreas específicas de gestão, restauro, preservação e salvaguarda do património artístico e cultural, em benefício de uma melhor organização territorial e contribuindo para um desenvolvimento social económico sustentável.

6.3. Instrumentos de Monitorização

Depois de traçar um novo paradigma para os centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da ilha do Fogo¹⁰⁰, de acordo com as necessidades urgentes e em prol da defesa, preservação e valorização do seu património material, imaterial e natural (tendo em conta que os centros históricos devem e são classificados sob o sistema de conjunto), há que refletir e criar instrumentos que permitem monitorizar a implementação e os impactos das estratégias propostas.

¹⁰⁰ Este novo paradigma proposto pode ser perfeitamente aplicados em outros centros históricos cabo-verdiano classificados como património nacional.

Esta monitorização incide sobre o plano e as atividades que foram propostas, principalmente nos objetivos alcançados e nos insucessos e problemas encontrados durante a fase de execução, bem como nas realizações e nos resultados alcançados dentro dos parâmetros da sustentabilidade, expressos em indicadores de monitorização, o que facilita o seguimento e o estado da qualidade patrimonial dos referidos centros históricos.

Segundo Capelo, Barata & Mascarenhas (2001)¹⁰¹, a avaliação do valor do património paisagístico, bem como a utilização de indicadores de acompanhamento, são componentes importantes de planeamento, da conservação e gestão patrimonial, mas também uma importante ferramenta para a implementação de medidas corretivas, se e quando necessário.

No caso do nosso objeto de estudo, a avaliação do valor do património paisagístico é muito complexo, visto que estamos perante um sítio histórico classificado num contexto do património histórico-cultural misto. Ou seja, a sua classificação foi baseada e justificada no sistema de conjunto¹⁰². Por isso é que na nossa avaliação teremos em consideração os parâmetros do património paisagístico aplicados noutros locais e contextos diferentes, mas também nos deixaremos guiar, mesmo que implicitamente, pelas questões sociais, culturais e económicas que fazem parte do quotidiano e da alavanca de desenvolvimentos destes territórios. Assim, a avaliação patrimonial paisagística que faremos nesses centros históricos espelhará todos os aspetos relacionados com a materialidade e imaterialidade dos centros históricos de RGS e SFF.

Desta forma, o cálculo do valor patrimonial destes centros históricos seleciona vários critérios, em que a cada um é atribuído um coeficiente de ponderação, de acordo com o seu valor relativo, (ver as tabelas referente aos dois centros históricos), sendo estes indicadores e valores de ponderação já refletidos, explorados e ensaiados em alguns parques naturais e paisagens, tais como: a área em torno

¹⁰¹ Autores de vários artigos científicos internacionais que deram um grande contributo para a gestão e valorização do património histórico-cultural entre os quais: “Monitoring indicators as an important tool to assess the quality of heritage landscape along the time – Problema Ekologii” (2014). - (Acessível em: paek.ukw.edu.pl. “Is it possible to keep heritage landscapes original functions? Remarks on land degradation threats and monitoring indicators” (2012). - (Acessível em ceeol.com). “Monte Alentejano na encruzilhada do tempo (2014). – (Acessível em dspace.uevora.pt

¹⁰² Referimos que a elevação dos centros históricos de Cabo Verde à categoria de património nacional, foi justificada sob a argumentação e tipologias de conjunto mas temos uma clara noção de que a lei Cabo-verdiana não refere nem traz a questão do conjunto.

da Cidade de Évora, o Vale do Douro (Sul e Norte de Portugal respetivamente), o Parque Natural da Serra Malagueta em Cabo Verde¹⁰³. Os resultados foram publicados em vários artigos científicos.

A importância dessas paisagens foi avaliada num sistema em que cada um dos critérios e resultados são demonstrados de acordo com um intervalo de valores que variam entre 0 e 24, considerando quatro parâmetros de avaliação: Baixa, Média Baixa, Média Alta e Alta. Nesta ótica e seguindo o mesmo modelo, em relação aos estudos científicos já publicados, usamos uma escala geral de valores em que a cada parâmetro foi atribuído um valor numérico que permite, através da aplicação de uma função linear, obter o valor patrimonial (Y).

É de referir que a nossa avaliação qualitativa da paisagem desses territórios teve como base a nossa investigação intensiva feita in loco, no espaço, através da análise sensitiva, das conversas formais e informais que tivemos com as pessoas e instituições que vivem e administram esses centros históricos, e também utilizando documentos escritos de referência¹⁰⁴.

Função Linear

$$Y = \sum_{i=1}^n a_i \cdot X_i$$

n- número de critérios;
ai - coeficiente de ponderação;
Xi- critérios de valor sobre

¹⁰³ Landim, J. (2013), Serra Malagueta (Santiago de Cabo Verde 2013), elaborou um trabalho académico intitulado: "Estratégias de Conservação e Valorização do Património", em que fez um estudo baseado na utilização dos instrumentos de monitorização com objetivo de avaliar as potencialidades do território

¹⁰⁴ Ver os anexos relativamente às entrevistas que foram feitas e o guião de análise sensitiva dos monumentos e paisagens.

6.3.1. Definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico da Ribeira Grande – Santiago

Nº	Indicadores	CP	CH RGS	Cores P	
1	Património construído (potencial arquitetónico e arqueológico).	3	A	21	63
2					
3	Património abiótico (Potencial paleontológico, geológico e geomorfológico).	3	MA	15	45
4	Raridade do património paisagístico	4	A	21	84
5	Antiguidade das estruturas espaciais coerentes da paisagem patrimonial	2	A	21	42
6	Potencial científico: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta as pesquisas arqueológicas. Importância da paisagem para a evolução ou alteração das teorias realmente aceites.	4	MB	9	36
7	Potencial de recreação: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta o usufruto de diversão.	1	MA	15	15
8	Potencial pedagógico: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta a atividade educativa.	2	MA	15	30
9	Registo histórico: qualidade e desenvolvimento da pesquisa de paisagem realizada da produção documental relacionada.	1	B	3	3
10	Estatutos de conservação: importância do estatuto de conservação se existente.	3	A	21	63
11	Importância simbólica: conexão do património paisagístico com eventos históricos, socioeconómicos e ou religiosos.	2	A	21	42
12	Grau de coerência das estruturas espaciais relacionadas a determinada (s) época (s).	4	MA	15	60
13	Grau de conservação das estruturas espaciais do património paisagístico (marcas de identificação).	3	MA	15	45

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

14	Qualidade estética da paisagem patrimonial quando observada a partir de locais terrestre	2	A	21	42
15	Monumentalidade: grandeza da paisagem patrimonial quando observada dos sítios terrestres. E em grande medida reflexo da inserção topográfica das estruturas espaciais.	2	A	21	42
16	Faixa: Superfície ocupada pela paisagem patrimonial.	2	MA	15	30
17	Valor relacionado ao artesanato ou ao trabalho relacionado aos métodos usados para projetar e construir as paisagens e os processos de marcação.	2	A	21	42

Tabela 8-Quadro referente a definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico da Ribeira Grande – Santiago

B	3
MB	9
MA	15
A	21
Valor máximo =	854
Valor mínimo =	322
VALOR PATR	711

$$Vp' = (Vp - \text{Min}) * 100 / (\text{Max} - \text{Min})$$

$$VP' = 73,12$$

ESCALA DE AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM DO CHRGS

Baixa, Media- Baixa, Média - Alta e Alta

ESCALA	SÍMBOLOS
[06 - 12]	B
[12 - 15]	MB
[12 - 15]	MA
[15 - 24]	A

Função Linear pra Obter o Valor Patrimonial

$$Y = \sum_{i=1}^n a_i \cdot X_i$$

(n = number of criteria; a_i = weighting coefficient; X_i = value concerning criteria i)

$$\mathbf{Vp' = (Vp - Min) * 100/(Max - Min)}$$

Vp' = É o valor patrimonial na escala de [0 - 100]

Vp = É o valor patrimonial calculado na escala de [0 - 24]

Assim:

Valor máximo = 854

Valor mínimo = 322

Valor Patrimo. = 711



$$V_{p'} = (711 - 322) * 100 / (854 - 322)$$



$$V_{p'} = 389 * 100 / 532$$

$$\mathbf{V_{p'} = 73,12}$$

6.3.2. Definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico de São Filipe Fogo

Nº	Indicadores	CP	CH	Coresp	
			SFF		
1	Património construído (potencial arquitetónico e arqueológico).	3	MB	9	27
2	Património biótico natural (Potencial vegetais e animais).	3	B	3	9
3	Património abiótico (Potencial paleontológico, geológico e geomorfológico).	3	B	3	9
4	Raridade do património paisagístico	4	B	3	12
5	Antiguidade das estruturas espaciais coerentes da paisagem patrimonial	2	A	21	42
6	Potencial científico: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta as pesquisas arqueológicas. Importância da paisagem para a evolução ou alteração das teorias realmente aceites.	4	MB	9	36
7	Potencial de recreação: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta o usufruto de diversão.	1	MA	15	15
8	Potencial pedagógico: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta a atividade educativa.	2	MB	9	18
9	Potencial de recreação: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta o usufruto de diversão.	1	B	3	3

Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

10	Estatutos de conservação: importância do estatuto de conservação se existente.	3	MA	15	45
11	Potencial pedagógico: potencial oferecido pela paisagem patrimonial tendo em conta a atividade educativa.	2	A	21	42
12	Grau de coerência das estruturas espaciais relacionadas a determinada(s) época(s).	4	B	3	12
13	Registo histórico: qualidade e desenvolvimento da pesquisa de paisagem realizada da produção documental relacionada.	3	MB	9	27
14	Qualidade estética da paisagem patrimonial quando observada a partir de locais terrestre	2	A	21	42
15	Estatutos de conservação: importância do estatuto de conservação se existente.	2	MB	9	18
16	Faixa: Superfície ocupada pela paisagem patrimonial.	2	A	21	42
17	Importância simbólico: conexão do património paisagístico com eventos históricos, socioeconómicos e ou religiosos.	2	MB	9	18

Tabela 9-Quadro referente a definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens do Centro Histórico de São Filipe Fogo

B	3
MB	9
MA	15
A	21

**Valor
máximo = 550**

**Valor
mínimo = 256**

**VALOR
PATR 417**

$$Vp' = (Vp - Min) * 100 / (Max - Min)$$

VP' = 54,76

55

ESCALA DE AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM DO CHSFF

Baixa, Media- Baixa, Média - Alta e Alta

ESCALA

[06 - 12]

[12 - 15]

[12 - 15]

[15 - 24]

Função Linear pra Obter o Valor Patrimonial

$$\mathbf{Vp' = (Vp - Min) * 100 / (Max - Min)}$$

Vp' = É o valor patrimonial na escala de [0 - 100]

Vp = É o valor patrimonial calculado na escala de [0 - 24]

Então:

Valor máximo = 550

Valor mínimo = 256

Valor Patrimo. = 417



$$Vp' = (417 - 256) * 100 / (550 - 256)$$



$$Vp' = 161 * 100 / 294$$

$$\mathbf{Vp' = 54,76}$$

$$\mathbf{= 55}$$

Tendo alcançado os valores patrimoniais paisagísticos dos dois centros históricos, na escala de 0 – 20, procedeu – se a conversão para a escala de 0 – 100, utilizando a seguinte fórmula:

$$Vp' = (Vp - \text{Min}) \times 100 / (\text{Max} - \text{Min})$$

Vp' : é o valor da escala de 0 – 100

Vp : É o valor calculado na escala de 0 – 24

Min: É valor mínimo considerando na escala de 0 – 24 para todos os critérios (todos os critérios têm o valor mínimo e depois calcula-se o somatório com os coeficientes de ponderação).

Max: É o valor máximo considerando na escala de 0 – 24 para todos os critérios (todos os critérios têm o valor máximo e depois calcula-se o somatório com os coeficientes de ponderação).

Assim para o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago obtivemos:



$$Vp' = (711 - 322) * 100 / (854 - 322)$$



$$Vp' = 389 * 100 / 532$$

$$\mathbf{Vp' = 73,12}$$

E para o centro histórico de São Filipe da ilha do Fogo:



$$Vp' = (417 - 256) * 100 / (550 - 256)$$



$$Vp' = 161 * 100 / 294$$

$$\mathbf{Vp' = 54,76}$$

$$\mathbf{= 55}$$

Os resultados do valor patrimonial obtidos para os centros históricos de Ribeira Grande – Santiago e de São Filipe da ilha do Fogo, respetivamente, são 73,12 e 54,76, que podemos arredondar para 73 e 55. Utilizando estes valores podemos fazer uma comparação com os estudos de casos já ensaiados no parque natural da Serra de Malagueta, na ilha de Santiago, estimado num valor de 57, no “montado” caracterizado pelas azinheiras e sobreiros no valor de 55, no sistema romano remontando ao tempo de Augusto, situado em torno da Ebora (Évora romana), no valor de 54, no Convento da Mitra e respetiva horta, de 48, nos vinhedos que caracterizam o território paisagístico do Vale do Douro, com 53. Esses valores e potencialidades não se diferenciam nem se distanciam muito uns dos outros, com exceção do centro histórico da Ribeira Grande de Santiago, talvez pela sua singularidade e pelas variedades patrimoniais que compõem a sua paisagem.

Para completar este estudo calculámos a qualidade da paisagem cultural dos centros históricos da RGS e de SSF. Para tal, voltámos a determinar alguns parâmetros de acompanhamento com aplicabilidade universal: “Legal protection, cultural heritage condition, Maintenance of original function, social involvement, Man made damages, Erosion, Corrosion, Phyto- sanitarian quality, Biotope quality and diversity e Safety”. Ou seja, este pode ser um modelo a aplicar em qualquer região ou em qualquer paisagem.

Assim, segundo José Landim (2013), as paisagens patrimoniais podem exibir características extremamente diversas e contrastantes quanto à sua natureza e características, tendo em conta os indicadores traçados. Por isso, para a elaboração, análise e aplicação desse estudo nos centros históricos, tomamos como referência os estudos já feitos e publicados, mas com a consciência da dificuldade que tivemos, já que estamos perante centros históricos caracterizados pelas paisagens mistas e com componentes diversos.

6.3.3. Ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico da Ribeira Grande – Santiago

Nº	Indicadores	CH. RGS
1	Proteção legal	Sim
2	Manutenção de funções originais	Sim
3	Envolvimento social	Sim
4	Condições do património cultural	Sim
5	Homem fez danos	Sim
6	Erosão	Sim
7	Corrosão	Não
8	Qualidade fitossanitária	Sim
9	Qualidade e diversidade de biótopos	Sim
10	Segurança	Sim

Tabela 10-Quadro de ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico da Ribeira Grande – Santiago

6.3.4. Ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico de São Filipe – Fogo

Nº	Indicadores	CH. SFF
1	Proteção legal	Sim
2	Manutenção de funções originais	Sim
3	Envolvimento social	Sim
4	Condições do património cultural	Sim
5	Homem fez danos	Sim
6	Erosão	Sim
7	Corrosão	Não
8	Qualidade fitossanitária	Sim
9	Qualidade e diversidade biótopos	Sim
10	Segurança	Sim

Tabela 11-Quadro de ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização para o centro histórico de São Filipe - Fogo

Assim, analisando os quadros supra, podemos concluir que os centros históricos em estudo possuem instrumentos de gestão e também um grau patrimonial paisagístico satisfatório, e é este aspeto que justifica a nossa avaliação de qualidade patrimonial paisagística, o que facilita uma melhor elaboração, articulação e aplicação desses valiosos instrumentos de monitorização.

Sendo esse modelo aplicado em diferentes territórios e contextos, através no nosso ensaio nas paisagens dos centros históricos da RGS e de SFF¹⁰⁵, podemos afirmar que este modelo¹⁰⁶ pode ser aplicado em qualquer espaço territorial que venha a ser estudado.

A aplicação desse instrumento de monitorização facilita uma melhor implementação de um novo paradigma de gestão desses territórios, baseado na identificação das potencialidades, na avaliação de riscos e na elaboração de um plano de prevenção, com o objetivo de preservar e valorizar estes espaços, a fim de responder aos desafios atuais, em prol de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, em benefício do ser humano.

¹⁰⁵ A nossa sugestão e intenção é que baseado neste modelo, se possa introduzir melhorias nos aspectos imateriais, que estão subjacentes edificação das paisagens através do potencial patrimonial.

¹⁰⁶ Afirmações e sugestões já feitas pelos autores Capelo, Barata & Mascarenhas (2001).

CONCLUSÃO

A nossa investigação incidiu em três partes que, em conjunto, formam um bloco de desenvolvimento integral na gestão e valorização do património artístico e cultural dos centros históricos de Cabo Verde, tendo em consideração que o processo da materialidade e imaterialidade desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social, económico de qualquer território.

No primeiro bloco debruçámo-nos, sobre as questões teóricas e conceptuais relativamente ao património histórico artístico e cultural, às questões da história da arte e da arquitetura como vertentes importantes na edificação dos centros históricos. Ainda destacámos a origem e a formação dos centros históricos, iniciando com a problemática da descoberta ou achamento das ilhas de Cabo Verde, as condições sociais e económicas, os problemas e desafios dos centros históricos para que possamos compreender toda a trajetória política, administrativa e cultural feita pelo povo das ilhas.

Segundo o poeta Manuel Lopes (1960) descreve Cabo Verde e as suas gentes da seguinte forma:

“Nós somos os flagelados do Vento – Leste!

A nosso favor não houve campanha de solidariedade, não se abriram os lares para nos abrigar e não houve braços estendidos fraternamente para nós.

O mar transmitiu – na sua perseverança.

Aprendemos com o vento o bailar na desgraça

As cabras ensinaram – nos a comer pedras para não perecermos

Somos flagelados do Vento – Leste!...”

No segundo bloco, que consideramos a essência do nosso trabalho, reportámos fundamentalmente a materialidade e imaterialidade dos centros históricos de Cabo Verde, mais concretamente da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da ilha do Fogo, fazendo a caracterização e descrição arquitetónica, urbana e paisagística, incidindo sobretudo nos elementos que justificaram ou que serviram de base à classificação desses centros históricos como património nacional (caso de São Filipe Fogo) e do património Mundial (caso da Ribeira Grande Santiago), a que se acrescentou a introdução dos valores e práticas sociais imateriais dos referidos territórios, numa

lógica de justificar e sedimentar a ideia de que a materialidade e a imaterialidade são bases fundamentais na edificação e desenvolvimento de qualquer centro histórico. Feito todo este percurso de trabalho de investigação, no terceiro bloco, traçamos um novo paradigma para os centros históricos de Cabo Verde ancorados da relação da materialidade com imaterialidade enquanto faces do mesmo valor patrimonial.

A compilação deste trabalho proporcionou-nos momentos ímpares de investigação, em que conseguimos realçar algumas verificações que reportamos serem importantes trazer ao debate científico. Estas verificações traduzem-se na dialética da continuidade e de algumas mudanças presentes nesses centros históricos, que precisam urgentemente de traçar um plano integrado e operacional, que conduza a uma melhor gestão e valorização destes espaços.

Numa primeira constatação, incidiu-se sobre as questões técnicas, levadas a cabo pelo país para encontrar a melhor forma de preservar, gerir e classificar os centros históricos. Somos de parecer que existem lacunas importantes a serem colmatadas.

Numa segunda observação, apercebemo-nos que estudar os centros históricos da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da ilha do Fogo, territórios que pertenceram a época quinhentista, é motivo de referência para a construção e reconstrução da história local, nacional e africana, visto que em todas as análises e descrições de elementos arquitetónicos dos vários monumentos religiosos e civis nos colocámos perante grandes desafios, não só na sua análise artística, mas também na identificação dos vários estilos, de construção desses monumentos, que são influência direta do processo de aculturação verificado desde o período ultramarino.

Estes patrimónios edificados estão dependentes de várias fragilidades no que concernem às políticas e decisões patrimoniais dos poderes central e locais de Cabo Verde.

Outra constatação é o papel e a função da igreja no fortalecimento do património imaterial nos centros históricos de Cabo Verde. As igrejas não só serviram de base para a latinização dos escravos que por ali passaram durante o processo do comércio triangular, também foi uma via do cruzamento de culturas que fortaleceu o espírito da comunidade local.

Foi sob a influência das igrejas que em Cabo Verde começaram a desabrochar as práticas sociais imateriais do povo cabo-verdiano, como as manifestações religiosas de influência africana e europeia, o que fez com que muitas vezes parecessem manifestações culturais tipicamente cabo-verdianas; as manifestações profanas como a música, entre as quais destacamos o batuque e outros

“saberes fazeres”, que hoje edificam e dignificam o país a nível nacional e internacional. Através da nossa investigação, verificámos que o mais difícil será a integração dessas práticas sociais no sistema socio-territorial e nos objetivos em prol da valorização e preservação do património artístico cultural em Cabo Verde, visto que há ainda um longo percurso político, técnico-científico e social a fazer, a fim de debelar este problema.

Atualmente deparamos com uma crise acentuada em relação ao património imaterial, em que a presença do incentivo à comunidade local é muito fraca, para não dizer nula, e para garantir a sustentabilidade do património urbano nos centros históricos, deve haver um diálogo equilibrado entre a materialidade e a imaterialidade.

Sem fazer um questionário específico para analisar a sensibilidade da comunidade local dos centros históricos em relação ao património material e imaterial, estamos em condições de garantir e afirmar que, para elas toda, essa riqueza possui um valor inestimável pelo simbolismo histórico incomensurável na evocação das memórias dos seus antepassados. É um dever que têm na preservação da memória coletiva através do quotidiano nestes espaços.

Uma última nota remete-nos para um novo paradigma que conduz à sustentabilidade, à unidade do material e do imaterial, que determinará uma melhor utilização desses valores em benefício da comunidade para fins úteis e viáveis. Este aspeto prende-se com uma busca incessante da melhor via de combater a degradação do património físico e do fomento do património imaterial.

Estamos conscientes de que existem bloqueios, que se verificam em diversos níveis, desde o poder central ao local e até nos edifícios e saberes particulares e individuais, no que diz respeito ao restauro, à reabilitação dos grandes monumentos e das pequenas habitações e à transmissão e salvaguarda das práticas sociais pelos responsáveis pelo património cultural imaterial. Por isso, urge medidas consentâneas e corretivas, união dos esforços de todos os intervenientes, diretos e indiretos, em prol da preservação do património artístico cultural e do desenvolvimento harmonioso do património urbano nos centros históricos de Cabo Verde.

Num trabalho académico desta natureza, com os meandros traçados, seguimos os objetivos que são as nossas linhas mestras, mas no decorrer da investigação, apareceram muitas outras linhas de investigação, as quais, por motivos vários, não puderam ser seguidas ou aprofundadas. No decorrer desta caminhada podemos reconhecer que a cada momento apareceram novos desafios, em que tínhamos muitas vezes que alterar as metodologias pensadas inicialmente para dar resposta a

problemas tão complexos, já que estamos a tratar dos aspetos materiais e imateriais no sentido de fazer uma conjugação em prol do desenvolvimento das urbes em questão.

É de se referir que durante o período da execução dos trabalhos nem tudo foi fácil, ou seja, tivemos vários problemas e muitas limitações, que vão desde condições financeiras de deslocação para o processo da investigação, ao nível inter-ilhas e internacional, entre outros.

Mas estes problemas não puseram em causa a realização deste trabalho, tendo em consideração as experiências e os conhecimentos adquiridos durante a minha caminhada académica na Universidade de Évora.

Atendendo aos objetivos do trabalho, limitámo-nos à sua concretização, visto que estamos perante um modelo de atuação e intervenção nos centros históricos. A investigação destes temas nunca se esgota, havendo muitas possibilidades de se desenvolver outros projetos.

Acreditamos que as futuras investigações deverão incidir sobre as questões do fomento, preservação e salvaguarda do património cultural imaterial, traçando metodologias de intervenção, indicadores de monitorização, para que a materialidade e a imaterialidade sejam as bases de desenvolvimento do património urbano.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Aleluia, C. (2006). *Os Edifícios Particulares de São Filipe*. Instituto Superior de Educação. Praia.
- Amaral, I. (1991). *Cabo Verde: Introdução Geográfica* – In: Albuquerque, Luís de e Santos, Maria Emília Madeira – História Geral de Cabo verde, vol. I. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal/ Direção Geral do Património de Cabo Verde.
- Andersen, B. (2005). *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Ed. 70.
- Aston, M. (2002). *Interpreting The Landscape Archaeology and Local History*. This edition published in the Taylor & Francis e-Library. Time and Landscape, by Barbara Bender (in current anthropology Volume 43, Supplement, August – October).
- Barbosa, G. (1999). *Os Cemitérios de São Filipe*. In: Jornal Terra Nova. Nº 272.
- Barbosa, G. (1999). *Ainda os Cemitérios*. In: Jornal Terra Nova. Nº 273.
- Barbosa, G. (1999). *A Sepultura fora dos Murros*. In: Jornal Terra Nova. Nº 274.
- Barcelos, S. (2003). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Vol. I -Partes I e II. Edição apresentada com notas e comentários de Daniel Pereira. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia.
- Bastide, R. (1983). *Estudos Afro – Brasileiros*. São Paulo.
- Barros, S. (1996). *As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta à Independência Nacional (1460-1975)»*. Paris. Ed. L'harmattan.
- Benjamim, W. (1975). *A Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. Edição Assírio & Alvin. Lisboa.
- Boavida, L. (2003). *Os Centros Históricos numa Estratégia de Conservação Integrada – Contributo para o estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora*. (unpublished doctoral dissertation). Universidade de Évora, Évora.
- Boletim Oficial – província de Cabo Verde nº 20 / 1858. Praia, Imprensa Nacional.
- Boletim Oficial - Suplemento, I Série - Número 17 de 3 de Maio de 2010 (Retificado pelo Boletim

Oficial nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série, art. 7º,k).

- Boniface, P; Fowler, P. (2003). *Heritage and Tourism in 'the global village'*. This edition published in the Taylor & Francis e-Library.
- Brito, M. (2011). *Reconversão Patrimonial do Sítio Histórico – Cidade Velha, Patrimonial Mundial – Interpretação da Fortaleza Real de São Filipe*. (unpublished master's thesis). Universidade de Cabo Verde. Praia.
- Brito, M. (2006). *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, IBNL. Praia.
- Cabral, B. (2011). *Património Cultural Imaterial, Convenção da UNESCO e seus Contextos*. Edições 70, Lda.
- Cabral, M. (2015). *A primeira elite colonial atlântica. Dos “Homens Honrados Brancos” de Santiago à “Nobreza da Terra”*. Edições Sílabo.
- Cabral, I. e Santos, M. (2000). *Localização Geográfica e Formação de Sociedade*. In VARIOS – Cabo Verde, gente e paisagem. Bilbao: Agência Espanhola de Cooperação Internacional.
- Carreira, A. (1983). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- Carreira, A. (1985). *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Cabo-Verdiano do Livro. Lisboa
- Carreira, A. (1987). *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*. Recolha e anotações de António Carreira. Mem Martins Edição patrocinada pela Presidência da República de Cabo Verde.
- Carsalade, F. (2012). *A Gestão da Preservação de Sítios Históricos como um Problema de Visão Conceitual*. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG. DF: IPHAN. Brasília
- Carta de Cracóvia. (2000) - *Sobre os princípios para a conservação e o Restauro do património construído – Conferência Internacional sobre a Conservação*.
- Carvalho, C. (1996). *Da Ribeira Grande de Santiago a Cidade Velha: património da nação cabo-verdiana*. In: JOÃO, M.; Pinto, M. (org). *A Escola e os Descobrimentos: olhares sobre Cabo Verde*. Ministério da Educação. Praia

- Carvalho, L. (2000). *Cidade Velha nas mãos do arquiteto Siza Vieira*. Revista Fragata., nº23.
- Choay, F. (1982). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70 Lda
- Choay, F. (2011). *As Questões do Património*. Edições 70, Lda.
- Correia, A. (2001). *Vilas bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. (unpublished master's thesis). Pontifícia universidade Católica-PUC. São Paulo.
- Conselho da Europa. (1985). *Convention pour la Sauvegarde du Patrimoine Architectural de l'Europe. Convenção de Granada*. Granada.
- Cornnerton, P. (1999). *How societies remember*. Cambridge Univ. Press.
- Deacon, H. (2001). Mrubata, M. | et al | - *The subtle power of intangible heritage*. |em linha|. Paris: UNE SCO.
- Decreto-Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro. *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*. II série. Nº 52 de 29 de Dezembro de 1990.
- Decreto - Lei nº 66/VI/2005. *Cf. B.º da República de Cabo Verde de 9 de Maio de 2000*. II Serie.
- Decreto-Regulamentar nº24/2014. *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*. Isérie. Nº 40 de 17 de Junho de 2014.
- Dias, Adilson. (2017). *Cidade Velha Património Mundial – As políticas públicas para uma efetiva preservação e gestão participativa*. (unpublished master's thesis). Centro Lúcio Costa/IPHAN Rio de Janeiro.
- Eco, H. in: Calabrese, O. (1986). *A linguagem da Arte*. Editorial presença. Lisboa.
- Espírito, S. (1990) - *A Religião Popular Portuguesa*. 2ª Edição, Assírio e Alvim.
- Faria, F. (1970). *Os solos da ilha de Santiago*. Lisboa: Tipografia. Imprimarte.
- Fernandes, J. (2012). *As Cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX Arquitetura e Urbanismo*. Atas do Colóquio Internacional. São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar diacrónica e sincrónica. 73-86 2012 Lisboa.
- Fernandes, J. (1996). *Luís Benavente e as Fortalezas de África*. In Oceanos nº 28.
- Fernandes V. (1508-1510) Citado por, Albuquerque, Luis, MADEIRA, Maria Emília (coord.) et al. (2002) *História Geral de Cabo Verde*. 3Vol. Lisboa- Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação e Património Cultural de Cabo Verde.
- François H. (2006). *Temporality and Patrimony*. Citado por: José Carlos Reis/departamento da

História/UFMG, Edição Varia História, belo Horizonte, vol.22, nº 36.

- García, O. (1980). *Institut national de la culture: République du Cap Vert - (mission)*.
- Gil, J. (2002). *Plano de desenvolvimento sustentado da Cidade Velha: centro cívico da Cidade Velha*. Praia.
- Godinho, V. (2011). *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa (Vol. III)*. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Goitia, C. (1989). *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença. Lisboa.
- Gomes, L. (2008). *Valor Simbólico do Centro Histórico da Praia*. (unpublished doctoral dissertation). Universidade Portucalense, Porto.
- Grahan, G. (1997). *Filosofia das Artes*. Lisboa. Edições 70.
- Grande Dicionário Enciclopédico Verbo. (1997). Lisboa/S. Paulo.
- Henrique, A. (2006). *O património construído de São filipe na ilha do Fogo: Subsídios para o seu estudo*. ISE Praia.
- Henrique, J. (2010). *A Paisagem Urbana como Produto do Poder*. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), Vol. 2, nº 2.
- Herrera, T. (2001). *Gestión Del Património Cultural*. Barcelona: Editora Ariel.
- ICOMOS: International Council Monuments and Sites (1966). *Charte Internationale pour la Conservation et la Restauration des Monuments et des Sites. Carta de Veneza, 1964*.
- ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1987). *Charte Internationale pour la Sauvegarde des Villes Historiques. Carta de Washington 1987*.
- INE. (2016). Portal do Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from: <http://www.ine.cv>
- Instituto, P. C. (2018). *Cidade velha Guia de Normas Urbanísticas*. Instituto do Património Cultural. Praia.
- Mascarenhas, J., Barata, F. & Sofia C. (2014). *O Monte Alentejano na encruzilhada do tempo*. (Acessível em dspace.uevora.pt)
- Khaznadark, C. (2004). *Patrimoine culturel immatériel: les problématiques*. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison de Cultures du Mond.
- Lavedan, P. (1959). *Histoire de L'Urbanisme. Renaissance et Temps Moderns*. 2ª Edição paris.
- Leal, J. (2005). *O património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspectiva histórica*.

In *Museus, património e Identidade, Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Porto: Profidições, Lda./ Jornal a Página.

Lopes, J. (1985). *Defesa do Património Sociocultural de Cabo Verde*. Lisboa: Ed. José A. Ribeiro.

Lopes, J. (1981). *Cabo Verde: Subsídios para um levantamento cultural*. Lisboa: Plátano Editora.

Martins, J. (1981). *Madeira, Cabo Verde e Guiné*. Ed. Lisboa.

Matos, A. (2005). *A colonização Atlântica*. Lisboa: Editorial Estampa.

Modesto, R. (2009). *Relações entre o Patrimônio Material e Imaterial: o caso do cemitério japonês*. In Fênix- Revista de História e Estudos Culturais Abril/Maio/junho, Vol.6 Ano VI n°2. Retrived from www.revistafenix.pro.br

Mukarovisk, J. (1998). *Escritos sobre a Estética e Semiótica da Arte*. Editorial Estampa. Lisboa.

Múrias, M. (1939). *Cabo Verde: memória breve*. Lisboa: Agência Geral das colónias.

Nascimento, G. & Kátia A. (2014). *Paisagem urbana arquitetura a representação*. Retrived from www.usjt.arq.urb. n° 12.

Nietzsche. (1872). *A Origem da Tragédia*. Guimarães Editores.

Nora, P. (1978). *Mémoire collective*. in J. Le Goff (sous l'adire.) – La nouvelle histoire. Paris, Retz.

Norberg, S. C. (2008). *Intenciones en Arquitectura*. Ed: Gustavo Gili. Barcelona.

Orbasli, A. (2002). *Tourists in Historic Towns, Urban Conservation and Heritage Management*; This edition published in the Taylor & Francis e-Library.

Parajd, G. (1984). *Protection du patrimoine culturel et naturel*. Arquivo Histórico Nacional. Cabo Verde.

Paviliuc, T. (2013). *Reflexo da Cidade Velha, Arquitetura, Património e Turismo: O caso da Cidade Velha em Cabo Verde*. (unpublished master's thesis). Universidade de Covilhã. Covilhã.

Pereira, D. (1984). *A situação da ilha de Santiago no 1º quartel do século XVIII*. São Vicente, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco. Praia.

Pereira, D. (1986). *Estudos da História de Cabo Verde*. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Praia.

Pereira, D. (1989). *Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo*. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Praia.

Pereira, N. (2017). *Inventário Arqueológico de Cabo Verde: Contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural*. (unpublished master's thesis). Universidade de

Lisboa. Lisboa.

Pinto, R. & Ana, R. (2009). *As Dialécticas da Globalização: Património Cultural e Turismo* (unpublished master's thesis). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil.

Pires, F. (2016). *Ribeira Grande de Santiago Património da Humanidade: O trajeto de uma candidatura*. Cabo dos Trabalho, Coimbra, v. 1, n. 12, p.1-21, Jun.

Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe. Cf. Câmara Municipal de São Filipe (CMSF), Documento orientador da cidade editado em 2011 e depositado nos arquivos do Município.

Plano de Desenvolvimento Urbano do Município da Praia. Cf. Câmara Municipal da Praia, Documento orientador da cidade editado em 2010 e depositado nos arquivos do Município.

Governo de Cabo Verde. *Programa do Governo Para a VIII Legislatura*. (2016 a 2021).

Rangel, L. (2008). *Festas Juninas de São João: Origens, tradições e história*. São Paulo: Publishing Solutions.

Raposo, L. (2011). *Intervenções de estudo. Reabilitação do património português no mundo ao longo do século XX (1910 – 2010)*. Jorge Custódio, coord., 100 anos de património: Memória e Identidade. Portugal 1910 – 2010, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.

Rémond, R. (1992). *Introdução à História do nosso tempo*. Gradiva. Lisboa.

Resolução. (nº 4/2012). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*. I série. Nº 04 de 31 de Janeiro.

Resolução. (nº 6/2012). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*. I série. Nº 4 de 31 de Janeiro.

Resolução. (nº 7/2009). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*. I série. Nº 11 de 16 de Março de 2009.

Ribeiro, O. (1962). *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa: J.I:U.

Ribeiro, O. (1960). *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Junta de Investigação do Ultramar. Memórias Série Geográfica I. Praia.

Ricoeur, P. (1996). *Entre mémoire et histoire*. Projet. Paris: número 248.

Rodrigues, M. (1997). *Cabo Verde Festas de Romaria Festas Juninas*. Edição do autor. Centro de

Língua Portuguesa / Instituto Camões. Lisboa.

Rodrigues, M. (1996). *Vocabulários técnicos e crítico da arquitetura*. Coimbra: Quimeras Editores.

Roels J. (1989). *Étud préliminaire pour le development urbanistique de Cidade Velha*. Praia. Retrived from: <https://whc.unesco.org>.

Salgueiro, T. (2011). *Retail planning for the resiliente city: consumption and urban regeneration*. Cachinho, herculano (ed.)

Silva, I. (2014). *Ribeira Grande: um lugar de Memórias. Análise da Gestão do Património Cultural em Cabo Verde*. (unpublished master's thesis). Universidade Federal do ABC, Brasil. Retrived, from: <https://core.ac.uk>

Sofia C. & Mascarenhas J.M. (2014). *Monitoring indicators as na importante tool assess the quality of heritage landscape along the time – Problemy Ekologii*. Retrived fom: paek.ukw.edu.pl).

Sofia C. & Barata, F.T. & Mascarenhas, J. M. (2012). Is it possible to keep heritage landscapes original functions? Remarks on land degradation threats and monitoring indicators. Retrived from: <https://ceeol.com>).

Sousa, Carlos. (2015). *A vida de Ribeira Grande Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura Séculos XV a XVIII*. (unpublished doctoral dissertation). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Retrived from: <https://run.unl.pt>

SOUSA, Henrique Teixeira. (1986) *A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940*. In: Claridade revista de Arte e letras, n.º 5. S. Vicente 1947. P.42. 2ª ed. Organizado por Manuel ferreira, Linda-a- Velha. ALAC. 1986 Cf.

Sousa, H. (1952). *Sera o Cabo-verdiano indolente?* In. Cabo Verde Boletim de propaganda de informacao. Ano III.

Sousa, H. (1958). *Sobrados, lojas e funcos. (Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo)*. In. Claridade n° 8. Cabo Verde.

Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde n° 52, de 29 de Dezembro de 1990 - LEI n° 102/III/90 de 29 de Dezembro (Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano), Secção VIII, Artigo n° 64).

Torrão, M. (1991). *Subsídios para a História Geral de Cabo Verde – O algodão da ilha do Fogo*.

In: Revista Studia 50. Lisboa.

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural organization (1972). *Convention councernant la protetion du patrimoine mondiel culturel e naturel*. Paris. Retrived from: <https://unesco.org>

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural organization (1984-1986). *Processo de inscrição na lista do Património Mundial do Centro histórico de Évora. Consulta de documentos diversos*. Retrived From: whc.unesco.org documents

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural organization (2011) *Recomendação da Paisagem histórica Urbana*. Retrived from: <https://www.unescoportugal.mne.pt>

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural organization (2003) - *Convention counsernant a la Sauvegard do Patrimoine Culturel Imateriel*. Paris.

Turner, V. (1978). *Image end pilgrimage in christian culture: anthropological perspectives*. Oxford, Blackwell. Retrived from: <https://www.jstor.org/stable/10.7312/turn>

Fontes Orais

Campos, Ferreira Custódio. Entrevista concedida a Claudino Borges, Igreja de São Martinho da Ribeira Grande de Santiago, 14 de Junho de 2017.

Dias, Valdomiro. Entrevista concedida a Claudino Borges, Grupo dos Tamboreiros de São Filipe – Fogo, 20 de Junho de 2017.

Faria, Lourenço. Entrevista concedida a Claudino Borges, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição no Centro Histórico de SFF, 22 de Junho de 2018.

Honorato, António. Entrevista concedida a Claudino Borges, Igreja Nossa Senhora do Rosário no Centro Histórico do RGS, 13 de Agosto 2018.

Landim, Jorge José. Entrevista concedida a Claudino Borges, IPC, em 18 de Março de 2018.

Lopes, Filho João. Entrevista concedida a Claudino Borges, Universidade de Cabo Verde 16 de Abril de 2017.

Mascarenhas, Sandra. Entrevista concedida a Claudino Borges, IPC, 16 Março 2017.

Moreira, Francisco. Entrevista concedida a Claudino Borges, CHRGS, 17 de Agosto de 2017.

Moura, Ana Paula. Entrevista concedida a Claudino Borges, Associação Nôs Herança de Batucadeiras de Cidade Velha. 27 de Julho de 2018.

Pina, Manuel. Entrevista concedida a Claudino Borges, Câmara Municipal da RGS, 26 de Agosto de 2018.

Pires, Luís. Entrevista concedida a Claudino Borges, Câmara Municipal de SFF, 22 de Junho de 2015.

Rosário, Fausto. Entrevista concedida a Claudino Borges em 22 de Junho de 2017.

Tavares, Maria Teresa Pereira. Entrevista concedida a Claudino Borges, Grupo de Batucadeiras de Fortaleza. 27 de Julho de 2018.

Vaz, Marina. Entrevista concedida a Claudino Borges, Porto de pesca do CHRGS, 24 de Agosto 2018.

Veiga, da Victória. Entrevista concedida a Claudino Borges, CHRGS, 25 de Agosto de 2018.

APÊNDICES

Apêndice I: Lista Geral de Entrevistados

Nome	Data de Entrevista	Localidade	Identificação
Ana Paula Moura	27 / 09 / 2018	Ribeira Grande Santiago	(Moura, 2018)
António Honorato	13 / 08 / 2018	São Filipe - Fogo	(Honorato, 2018)
Fausto Rodrigues	23 / 06 / 2017	São Filipe - Fogo	(Rodrigues, 2017)
Custódio Ferreira Campos	14 / 06 / 2017	Ribeira Grande Santiago	(Campos, 2017)
Francisco Moreira	17 / 08 / 2017	Ribeira Grande Santiago	(Moreira 2017)
João Lopes Filho	06 / 04 / 2018	Universidade de Cabo Verde	(Lopes Filho, 2018)
Loureço Faria	22 / 06 / 2018	São filipe - Fogo	(Faria, 2018)
Luís Pires	22 / 06 / 2015	São filipe - Fogo	São filipe – Fogo
Maria Teresa Tavares	27 / 07 / 2018	Ribeira Grande - Santiago	(Tavares, 2018)
Marina Vaz	24 / 08 / 2018	Ribeira Grande - Santiago	(Vaz, 2018)
Valdomiro Dias	20 / 06 / 2017	São Filipe - Fogo	(Dias, 2017)
Victória da Veiga	25 / 08 / 2018	Ribeira Grande - Santiago	Veiga (2018)

Apêndice II: Ficha de Consentimento sobre Direitos sobre Depoimento/ Entrevista oral e Imagens

Pelo presente documento eu, _____,
(nacionalidade)

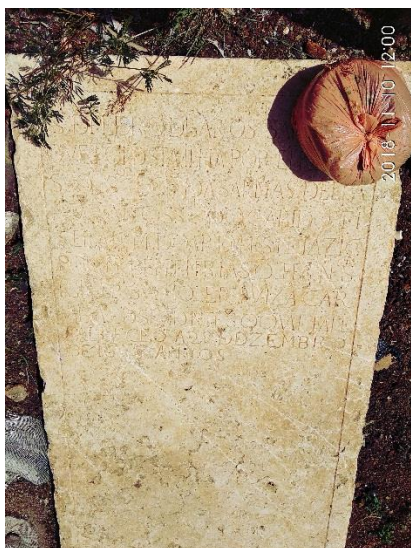
_____, (estado civil) _____, (documento de
identificação nº) _____, domiciliado e residente na
_____, rua _____, bairro
_____, declaro ceder ao Doutor Claudino Borges na qualidade
de autor da tese de doutoramento intitulada *Materialidade imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: Os casos de São Filipe – Fogo e Ribeira Grande – Santiago*, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento e das imagens de caráter histórico e documental que prestei e doei ao autor da tese no centro histórico de _____, num total de _____ minutos gravados e/ou _____ imagens (fotografias, filmes etc...).

O Entrevistado:

Apêndice III: Inventário dos oito túmulos existentes na igreja Nossa Senhora da Conceição

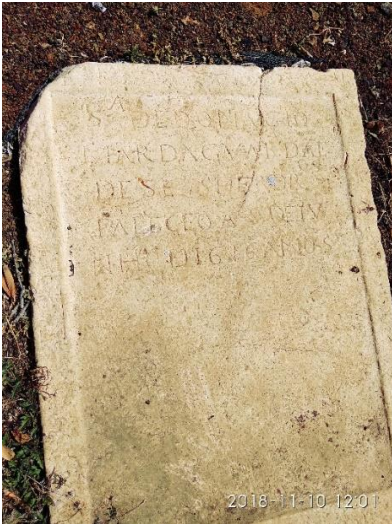
1º Túmulo

Sepultura de Pedro Barros sargento-mor que foi desta ilha por el rei nosso senhor e corregedor das armas dela ao qual os senhores do Cabido fizeram em doarem este jazigo por muitas bem feitorias que fez nesta igreja e para sua mulher Luiza Carvalha e de seus descendentes o qual faleceu a 28 de dezembro de 1668 anos.



2º Túmulo

Sepultura de Dona Giomar de Guarda e de seus herdeiros. Faleceu a De junho de 1616 anos.



3º Túmulo

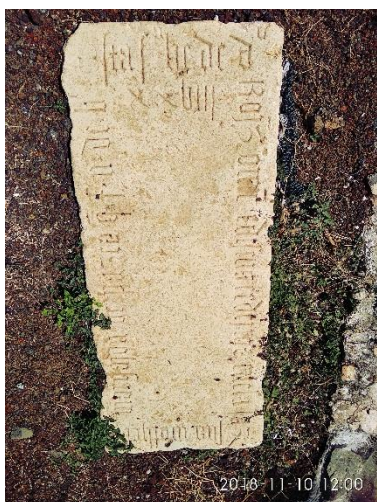
Esta sepultura de os filhos de Duarte Rodrigues os quais faleceram na era de 1539.

4º Túmulo

Sepultura de Pedro (Pero) de Vaz de Salas que nesta cidade faleceu a 15 de Março de 1608 e de sua Mulher Ana Rodriguez.

5º Túmulo

Esta sepultura de Diogo Rodriguez Omem e de seus herdeiros e nela jaz sua mulher Margarida de Pazes que faleceu no ano 1528.



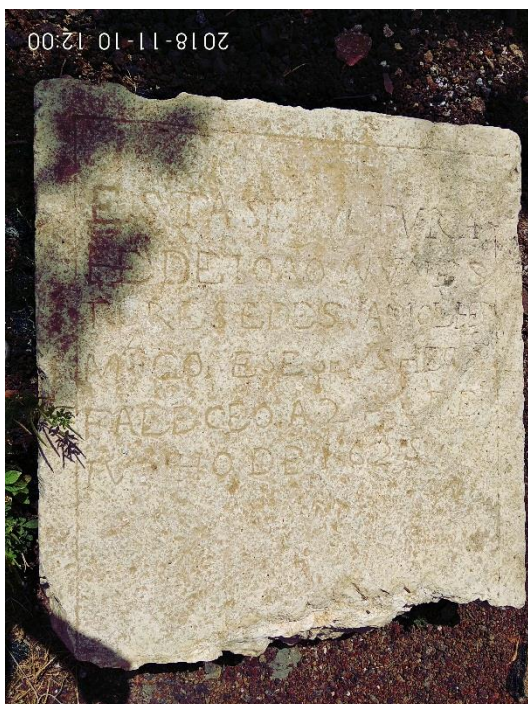
6º Túmulo

Sepultura de Vicente Fernández e herdeiros faleceu no dia 20 de abril do ano 1548.



7º Túmulo

Esta sepultura de João Nunes Tores e de sua mulher Maria Gomes e seus Herdeiros faleceu a 24 de junho de 1625.



8º Túmulo

Sepultura de Dom Fernão fiel de luco, faleceu no ano 1500.



Fontes: Claudino Borges, 2017

Apêndice IV: Ficha de Análise Específica aplicada aos Monumentos Históricos

Ficha de Observação
1 . Dados Genéricos
1.1 Designação
Centros Históricos da RGS e de SFF
1.1. Localização
Ribeira Grande de Santiago e São Filipe -Fogo – Cabo Verde
1.2. Função
1ª Função original:
2ª Função:
2. Dados específicos
2.1 Condições ambientais
Temperatura
Luz
Humidade
Observações
2.2 Paredes
Tipo/Sistema construtivo
Materiais
Acabamentos

Estado de Conservação
Se Degradado
Causas visíveis /possíveis
Ação Imediata
2.3 Pavimentos
Tipo/Sistema construtivo
Materiais
Acabamentos – Simples
Estado de Conservação
Se Degradado
Causas visíveis/Possíveis
Ação Imediata
2.4 Caixilharias
Tipo/ Sistema Construtivo
Materiais
Acabamentos
Estado de Conservação
Se Degradado
Causas visíveis possíveis
Ação Imediata

2.5.Tetos / Cobertura
Tipo/ Sistema Construtivo
Materiais
Acabamentos
Estado de Conservação
Se Degradado
Causas visíveis/possíveis
Ação Imediata
2.6 Acabamentos /Elementos Decorativos
Tipo de Sistema Construtivo
Materiais
Acabamentos
Estado de conservação
Se Degradado
Causas visíveis possíveis
Ação Imediata

2.7 Mobiliários/Obras de Arte
Tipo de Sistema Construtivo
Materiais
Acabamentos
Estado de Conservação
Se Degradado
Causas visíveis/possíveis
Ação Imediata
3. Resumo das ações
3.1 Estimativa de custos
3.2.1. de Estudos/Pesquisas Preliminares
3.2.2. de Projetos
3.2.3. de Obra
3.2.4. Outros

Ficha baseada na de José Sousa Macedo

Guião de entrevista para as Camaras Municipais

Identificação: Entrevistado(a) Duração: _____

Função: Presidente da Câmara Municipal de - Data: 23 /08 / 2017

Entrevistador: Claudino Borges

Questões genéricas do sítio histórico e da Cidade:

Entrevistador: O que representa a cidade de Ribeira Grande para a sua Câmara?

Senhor Presidente da RGS e SFF:

Entrevistador: Como vê a gestão do Centro Histórico?

Senhor Presidente da RGS e SFF:

Entrevistador: Existe uma parceria entre a Câmara Municipal, O IIPC e as associações comunitárias na gestão e preservação do CH?

Senhor Presidente da RGS e SSF:

Entrevistador: Como tem aplicado a sua política? Como é gerida a cultura e o património da cidade?

Existe um gabinete específico? Quantos técnicos da Câmara operam nesta área?

Senhor Presidente da RGS e SSF:

Valorização, conservação, Restauro, Interpretação, Divulgação e Gestão

Entrevistador: Qual é a perspetiva da sua instituição para com o património material e imaterial no CH?

Senhor Presidente da RGS e SSF:

Entrevistador: É conveniente restaurar completamente todos os Monumentos? Qual será a reutilização Possível de cada espaço restaurado? Como deve ser feita a gestão? Qual é o papel da população local na gestão do sítio? Será que a população local tem participado e usufruído desta gestão?

Senhor Presidente da RGS e SSF:

Entrevistador: Qual é a relação a relação entre o IIPC, e a autarquia local?

Senhor Presidente da RGS e SFF:.

Entrevistador: Como é que acha que se deve promover a Cidade Velha?

Senhor Presidente da RGS e SFF:

Entrevistador: Existe alguns projetos concretos para a valorização preservação e salvaguarda do PM e PCI na RGS? Se sim, que benefícios trará para a cidade e para Cabo Verde?

Senhor Presidente da RGS e SFF:

Entrevistador: Os meios de divulgação (documentários, desdobráveis e por vezes guias humanos), são suficientes? Existe um centro interpretativo funcional no CH?

Senhor Presidente da RGS e SFF:

Muito Obrigado pela atenção

Guião de Entrevista aos Moradores

Identificação: Entrevistado(a):

Localidade: Centro Histórico da RGS -- **Profissão** Empregada **Entrevistador:**
Claudino Borges

Questões genéricas sobre o Centro Histórico:

Valorização e conservação do património

Entrevistador: O CH é um património? Conhece outro tipo de património? Quando é que foi classificada? Como é que vê o teu centro histórico?

Entrevistada:

Entrevistador: Que tipo de intervenção e conservação foram feitos no CH? Quem como e onde foram realizadas?

Entrevistada:

Interpretação, divulgação e gestão

Entrevistador: É conveniente restaurar completamente todos os monumentos históricos do CH? Qual será a reutilização possível de cada espaço restaurado? Como deve ser feita a gestão do CH? Qual é o papel da população local na gestão do sítio? Será que a população local tem usufruído desta gestão?

Entrevistada:

Entrevistador: Como vê a tua cidade de uma forma geral? Quais são os espaços de referência nesta cidade?

Entrevistada:

Entrevistador: Como vê a relação entre a Camara Municipal, o IPC e a Direção e a população?

Entrevistada:

Entrevistador: Já beneficiou de algum projeto da Camara Municipal ou do IPC? Se sim no quê e quando?

Entrevistada:

Entrevistador: Já foi convidado/a participar nas reuniões, palestras, seminários e conferências ou debates no e sobre CH?

Entrevistada:

Entrevistador: Quem normalmente visita o CH? Estudantes ou turistas nacionais ou internacionais? E para onde vão as receitas das visitas.

Entrevistada:

Entrevistador: Como é que acha que se deve promover o CH?

Entrevistada:

Muito Obrigado pela atenção

Guião de Entrevista sobre o Património Cultural Imaterial

(ficha adaptado)

Festa de São Roque

1. Entrevistador: Claudino Borges
2. Localização Ilha: Santiago Concelho: Ribeira Grande Santiago Freguesia: Santíssimo Nome de Jesus Localidade: Centro Histórico 2.1.Área inventariada do PCI Casa Dona Rosalinda - Rua Careira.
3. Contexto Social e Económico da Comunidade
4. Designação Local Festa di Nhu São Roqui
4.1.Designação Científico: Festa do São Roque 4.2.Outras designações (outros nomes associados)
5. Domínios do PCI: Tradições e expressões orais: <input type="text"/>

Expressões artísticas:

Práticas sociais, rituais e eventos festivos: x

Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo:

Aptidões ligadas ao artesanato tradicional:

5.1. Categoria PCI:

Formas de expressões

(incluindo língua)

Ritos e festas tradicionais: x

Saberes e ofícios tradicionais

6. Descrição do bem [

A Festa do São Roque é uma festa da Freguesia do Santíssimo Nome de Jesus, realizada em honra e devoção ao referido Santo. É celebrada no mês de Agosto com a realização de várias atividades culturais e recreativa mas, o ponto mais alto da comemoração é a celebração eucarística envolvendo vários dos juízes de festa oriundos de várias localidades da ilha, do país e mesmo da diáspora.

A festa compreende dois momentos: o Sagrado e o Profano.

A parte sagrada que é da responsabilidade da Igreja e dos juízes da festa, começa com a procissão a partir da Capela de São Roque, em direção a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, passando pela Rua de São Sebastião, percorrendo todo o centro histórico, rua Carreira, rua Banana, seguindo pela Rua de Calhau até a igreja Matriz. Depois da missa inicia – se uma nova procissão que começa da igreja de Nossa Senhora do Rosário, fazendo o mesmo percurso em direção ao porto do centro histórico e ali se organiza a

procissão marítima. Na procissão vão a frente os jovens acólitos, a seguir o andor com a imagem e bandeira do Santíssimo nome de Jesus, depois as crianças seguidas dos Sacerdotes, cantores e população. Todo o percurso é enfeitado com bandeirinhas de varias cores atravessando as ruas, colchas nas varandas ou janelas das casas.

Para a procissão marítima enfeitam – se os barcos e as lanchas com flores, lençóis, santos, produtos alimentícios entre outros. Depois colocam – se nos barcos o Santo, o pároco e as autoridades locais e do país e de seguida os restantes fiéis que ao som do tambor e foguetes, vão dando voltas ao largo do porto rezando e fazendo vários pedidos aos santos.

A parte profana, antes da existência do poder local era assegurada pela comunidade. A festa de antigamente não tinha o mesmo impacto ou peso de atualmente, pois era um almoço convivo e quem tinha possibilidades colocava música na sua residência onde dançavam até se darem por satisfeitos. Atualmente a festa tem mais visibilidade porque é organizada pela Câmara local e sociedade civil, em que, câmara realiza diversas atividades desde desportivas até culturais. A parte desportiva é marcada com corridas, jogos entre outras atividades.

A parte cultural tem mais adesão do público porque é realizado um festival que decorre durante dois dias.

No dia da festa, que é sempre num domingo, depois do almoço convívio é feito um baile popular.

7. Elementos materiais associados: Imagem e Bandeira de São Roque e de outros Santos, Crucifixo, Turíbulo, Naveta, Sírio, Velas, Andor, Tecido, Enfeites, Colchas, Violão, bandeirinhas, cordas, paramentos, Vinho, foguete.

7.1.Elementos imateriais associados: Missa, Procissão, Oração, Cânticos.

7.2.Elementos naturais associados: água.

8. Divulgação do PCI na Comunidade (Grau de divulgação)

O PCI é muito conhecido já que toda a comunidade cristã participa da sua materialização.

9. Origem (História) do PCI:

Não existe uma data precisa sobre o surgimento da festa.

Segundo a senhora dona Rosalinda Barreto o nome do São Roque se associa ao Santo protetor e curador das doenças e foram instituídas em Cabo Verde pelos Missionários Espiritanos. Devido á pouca quantidade de padres em Cabo Verde houve necessidade de virem mais padres de Portugal, esses trouxeram este santo, e desde então passou-se a celebrar a festa em honra do santo.

Antigamente eram duas pessoas que mandavam rezar a missa (um casal) pela qual pagavam 30\$00. Com o tempo passou-se a pagar 150\$00. Atualmente paga-se 1500\$00. Depois como iam mudando os sacerdotes, cada um tinha a sua ideia, sua experiência, introduzindo alterações na festa. Com o padre Campos a partir da década de quarenta, a festa alargou-se e passou a congregar muita gente de várias localidades e ilhas. Passou a haver vários juízes e juízas de festa. Inicialmente os juízes e juízas eram só pessoas da Cidade Velha, hoje há juízes de outras localidades.

Antigamente a missa era somente em latim. No princípio fazia-se a festa durante três dias, nas vésperas faziam-se bailes de violão, com tocadores vindos da Praia, batuque, gaita, etc.

10. Praticantes

10.1. Detentores: Padres, Dona Rosalinda

10.2. Organizadores: Comunidade, Igreja, Câmara local

11. Acesso ao PCI [Domínio público ou privado] Acesso público

12. Referências temporais

A festa de São Roque é realizada anualmente a 24 de Agosto.

13. Referências espaciais.

A festa acontece em todo o perímetro urbano do centro histórico, Cidade velha, concelho de Ribeira Grande de Santiago, ilha de Santiago.

14. Gestão e Salvaguarda (Valor e uso)

14.1. Usos atuais (ao conhecimento e a prática do PCI): A festa além do papel de união das famílias cristãs, contribui para promoção turística e para a economia local já que muitas pessoas (locais e de outras localidades) trazem seus produtos para vender durante a festa.

14.2. Mensagem transmitida (quais são os ensinamentos deste PCI):

Aprofundamento da fé no santo, união da família cristã, valor histórico-cultural da manifestação para a comunidade.

14.3. Valores atribuídos pelas comunidades locais.

A festa de Santíssimo Nome de Jesus é muito valorizada pela comunidade, pois a devoção ao santo é muito forte.

14.4. Condição de transmissão:

A parte religiosa são os mais velhos e catequistas que transmitem a crianças e jovens nas catequeses, reuniões e na missa. Jovens e crianças são envolvidos na preparação da festa quer através da câmara quer através da comunidade.

14.5. Valores atribuídos, regional, nacional ou internacionalmente.

A nível regional a comunidade atribui enorme valor à festa, envolvendo-se em massa na sua realização e nas festividades. As atividades quotidianas e administrativas são paralisadas para que as pessoas possam realizar e viver a festa. A festa é reconhecida a nível nacional trazendo pessoas de vários concelhos para as festividades. Turistas e emigrantes deslocam-se anualmente para assistir à celebração.

<p>16. Ameaças à execução: Não existem.</p> <p>Ameaças à transmissão: Não existem</p> <p>Ameaças ao acesso: Não existem</p> <p>Ameaças à viabilidade: Não existem</p> <p>Outras ameaças:</p>
<p>17. Possíveis medidas de salvaguarda: Não necessário</p>
<p>18. Consentimento da comunidade para recolha e inventário</p> <p>a. Restrições: ; Quais? Nenhuma restrição</p> <p>b.</p>
<p>19. Informante/entrevistado [nome, idade, sexo, profissão, função,]</p> <p>Rosalinda Monteiro Barreto; 78 anos; feminino, Doméstica</p> <p>Padre- António Honorato</p> <p>Manuel de Pina – Presidente da Camara Municipal</p> <p>Victória da Veiga - Peixeira</p> <p>Marina Vaz – Religiosa</p>

Guião de Entrevista sobre o Património Cultural Imaterial

Batuque

15. Entrevistador: Claudino Borges
16. Localização Ilha: Santiago Concelho: Ribeira Grande Santiago Freguesia: Santíssimo Nome de Jesus Localidade: Centro Histórico Aldeia: Bairro: Rua: Rua calhau 16.1. Área inventariada do PCI Rua Calhau - Centro histórico (Ana Paula Moura e Maria Teresa Tavares)
17. Contexto Social e Económico da Comunidade
18. Designação Local Identificar o bem pelo nome como a (s) comunidade (s) o conhece (m): batuku
18.1. Designação Científico: Batuque. 18.2. Outras designações (outros nomes associados)
19. Domínios do PCI: Tradições e expressões orais: <input type="checkbox"/> Expressões artísticas: x Práticas sociais, rituais e eventos festivos: x

Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo:

Aptidões ligadas ao artesanato tradicional:

19.1. Categoria PCI:

Formas de expressões: x

(incluindo língua)

Ritos e festas tradicionais: x

Saberes e ofícios tradicionais:

20. Descrição do bem

O batuque é uma manifestação cultural muito importante, considerada alma do Povo Cabo-verdiano, que possui dois compassos: rapicada e bambam que juntos fazem um único som.

Batuco faz-se em todos os lugares, em atividades festivas (casamentos, batizados, aniversários, em realizações fúnebres a pedido do morto ou em homenagem a um membro do grupo falecido e atividades culturais. Faz-se ainda o batuco no terreiro e no palco.

O batuque é uma manifestação cultural que junta um grupo de pessoas usando o mesmo traje tradicional, no caso do grupo “Nôs Eransa” blusa branca, saia preta de risca branca, pano figurando panu di terra na cintura e avental. Por baixo da saia usam saia branca para não mostrar as pernas.

Este grupo de pessoas, de modo geral, senta-se em semicírculo usando txabéta (um instrumento feito de roupa revestido de napa) e com as mãos fazendo som. Elas cantam, dançam Batuque, retratando a cultura tradicional antiga, com músicas relacionadas com dia a dia da comunidade.

21. Elementos materiais associados: Txabéta, pano, vestuários (lenço, saia,

<p>blusa, avental, saia branca pano), banco, napa.</p> <p>21.1. Elementos imateriais associados: voz, letras de músicas.</p> <p>21.2. Elementos naturais associados:</p>
<p>22. Divulgação do PCI na Comunidade (Grau de divulgação)</p> <p>O PCI é muito conhecido na comunidade; Está presente em quase todas as festas e junta muitas pessoas durante as apresentações.</p>
<p>23. Origem (História) do PCI:</p> <p>O batuco é uma das primeiras manifestações culturais de Cabo Verde, que nasceu aqui (Cidade Velha) no quintal de escravos. Os escravos cantavam e dançavam no quintal dos brancos, começando a bater no peito, passando depois a utilizar txabeta de palha de banana na perna.</p> <p>O grupo de batucadeira, Nós Eransa nasceu em 1990, com 20 (vinte) mulheres. Atualmente são 11, por causa da emigração e da morte de alguns membros. Com 25 anos de experiências com qualidade, o grupo tem dois CD's gravados e vários espetáculos nos pais e no estrangeiro.</p>
<p>24. Praticantes</p> <p>24.1. Detentores: Grupos de batuco “Nôs Eransa”.</p> <p>24.2. Organizadores: Grupos de batuco “Nôs Eransa”</p>
<p>25. Acesso ao PCI [Domínio público ou privado] Acesso público</p>
<p>26. Referências temporais</p> <p>Sempre que houver atividades ou alguns convites para apresentação</p>
<p>27. Referências espaciais.</p> <p>O PCI é praticado nos terreiros e palcos, em residências, nas ruas, espaços culturais. Atuam a nível nacional e internacional</p>
<p>28. Recursos linguísticos [Léxico; Glossário associado]</p> <p>Enumerar as palavras/expressões orais e outras associadas ao bem, que lhe são</p>

particulares.

Língua cabo-verdiana

GLOSSÁRIO:

Txabeta

Banbam

Rapicada

Terreiro

29. Gestão e Salvaguarda (Valor e uso)

29.1. Usos atuais (ao conhecimento e a prática do PCI): É demonstrado com muita frequência na animação turística, em actividades culturais; serve como fonte de rendimento para promover ações sociais na comunidade.

29.2. Mensagem transmitida (quais são os ensinamentos deste PCI): É uma forma que o povo utiliza para expressar os sentimentos (a dor, alegria, agradecimento, amor e pedido).

29.3. Valores atribuídos pelas comunidades locais:

PCI muito valorizado na comunidade por ser uma tradição local em que qualquer pessoa pode participar.

29.4. Condição de transmissão: Tem sido transmitido através de demonstrações e algumas formações aos mais novos, feitas pelas integrantes do grupo.

29.5. Valores atribuídos, regional, nacional ou internacionalmente.

Todos reconhecem o enorme valor histórico, cultural e social do batuque, enquanto veículo de transmissão da cultura e elemento identificador da comunidade e do cabo-verdiano.

16. Ameaças à execução: Não existe ameaças.

Ameaças à transmissão: Não existe ameaças.

<p>Ameaças ao acesso: Não existe ameaças.</p> <p>Ameaças à viabilidade (fatores humanos, sociais, políticos e outros): A emigração dos integrantes.</p> <p>Outras ameaças:</p>
<p>29.6. Possíveis medidas de salvaguarda: Futuramente pretendem criar um grupo de batuco de crianças.</p> <p>20.</p>
<p>21. Consentimento da comunidade para recolha e inventário</p> <p>a. Restrições: Quais? Nenhuma restrição x</p> <p>b.</p>
<p>22. Informante/entrevistado [nome, idade, sexo, profissão, função,]</p> <p>Nós Herança (Ana Paula Moura e Maria Teresa Tavares- chefes do grupo de Batucadeiras “Nos Herança” e “Fortaleza”).</p>

Guião de Entrevista sobre o Património Cultural Imaterial

Festa de São João

(ficha adaptado)

<p>30. Entrevistador:</p> <p>Claudino Borges</p>
<p>31. Localização</p> <p>Ilha: Fogo</p> <p>Concelho: São Filipe</p> <p>Freguesia: Santíssimo Nome de Jesus</p>

<p>Localidade: Centro Histórico</p> <p>31.1. Área inventariada do PCI</p> <p>Praça de São Filipe</p>
<p>32. Contexto Social e Económico da Comunidade</p>
<p>33. Designação Local</p> <p>Festa di Nhu São João</p>
<p>33.1. Designação Científico: Festa do São João</p> <p>33.2. Outras designações (outros nomes associados)</p>
<p>34. Domínios do PCI:</p> <p>Tradições e expressões orais: <input type="checkbox"/></p> <p>Expressões artísticas: <input type="checkbox"/></p> <p>Práticas sociais, rituais e eventos festivos: x</p> <p>Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo:</p> <p>Aptidões ligadas ao artesanato tradicional: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>34.1. Categoria PCI:</p> <p>Formas de expressões <input type="checkbox"/></p> <p>(incluindo língua)</p> <p>Ritos e festas tradicionais: x</p> <p>Saberes e ofícios tradicionais <input type="checkbox"/></p>
<p>35. Descrição do bem [</p> <p>A Festa do São João é uma festa da Freguesia do Santíssimo Nome de Jesus, realizada em honra e devoção ao referido Santo. É celebrada no mês de</p>

Junho com a realização de várias atividades culturais e recreativa mas, o ponto mais alto da comemoração é a celebração eucarística envolvendo vários dos juízes de festa oriundos de várias localidades da ilha, do país e mesmo da diáspora, com, a festa do pilão, desfile dos canizados.

A festa compreende dois momentos: o Sagrado e o Profano.

A parte sagrada que é da responsabilidade da Igreja e dos juízes da festa (os festeiros), começa com a procissão a partir da casa dos juízes da festa ao som dos tambores, e da colexa em direção a Igreja de Nossa Senhora da conceição, passando pelas várias artérias da cidade, percorrendo todo o centro histórico, até a igreja Matriz. Depois da missa inicia – se uma nova caminhada que começa da igreja para as casas dos festeiros, fazendo o mesmo percurso. Na procissão vão a frente os jovens acólitos, a seguir o andor com as imagens e bandeiras do São João e de outros santos, depois as crianças seguidas dos Sacerdotes, cantores e população. Todo o percurso é enfeitado com bandeirinhas de várias cores atravessando as ruas, colchas nas varandas ou janelas das casas.

A parte profana começa-se uma semana antes do dia de são João com a realização da festa do pilão de modo a preparar a alimentação para o dia da festa. Durante a festa do pilão (trituração do milho para a confeção dos pratos típicos da ilha), existe um ritual muito típico da ilha em que enquanto as mulheres trituram o milho ao tamboreiros e as cantadeiras entoa a colexa como uma forma de animação para combater o cansaço e ao mesmo tempo é servido um lanche acompanhado de grogue (aguardente). Uma das etapas mais esperada acontece na véspera do são João, que é o desfile do mastro e dos canizados, que percorrem os bairros da cidade durante a noite acompanhados de rituais específicos, também ao som dos tambores e da colexa. Este percurso é composto por sete estações (paragem), fazendo cumprir a tradição até a chegada a praia do mar de Boqueirão onde o mastro é emerso na água como símbolo da purificação em homenagem ao Santo. De manhãzinha os fiéis regressam onde dos festeiros e plantam o mastro no

terreiro, regam com um litro de grogue rogando ao santo por mais um ano cheio de graças e fartura.

Tendo cumprido todas essas práticas no final do dia faz – se a arrematação das bandeiras para a escolha dos novos juízes de festas (festeiros), para o próximo ano.

No dia da festa, depois do almoço convívio é feito um baile popular.

36. Elementos materiais associados: Imagem e Bandeira de São João e de outros Santos, Crucifixo, Turíbulo, Naveta, Sírio, Velas, Andor, Tecido, Enfeites, Colchas, tambores, Violão, bandeirinhas, cordas, paramentos, Vinho, foguete.

36.1. Elementos imateriais associados: Missa, Procissão, Oração, Cânticos.

36.2. Elementos naturais associados: água.

37. Divulgação do PCI na Comunidade (Grau de divulgação)

O PCI é muito conhecido já que toda a comunidade cristã participa da sua materialização.

38. Origem (História) do PCI:

Estima-se que a festa de São João na ilha do fogo foi trazida da ilha de Santiago e a mesma foi instituída com a entrada dos Missionários do Espírito Santo em Cabo Verde.

Segundo o professor Fausto do Rosário e outras forças vivas residentes no centro histórico, o nome do São João se associa ao Santo precursor de Jesus Cristo, aquele que veio preparar o caminho para a vinda do Messias. Devido á pouca quantidade de padres em Cabo Verde houve necessidade de virem mais padres de Portugal, esses trouxeram este santo, e desde então passou-se a celebrar a festa em honra do santo o que acontece não só na ilha de fogo como também nas restantes ilhas do arquipélago.

Antigamente eram duas pessoas que mandavam rezar a missa (um casal) pela qual pagavam 30\$00. Com o tempo passou-se a pagar 150\$00. Atualmente paga-se 1500\$00 para cada festeiros e muitas vezes juntam-se um grupo de pessoas residentes ou na diáspora para a realização da festa. A

realização da festa sofreu várias mudanças com o decorrer do tempo. Antigamente os juizes de festa eram diversificados pelas posses económicas, e isso era visível nos tipos das bandeiras de São João que utilizavam. Os que faziam parte da elite utilizavam a Bandeira Grande e os de menor posse económica a mais pequena demonstrando claramente a hierarquização social existente na época. Uma das partes interessantes atualmente é o sistema de mutualização /união que acontece durante a realização das festividades em honra ao santo, visto que todas as pessoas da comunidade e com o apoio dos emigrantes na diáspora e da Camara Municipal fazem peditórios e doações para suportar os encargos da festa, em que é servido o almoço num único lugar e para todos os munícipes.

39. Praticantes

39.1. Detentores: Padres, professor Fausto Rodrigues, Valdomiro Dias

39.2. Organizadores: Comunidade, Igreja, Câmara local

40. Acesso ao PCI [Domínio público ou privado] Acesso público

41. Referências temporais

A festa de São João é realizada anualmente a 24 de Junho.

42. Referências espaciais.

A festa acontece em todo o perímetro urbano do centro histórico de São Filipe- ilha do Fogo.

43. Gestão e Salvaguarda (Valor e uso)

43.1. Usos atuais (ao conhecimento e a prática do PCI): A festa além do papel de união das famílias cristãs, contribui para promoção turística e para a economia local já que muitas pessoas (locais e de outras localidades) trazem seus produtos para vender durante a festa.

43.2. Mensagem transmitida (quais são os ensinamentos deste PCI): Aprofundamento da fé no santo, união da família cristã, valor histórico-cultural da manifestação para a comunidade.

43.3. Valores atribuídos pelas comunidades locais.

A festa de São João é muito valorizada pela comunidade, pois a devoção ao santo é muito forte.

43.4. Condição de transmissão:

A parte religiosa são os mais velhos e catequistas que transmitem a crianças e jovens nas catequeses, reuniões e na missa. Jovens e crianças são envolvidos na preparação da festa quer através da câmara quer através da comunidade. A parte Profana é transmitido pelos tamboreiros cantadeiras e outros elementos da comunidade.

43.5. Valores atribuídos, regional, nacional ou internacionalmente.

A nível regional a comunidade atribui enorme valor à festa, envolvendo-se em massa na sua realização e nas festividades. As atividades quotidianas e administrativas são paralisadas para que as pessoas possam realizar e viver a festa. A festa é reconhecida a nível nacional trazendo pessoas de vários concelhos para as festividades. Turistas e emigrantes deslocam-se anualmente para assistir à celebração.

16. Ameaças à execução: Não existem.

Ameaças à transmissão: Não existem

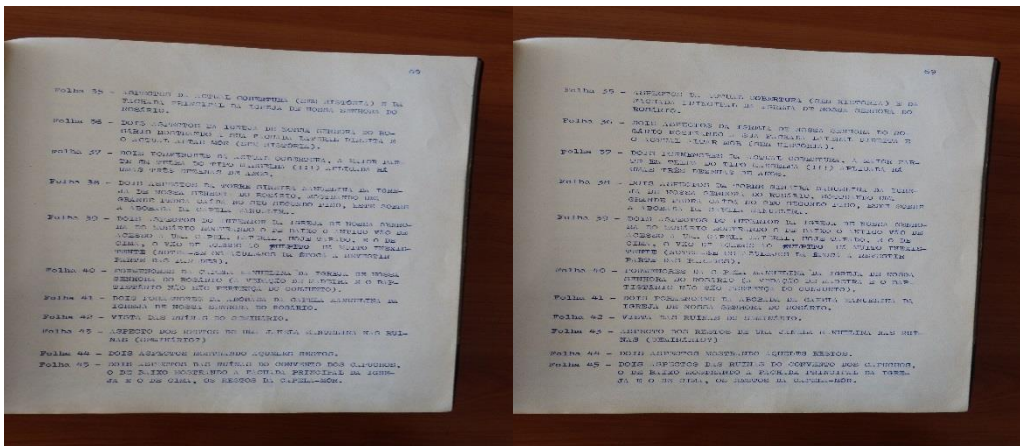
Ameaças ao acesso: Não existem

Ameaças à viabilidade: Não existem

Outras ameaças:
23. Possíveis medidas de salvaguarda: Não necessário
24. Consentimento da comunidade para recolha e inventário a. Restrições: ; Quais? Nenhuma restrição b.
25. Informante/entrevistado [nome, idade, sexo, profissão, função,] Padre -Lourenço Faria Professor – Fausto do Rosário Tamboreiro e Festeiro – Valdomiro Dias

ANEXOS

Anexo I - Extratos do inventário da igreja de Nossa Senhora do Rosário elaborado pelo Arquiteto Luis Benavente



Fonte: Arquivo Historico Nacional de Cabo Verde

Anexo II - Metodologia de identificação e catalogação dos azulejos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

O trabalho iniciou-se com a identificação dos azulejos que fazem parte do padrão do desenho, padrão esse constituído por 9 azulejos. Com o padrão desenhado foram identificados individualmente cada azulejo e atribuído um código, como podem ser observados na imagem abaixo.

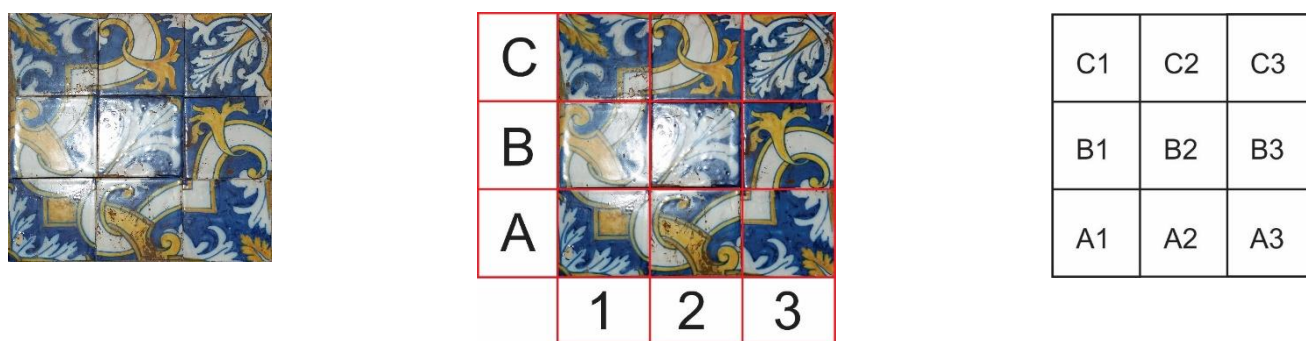


Fig. 1,2,3:

desenho padrão dos azulejos (A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2, C3)



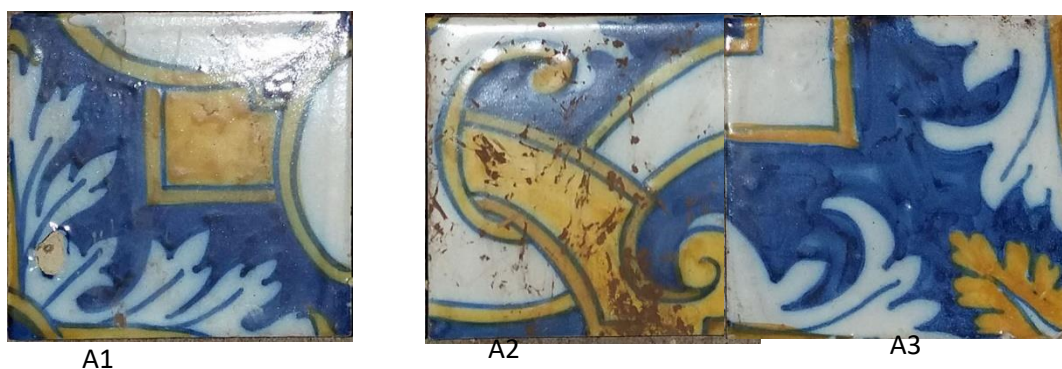


Fig.4: azulejos que fazem parte do desenho padrão e os respectivos códigos
A partir do padrão conseguido foi montado o esquema dos azulejos que comporá a igreja.



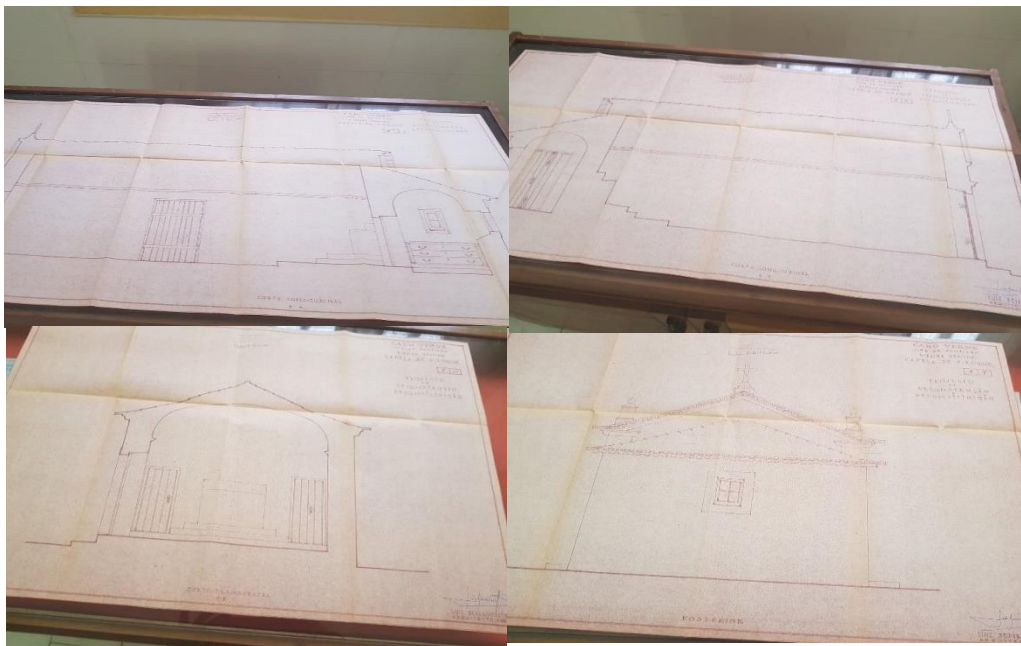
Materialidade e imaterialidade na construção do valor patrimonial dos centros históricos de Cabo Verde: estudo do caso: o centro histórico da Ribeira Grande de Santiago e de São Filipe da Ilha do Fogo

Fig.4,5: Esquema azulejo (original e réplica)

O padrão assinalado a vermelho repete-se, formando assim o esquema dos azulejos. Assim também acontece com os azulejos de padrão 4.

Fonte: Instituto do Património Cultural de Cabo Verde, 2019

Anexo III- Planta arquitetónica da capela de São Roque elaborada pelo Arquiteto Luís Benavente no âmbito dos trabalhos de restauro



Historico Nacional de Cabo Verde

Fonte: Arquivo

Anexo iv - Relatório das escavações na Cidade Velha

Introdução

No quadro das escavações na Cidade Velha, levadas a cabo por uma equipe de arqueólogos da Universidade de Cambridge, em parceria como o IPC, resultaram na descoberta de um conjunto de achados arqueológico, onde se destacam as fundações da Igreja da N. Sra. da Conceição, e ainda dois túmulos que se encontravam dentro da mesma.

Os trabalhos arqueológicos iniciaram-se em 2006, tendo sido retomados em 2014, depois de um interregno de 8 anos. Para os meses de março e abril de 2015, estão previstos com a mesma equipe uma nova etapa de escavações.

Igreja da N. Sra. da Conceição

Segundo Senna Barcelos, a Igreja da N. Sra. da Conceição, fora mandada construir pelo Infante D. Fernando, ao contrário do que era comumente aceite até o final do séc. XVIII, que atribuía a fundação da Igreja ao Infante D. Henrique. Para este autor, o que suscitava a dúvida relativamente ao promotor desta obra, residia no fato das duas invasões dos corsários franceses terem queimado os antigos cartórios da cidade.

Mas para Senna Barcelos, esta Igreja foi fundada entre 1466 – data da Carta dos privilégios aos moradores de Santiago, a 1470 – ano da morte do Infante D. Fernando filho adotivo e herdeiro do seu tio o Infante D. Henrique.

Muito embora a primeira missa foi celebrada pelo Fr. Rogério em 1466, num oratório que fez, pode-se referir que a Igreja da N. Sra. da Conceição foi a primeira instituição eclesiástica a ser edificada em Ribeira Grande, e em consequência, a primeira em toda a África subsariana.

Nesta Igreja foram sepultados alguns moradores abastados, atestados pela equipe de escavação de Cambridge, em 2006, e que Iva Cabral, apelidou como sendo parte constituinte da primeira elite atlântica a residir na Ribeira Grande. São eles Fernão Fiel de Lugo, e Duarte Rodrigues.

De resto, era prática comum, os enterros dos ricos proprietários rurais no interior ou no adro das Igrejas. Isto deve-se a inexistência de espaços segregados entre vivos e mortos, o que levava as pessoas ilustres a serem enterrados em espaços sociais centrais, dado ao pavor que tinham em não serem constantemente recordadas e invocadas.

Com efeito, as futuras escavações poderão revelar túmulos de outros proprietários rurais, que deixaram explícitos nos seus respetivos testamentos a vontade de serem sepultados nesta Igreja. Referimo-nos pois, ao testamento de Rui Baraça proprietário das terras de Garçotes, e de Gomes da Noya, o Velho e da sua mulher Catarina Fernandes, instituidores da Capela de Chuva-Chove.

Fernão Fiel de Lugo

Fernão Fiel de Lugo foi cavaleiro-fidalgo da Casa Real, que surge referenciado pela primeira vez nos documentos coevos em 1527, a quando da venda de dez quintais de biscoitos à Fazenda Real tendo recebido para o efeito 6.500 reais do almoxarife da vila da Praia. Um ano mais tarde, surge como almoxarife desta urbe tendo exercido este cargo por dois anos.

Por ter sonogado à Fazenda Real, rendimentos da cobrança dos impostos de entrada e saída, este encontra-se preso na cadeia de Ribeira Grande em 1536. Não obstante este delito, Fernão Fiel de Lugo será investido almoxarife entre 1542 a 1557, mas desta vez das rendas e direitos da ilha de Santiago.

Para além das funções de oficial régio, Fernão Fiel de Lugo foi igualmente grande proprietário rural de Santiago, onde por carta régia se institui em 1540, no termo da vila da Praia, um morgadio formado por duas fazendas: “Trindade” e “Santa Cruz”. Estas duas propriedades rendiam juntamente cerca de seiscentos mil reais anualmente, valor muito bom para a época e para as condições da ilha de Santiago.

Duarte Rodrigues

Duarte Rodrigues foi escudeiro da Casa Real, tendo segundo Iva Cabral, vindo para Cabo Verde juntamente com o irmão Manuel Rodrigues, sendo que este último desempenhou o cargo de

almojarife da vila da Praia. Nos primeiros tempos desempenhará função de procurador de ricos comerciantes tanto da metrópole como em alguns casos de comerciantes sevilhanos.

De 1560 a 1562, vimo-lo a desempenhar o cargo de recebedor dos empréstimos lançados pelo Rei na ilha de Santiago. Neste sentido, compreende-se que Duarte Rodrigues gozava de certa influência junto à Corte, com desempenho de funções de índole público. E aliando estas funções ao papel de intermediário entre o mercado africano e europeu, permitirá acumular capital necessário para adquirir propriedades fundiárias, escravos e benfeitorias.

Foi exatamente o que aconteceu em 1572, com a aquisição da Fazenda do Tanque de Nora, sita na freguesia de São Nicolau Tolentino, com uma dimensão considerável à escala da ilha de Santiago. No texto da sua vinculação é instituída como Capela, de Nora, um importante passo que os seus contemporâneos ambicionavam dar, para perpetuar a sua memória e salvar através de obrigações pias, as suas almas.

Considerações Finais.

Em síntese, após escarpelizar o perfil tanto de Fernão Fiel de Lugo como Duarte Rodrigues, ambos pertencentes à primeira elite de Santiago, podemos dizer, que um e outro aventuraram-se em Cabo Verde, numa altura em que a condição de vizinho já não garantia os tão almejados lucros por razões várias, que os primeiros moradores-vizinhos da Ribeira Grande obtiveram nos primórdios do trato africano.

Sendo assim, vão paulatinamente transformando em procuradores de grandes mercadores reinóis, e\ou em oficiais régios, procurando desta forma obter o máximo de capital para obtenção de terras, e deste modo instituir morgadios e capelas.

Nesta condição, podiam por meio de avultadas quantias doadas às instituições eclesiásticas, não só “comprar” o direito de serem sepultados no espaço de maior relevância social, como de criaram um compromisso social por meio de ações de caridade com os que ficavam, no sentido de ser perpetuamente invocados e lembrados.

Bibliografia:

BRASIO, António, Monumenta Missionária Africana 2ª serie, Vol. III, IV.

BARCELOS, Sena, “Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”, partes I e II, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1889.

CABRAL, Iva, “A primeira elite Colonial Atlântica”, ed. Livraria Clássica, Lisboa, 2013.

CARREIRA, António “Formação e extinção de uma sociedade escravocrata”, 2ª ed. Instituto Cabo-verdiano do Livro, Lisboa, 1983.

SILVA, António Correia, “Gente das águas: senhores, escravos e forros” in HGCV, Vol. II. ed. Instituto de Investigação Tropical, Coimbra, 2001, pp.275-357.

Fonte: (IPC)